UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO — ÁREA DE GEOGRAFIA HUMANA

JÚLIO CÉSAR GABRICH AMBROZIO

**O Presente e o Passado no Processo Urbano
da Cidade de Petrópolis
. Uma História Territorial .**

São Paulo

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PÓS-GRADUAÇÃO – ÁREA DE GEOGRAFIA HUMANA

**O Presente e o Passado no Processo Urbano
da Cidade de Petrópolis
. Uma História Territorial .**

Júlio César Gabrich Ambrozio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Odette Carvalho de Lima Seabra

São Paulo
2008

RESUMO

AMBROZIO, J. C. G. **O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis (Uma História Territorial)**. 2008. 376 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Debruçado sobre o presente espacial da cidade de Petrópolis, localizada ao norte da metrópole do Rio de Janeiro, entre as coordenadas de 43° 00' — 43° 15' W e 22° 15' — 22° 30' S, este trabalho também investiga o passado espacial petropolitano. Desse complexo de formas do presente e do passado decorre a realidade sócio-espacial de Petrópolis. Esta tese se constitui como uma história territorial, pois, à sombra dessas formas, melhor dizendo, desse método, o espaço não pode ser compreendido sem uma investigação de sua origem e desenvolvimento, e nem o território deve ser avistado despregado do histórico relacionamento entre a sociedade e esse mesmo espaço. A urbanização de Petrópolis ocorre hoje nucleada pelo turismo; fez-se necessário, então, uma investigação sobre a urbanização passada determinada pela vilegiatura, sem esquecer a atividade industrial. A vilegiatura, aqui, foi conceituada como gênero diverso do turismo. Por conseguinte, Petrópolis foi planeada e construída como capital suburbana do Segundo Império, sendo, adiante, absorvida pela República. Petrópolis foi demarcada como certa espécie de campo de poder — um espaço urbano constituído como território, i.é, espaço determinado por relações de poder historicamente delimitadas: um espaço conquistado, distinguido e nomeado por grupamento da elite brasileira que buscou estremar a forma da regência do espaço urbano de Petrópolis. A história desse território parece demonstrar uma linha continuada de territorialidade focalizada em determinações exteriores. Se a vilegiatura e a indústria deram no passado o viés forâneo da ordem urbana de Petrópolis, hoje, com o turismo, o fator exterior continua através de uma reconquista territorial levada a cabo por uma coalizão local gerenciada pelo poder público.

Palavras-chaves: Indústria. Petrópolis. Território. Turismo. Urbanização. Vilegiatura.

ABSTRACT

AMBROZIO, J. C. G. **The Present and the Past in the Urban Process of Petrópolis City (A Territorial History)**. 2008. 376 f. Thesis (Doctoral) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Bent forward the spacial present of Petrópolis city, localized at the north of Rio de Janeiro metropolis, between the co-ordination of 43° 00'— 43° 15'W e 22° 15' — 22° 30'S, this work also investigates the spatial past of Petrópolis people. From this compound with present and the past shapes, occur the social and spatial reality of Petrópolis. This proposition constitutes as a territorial history as by this way the space cannot be understood without an investigation of its origin and development, and neither the territory must be seen without a link of the historical relationship between the society and this same space. The urbanization of Petrópolis nowadays is based in the tourism; so it has been necessary an investigation about the past urbanization determinated by the summer resort without forgiven the industrial activity. Here the summer resort has been judged as a class different from tourism. By the way, Petrópolis was planned and built as a suburban capital of the Second Monarchy, and before it was absorbed by the Republic. Petrópolis was demarcated as kind of power field — an urban space built as a territory, a space determinated by power relations delimited by history: a conquered space, distinguished and denominated by the brazilian elite group that tried to demarcarcate the way of the urban space regency of Petrópolis. The history of this territory seems demonstrate a continual line of territoriality focalized exterior determinations. If the summer resorts and the industry have given in the past the outside look of the urban order of Petrópolis, today, with tourism, the exterior fact remains through the reconquer of land done by the local coalition managed by the public power.

Key words: Industry. Petrópolis. Territory. Tourism. Urbanization. Summer Resort.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 PARTE I — A URBANIZAÇÃO PELO TURISMO NO PERÍODO	
ADENSADO E NÃO INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS	
CAPÍTULO 1 — Turismo no Período Morto da Indústria.....	30
1.1— O Pró-Centro e a Produção do Centro Histórico.....	34
1.2 — O Distrito Turístico de Itaipava.....	62
CAPÍTULO 2 — Mancha Urbana e Marcha Demográfica.....	74
CAPÍTULO 3 — Paisagem Industrial Desfibrada.....	101
3.1 — Os Fatores Comuns aos Velhos Centros Industriais.....	108
3.2 — A Extensão da Desindustrialização.....	112
 PARTE II — O PASSADO DO TURISMO: A URBANIZAÇÃO PELA	
VILEGIATURA	
CAPÍTULO 1 — O Território Colonial como Herança Primitiva.....	125
1.1— A Montanha dos Órgãos.....	125
1.2 — Da Sesmaria à Fazenda Imperial.....	134
1.3 — Notícias Caminheiras.....	148
CAPÍTULO 2 — A Viagem do Ócio e o Percurso das Férias.....	157
CAPÍTULO 3— A Determinação da Propriedade.....	171
3.1 — O Império Legal do Espaço.....	174
CAPÍTULO 4 — O Território Montês de Descanso do Império.....	188

4.1 — Rio de Janeiro: Capital Popular e Malsã	193
4.2 — A Vila de Recreio na Obra Central do Segundo Império.....	204
4.3 — Petrópolis: Estação de Cura Serrana.....	213
4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara do Município.....	214
4.3.2 — A Configuração Urbana.....	234
4.3.3 — A Colônia Industrial.....	252

PARTE III — O PROCESSO URBANO

CAPÍTULO ÚNICO — O Presente e o Passado.....	290
A — A Cota Enfitêutica e o Quinhão da Vilegiatura.....	291
B — Miúdo Complemento: Guardados Psíquicos e Sociais.....	298
C — O Lugar dos Bairros.....	301

CONCLUSÃO.....	330
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS.....	333
----------------------------	------------

ANEXOS.....	352
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, desejaria fazer menção à relação filial desta tese com uma monografia de Philippe Arbos.¹ Eu tinha lido este Arbos lá pela segunda metade da década de 1970; tinha avistado a lhanza de sua prosa ao lado do seu agrado em dar a cada idéia uma expressão de beleza. Porém, o curso das coisas e da vida seguiu e, depois dessa leitura, jamais retomei esse texto. Anos depois, debruçado no projeto de pesquisa desta tese, tendo já escrito algumas páginas e buscando complementar a bibliografia, foi com certo espanto que recuperei este Philippe Arbos: estava tudo ali — a exposição totalizante do objeto, aliás, provavelmente propiciada pela metodologia de estudos urbanos da geografia tradicional de corte francês,² e a clara descrição de Petrópolis como cidade de residência estival e centro industrial. Àquilo que imaginara absolutamente original em meu trabalho, descobri ser, sob metodologia e conceitos diversos, uma atualização, quiçá outra ou nova

¹ ARBOS, P. “Petrópolis, esboço de Geografia urbana”, *Comissão do Centenário de Petrópolis*, PMP, Vol. VI, Petrópolis, 1943, P. 173-225. Esse professor não obteve a notoriedade — abundantemente justificada — que Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines alcançaram na história da geografia no Brasil; lecionando em 1937 na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal, contudo, em relação aos estudos geográficos sobre Petrópolis, Philippe Arbos teria importância notável, pois foi o primeiro a investigar essa cidade sob o viés metodológico — explicitado por Pierre Monbeig — que motivou o pensamento geográfico brasileiro por mais de 25 cinco anos. Refiro-me ao “O estudo Geográfico das Cidades”, de Pierre Monbeig, originalmente publicado na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, em 1941.

² As pesquisas da situação urbana, do local urbano, da evolução urbana, das funções urbanas, permitiriam certa espécie de aproximação ampliada ou total do urbano. Não seria difícil, ademais, enxergar no trabalho de Philippe Arbos o seu conceito de totalidade. Arbos inclusive nomeou a última subseção de seu trabalho de “Organismo Urbano”. Para ele, a cidade (de Petrópolis) se aproximaria do orgânico; cidade (de Petrópolis), por exemplo, que teria um traçado cujas partes eram ao mesmo tempo meio e objeto final. Em Arbos, a totalidade não é o poder do todo sobre as partes, mas orgânico equilíbrio das partes de uma cidade constituídas pela situação urbana, local, evolução e funções urbanas.

leitura da pesquisa urbana e petropolitana de Arbos. Seria interessante, sob esse ângulo, ler esta passagem:

“Assim, certas vantagens que fazem Petrópolis uma colônia de veraneio do Rio, fazem-na igualmente, uma colônia industrial. Como cidade de veraneio não teria passado de proporções modestas e continuaria limitada a atividade essencialmente periódica que tornava outrora o inverno um período de ‘pavor para o comércio’. Como cidade industrial, ela fixou uma população permanente e fortemente acrescida que a mantém durante o ano todo em movimento e em atividade.”³

Esta tese começaria a partir do ponto onde Arbos parou, portanto, podendo ser enxergada como uma investigação — e exposição — acerca da cidade de Petrópolis contemporânea que experimenta o fim urbano de seus dois esteios: nos termos de Arbos, a “Colônia de veraneio” e a “colônia industrial”.⁴

Para tanto, foi essencial a dialética do método regressivo-progressivo, pois — comparável neste ponto à chave metodológica de Philippe Arbos — esse método dialético permitiu que não escapasse desta tese a preocupação com a totalidade do espaço urbano revelada através de uma orientação espacial e histórica, de cariz territorial, que deu sentido ao processo urbano de Petrópolis.⁵

³ ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de geografia Urbana” (P. 217), *Trabalhos de Comissão*, vol. VI, PMP, 1943, p. 173-225.

⁴ Sob esse aspecto, ademais, poder-se-ia dizer que esta tese é pedestre exemplar da ciência geográfica compreendida como permanente atualização do mundo, visto que procura dar uma resposta à ausência de estudos acerca das modificações do espaço urbano experimentadas hoje por Petrópolis.

⁵ Diferentemente de Philippe Arbos, esta tese compreende a totalidade como o poder superior ou hegemônico do todo sobre as partes. Desse modo, a totalidade é o urbano enquadrado como um campo de poder territorial que ordena às suas partes: o turismo, a vilegiatura e mesmo a atividade industrial, concretamente enquadrados nos vários capítulos, seções e subseções. Exatamente a atividade industrial porque — gostaria de acrescentar —

Foi também necessário buscar a origem da segunda residência de descanso, por conseguinte, estabelecendo ou procurando se aproximar de um conceito de vilegiatura, originalmente, vinculado à formação das vilas de recreio da aristocracia e à constituição de subúrbios,⁶ conseqüentemente, separando a prática da vilegiatura da prática turística. Igualmente, foi importante se aproximar do conceito de território para empreender um novo percurso espacial que desse outra compreensão para os termos de Arbos mencionados acima.⁷ Três exigências exatamente próximas à pretensão deste trabalho em buscar um outro ou novo enquadramento para a pesquisa urbana sobre Petrópolis. Enquadramento que teria um importante corolário, pois procurei deixar evidente certa espécie de véu que — por exemplo — torna ininteligível o rosto psíquico e social do petropolitano.⁸ A tecedura desse obscurecimento figura no tempo e se encontra na quase totalidade de textos debruçados sobre Petrópolis. A despeito de seus pertinentes saberes, a pesquisa geográfica acerca de Petrópolis não fica apartada dessa tecelagem, sendo mesmo possível — no balanço bibliográfico que segue imediatamente — divisar a urdidura:

De imediato, seria interessante mencionar o livro de Paulo Monte⁹ — 127 páginas arranjadas em bonita edição composta de sete capítulos: Município,

a despeito de ter chegado pela porta dos fundos no plano de Estado para Petrópolis, penetrado como “parte” no interior dessa determinação do poder territorial, essa atividade propiciou a transformação de quarteirões em bairros. Sobre este último ponto, ver: Parte II, Capítulo 4, subseção 4.3.3 e Parte III, Capítulo único, seção C. A vilegiatura, ao contrário da atividade industrial, guardou cariz urbano mais cerrado no interior das determinações oriundas dessa totalidade enquadrada como poder territorial. A criação de Petrópolis vinculada à obra central do Segundo Império, por exemplo, encontrou na vilegiatura melhor expressão urbana do que na atividade industrial. O turismo, contraparente da vilegiatura, parece ter igualmente este caráter cerrado — o encarceramento viário apontado adiante na Parte I, Capítulo 1, seção 1.1, seria uma expressão eloqüente desse cariz.

⁶ Sobre este ponto, ver: Parte II, “Capítulo 2 — A Viagem do Ócio e o Percurso das Férias”.

⁷ Por exemplo: em sua monografia, Philippe Arbos enxergou a função estação de veraneio separadamente da função centro industrial.

⁸ Sobre este passo, ver: Parte III, Capítulo Único, segmento “B — Miúdo Complemento: Guardados Psíquicos e Sociais”.

História, Lendas, Geografia Física, Geografia Política, Geografia Econômica, Costumes, além de dois subtítulos que descrevem a fauna e a flora. Apesar de Paulo Monte estar em campo oposto ao de Carlos M. Delgado de Carvalho, “Chorographia...”, sendo livro laudatório e descritivo, é leitura saborosa e cheia de informações para eventual leitor deste século interessado em Petrópolis.¹⁰

Afastada desse livro de Paulo Monte, a posterior monografia urbana de Philippe Arbos é, também, um dos primeiros estudos de geografia tradicional de corte francês no Brasil. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”,¹¹ configura-se

⁹ MONTE, P. *Chorographia do Município de Petrópolis*, Typographia Ypiranga, Petrópolis, 1925.

¹⁰ Infelizmente, Paulo Monte parece ter publicado seu livro desconhecendo o de Carlos M. Delgado de Carvalho, que já antes da fundação da USP e da vinda de Pierre Monbeig e de Pierre Deffontaines, guerreava contra o ensino enciclopédico e de relação. Delgado de Carvalho publicara *Methodologia do Ensino Geográfico – introdução aos estudos de geografia moderna* no mesmo ano e cidade em que Paulo Monte editara: Petrópolis, 1925. Delgado de Carvalho pela Typographia Vozes. Sobre Delgado de Carvalho, ver ABREU, M.A. “O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação, contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro”. (p. 204-205). In: CARLOS, F. A. (org.). *Os Caminhos sobre a Cidade e o Urbano*, Edusp, SP, 1994, pp.199-322.

¹¹ ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, *Trabalhos de Comissão*, vol. VI, PMP, 1943, p. 173-225. Maurício Abreu, aliás, em seu “O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil” (vide nota anterior) não dá notícia da primeira edição em português, 1943, do esboço urbano e petropolitano de Arbos. Está indicada na bibliografia (p. 284) do trabalho de Abreu, afora a editada pela *Revue de Géographie Alpine*, 1938, apenas duas publicações, ambas de 1946, da monografia do professor Philippe Arbos. As duas no *Boletim Geográfico*: 4(37): 18-25 e 4 (38):133-146, ambos boletins de 1946. A tradução do “Esboço...” para a edição petropolitana de 1943 foi feita dessa *Revue de Géographie Alpine*, Universidade de Grenoble, pelo prof. Dr. Odilon Nogueira Matos, da USP. As duas publicações do “Esboço...” no Boletim Geográfico tem origem nesta tradução. Seria interessante, ademais, reproduzir o que escreveu Alcindo Sodrê na apresentação dessa monografia de Arbos para a primeira edição petropolitana e brasileira. Informa Sodrê que estava sentado na Biblioteca Municipal de Petrópolis, quando adentrou certo indivíduo, “[...] baixo, grosso de corpo, o crânio calvo, olhos claros e penetrantes, barbas cheias, longas e brancas, como acontece ver-se na reprodução das respeitáveis personagens dos episódios bíblicos”, procurando por Nereu Rangel Pestana, diretor de Educação e Cultura do Município, para algumas indagações. Alcindo Sodrê, datando o verão de 1937 como o período da visita de Arbos, escreveu ainda que Arbos anotava com precisão e “[...] profundidade própria de quem possui um plano prévio e seguramente estabelecido”. Sodrê acrescentou ainda que “...munido de alguns dados e esclarecimentos por nós fornecidos às suas largas pesquisas bibliográficas já realizadas, Arbos conseguiu escrever este seu apreciável *Esboço...*” O que parece confirmar o domínio do método por Philippe Arbos antes da publicação, em 1941, do texto de Pierre Monbeig, “O estudo Geográfico das Cidades”. A monografia de Arbos sobre Petrópolis, aliás, não apenas está citada na

como perfeito exemplar da seqüência metodológica encontrada em Pierre Monbeig,¹² pois a aplicara integralmente em Petrópolis: a preocupação com a situação urbana, o local urbano, com a evolução histórica e as funções urbanas, claramente, vive nesse “Esboço...”. Philippe Arbos gostou de Petrópolis. “Organismo Vivo” é o nome da última subseção desse trabalho, conclusão que, apreendendo as partes da cidade, enxergava orgânico equilíbrio entre todas elas. Configurando-se a indústria como a grande responsável pelo crescimento populacional, escrevia Arbos, ela — porém — não manchava a natureza e com esta formava às vezes pitorescas cenografias.¹³ É possível que, em 1937 — ano da pesquisa de Arbos —, não tenha sido difícil para esse professor grafar em texto o amor pelo seu objeto de estudo. Àquela altura, Petrópolis poderia bem ser uma bela cidade. A monografia do geógrafo Arbos, todavia, não deixou de ser espécie de um gênero que subsumiu em suas páginas o olhar da elite brasileira para a cidade.

De Virgílio Corrêa Filho,¹⁴ apesar de tratar de três cidades serranas fluminenses, é possível ler outro estudo intra-urbano. Não é trabalho sobre as eventuais redes ou hierarquias urbanas entre Petrópolis, Teresópolis e Friburgo — nem ao menos um subtítulo existe acerca do tema. As três cidades aí estão unidas devido à posição de proximidade que ocupam em uma seção da serra do Mar, à nordeste da baía da Guanabara. Esse arranjo exterior impediu que esse engenheiro sopesasse a “atração” que a calha do rio Piabanha¹⁵ exerce sobre Petrópolis, desse

bibliografia do importantíssimo artigo sobre metodologia de Monbeig, mas está comentada no próprio corpo desse texto.

¹² MONBEIG, P. “O estudo Geográfico das Cidades”, *Boletim Geográfico*, ano 1 (7), outubro de 1943, p. 7-29. Esse estudo já fora publicado, em 1941, pela *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.

¹³ Cf. ARBOS, P., op. cit., p. 223

¹⁴ CORRÊA FILHO, V. “Cidades Serranas, Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis”, *Revista Brasileira de Geografia*, n° 1, ano IX, janeiro-março, 1947, pp.4-56.

¹⁵ O rio Piabanha, escoadouro dos rios e riachos petropolitanos, nasce à oeste do município e atravessa a cidade em busca do norte, desagando no Paraíba do Sul, próximo

modo, vinculando Corrêa Filho a cidade petropolitana mais a este lado friburguense e teresopolitano da serra fluminense do que às Minas Gerais. “Cidades Serranas” recebe influência do método proposto por Pierre Monbeig, porém, não carrega a beleza do texto de Arbos.

Sete anos após a primeira edição petropolitana e brasileira do montês delineamento de Philippe Arbos, em 1950, Alberto Ribeiro Lamego, no interior de seu livro “O Homem e a Serra”,¹⁶ enxergou Petrópolis em um subtítulo — “O Halo da Coroa”.¹⁷ Parecendo ver a serra fluminense a partir da Guanabara e da Baixada, a sua ocupação é compreendida como consequência de um esforço de civilização serra-acima. Lamego leu essa fixação como a maior síntese civilizadora, no Império, “[...] das enérgicas atividades do povo brasileiro.”¹⁸ Os personagens mais vigorosos da baixada caminharam escarpa acima; insatisfeitos paulistas e mineiros desceram dos planaltos.¹⁹ O café foi o elemento de atração fulcral no desbastamento florestal e no aparecimento de uma nobreza da terra — senhores de grandes domínios na serra fluminense do século XIX. É possível concordar com Lamego: de Resende a Itaperuna ou Bom Jesus, o itinerário do café, advindo da antiga Guanabara, fundo marcaria o Estado do Rio de Janeiro e o próprio Império. Não é difícil também enxergar o nascimento de Petrópolis como desdobramento dessa expansão guanabarina e da Baixada Fluminense, a despeito de seu sítio não ter permitido a grande lavoura, pois, por exemplo, as escarpas íngremes e a

da cidade de Três Rios, cujo nome, aliás, advém da sua localização: sítio de união do Piabanha, Paraíba do Sul e Paraibuna, este com suas nascentes nas Minas Gerais. O Rio Piabanha foi a linha física que inspirou, paralelo a ela, parte do traço da antiga e macadamizada estrada União e Indústria — Petrópolis-Juiz de Fora — inaugurada em junho de 1861.

¹⁶ LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*, IBGE, Setores da Evolução Fluminense, IV, RJ, 1950.

¹⁷ Id. Ibid., p. 143-158.

¹⁸ Id. Ibid., p.63.

¹⁹ Id. Ibid.

estreiteza dos vales anulariam o plantio em grande escala. Petrópolis, no século XIX, jamais gerou senhores de grandes domínios rurais, tal como o café fizera nascer em outras áreas fluminenses; foi como determinação de Estado que Petrópolis nasceu; Estado cujo centro de governo estava na cidade do Rio de Janeiro.

Para Alberto Ribeiro Lamago — em seu “O halo da Coroa” —, Petrópolis somente interessara naquilo que os guanabarininos fizeram da cidade. Todavia, o que Lamago não alcançou, foi a tensão sócio-espacial entre os trabalhadores ou moradores da cidade e um tipo de nobreza citadina advinda de projeto imperial que fez nascer uma cidade ligada à vilegiatura,²⁰ atraindo esses mesmos guanabarininos, neste passo confundidos com a própria elite do país que, dir-se-ia, instalara-se em Petrópolis como senhores de domínios residenciais urbanos.²¹

“A Função Industrial de Petrópolis”²² é outro texto sobre a cidade petropolitana. É relevante trabalho sobre um aspecto da cidade — a indústria. Cezar de Magalhães, debruçado sobre as linhas da paisagem, constrói a sua pesquisa valorizando o lugar e os fatores locais, tais como os transportes, recursos hidráulicos, clima, mão-de-obra, etc,²³ descrevendo o clima úmido como elemento de influência de localização, pois deixando os fios da indústria têxtil de algodão menos quebradiços. Cezar de Magalhães percebeu o papel da atividade industrial na formação do espaço urbano petropolitano.²⁴ Importante e informativo, “A função

²⁰ Cf. AMBROZIO, J. *Geografia Petropolitana*, ed. Ponte da Cadeia, 2ª ed, São João Del Rei, 2005.

²¹ Diga-se antecipadamente, contudo, que a história primitiva da serra petropolitana foi empreendida por homens da baixada fluminense.

²² CEZAR DE MAGALHÃES, J. “A Função Industrial de Petrópolis”, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, ano XXVIII, janeiro-março, 1966, nº 1, pp. 20-55.

²³ Cf. ESTALL, R. C. e OGILVIE BUCHANAN, R. *A Atividade Industrial e Geografia Econômica*, Zahar, editores/MEC, 2ª ed., RJ, 1976.

²⁴ Cf. CEZAR DE MAGALHÃES, J., segmento: ‘A Localização das Indústrias e a Evolução do Espaço’, op. cit., pp. 29-33.

Industrial de Petrópolis” é capítulo industrial da Geografia “tradicional” realizada no Brasil.

Outro trabalho mencionado aqui, “Movimentos de Massa na Cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro)”,²⁵ valendo como subsídios ao planejamento estatal urbano, embora trazendo pertinente contribuição ao saber ambiental dessa cidade, não permite melhor compreender o significado do impacto urbano que afeta o ambiente serrano e petropolitano, pois é frágil a articulação entre esses movimentos de massa e sua apreensão sócio-espacial.

Guardados na estante geográfica da literatura petropolitana, poder-se-ia ainda citar o “Caráter Geográfico da Cidade Industrial”,²⁶ a “Monografia do Município de Petrópolis”,²⁷ os “Aspectos da Geografia Industrial de Petrópolis”²⁸ e “Geografia Petropolitana”²⁹. O segundo é um dos títulos da série de monografias urbanas realizadas pelo CNE/IBGE. O primeiro e o terceiro, unidos em seus esforços de conhecimento econômico da cidade, são artigos intra-urbanos da geografia “clássica”. Se bem que meritórios por seus esforços no conhecimento da cidade de seus autores, de fato, circunscritos à bibliografia reveladora, esses artigos não arranham o movimento mais geral — e influente — da dinâmica industrial e urbana brasileira, presos a uma preocupação localista e descritiva que os isolam de

²⁵ GONÇALVES, L.F.H e GUERRA, A.J.T. “Movimentos de massa na Cidade de Petrópolis”, *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*, org. Guerra, A.J.T. e Cunha, S.B., Bertrand Brasil, RJ, 2001. Ver também: Gonçalves, L.F.H. *Avaliação e diagnóstico da distribuição espacial e temporal dos movimentos de massa com a expansão da área urbana em Petrópolis-RJ*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1998.

²⁶ Santos, J. E. D. dos. “Caráter Geográfico da Cidade Industrial”, *Boletim Geográfico*, IBGE, ano XXV, n° 194, setembro/outubro, RJ, 1966.

²⁷ “Monografia do Município de Petrópolis”, *Coleção de Monografias*, CNE/IBGE, 1950 e 1969.

²⁸ CARVALHO, P.R.P. de. “Aspectos da Geografia Industrial de Petrópolis - Petrópolis e seu destino industrial”. *O Retorno da Princesa*, org. Joaquim Eloy Duarte dos Santos e Paulo Gerônimo Gomes dos Santos, P.M.P./ Câmara Municipal, Petrópolis, 12-13/05/1971.

²⁹ AMBROZIO, J. *Geografia Petropolitana*, ed. Ponte da Cadeia, segunda edição, São João Del Rei, 2005.

determinações mais gerais e comuns. Embora “Aspectos da Geografia Industrial de Petrópolis”, de Pantolla de Carvalho, permaneça como importante descrição ou último retrato instantâneo do período de ouro da indústria de Petrópolis.³⁰ O quarto trabalho permaneceria como uma pequena geografia, que procuraria afirmar o valor do plano de composição como realizador de conhecimento. Raiano de vários saberes, afastando-se muitas vezes de seu próprio título, esse pequeno livro percorreria a paisagem, o lugar e o território serrano-petropolitano com procedimentos vizinhos aos da literatura e da arte.³¹

Delineado o que talvez pudesse ser considerado como o estágio atual da biblioteca de Geografia Humana sobre Petrópolis, trata-se neste passo de finalizar a argumentação sobre a referida face psíquica e social ininteligível do petropolitano. Ao chamar a atenção para o poder territorial que determinou a constituição e a configuração urbana de Petrópolis, este trabalho exerceria uma crítica aos textos que enxergaram — e continuam avistando — a cidade de Petrópolis com os olhos dos senhores de domínios urbanos. Enorme problema, pois “[...] a função normal da idéia, quando resulta de um processo endógeno de formação, é a de mediadora transparente do real.”³² Se bem que os trabalhos mencionados dêem contribuições, algumas notáveis, ao conhecimento geográfico de Petrópolis, estão privados³³ da liberdade de um olhar que enxergasse as tensões sócio-espaciais advindas de uma territorialidade historicamente determinada pelos senhores de domínios fundiários

³⁰ Descrição da indústria de Petrópolis na passagem dos anos de 1960 para os de 1970, o artigo de Pedro Rubens, publicado no início da década de 1970, é aqui compreendido naquilo que preservaria de retrato de época de um centro industrial originado em 1873, valendo como medida assustadora da desindustrialização petropolitana que os anos posteriores revelaram.

³¹ AMBROZIO, op. cit., p.11.

³² CORBISIER, R. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, ISEB, RJ, 1959, p. 79.

³³ Eventualmente, apenas com uma exceção.

urbanos. Problema que alimentaria a baixa auto-estima do petropolitano:³⁴ face complementar de uma territorialidade unida à enfiteuse e à construção da estação petropolitana de vilegiatura oriundas do Império e mantidas pela República. Mais uma vez é Roland Corbisier quem escreve:

“O Senhor se vê a si próprio através do escravo, refletido na sua humilhação, no seu temor, na sua docilidade. O escravo, porém, não se encontra, porque o espaço da sua consciência e da sua existência está ocupado pelas ‘objetivações’ (produtos manufaturados e idéias) do espírito do senhor”.³⁵

Interessante notar que não seria uma urdidura somente vinculada ao caráter livresco e palavroso de muitos textos saídos da caneta de intelectuais e pesquisadores diretamente petropolitanos; autores como Arbos e Lamego, por exemplo, não compreenderam ou não puderam enxergar o ethos territorial da cidade de Petrópolis,³⁶ a despeito de suas investigações serem viscerais para a matéria geográfica acerca de Petrópolis. Desse modo, Arbos estudou Petrópolis através do olhar da elite que a forjou;³⁷ Lamego, como já foi dito, fez o encômio

³⁴ Especialmente, a auto-estima do petropolitano do primeiro distrito.

³⁵ CORBISIER, R. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, ISEB, RJ, 1959, p. 78.

³⁶ Essa dificuldade do olhar recebe alguma explicação na bibliografia e no uso que fizeram dessa mesma bibliografia.

³⁷ Sob esse aspecto, aliás, a forma como o referido Alcindo Sodr fez a descrio fsica de Philippe Arbos, reproduzida na nota de nmero 11, talvez tenha sido propiciada por esse exato ponto. Alcindo Sodr, escritor e primeiro diretor do Museu Imperial, a despeito de seus textos contribrem para o conhecimento da cidade, alimentou o referido obscurecimento da face psquica e social do petropolitano. O aulicismo de sua escrita estaria refletido nessa descrio fsica de Arbos, pois transformou este em uma espcie de simulacro divino, independentemente, claro, da relevncia do artigo de Arbos. O caso que, como foi mencionado, ao subsumir o enquadramento da elite brasileira em relao Petpolis, Arbos deu margem a Sodr para qualificar o esboo atravs da descrio fsica do autor e no propriamente pelo texto. Ou seja: Sodr fez o elogio do artigo atravs da figurao divina do autor Arbos, desse modo, legitimando o reflexo no texto do vis territorial da elite brasileira em relao Petpolis. Descrevendo Philippe Arbos como uma espcie de divino sbio, Alcindo Sodr parece confirmar esta perspectiva, ao mesmo

sobre aquilo que os guanabarinós fizeram da cidade; Hansen Gonçalves articulou precariamente, com trabalho ligado à geografia Física, os movimentos de massa com a sua apreensão sócio-espacial.³⁸ O fato é que, sem esquecer Cezar de Magalhães, esses importantes trabalhos sobre Petrópolis enxergaram, no espaço urbano, a industrialização e a “cidade de veraneio” separadas uma da outra. Embora Philippe Arbos tenha apontado com todas as letras esses dois fatores e Cezar de Magalhães objetivasse apenas a função industrial de Petrópolis. Ao acentuar a unidade desses fatores através do aspecto territorial, esta tese revelaria uma leitura possível desses textos sobre Petrópolis: instrumentos ideológicos de senhores territoriais urbanos — senhores de domínios fundiários, residenciais e industriais.

É de se notar ademais que os anos de formação dessa coleção de textos de Geografia Humana sobre Petrópolis, possivelmente, impediram a matéria geográfica alcançar, com os anos de 1970 e depois, o esgotamento da importante determinação da vilegiatura,³⁹ a desorganização citadina para a produção e o embarço urbano ante a inflexão da marcha demográfica de Petrópolis, por esse viés, desejando ser esta tese, com método diverso, a seqüência temporal e, quiçá, necessária dessa biblioteca geográfica comentada anteriormente.

Debruçado, então, sobre o presente espacial de Petrópolis, devo dizer que este trabalho partiu também para a investigação do passado espacial de

tempo em que tira uma “casquinha” do texto de Arbos, ao acrescentar, na mesma descrição, que teria fornecido informações para o geógrafo produzir o seu pertinente e importante esboço sobre Petrópolis.

³⁸ Diga-se a propósito que na imensa e quase inteira maioria do conjunto de textos acerca de Petrópolis, para além do estudo geográfico, a rua, os bairros, o movimento ou mesmo a vida operária não foi estudada ou sequer conhecida. Duas notáveis exceções, salvo engano, ficariam por conta dos livros: “Memórias da Rua Paulino Afonso”, de Edmundo Jorge, e “Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis” — os dois mencionados no interior deste trabalho —, existindo também alguns poucos artigos de jornais acerca da história do Movimento Operário levado a cabo por Oazinguito Ferreira. De resto, não seria arriscado escrever que as pesquisas estariam fixadas exatamente nos espaços de circulação da elite imperial e republicana que constituiu nessa serrania o seu espaço de cura.

Petrópolis, uma vez que a realidade sócio-espacial, sendo complexidade horizontal e vertical, não pode prescindir da importante contribuição da história. Poder-se-ia escrever, melhor dizendo, que a despeito de perquirir o presente ou beneficiando-se de um presente que se forma como realidade sócio-espacial, um dos desejos desta tese — ponto assaz importante — foi pesquisar a formação territorial de Petrópolis.

A urbanização de Petrópolis,⁴⁰ RJ, ocorre hoje nucleada pelo turismo, todavia, segundo o meu ponto de vista, fez-se necessário um estudo sobre a urbanização passada determinada pela vilegiatura, sem esquecer a atividade industrial, buscando, ademais, compreender a passagem dessa mesma vilegiatura para o turismo. A vilegiatura, aqui, foi conceituada como gênero diverso do turismo. Vilegiatura como velho contraparente do turismo. Uma designação renascentista para a estada ou permanência no campo, vida de campo ou morada no campo durante a estação calmosa, gerando vilas aristocráticas, diferentemente do turismo, variante do vocábulo *tour*, que, de fato, apenas surgiu quando os trabalhadores dos países altamente industrializados foram incorporados, como sócios menores, aos benefícios do aumento da produtividade do trabalho, dentre esses proveitos, a redução da jornada de trabalho gerando maior tempo livre remunerado — as férias. O vocábulo turismo nasceu no século XIX na Inglaterra. Não existiria tal prática de deslocamento antes desse século e mesmo aí fora apenas organizado para a burguesia. Até então, deslocamento de cura ou descanso fora prática usual da

³⁹ Provavelmente, com apenas um desvio de regra.

⁴⁰ O município de Petrópolis localiza-se ao norte da cidade do Rio de Janeiro, entre as coordenadas de 43°04' — 43°14'W e 22°33' — 22°35' S. Sua área é de 811 quilômetros quadrados. A sua altitude média é de 845 metros. O número de pessoas residentes é de 286.537 habitantes — 138.114 homens e 148.423 mulheres. 94,46% residentes em área urbana. (IBGE, 2000). Embora a população total estimada, em 2004, alcance 302.477 habitantes.

aristocracia, com ritmo e lugares distantes vinculados à vilegiatura e, no tempo, apartados do turismo. Recuperar esse território do passado — a vilegiatura — e detectar a sua presença, através de Petrópolis, na formação de subúrbios foi uma das necessidades deste trabalho.

O caso é que Petrópolis nasceu de um projeto do Estado Imperial, anexo ao fundamental processo centralizador do Segundo Império,⁴¹ que encontrou no plano de construção de uma cidade serrana o sucedâneo urbano da Europa nos trópicos, realizando, então, a desejada europeização,⁴² senão do povo, da elite, auferindo, ademais, renda para as precárias finanças da Casa imperial brasileira ao aforar as terras de sua fazenda.

Sob esse aspecto, Petrópolis foi planeada e construída como território de subúrbio elegante, uma capital suburbana⁴³ do Segundo Império e da República localizada em serra menos circunvizinha e com distância mais alargada da

⁴¹ Sobre este ponto, ver: Parte II, Capítulo 4, seção “4.2 — A Vila de Recreio na Obra Central do Segundo Império”.

⁴² Esta europeização, aliás, encontrava grande dificuldade na cidade do Rio de Janeiro. Nireu Cavalcanti, por exemplo, anota que a Missão Francesa, em 1816, encontrou “... cidade moldada e construída 252 anos por reinóis, brasileiros, cariocas, brancos, pretos, pardos, cabras, índios e caboclos.” (p.100). CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista, a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2004. Sobre o significado da europeização, ver: Parte II, Capítulo 4, especialmente, segmento “4.1 — Rio de Janeiro: Capital Popular e Malsã”.

⁴³ Nelson Nóbrega chama a atenção para a designação de Lewis Mumford para as cidades reais nascidas em áreas suburbanas: as “capitais suburbanas”, demonstrando “[...] a polissemia do subúrbio [...]” (Nóbrega, p.18), que, então, historicamente não esteve apenas vinculada à área ao largo dos muros das cidades da alta Idade Média, quando, diferentemente da cidade antiga e da cidade renascentista, o subúrbio teria sido o arrabalde fora das muralhas — presa fácil de ataques armados. Área que não era “[...] aldeia, não era cidade, nem lugarejo, seus habitantes viviam sob o escárnio de burgueses complacentes atrás de suas muralhas.” (Stilgoe, J. R. “Borderland: origins of the american suburb”, Yale University Press, 1988. In: FERNANDES, N. da N. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)*, PPGG, IGEO, UFRJ, 1996, p. 17. De fato, Nóbrega acentua as “cidades suburbanas”, sendo possível confirmar a sua citação de Mumford: “[...] a partir do século XV, deu-se maior ênfase à amplidão horizontal: o poder se propagou. Não tendo espaço na cidade, escapava para os subúrbios, como fez Luiz XIV, que, lembrando como tinha sido forçado a abandonar Paris por causa de um levante popular em sua juventude, resolveu refugiar-se em Versalhes: uma capital suburbana.”

cidade do Rio de Janeiro — zona montesa transformada pela vilegiatura em capital suburbana e que manteve, a despeito de alcançar independência administrativa poucos anos após a sua fundação, dependência dos fluxos e das funções ligadas ao Rio de Janeiro.

Espaço urbano de cenografias verdejantes e européias, a vilegiatura petropolitana era destinada às classes abastadas, guardando parentesco com as antiqüíssimas circunvizinhanças, para as quais chama a atenção Mumford ao observar, tão antigo quanto às cidades, o subúrbio⁴⁴ como paisagem sazonal da nobreza e local dos trabalhos agrícolas. Embora este não tenha medrado em terras petropolitanas, pois Petrópolis nasceu urbana: o palácio, a igreja, hotéis, comércio, as residências, tudo ao mesmo tempo.

Exatamente, o singular na criação desse espaço urbano, é que no mesmo instante em que nasce Petrópolis herdeira de imemorial tradição que a vincula aos suburbanos territórios de convivência das classes abastadas, tais como as áreas extramuros da Grande Ur,⁴⁵ região Sabina, ou mesmo as “cidades residências” ou “capitais suburbanas” da alta nobreza, nascidas entre os séculos XVI e XIX, como Versalhes, Kalsruhe, Potsdam,⁴⁶ pela porta dos fundos — no interior de territorialidade que ecoava a antiga vilegiatura assentada na propriedade, residência, fortuna, quiçá no prestígio e na autoridade —, em 1873, surgia a primeira fábrica de fiação e tecelagem de algodão⁴⁷, distante cerca de quinhentos metros do

Mumford, L. “O Subúrbio - E depois”, in: *A Cidade na História -, suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, 3º ed. SP, 1991, p. 410.

⁴⁴MUMFORD, L. “O Subúrbio - E depois”, in: *A Cidade na História -, suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, 3º ed. SP, 1991, pp. 521-566. Veja também: Fernandes, N.N., *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro (1858 - 1945)*, dissertação mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1996.

⁴⁵ Id. Ibid., p.522.

⁴⁶ Id. Ibid., p. 419.

⁴⁷Renânia, mais tarde São Pedro de Alcântara, 1873; Cia. Petropolitana, 1874; D. Isabel, 1889.

Palácio de verão de Pedro II. Poder-se-ia escrever: instalava-se o subúrbio industrial e proletário no padrão descrito por Lefebvre: “A indústria nascente tende a se implantar fora das cidades* [...] A indústria nascente se instala perto de fontes de energia [...] de meios de transporte [...] de matérias primas [...] de reservas de mão-de-obra.”⁴⁸

Além disso, era a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — exemplo, nos trópicos, das antigas cidades as quais se refere Lefebvre⁴⁹ — que portava as fontes de capitais e a banca de onde se originavam esses capitais, os mercados, a residência principal das elites econômicas e políticas. Petrópolis, desde sempre, foi “colônia industrial”⁵⁰ absolutamente dependente do Rio de Janeiro, pois as indústrias estabelecidas aqui não resultaram de acumulação de capital intra-urbano, mas de inversões que vieram da mesma elite residente na capital do país, e que fundara essa cidade serrana como simulacro europeu conexo a obra central do Segundo Império.

Petrópolis, então, arranhou-se como um território no qual o subúrbio elegante à maneira da vilegiatura criaria inibições, mas não proibiria, a existência de subúrbio industrial-proletário em um mesmo espaço montês e urbano.

O que se passaria hoje é que o presente turístico petropolitano se organiza sobre as figurações desse antigo arranjo territorial que não mais existe, pois, de fato, a urbanização de Petrópolis não é mais determinada por esse importante fator político — a vilegiatura — e nem pelo econômico — a indústria —, sendo hoje essa urbanização produzida pelo turismo; diga-se provisoriamente,

* . No caso, fora da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

⁴⁸ LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*, editora Documentos, SP, 1969, p.13.

⁴⁹ Id. *ibid.*, p.13.

⁵⁰ Nos termos, mas não no sentido de Philippe Arbos, *op. cit.* p. 217.

urbanização turística estribada nas antigas formas da vilegiatura e no turismo de segunda residência e rural.

Pesquisar esse presente urbano e turístico de Petrópolis como realidade sócio-espacial é procurar compreender a intrincada coexistência, no espaço, entre presente e passado, cujas formas, unidas em suas contradições, existiriam no presente com datações diversas. O espaço sem cessar, é um presente resultante de inseparável nexos [...] de sistemas de objetos e sistemas de ação [...].⁵¹ Objetos que regulam ou configuram o sistema de ações; objetos que, a despeito de ecoarem o passado, existem demarcados pelo presente, quase ia dizendo, pela ação que define as formas desse passado, em um processo de permanente atualização ou, quiçá, de renovada fundação que leva em conta as decisões imediatas de uma dada sociedade. Investigar a urbanização atual de Petrópolis, desse modo, é também inquirir acerca do passado espacial dessa cidade a partir de indagações determinadas pelo presente.

Este presente geográfico-espacial, diga-se a propósito, não é um tempo que escapa no instante mesmo de sua enunciação. Tal como Milton Santos observou, esse presente é consequência do tempo do modo de produção ou tempo mundial, do tempo do Estado nacional e do tempo específico de um dado lugar.⁵²

⁵¹ SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, Hucitec, SP, 1996, p.51.

⁵² Se bem que “[...] a palavra *lugar* [seja] [...] prenhe de ambigüidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão *região* serve para designar extensões diferentes [...] a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. [...] O que é fundamental [...] é o reconhecimento de que cada lugar é o teatro de tempos ‘externos’ múltiplos.” SANTOS, M. *Ibid.*, p. 111.

Produto articulado desses três tempos ou remate espacial de elementos gerais e singulares,⁵³ então, esse presente, valendo aqui o petropolitano presente geográfico-espacial, é também a síntese de duas complexidades que constituem a própria realidade sócio-espacial, pois “Em cada lugar [...] o tempo atual se defronta com o tempo passado cristalizado em formas.”⁵⁴ Exatamente, refiro-me àquelas complexidades horizontais e verticais que Henri Lefebvre⁵⁵ reconheceu como de maior evidência no mundo rural, mas que prolongaram-se em um método dialético que desembaraça a vida de formas sócio-espaciais coetâneas, embora com datações históricas diversas.

Lefebvre escreve que a realidade rural é duplamente intrincada, encerrando uma complexidade horizontal em cujas

⁵³ A definição lukácsiana de particularidade como categoria central da estética parece projetar este presente espacial resultante de elementos gerais e singulares: a base do reflexo científico, escreve Lukács, é a universalidade: “[...] a aspiração a uma generalização que compreenda o máximo número possível de casos singulares, aparentemente heterogêneos, à mais compreensiva generalização possível.” (p. 183). Essa universalidade, diz ainda Lukács, é concreta, deixando claro que o geral ou universal científico é a concreticidade universal máxima, o afastamento extremo, formal, “[...] das formas do mundo da evidência imediata.” (p. 183). Por outro lado, a forma do reflexo estético não afasta, em Lukács, o singular; ao contrário, articula universal e singular, gerando o particular. Existiria então “[...] um movimento da particularidade à universalidade (e vice-versa), bem como da particularidade à singularidade (e ainda vice-versa), e em ambos os casos o movimento para a particularidade é o conclusivo.” (p. 161). O presente geográfico-espacial, tal como Milton Santos observou, parece ecoar essa definição lukácsiana, pois os elementos específicos de um lugar, os elementos gerais do modo de produção e, dependendo da escala, os próprios elementos gerais do Estado-Nação, garantiriam o caráter diverso desse espaço, sendo mesmo esse presente anunciado por Milton Santos uma espécie de campo em movimento ou particularidade. Cf. LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista*, Civilização Brasileira, RJ, 1978.

⁵⁴ SANTOS, M., op. cit., p. 113.

⁵⁵ Cf. LEFEBVRE, H. “Problemas de Sociologia Rural” e “Perspectivas da Sociologia Rural”. In: MARTINS, J. de S.(org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 2ª ed., Hucitec, 1986, pp.144-162 e pp. 63-177, respectivamente. Ver também MARTINS, J. de S. “As Temporalidades da História na dialética de Lefebvre”. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, Hucitec, 1996, pp. 13-23. Diga-se de passagem, ademais, que os nexos inseparáveis de conjuntos de objetos e conjuntos de ação, delimitadores do presente social-geográfico encontrado em Milton Santos, teriam, em sua origem, forte presença desse caminho ou roteiro de Lefebvre, pois não se trata de permitir que a história consuma a geografia e nem que a própria geografia dispense a importante cota auxiliar da história.

“[...] formações e estruturas agrárias da mesma época histórica – em particular naquelas determinadas pelos grandes conjuntos sociais e políticos atuais – manifestam-se diferenças essenciais, que chegam ao antagonismo.”⁵⁶

E uma complexidade vertical, na qual o mundo agrário mostra ao olhar “[...] a coexistência de formações de épocas e datas diferentes.”⁵⁷ No cosmo rural “[...] ainda mais nitidamente do que no artesanato, nada desapareceu inteiramente.”⁵⁸

Essa horizontalidade e verticalidade complexas “[...] entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra.”⁵⁹

O caminho de Lefebvre no interior dessa dupla complexidade, ultrapassando a sua origem ou preocupação rural, alcançou um método que é mesmo o próprio movimento dialético, i.é: o momento ou movimento descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético. O primeiro momento — a tese — é a descrição informada do visível, restaurando o poder ou a força explicativa da diversidade das relações sociais, reconhecendo e detectando questões que se podem ver através dessa descrição do presente geográfico-espacial; o segundo movimento — a antítese — é o esforço de datação da descrição anterior do presente espacial, a compreensão das formas consolidadas do passado, ou seja, a descoberta da existência simultânea de relações sócio-espaciais com tempos desiguais; o terceiro momento — a síntese — é o retorno ao presente já agora articulado ao passado, buscando evidenciar ou explicar que as contradições das formas espaciais não são apenas oposições no interior do tempo presente, mas,

⁵⁶ LEFEBVRE, H. “Perspectivas da Sociologia Rural”, *ibid.*, p. 165.

⁵⁷ *Id. Ibid.*, p. 166.

⁵⁸ *Id. Ibid.*, p. 166.

igualmente, dissonâncias de temporalidades, contradições que não se extinguem em conflitos de natureza espacial coeva, revelando-se também como históricas contradições sócio-espaciais.⁶⁰

Precisamente, a estrutura deste trabalho quereria ser a expressão dessas complexidades horizontais e verticais — que constituem a realidade sócio-espacial de Petrópolis — e que assentariam um método que permitiria à geografia perquirir o espaço e suas formas sem prescindir da assistente contribuição da história. A Parte I, composta de 3 Capítulos, procura descrever a urbanização turística petropolitana enredada em uma cidade espessa, demograficamente adensada, e com indústria desfibrada; a longa Parte II, com 4 Capítulos, busca os elementos do passado colonial e imperial que contribuíram para a constituição de uma cidade como campo urbano de poder, valendo território de vilegiatura cujas formas, especialmente as arquitetônicas, hoje propiciam a figuração turística; a Parte III, assentada em Capítulo Único e perquirindo o processo de tensões das temporalidades urbanas, por conseguinte, desejando afastar a névoa da realidade sócio-espacial de Petrópolis, quereria evidenciar que a turística urbanização do presente Petropolitano guardaria conflitos não somente de natureza contemporânea, mas portaria tensões espaciais advindas de uma história territorial serrana — com antecâmara no período colonial — fundada no Segundo Império.

Sob esse aspecto, este trabalho sobre o espaço urbano de Petrópolis se constitui como história territorial, pois, sob esse método, o espaço não pode ser compreendido sem uma investigação de sua origem e desenvolvimento, e nem o território deve ser avistado despregado do histórico relacionamento entre a

⁵⁹ Id. Ibid., p. 166.

sociedade e esse mesmo espaço.⁶¹ Desse modo, Petrópolis foi demarcada como certa espécie de campo de poder,⁶² um espaço urbano constituído como território, i.é, espaço determinado por relações de poder historicamente delimitadas, ou ainda, uma fração do espaço conquistada, demarcada e nomeada por grupamento da elite brasileira que buscou estrear a forma da regência do espaço urbano de Petrópolis. Território, ademais, não necessariamente ligado à propriedade, mas a sua apropriação — na história territorial de Petrópolis — legitimada pelos domínios fundiários, residenciais e industriais, mas, igualmente, legitimada por um corpo de práticas materiais e simbólicas vinculadas especialmente à vilegiatura; duas legitimadas apropriações que garantiram — sem tremores dignos de nota até o nuclear decênio de 1970⁶³ — a constituição de uma territorialidade urbana sob o controle de uma elite brasileira imperial e, posteriormente, republicana.

Por fim, tudo se passaria como se a história desse território pudesse demonstrar a permanência de uma linha — não linear e imersa em pedestres conflitos — focalizada em determinações exteriores. Se a vilegiatura e a indústria, claramente, deram no passado o viés forâneo da ordem urbana de Petrópolis, hoje, com o turismo, o fator exterior continua através de uma reconquista territorial levada a cabo por uma coalizão local gerenciada pelo governo municipal, cujo objetivo se encontra tão somente na recuperação das taxas de lucros que outrora a cidade produziu; reconquista territorial ou urbanização turística visando o uso mercantil —

⁶⁰ Cf. LEFEBVRE, H. Id. Ibid., p. 173. Cf. Também MARTINS, J. de S. “As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre”. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, Hucitec, SP, 1996, pp. 20-23.

⁶¹ Sobre este ponto, ver: MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, Annablume, 2. ed., SP, 2005, especialmente, Capítulo III.

⁶² “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*, ed. Ática, SP, 1993, p.144.

o consumo turístico de uma cidade em detrimento do cotidiano urbano e popular de Petrópolis.

⁶³ Embora, bem antes da década de 1970, a passagem dos quarteirões para bairros já fosse realidade.

PARTE I — A URBANIZAÇÃO PELO TURISMO NO PERÍODO

ESPESSO E NÃO INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS

CAPÍTULO 1— Turismo no Período Morto da Indústria

Cidade desorganizada para a produção, agitar-se-ia Petrópolis em busca de solução para seus males econômicos. A desindustrialização parece ter colocado, em Petrópolis, o turismo como o serviço de maior relevância competitiva com as outras cidades.⁶⁴ A noção presente do turismo como uma espécie de panacéia para problemas urbanos e econômicos de cidades esvaziadas de indústrias é cada vez mais obsedante: ecos ideológicos alocados em um setor de serviço, pois, se o próprio meio ou complexo processo industrial deixou de assegurar o eventual favorecimento do desenvolvimento sócio-econômico de uma cidade, não seria

⁶⁴ Cf. HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna, Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, ed. Loyola, quinta ed. SP, 1992. Se bem que Petrópolis não faça parte das cidades grandes localizadas no mundo do capitalismo avançado, nem tenha sido ou mesmo seja centro financeiro, além de somente no início do século XXI reverberar ações urbanas fortemente influenciadas pelas determinações turísticas advindas das zonas avançadas do capitalismo, com a desindustrialização das suas grandes plantas têxteis, é possível enxergar nesta cidade projetos e intervenções urbanas que buscam atrair capital e pessoas. Refiro-me a esta citação de Harvey: “O fato de estarem [as cidades e os lugares] tão pressionadas e de o resultado [de projetos urbanos e arquitetônicos] ser uma repetição em série de modelos bem-sucedidos (como Harbor Place, de Baltimore) é compreensível, dada à sombria história da desindustrialização e da reestruturação, que deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento. Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendimentismo urbano intensificados”. (P. 92).

possível somente uma única ação ser inspiradora desse mesmo desenvolvimento.⁶⁵

Reflexos ideológicos, dizia, anexados à financeirização da economia mundial.

O período financeiro atual tem procurado reservar para países como o Brasil a função de servirem como simples colônias de férias ou de fim de semana dos países do núcleo orgânico da economia mundial. O caso é que, já anteriormente enquadrados em uma situação de dependência, na qual existe uma relação de subordinação entre Estados nacionais, em cujo campo de ação “[...] as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência,”⁶⁶ países como o Brasil há muito exportam matérias-primas, produtos semi-industrializados e industrializados e, dependendo do câmbio, turistas, conseqüentemente, podendo ser avistado esse período financeiro como uma inflexão na configuração dessa dependência, pois o que está agora sendo exportado é a paisagem.

No caso de Petrópolis, não recebendo em profusão turistas norte-americanos, europeus, e japoneses, sobriam os brasileiros, a despeito da financeirização da economia que, entre outras conseqüências, promove também no Brasil a

“[...] passagem de uma situação de pleno emprego e de ampliação do tempo livre para uma sociedade em que prevalece a ameaça constante de desemprego (alimentada pela existência de um enorme contingente de desempregados) e a redução efetiva do tempo livre [...]”.⁶⁷

⁶⁵ Cf. RODRIGUES, A. M. In: OURIQUES, H. R. A. *A Produção do Turismo, fetichismo e dependência*, ed. Alínea, Campinas, p. 9.

⁶⁶ MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*, Vozes, Petrópolis, 2000, p.109.

⁶⁷ MUSSE, R. “Fenomenologia da Reificação: Adorno e o Lazer”. In: BRUHNS, H. T. (org.). *Lazer e Ciências Sociais, Diálogos Pertinentes*, ed. Chronos, SP, 2002, p. 179.

Deslocar-se-iam menos brasileiros cada vez mais. Petrópolis, contudo, procura o seu espaço como território do setor turístico.

É preciso dizer que, além de cidade industrial, desde a origem Petrópolis também foi configurada como cidade de descanso da elite brasileira. Ponto importante abordado na posterior Parte II deste trabalho. Contudo, seria necessário escrever que essa velha cenografia é um dos principais pressupostos do turismo na cidade; ruas e prédios apresentados como vestígios de uma paisagem imperial e, marginalmente, republicana. O primeiro distrito, embora sendo o depositário urbano e arquitetônico da antiga vilegiatura, não seguiria hoje como local privilegiado da produção espacial realizada pelo turismo em Petrópolis, pois a industrialização e o adensamento urbano atulhou⁶⁸ a paisagem desse distrito, restando — com seu casario — apenas algumas ruas no núcleo central, além de cinco representativos

Relatório da OIT — Organização Internacional do Trabalho — informa que, em 2005, mesmo com o crescimento da economia mundial estimado pelo FMI, 4,3%, o número de desempregados em todo o planeta aumentou 2,2 milhões, passando dos 189,6 milhões de 2004 para os 191,8 milhões verificados no final de dezembro de 2005. O relatório informa também que 1,4 bilhão, metade dos 2,8 bilhões de trabalhadores de todo o mundo, continua recebendo U\$ 2 diários de salário. Se considerarmos 1995 como início de uma década terminada em dezembro de 2005, o aumento do número de desempregados, nesses dez anos, foi em todo o mundo de 34,4 milhões. Informa ainda o relatório que a maior taxa de desemprego, por região, foi registrada na América Latina e Caribe, onde passou de 7,4% para 7,7%, embora a mais elevada taxa continue sendo a do Oriente Médio e norte da África, de 13,1% em 2004 para 13,2% em dezembro de 2005. Na União Européia e demais economias desenvolvidas a taxa de desemprego caiu de 7,1%, em 2004, para 6,8% em 2005. Desse relatório é possível depreender (1) que o turismo estaria cotidianamente ameaçado pelo desemprego instalado pela financeirização da economia mundial, e, (2) uma vez que esse mesmo desemprego é maior na parte “dependente” ou pobre do mundo, o deslocamento turístico, substantivamente, continua ocorrendo no interior das economias desenvolvidas e a partir delas em direção às regiões mais solares do planeta, podendo-se ademais inferir, a despeito do relatório da OIT noticiar dados regionais e não por países, que o turismo interno e externo do brasileiro estaria fraturado pelo desemprego. Portanto, cada vez mais no mundo e no Brasil, viajam apenas aqueles que ainda não foram dispensados de seus empregos, transformando o turismo em deslocamento a lazer cada vez mais restrito à fração social que receberia os benefícios do excedente econômico produzido.

prédios objetos de visitao: o Museu Imperial, antiga residncia de campo de D. Pedro II; o Palcio Rio Negro, residncia sazonal dos presidentes brasileiros at a fundao de Braslia; o Museu Casa de Santos Dumont, pequeno chal instalado em uma encosta; o Palcio de Cristal, estrutura de ferro e vidro inaugurado, em 1884, como abrigo de exposies de flores e local de festas; a Catedral So Pedro de Alcntara, prdio catlico em estilo neogtico, em cujo interior encontram-se os restos mortais e as estaturias morturias de Pedro II e da Imperatriz, da princesa Isabel e do conde D’Eu. O “Manual de Comercializao para Organizadores de Viagens, Eventos & Convenes”,⁶⁹ alm desses prdios, divulgou outras edificaes — todas no primeiro distrito — passveis de interesses tursticos, a maioria j fazendo parte de fortuito circuito de visitao, tais como a casa do Colono, a antiga residncia da Princesa Isabel, a velha residncia do baro de Guaraciaba e atual sede da Cmara Municipal, etc.

No obstante toda essa paisagem do primeiro distrito estar venda turstica, ou disponvel para o turismo,⁷⁰ parece ser problemtico esse comrcio, pois, substantivamente, nesse distrito ocorre a visitao sumria e no a estadia noturna que caracteriza o turismo. Apndice turstico da cidade de So Sebastio do Rio de Janeiro, Petrpolis recebe neste primeiro distrito a circulao de carros de passeio, micro-nibus ou mesmo nibus transportando turistas nacionais e ou estrangeiros, muitas vezes, hspedes da metrpole carioca e brasileira que transitam pelos prdios indicados acima e um ou outro ponto turstico no interior

⁶⁸ Inclusive com sistemticos engarrafamentos no trfego de automveis.

⁶⁹ *Manual de Comercializao para Organizadores de Viagens, Eventos & Convenes*, PMP, Petrpolis, 2005.

⁷⁰ Cf. SEABRA, O. C. de L. *Santos: Estao de Veraneio*, Revista Cadernos de Lazer 2, Brasiliense, SP, s.d: “Faz-se necessrio ressaltar que numa economia de mercado [...] qualquer abordagem do problema que privilegie um enfoque das necessidades est fadado a enveredar por caminhos enganosos, pois o lazer, antes de existir como meio de satisfazer

desse distrito,⁷¹ contribuindo, com seus veículos, para o agravamento dos cotidianos engarrafamentos citadinos, eventualmente, remunerando vendedores de postais, contratando agências ou mesmo guias de turismo à disposição, com chuva ou sem, junto às portas dessas edificações históricas.⁷²

Sob o específico ângulo do turismo, ademais, a descoberta do litoral como privilegiada região de férias ou descanso de fim de semana retira, especialmente do primeiro distrito, a ocasional sedução climática de Petrópolis ante os terrores caloríficos do verão, desse modo, inibindo possíveis picos de ocupação turística hoteleira no primeiro distrito, fixando-se, quiçá, nos meses mais frios do ano.

O fato é que, atualmente abrigando tênues rastros de um lado arquitetônico e urbano da história imperial e republicana, esse mesmo distrito parece servir apenas como uma das mais antigas iscas turísticas de Petrópolis: a denominada cidade imperial⁷³ — instalada no primeiro distrito, mas, cirúrgica e concretamente, hoje apenas designação estribada no núcleo central.

1.1 — O Pró-Centro e a Produção do Centro Histórico.

necessidades humanas, como condição necessária à reprodução material da vida, existe como um *produto a escoar*.” (P. 33).

⁷¹ Por exemplo: o antigo Hotel Quitandinha e a casa do Colono, na zona sul do primeiro distrito.

⁷² Sobretudo à porta do Museu Imperial, geralmente, local inicial de encontro e de visita.

⁷³ Título, aliás, assinado pelo presidente e general João Figueiredo, em decreto assinado na década de 1980.

A utilização do centro de Petrópolis como isca turística recebe agora notável inflexão. É necessário acentuar que a Prefeitura Municipal realizou nos anos de 2006 e 2007, com projeção final para este ano de 2008, decisiva intervenção no chamado Centro Histórico, dando encaminhamento ao “Projeto de Valorização do Centro Histórico de Petrópolis” — doravante, Pró-Centro — divulgado publicamente pela anterior Administração, em maio de 2000.⁷⁴

“Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e tem procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade.”⁷⁵

Se no terceiro distrito de Itaipava é ostensivo a presença dos incorporadores como agentes turísticos modeladores do solo para a segunda residência, no primeiro distrito — exatamente, no denominado Centro Histórico — a intervenção é do poder público. O secretário de Obras e o prefeito da Administração atual, apresentando o plano de obras para a rua do Imperador, iluminam esta afirmação e confessam a origem na Administração anterior dessa revalorização urbana, além do objetivo dessa *requalificação* do núcleo urbano para o consumo turístico:

⁷⁴ *Petrópolis — O Sonho de um Imperador. Pró-Centro.* Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Econômico, Administração PSDB — Leandro Sampaio, 1997-2000, Prefeitura Municipal de Petrópolis. O Programa foi divulgado em detalhes através de meio eletrônico, em maio de 2000; porém, o Pró-Centro, cujas atividades estariam ligadas à Secretaria de Planejamento, já fora instituído através do Decreto número 107, de 09 de dezembro de 1997, D.O. 18/12/1997, “Considerando a necessidade de recuperar o Centro Histórico, revitalizando seu aspecto arquitetônico e reativando seu papel de referência cultural desta cidade.”

“[...] *A reurbanização da rua do Imperador faz parte do Projeto de Revitalização do Centro Histórico* [...] algumas ações já foram realizadas pela Prefeitura, como a reurbanização das ruas Epitácio Pessoa e 16 de Março, além da restauração do Teatro Municipal Paulo Gracindo, a iluminação da Catedral São Pedro de Alcântara e a do Palácio de Cristal, feitas em parceria com o Governo do Estado [...]”.⁷⁶

“Trata-se de uma das obras mais importantes da cidade. É desejo dos petropolitanos resgatar a rua do Imperador. Estamos pensando no futuro, projetando a cidade para daqui a 50 anos. *Vamos atrair mais turistas e incrementar a economia.* [...]”⁷⁷

“Apesar da importância e de seu valor histórico, o Centro Histórico enfrentou a degradação ao longo dos anos. Calçadas que não comportam mais o grande número de pedestres, emaranhados de fios que prejudicam a visualização das fachadas e o trânsito conturbado arranham a imagem da região. As intervenções urbanísticas estão previstas no Plano Diretor do município, aprovado no início dos anos 90. No entanto, somente o atual governo optou por realizá-las, reconhecendo o valor da região”.⁷⁸

⁷⁵ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna, Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, ed. Loyola, quinta ed. SP, 1922, p. 91.

⁷⁶ “Prefeito apresenta obras na rua do Imperador”, *Release ASCOM — Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Petrópolis*, 31/03/2006. Citação do secretário. Naturalmente, o secretário não mencionou as intervenções iniciadas na Administração anterior. Por exemplo: o remodelamento de duas praças e o início da obrigatoriedade da retirada das marquises não originais das fachadas dos imóveis da rua do Imperador e adjacências substituídas, apenas no pavimento térreo, por toldos retráteis; retiradas de marquises e colocação de toldos consoantes à Lei municipal de Petrópolis de nº 5571, Art. 3º, de 15 de dezembro de 1999, D. O. do Município de Petrópolis, 16 de dezembro de 1999. O itálico é de minha autoria.

⁷⁷ “Prefeito apresenta obras na rua do Imperador”, *Release ASCOM, PMP*, 31/03/2006. Citação do alcaide. É também de minha autoria o itálico.

De fato, a intervenção na rua do Imperador,⁷⁹ afora detalhes, em linha reta advém do planeamento reabilitador do Pró-Centro, cuja ênfase foi e continua sendo a calha viária principal do centro de Petrópolis — a rua do Imperador —, não esquecendo, ademais, as ruas e/ou quarteirões que para ela convergem e nem as praças existentes nesta área: 3 hectares de intervenção, soterrando fiações de energia elétrica, de telefonia e de outros serviços, eliminando postes, inserindo novo mobiliário urbano⁸⁰ e propondo recuperação e enquadramento cenográfico do casario segundo legislação pertinente que estabelece normas de instalação para anúncios, letreiros, retirada de marquises e substituição por toldos.⁸¹

Sem esquecer as iluminações de cena da catedral São Pedro de Alcântara e do palácio de Cristal, além da nova modelagem das ruas 16 de Março,

⁷⁸ “Prefeito apresenta obras na rua do Imperador”, *Release ASCOM, PMP*, 31/03/2006.

⁷⁹ “Prefeitura dá início às obras de reurbanização do Centro Histórico”, *Release ASCOM, PMP*, 25/04/2006. O primeiro trecho, 1.200 metros, o investimento foi de R\$4,2 milhões. A intervenção no lado ímpar da rua do Imperador tem investimento noticiado de R\$6.445.737,03 milhões. Os investimentos para a execução total do projeto, lado par e ímpar dessa rua, são de R\$18 milhões, partilhados entre o Bradesco, o Ministério do Turismo e a própria prefeitura.

⁸⁰ Cf. *Release ASCOM, PMP*, 25/04/2006: “O prefeito Rubens Bomtempo assinou, na manhã desta terça-feira [25/04/2006], os contratos que permitem a reurbanização do Centro Histórico, mais um importante passo para valorizar o acervo arquitetônico e contribuir para o desenvolvimento sustentável do município [...]. O projeto do Centro Histórico prevê, além do alargamento das calçadas [...], a instalação de novos equipamentos urbanos, como bancos, jardineiras, postes e lixeiras, o enterramento de toda a fiação suspensa de energia elétrica, telefonia, TV a cabo e outros serviços. Com a conclusão das obras e a passagem subterrânea das redes, será possível visualizar melhor as fachadas do corredor de sobrados tombados.”

⁸¹ Não seria ocioso acentuar que essas normas oriundas da Lei n° 5.571, de 15/12/1999, D. O. 16/12/1999, alterando a Lei n° 5.513, de 23/06/1999 foi legislação elaborada pela Administração PSDB anterior. Mesmo a Lei número 6.240, de 21/01/2005, D.O. 22/01/2005, que institui o Código de Postura do município de Petrópolis, salvaguarda a legislação de 1999. Em seu Capítulo III acerca dos letreiros, no Art. 104, é possível ler: “Sem prejuízo de quanto estabelecido na Lei n. 5513/99, a colocação de letreiros em todo o Município deverá respeitar os seguintes critérios [...]”. Desse modo, o vínculo da intervenção em curso, o Pró-Centro, não está demonstrado apenas pela citação anterior da entrevista de um casual Secretário de Obras, pois esta, eventualmente, poderia refletir somente uma opinião ou desejo; porém, também está comprovado através dessa herança ou intimidade legal.

Epitácio Pessoa e da praça da Inconfidência,⁸² essa intervenção do poder público no eixo principal do núcleo central da cidade — a rua do Imperador — seria o principal marco,⁸³ em Petrópolis, de um urbanismo transformador de centros de cidades em centros históricos vinculados ao turismo.

Embora observando o Pró-Centro⁸⁴ que o projeto do Império na construção de Petrópolis envolvera toda a antiga propriedade da Fazenda Imperial, desse modo, planeando mais de 40 quilômetros quadrados⁸⁵ e não somente o núcleo central, conseqüentemente, apontando para a possibilidade da cidade, toda ela, ser um enorme núcleo histórico, esse Projeto de Valorização pressupõe valores diferenciados para as diversas partes da cidade, enobrecendo turística e culturalmente apenas um local cuja centralidade fora determinada pelo poder imperial e mantida pela República, por conseguinte — junto com as fiações de todo tipo —, soterrando o Pró-Centro todos os bairros de Petrópolis menos beneficiados

⁸² A rua 16 de Março comemora, com esse nome, o Decreto assinado por Pedro II autorizando o arrendamento de sua fazenda ao Major Koeler, em 1843. Paralela à rua do Imperador, foi inaugurada, em 1943, já calçada com paralelepípedos e sem iluminação pública. Somente quando o serviço de energia elétrica passou para a Cia. Brasileira de Energia Elétrica é que a 16 de Março, em 1945, recebeu iluminação. Das ruas do bairro central, a 16 de Março foi a que mais sofreu processo de verticalização, sendo mesmo uma estreita via exprimida entre edifícios. Nessa rua, aliás, foi construído o edifício Centenário — o primeiro prédio de treze andares do centro de Petrópolis. A rua Epitácio Pessoa, perpendicular à rua do Imperador, foi aberta em 1926. A praça da Inconfidência é um dos pontos extremos da rua do Imperador ao lado da antiga estação rodoviária; em 1875 era ainda um capinzal quando, em 1876, construiu-se a capela Nossa Senhora do Rosário que, demolida, deu lugar, em 1926, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

⁸³ Diga-se a propósito, sinal demarcatório sem retorno. Pois mesmo que, eventualmente, as diversas etapas dessa intervenção pública não fossem executadas integralmente pela atual Administração, ela seguiria seu curso com as futuras administrações do município. Gostaria de lembrar que o Pró-Centro é projeto nascido na segunda metade dos anos de 1990, no interior de Administração PSDB – partido, no Brasil, umbilicalmente ligado ao capital financeiro. Exatamente, o curioso ou, quem sabe, revelador, é o fato de uma Administração municipal de oposição saída de quadros políticos à “esquerda” tornar concreto esse projeto, que escancara o domínio do espaço pelo Capital através do urbanismo, técnica de ação, em um regime mundial de acumulação flexível, que possibilita ao capitalismo transformar o centro de Petrópolis em mercadoria histórica e cultural acoplada ao consumo turístico.

⁸⁴ “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”. In: *Petrópolis – O Sonho de um Imperador, Pró-Centro*, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, PMP, maio de 2000.

por aquele poder. Tudo se passaria como se apenas um lugar central da cidade merecesse — pelo “senso comum” — o adjetivo de histórico, restando aos bairros o modesto vínculo com os registros de fatos comuns:

“No decorrer do desenvolvimento do Município, construiu-se pelo “senso comum”, uma “centralidade” fundamentada primordialmente por questões de uso do solo e funcionais. No próprio período imperial, a rua do Imperador, que integrava o então quarteirão da Vila Imperial, torna-se grande fator comercial diversificado e hierarquizado, principalmente pela presença nos seus arredores do palácio imperial e de residências de personalidades da corte. Com a queda do Império e instalação da República, cristaliza-se esta região como pólo atrativo aliado ao incremento de centro de negócios e local administrativo”.⁸⁶

É de se notar que a ótica ou a perspectiva — quiçá o “partido”, na dicção de arquitetos e urbanistas — que o Pró-Centro apresenta não sopesou as diversas fases por que passou o processo de preservação do patrimônio cultural de Petrópolis, uma vez que não faz referência ao processo mais geral de proteção Federal do patrimônio cultural no Brasil. Esse viés descreve o percurso da história da preservação de Petrópolis⁸⁷ em linha contínua, desde os tombamentos iniciais do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁸⁸ — o antigo DPHAN,

⁸⁵ Hoje o primeiro distrito, mas outrora a própria cidade.

⁸⁶ “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”, *Petrópolis — O sonho do Imperador*, Pró-Centro, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2000.

⁸⁷ “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”, 2000, *passim*.

⁸⁸ O antigo DPHAN, em Petrópolis, tombou a Casa do Padre Corrêa, segundo distrito, em 1940; a casa da Fazenda Samambaia, segundo distrito, e a casa da Fazenda Santo Antônio, terceiro distrito, em 1951; a Casa Santos Dumont, primeiro distrito, em 1952; o acervo paisagístico e urbanístico da Avenida Koeler, primeiro distrito, em 1964; o acervo

atual IPHAN — até os dias de hoje, desse modo, forjando-se ou legitimando-se o Pró-Centro e suas concretas intervenções como inflexão natural e sem ruptura dessa história da preservação em Petrópolis. Essa posição linear, poder-se-ia dizer, ideológica, do Pró-Centro não periodizou esse processo de proteção, portanto, não fez menção à primeira fase, 1937-1970, na qual as edificações e sítios urbanos barrocos ou coloniais — o século XVIII como referência nacional prioritária — eram passíveis de tombamentos como testemunhos de uma brasilidade em formação. Não faz o Pró-Centro sequer alusão à segunda fase, 1970-1990, período que, distanciando-se desse cariz barroco ou colonial da fase anterior, com a idéia de ambiência,⁸⁹ absorveu — por exemplo — o ecletismo que marcara um número elevado de edificações urbanas brasileiras do século XIX, Petrópolis inclusive; segundo período, ademais, que serviria de apoio à luta contra a especulação imobiliária e a expansão de áreas urbanas espessas; período, por fim, que concebeu a noção de patrimônio como documento,⁹⁰ enfatizando a dicção da forma, valendo sítios urbanos despregados de um determinado estilo e que expressariam

paisagístico e urbanístico da praça da Confluência, inclusive o Palácio de Cristal, primeiro distrito, em 1967.

⁸⁹ Cf. MOTTA, L. “A Apropriação do Patrimônio urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global”. In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papirus editora, Campinas, 2000, pp.257-287. “Pode-se dizer que a associação do tema preservação com o da qualidade de vida foi o grande avanço que se processou nessa área, em decorrência da participação e do interesse das comunidades urbanas pelo assunto. Buscava-se a manutenção de uma escala urbana que os prédios mais antigos garantiam. Adotou-se, assim, na prática, a idéia de *ambiência* – que possibilitou a inclusão de outros estilos na composição do patrimônio cultural.” (P. 266). Sobre as fases do processo de proteção do patrimônio, ver também: FONSECA, M. C.L. *O Patrimônio em Processo, trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2ª edição, Editora UFRJ / MINC / IPHAN, RJ, 2005. (sobretudo a Parte 2).

⁹⁰Cf. MOTTA, L. *Ibid.*, pp. 266-267. A compreensão do patrimônio como documento, na década de 1980, afastar-se-ia da idéia de um necessário estilo unitário no interior dos eventuais conjuntos tombados. Até a apreensão do “documento” o critério estético ainda guardaria validade, a despeito do estilo Barroco, nesta segunda fase, não mais portar a única atenção para os eventuais tombamentos.

“[...] toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificados, detalhes de ornamentação etc. A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo.”⁹¹

Esquecendo ou não desejando saber dessas duas fases anteriores o Pró-Centro falaria de si mesmo com olhar indulgente, dir-se-ia, ideologicamente constrangedor, pretendendo legitimação em sua intervenção enobrecedora do bairro central e enxergando-se como simples e conseqüente inflexão no interior de seu “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”.⁹²

Datando as ações efetivas desse processo em 1978⁹³ — quando, em Petrópolis, a preservação do patrimônio direcionou-se sobretudo para sítios e conjuntos urbanos, cujo exemplo notório foi o Anteprojeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional por uma deputada federal, Lygia Lessa Bastos, propondo o

⁹¹ ‘Manual do método inventário – sítios urbanos tombados’. Departamento de Identificação e documentação, [mimeo], RJ, 1998, p.9. Apud MOTTA, L. “A Apropriação do Patrimônio urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global”, pp. 257-287. In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papyrus editora, Campinas, 2000.

⁹² “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”. In: *Petrópolis – O Sonho de um Imperador, Pró-Centro*, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, PMP, maio de 2000. O que o *Pró-Centro* esconde é a sua leitura do espaço, diversa da apreensão das fases anteriores, sobretudo da segunda fase. Sob esse ângulo, valeria reproduzir Harvey: “Enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não tem necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza ‘desinteressada’ como fins em si mesmas.” (o itálico é meu). HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna, Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, ed. Loyola, quinta ed. SP, 1992., p. 69.

integral tombamento de Petrópolis⁹⁴ —, essa descrição histórica feita pelo Pró-Centro também fixa que, a partir dessa proposta parlamentar, o IPHAN em conjunto com a antiga FUNDREM e a Câmara de vereadores local, dando parecer acerca desse Anteprojeto, gerariam sugestões nucleadas na revisão da Lei de Regulamento do Uso do Solo do Município. Simultaneamente, lembra ainda essa narrativa que o INEPAC — Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural — realizara pontuais tombamentos: pontes de madeira, a residência do Barão de Oliveira Castro, os edifícios da reitoria da Universidade Católica de Petrópolis, os prédios do Matadouro Municipal e da própria Câmara dos vereadores — pontes e edifícios localizados no entorno da rua do Imperador e protegidos no ano de 1978. Menciona, além disso, esse histórico de preservação levado a cabo pelo Pró-Centro o Decreto Federal de número 85.849, de 27/03/1981, que atribuindo a Petrópolis o título de “Cidade Imperial do Brasil”, dava prazo de noventa dias para o IPHAN (naquela altura, SPHAN) demarcar as áreas de entorno dos bens tombados, relacionando edificações, paisagens e conjuntos urbanos indicados para tombamento, determinando, além disso, que nesse período qualquer licenciamento de obra privada dependeria da anuência antecipada do antigo SPHAN.

O caso é que, direto desdobramento dessas ações de preservação, especialmente desta última, a descrição histórica executada pelo Pró-Centro culmina no Decreto 90, de 25/06/1981, pois resultado da necessidade de reavaliação da legislação do uso, parcelamento e ocupação do solo ante as novas proposições de proteção ao patrimônio. Passo importante, uma vez que, de fato, o Decreto 90 resultou de câmara técnica constituída por técnicos municipais das

⁹³ Se bem que mencione os antigos tombamentos realizados entre as décadas de 1940 e 1960.

Secretarias de Obras, Planejamento e CAEMPE, por órgãos estaduais — FUNDREM e INEPAC —, por órgãos federais — SPHAN/MEC e CNDU/MINTER —, pela Câmara de vereadores e por associações e instituições petropolitanas como a APPANDE, APEA, UCP, IHP, CDL, ACIRP, além da FLUMITUR e de personagens despregados dessas organizações. Dessa Comissão saiu legislação demarcando as bacias hidrográficas, mananciais, cobertura vegetal original, as áreas de entorno de bens tombados, os conjuntos e sítios urbanos e paisagísticos tombados pelo antigo SPHAN, dividindo o município em áreas e setores para o desenvolvimento do município. A partir desse passo dado pelo Decreto 90, é possível ler no histórico dessa marcha da preservação escrito pelo Pró-Centro uma espécie de aceleração: em 1984 o CPPHAP — Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Petrópolis — é criado, reafirmando o tombamento de imóveis já protegidos pelo IPHAN e INEPAC e alargando o número de imóveis e conjuntos urbanos tombados que ainda não tinham sido protegidos; em 10 de dezembro de 1998, o INEPAC tombou imóveis já provisoriamente protegidos, em 1986, pelo antigo CPPHAP, uma vez que, em 8 de novembro de 1991, no capítulo I do Plano Diretor publicado, além de ser criado a Política Setorial de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, surgiu o novo Conselho Municipal de Cultura e Tombamento Histórico, Cultural e Artístico, substituindo o velho CPPHAP; por fim, em dezembro de 1997, como desdobramento necessário de toda essa descrição, o Decreto de número 107 da Prefeitura municipal criava o Pró-Centro.

“Nesta ‘centralidade’, no período final da década de 1980, já com o todo do processo de preservação praticamente concluído, o termo ‘Centro Histórico’

⁹⁴Proposta, ademais, avistada pelo próprio IPHAN (naquela altura, SPHAN) como

torna-se corrente por vários setores da sociedade petropolitana, aliando-se ainda a este, o fato de terem se espalhado por várias cidades do Brasil, projetos de revitalização e ou revitalização de seus Centros Históricos, com objetivos direcionados ao turismo cultural. A realidade é que [...] se almeja solidificar [...] intervenções que representem verdadeiramente os anseios de toda a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida [...] e para o incremento do turismo, com a conseqüente geração de empregos diretos e indiretos.

“Pelas características peculiares da cidade de Petrópolis, a denominação de ‘Centro Histórico’ é dada didaticamente ao setor central da cidade que abrange os principais conjuntos tombados”⁹⁵

Independentemente do “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”,⁹⁶ empreendido pelo Pró-Centro, ser efetivo em sua tradução concreta dos fatos, o caso é que este mesmo Pró-Centro, como foi dito em parágrafo anterior, utilizou-se desse histórico para estabelecer a legitimidade de sua intervenção reabilitadora do centro de Petrópolis. Esse “Histórico...”, iniciado com a tentativa de tombamento integral de Petrópolis, não apreendeu e, portanto, escondeu, que todo esse narrado processo de preservação — cuja inflexão é o Decreto 90, de 1981 — estava anexado à trajetória da segunda fase, constituindo-se como parte de um planejamento urbano⁹⁷ destinado ao

demasiada.

⁹⁵ “Histórico do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural de Petrópolis”, 2000, op. cit.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Acerca do “planejamento convencional”, ver “A Cidade do Empreendimento”. In: HALL, P. *Cidade do Amanhã*, Perspectiva, SP, 1988, pp.407-428. Ver também Lia Motta, pois o Decreto 90 diz respeito a esta observação: “Apenas na década de 1970 a conceituação de patrimônio passou a ser ampliada, iniciando-se o que está sendo denominado aqui como *período intermediário*. O patrimônio despiu-se do valor simbólico nacional, passando a servir como apoio à luta pela manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária. Comunidades urbanas organizadas passaram a solicitar tombamento de prédios e conjuntos urbanos.” (pp. 265-266). MOTTA, L. “A Apropriação do

dirigismo ou controle do uso do solo urbano de Petrópolis,⁹⁸ fisicamente crescido e espesso com a era de ouro do pós-guerra do século XX. O que daria, por si, à distância dessa segunda fase em relação ao Pró-Centro, elaborado este último como resposta enobrecedora ao colapso da economia urbana e industrial de Petrópolis.

Não inserindo toda a sua descrição na segunda fase do processo Federal de proteção do patrimônio no Brasil, o que faz o Pró-Centro é, em outra chave — o chavão nobilitador —, apropriar-se do caráter ótico da primeira fase e do cariz documental do segundo período,⁹⁹ logo, dissimulando o fundamental diferencial entre as duas fases anteriores e esta última, na qual o núcleo urbano de Petrópolis é desviado ou afastado do seu potencial lugar de bem cultural para um lugar turístico no cenográfico mercado cultural das reabilitações históricas de centros urbanos.

O que se passa é que a reabilitação do núcleo de Petrópolis arrastaria uma espécie de consenso ou coalizão municipal — o esgotamento econômico e industrial da cidade propiciaria uma saída de mão única em direção à produção de um território central que, pela direta ação do poder público municipal, buscaria eliminar, ainda mais, o direito ao uso do centro da cidade pelas classes populares

Patrimônio urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global”. In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papirus editora, Campinas, 2000, pp.257-287

⁹⁸Diga-se a propósito: planejamento urbano disciplinador de um crescimento que, pelo viés da grande indústria têxtil de Petrópolis, dava já mostra de colapso. Como contraponto, é de se notar que esse mesmo planejamento teve seu ápice nos anos de 1950 e 1960 nos países centrais; porém, em Petrópolis chegou tarde, exatamente quando já ocorria o retrocesso do crescimento do pós-guerra: 1970-1980. Em todo caso, não seria ocioso observar que os anos de 1970, no Brasil, foram anos de crescimento da economia e, talvez por isso, esse urbanismo planejador de Petrópolis — principalmente o Decreto 90, de 1981 — tivesse os seus motivos nessa década de expansão do Brasil, a despeito da já instalada crise urbana da economia no mundo.

⁹⁹Cf. MOTTA, L “A Apropriação do Patrimônio Urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global”. (p. 269). In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papirus editora, Campinas, 2000, pp.257-287.

do município em benefício de incorporadores, *rentiers*, corretores imobiliários, e seus sócios municipais não menos notórios: políticos, universidades privadas,¹⁰⁰ promotores de eventos, Associações Comerciais¹⁰¹ e clubes de serviços.¹⁰²

Diga-se a propósito que o centro urbano Petrópolis e suas áreas imediatamente próximas jamais se tornaram áreas absolutamente deterioradas ou de obsolescência; localiza-se ainda nesse centro as atividades comerciais e de serviços prestigiosas da cidade, além de grande número de edificações residenciais coletivas de classe média, não sendo, por exemplo, a rua do Imperador e entorno, de modo absoluto, ocupados por atividades consideradas de baixa distinção social, tais como pequenas oficinas, certos tipos de comércio e de escritórios que,

¹⁰⁰UCP e Estácio de Sá.

¹⁰¹CDL, Clube dos Dirigentes Lojistas; FIRJAN, seção Petrópolis; ACIRP, Associação Comercial e Industrial de Petrópolis; *Convention & Visitors Bureau* - o nome da associação específica de proprietários de pousadas e restaurantes de Petrópolis.

¹⁰² Cf. ARANTES, O.B. F. "Uma Estratégia Fatal". In: *A Cidade do Pensamento Único*, MARICATO, E. et al. Vozes, Petrópolis, 2002, pp. 11-74. É Otília Arantes quem escreve: "[...] coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza." (p. 27). É também Otília Arantes quem acrescenta: "Dá assim para imaginar a força avassaladora dessa máquina urbana de propaganda, ainda mais se dispõe de meios para chantagear com a sempre invocada geração de empregos." (Id.Ibid., p. 29).

Não é de outro modo, ademais, que observamos a frase adiante do presidente de um desses clubes de serviços, o *Lions Club*, mencionado, como exemplo de apoio, em *release* da prefeitura sobre a reabilitação do centro: "É a melhor gestão pública dos últimos 20 anos, digo isso observando o aspecto e o cuidado que Petrópolis recebe, voltando a ter as características de cidade imperial. Vejo a cidade ser recuperada e o turismo promovido." *Release*, ASCOM, 25/04/2006. Esta citação, a seu modo, relaciona, sem saber, àquele elemento vinculado à chantagem — a geração de emprego — com a publicidade do Pró-Centro petropolitano e de outros enobrecimentos de centros citadinos transformados em Centros Históricos. Menciona a recuperação ou geração de empregos, tal como é possível ler em outro *release* da ASCOM, de 31/03/2006: "Somado aos benefícios [posteriores] para o turismo, a [própria] obra proporcionará a criação de mais empregos. Em cada módulo do projeto, estarão envolvidos 50 operários da construção civil. Todo o projeto soma oito módulos. [...] 50 empregos [em cada módulo], além das equipes das concessionárias de energia elétrica, telefonia e água e empresas de TV a cabo". Aliás, esse consenso aparentemente cívico, arrasta inclusive velhos trabalhadores, como esta fala — de uma senhora aposentada — que serve de apoio para matéria impressa sobre a intervenção no núcleo urbano que, sem dúvida, o proprietário do jornal aprovou: "Essa obra é muito boa para a cidade. Além de deixar a rua do Imperador mais bonita, o comércio também ficará

anoitecendo, cederiam lugar para prostitutas, travestis ou garotos de programa, portanto, não contendo ainda esse núcleo urbano de Petrópolis uma territorialidade flexível e partilhada em horários díspares entre os transeuntes, comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores, velhos moradores e o *trottoir* noturno.¹⁰³

Todavia, a despeito da permanência de sua centralidade, a partir da década de 1970, esse núcleo foi se transformando em uma espécie de espelho do adensamento do primeiro e segundo distritos,¹⁰⁴ do extermínio da grande indústria têxtil e da preferência gradual pelo terceiro distrito, Itaipava, como local para a segunda residência.¹⁰⁵ Poder-se-ia dizer que, partindo da antiga rodoviária, atualmente uma das Estações de Transbordo,¹⁰⁶ foi expandindo-se no sentido sul da rua do Imperador o comércio e serviços mais populares: a feira pública, lojas de roupas, pequenas oficinas de aparelhos elétricos e eletrônicos nos andares

valorizado e, com certeza, vai ajudar a aumentar as vendas [e empregos].” *Tribuna de Petrópolis*, 11/06/2006.

¹⁰³ Sobre esta e algumas outras territorialidades de caráter flexível, ver: SOUZA, M. J. L. de. “O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento”. In: *Geografia: Conceitos Temas*, CORRÊA, R. L. (Org.), Bertrand Brasil, 5ª ed., RJ, 2003, pp. 77-116.

¹⁰⁴ Desde então, por exemplo, os engarrafamentos de trânsito fazem parte de seu cotidiano, não sendo apenas consequência do horário de *rush*, mas também oriundo de qualquer modificação no trânsito, seja devido a um conserto de rua ou mesmo choque de automóveis – engarrafamentos que, muitas vezes, advindos da rua do Imperador, envolvem toda a área do centro urbano. Diga-se a propósito, que Petrópolis detém o sétimo lugar no Estado do Rio em número de veículos emplacados. Os cinco primeiros lugares estão na região metropolitana: o município do Rio de Janeiro, o primeiro, com 1.824.765 e o quinto, S. Gonçalo, com 109.398 veículos; o sexto é o município de Campos de Goytacazes, com 96.572 e Petrópolis, o sétimo, com 90.690 veículos emplacados, ficando o oitavo lugar com São João de Meriti, na região metropolitana, com 66.907 veículos. FONTE: Anuário Estatístico do RJ, CIDE, 2004.

Se bem que não sendo o meu foco, valeria ler estas linhas laterais: “O automóvel, ‘cão policial lustroso’, engoliu a alma humana de tal forma, que, todos os dias pela manhã, os indivíduos ‘livres’ da economia de mercado se deslocam em engarrafamentos infinitos para o seu ‘trabalho’, cada um com a sua cara de ópio, sozinhos numa lata móvel e com um desperdício enorme de energia e tempo”. (p. 353). KURZ, R. “Sinal Verde para o Caos da Crise, Ascensão e Limites do Capitalismo Automobilístico”. In KURZ, R. *Os Últimos Combates*, Vozes, Petrópolis, 1997, pp.345-375.

¹⁰⁵ O distrito de Itaipava é o assunto do próximo subtítulo.

¹⁰⁶ A estação ferroviária deu origem a antiga rodoviária intermunicipal e distrital. Ao redor dessa rodoviária se instalou o ponto final da imensa maioria dos ônibus de circulação entre

superiores dos sobrados, brechós, seitas ou igrejas não católicas, botequins, restaurantes a quilo ou de preço único, vendedores ambulantes, pequenos supermercados, muitas farmácias,¹⁰⁷ etc. As próprias edificações coletivas com apartamentos quitinetes ou de 1 quarto, pulverizadas por toda a extensão dessa via,¹⁰⁸ iriam contribuir para a expansão popular dessa rua, cujas calçadas ficaram estreitas para o volume de pedestres que circulam de segunda a sábado. Pedestres populares e nem tanto, pois o Fórum até o mês de maio de 2006 localizava-se nessa rua, os bancos se espalham por ela, o comércio de roupas de “grifes” nacionais e de maior “luxo”¹⁰⁹ estão, sobretudo, localizados em rua imediatamente paralela à rua do Imperador — a Dezesseis de Março —, colégios privados também estão instalados na rua do Imperador e em outras ruas próximas, a Câmara dos Vereadores está distante cerca de 100 metros, o Museu Imperial faz fronteira com praça localizada nessa rua, as edificações de apartamentos com área quadrada maior e, portanto, de mais valor, também estão nesta rua do Imperador e em outras do centro urbano.

A intervenção enobrecedora desse centro urbano, pois, não estaria recuperando uma área de obsolescência, mas retomando turisticamente uma zona

o centro e os bairros e distritos. Com o Pró-Centro foi transformada em Estação de Transbordo.

¹⁰⁷ Exatamente, em junho de 2006, 29 farmácias estão instaladas na rua do Imperador e em mais 5 pequenas ruas intimamente ligadas a essa via principal do bairro central. Farmácias de manipulação, farmácias homeopáticas, drogarias ou farmácias usuais de alopatia, algumas com filiais. Talvez fosse possível inferir que um dos motivos de tanto comércio de remédios é o número de aposentados e pensionistas do INSS no município: 49 mil aposentados ou 16.19 % pontos percentuais (população total estimada em 2004: 302.477 habitantes), gerando renda mensal de R\$25 milhões de reais ou R\$300 milhões anuais. FONTE: INSS, Agência Local, 2006. É de se notar, aliás, que a receita orçamentária do município para este mesmo ano de 2006 foi de R\$313.586,358 milhões. (*D.O. Município de Petrópolis*, 30/12/2005). Ou seja, em 2006, a renda anual gerada pelos aposentados e pensionistas em Petrópolis, praticamente alcançou os valores da receita municipal de 2006.

¹⁰⁸ Pulverizadas também essas edificações em outras ruas do núcleo urbano.

que, refletindo os problemas colocados a partir de 1970, transformou-se, igualmente, em centro mais igualitário, com uma presença popular mais cotidiana do que existira outrora. Dir-se-ia, transformou-se em bairro central. Não seria, então, demasiado escrever que o Pró-Centro é operação urbanística produtora de centro histórico segregador: sua consequência, como preciso objetivo ou “simples resultado,”¹¹⁰ dá-se à imagem de um constrangimento — a interdição desse núcleo urbano aos pobres.

Sob esse ângulo, seria interessante reproduzir Henri Lefebvre:

“Eles [os planeadores do Pró-Centro] não sabem que o espaço encerra uma ideologia (mais exatamente uma *ideo-lógica*). Eles ignoram, ou fingem ignorar, que o urbanismo, objetivo na aparência (porque estatista, nutrido de competências e de saber), é um urbanismo de classe e encerra uma estratégia de classe (uma lógica particular).”¹¹¹

Precisamente, não desejando saber ou desconhecendo que é projeto cumpridor de ordens derivadas do interior de relações de produção que transformam o espaço em objeto de troca, i.é, em “[...] objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia”,¹¹² oculta o Pró-Centro, debaixo de aparência técnica e supostamente humanista, uma determinação draconiana oriunda da necessidade do Capital de assenhorear-se do espaço para ampliar o seu

¹⁰⁹ Comércio de maior luxo, diga-se, na medida petropolitana, i.é, na medida de uma cidade média deprimida economicamente e não de eventual metrópole.

¹¹⁰ “Simple resultado” porque, afinal, a intervenção é praticada sem consciência por uma administração municipal de coloração à esquerda. O que, aliás, seria um exemplo pontual da ausência de projeto entre as esquerdas; projeto que defronte esse novo e segregador ordenamento urbano.

¹¹¹ LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*, ed. UFMG, BH, 1999, pp. 144-145.

¹¹² LEFEBVRE, H., *Ibid.*, p. 142.

embate contra a propensão de queda do lucro médio.¹¹³ Tudo isso embalado por fraseado que conceberia o espaço “[...] abstratamente como um vazio disponível, depois fragmentado em conteúdos parciais.”,¹¹⁴ por consequência, revelando urbanística ilusão — ou nosologia — que faria uso da técnica como remédio de cura da propaganda e ideológica moléstia espacial do núcleo urbano Petrópolis, desse modo, escondendo a necessidade da expulsão dos pobres através daquele consenso ou coalizão mencionado anteriormente.¹¹⁵

Por exemplo: é possível, no texto “Revitalização do Centro Histórico”, ler o seguinte:

“Considerando que a rua do Imperador, principal artéria* da cidade, núcleo comercial e de serviços, encontrava-se descaracterizada em seu aspecto urbano-paisagístico, a Prefeitura Municipal de Petrópolis criou [o Pró-Centro] [...] com ênfase na ‘rua do Imperador’, através da elaboração de diagnóstico* do ambiente construído e paisagístico, seguido de um projeto urbanístico [...]

“Foi montada uma equipe multidisciplinar para desenvolver o trabalho do diagnóstico [...]

“Paralelamente, foi realizado um profundo trabalho de pesquisa histórica, buscando resgatar informações preciosas, tanto sobre a história da cidade, quanto das edificações em si [...]

“Os resultados desta etapa [...] serviram de lastro para o desenvolvimento do Projeto Urbanístico e de Mobiliário Urbano, que constituiu a segunda etapa do

¹¹³ Cf. LEFBVRE, H. Ibid., p. 143. “O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc.”

¹¹⁴ LEFEBVRE, H. Ibid., p. 144.

¹¹⁵ Cf. nota de página 102.

* Vocábulo de uso comum em anatomia. [NdA].

Programa, permitindo que o mesmo pudesse ser elaborado com bases sólidas ao invés de ter caráter personalístico, uma vez que o objetivo maior sempre foi o de desenvolver um projeto que representasse os anseios da maioria dos cidadãos petropolitanos

“[...] inúmeras foram às apresentações realizadas pela [...] Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico/Pró-Centro aos diversos segmentos da sociedade [...]

“As apresentações se caracterizaram [...] de forma a ser solidificada uma proposta de intervenção que representasse os anseios de toda a sociedade, contribuindo para a melhoria a qualidade de vida do cidadão petropolitano e ainda para o incremento do turismo , com a conseqüente geração de empregos diretos e indiretos.”¹¹⁶

É pelo viés da interdição do direito à cidade pelos pobres, igualmente, que deve ser compreendido, no interior do Pró-centro, o plano de viação para o transporte coletivo em Petrópolis: Estações de Transbordos como técnica segregadora da presença popular; Estações de Transbordos à guisa de ardil inibidor do movimento de pedestres ou transeuntes pobres no denominado Centro Histórico.

Seria pertinente ler estas argumentações reproduzidas de documento da Diretoria Técnica da CPTRANS — Cia. Petropolitana de Transportes:

“A motivação principal das políticas de integração do transporte público é resolver os problemas de excesso de ônibus (e conseqüente ociosidade da frota) nos corredores radiais e nas áreas centrais da cidade, além de

* Metáfora medicinal. [NdA].

¹¹⁶ “Revitalização do Centro Histórico”. In: *Petrópolis — O sonho do Imperador*, Pró-Centro, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2000.

proporcionar maiores opções de trajeto para os usuários sem penalização tarifária nas transferências”.¹¹⁷

O fato de Petrópolis concentrar em seu núcleo urbano e ao longo dos eixos radiais¹¹⁸ a sua atividade econômica, ocasionando diário e espesso deslocamento populacional ao longo desses eixos e em direção ao centro da cidade, dá a esse documento boa dose de saberes técnicos e competentes argumentos, cuja pretensa neutralidade esconderia urbana estratégia de classe.¹¹⁹

“A atual rede de transporte público urbano se conforma a esse tipo de estrutura. São criadas linhas de ônibus que, saindo dos bairros, fazem inicialmente rotas sinuosas para captação de passageiros e, em seguida, percorrem os corredores radiais até o ponto final no centro. Com o tempo, esse processo de formação da rede leva à geração de uma oferta excessiva ao longo dos corredores, devido à superposição das linhas. Nos trechos do sistema viário principal, na Rua do Imperador, a circulação de ônibus (e suas paradas freqüentes) se soma ao tráfego geral, provocando congestionamentos nos horários de pico, da manhã e

¹¹⁷ Diretoria Técnica, CPTRANS, 2006. Se bem que, entre parênteses, desejando passar como um detalhe, é de se observar, em Petrópolis, que a nota da ociosidade representou ritmo de circulação de linhas mais esparsas ou concentradas, dependendo do horário, e ônibus mais lotados nas duas Estações de Transbordo mais antigas de Correas e Itaipava, segundo e terceiro distritos, criadas na Administração Paulo Gratacós (1989-1992). Os usuários, sob o impacto das modificações, apelidaram-nas de Estações de “Transtornos”. Talvez fosse interessante notar que, sob o ângulo dessas estações, a Administração Paulo Gratacós seria uma espécie de antecâmara do Pró-Centro e das efetivas intervenções urbanas em curso na rua do Imperador. Da primeira e incipiente ação da Administração Paulo Gratacós, passando pela tomada de consciência, refletida no Pró-Centro da Administração Leandro Sampaio (1997-2000), até esta efetiva intervenção urbana da Administração Rubens Bomtempo, existe um contínuo fio costurado ao longo dos anos da década de 1990. É de se notar, aliás, que Leandro Sampaio foi vice-prefeito de Paulo Gratacós. Entre o prefeito Gratacós e o prefeito Leandro Sampaio existiu o intermédio da Administração Sérgio Fadel-PDT (1993-1996), que, avistado de hoje, 2006, poder-se-ia dizer que não empreendeu nenhum projeto ou efetiva intervenção urbana ligada ao enobrecimento turístico.

¹¹⁸ Eixos radiais que seguem laterais aos rios, ligando o centro com os bairros e/ou distritos.

da tarde, especialmente. A acomodação dos veículos nas áreas centrais de embarque e desembarque se torna cada vez mais difícil, provocando retardamentos e acidentes, além de outras externalidades como a poluição ambiental.

“Depois de concluídas as obras de reurbanização do Centro Histórico haverá redução significativa de veículos de transporte coletivo em circulação na Rua do Imperador.”¹²⁰

O reordenamento de tráfego projetado guarda seu ponto substantivo nas Estações de Transbordos. Como mencionado anteriormente, duas já existiam desde os anos de 1990, uma terceira foi inaugurada, na fronteira com a BR-040 (Rio de Janeiro — Juiz de Fora), no bairro Capela,¹²¹ existindo ainda uma quarta — a Estação de Cascatinha — e uma quinta, a Estação do bairro Alto da Serra. No momento em que escrevo, outra está em andamento: a Estação do bairro Quitandinha, faltando levantar a Estação do Retiro. Tudo somado: sete Estações de Transbordos, faltando construir a Estação Maloca, nem tão distante da rua do Imperador.

O “Mapa de Interligação de Novos Terminais” do primeiro distrito, a seguir, visualizaria melhor esse projeto viário. Embora não aponte todas as Estações.¹²² Se notarmos que a nova Estação de Cascatinha e as antigas Estações

¹¹⁹ Cf. LEFEBVRE, H. Ver também citação ligada à nota de número 95.

¹²⁰ Diretoria Técnica CPTRANS, 2006.

¹²¹ Esta Estação de Transbordo da Capela, Terminal Bingen, inaugurada em novembro de 2005, na verdade, é resultado da transferência do uso intermunicipal da antiga Estação Rodoviária para essa Estação no bairro Capela. Na antiga Rodoviária, doravante chamada pela CPTRANS de Terminal Centro, permanecerão os coletivos que se dirigem para os distritos e para alguns bairros como Caxambu, Alto da Serra, Morin; distritos e bairros que, pela sua posição viária, permitiriam costear a rua do Imperador ou mesmo trafegá-la com menor número de ônibus.

¹²² A Estação do bairro Quitandinha e a do bairro Alto da Serra não estão apontadas nesse documento. Se bem que o “Mapa de Interligação de Novos Terminais” — de fato, apenas

de Transbordos de Correias e Itaipava — segundo e terceiro distritos — funcionam já como Estação de recolhimento dos ônibus das diversas localidades distritais que, do contrário, iriam diretamente desembocar no núcleo urbano, poder-se-ia concluir — com a transformação da antiga rodoviária intermunicipal e distrital em Terminal de Transbordo Centro, a transferência dessa velha rodoviária para o Terminal Bingen, e a construção de duas Estações de interligação no primeiro distrito — que a redução do número de ônibus na rua do Imperador será absolutamente notória:

“Depois de concluídas as obras de reurbanização do Centro Histórico haverá redução significativa de veículos de transporte coletivo em circulação na rua do Imperador. Serão mantidas apenas linhas ‘Troncais’ (linhas que partem das Estações de Transbordo ou de Integração: Retiro, Correias, Itaipava, Maloca, Cascatinha, Centro). O tipo de tecnologia ainda não está definido, mas existe a possibilidade de operar entre os Transbordos da Maloca e ERIL [Estação Rodoviária Imperatriz Leopoldina, denominação da antiga Estação Rodoviária intermunicipal] com veículos microônibus, exatamente para reduzir o impacto causado pelo tráfego de veículos pesados.”¹²³

Justamente, a despeito das importantes intervenções de engenharia cenográfica que reciclam o centro de Petrópolis, toda essa dimensão viária do Pró-Centro está aqui referida porque ela é a chave mestra enobrecedora da rua do

um desenho de arruamento do primeiro distrito — localize claramente as Estações, com isso, propiciando depreender um plano viário pensado e acabado, o fato é que a localização de uma ou outra Estação parece seguir ventos de conjunturas eventuais que deslocariam para locais diversos uma ou outra Estação. Evidentemente, tais deslocamentos não afetam a engrenagem de viação planeada.

¹²³ Diretoria Técnica CPTRANS, 2006.

Imperador e adjacências. Em um núcleo urbano adensado de comércio e serviços, ocupado diuturnamente por trabalhadores à procura dessas atividades ou, em busca dos bairros e/ou distritos — como transeuntes —, caminhando por calçadas estreitas e espessas em relação ao número de pedestres, não seria possível enobrecer turisticamente esse centro, por consequência, expulsar seu viés popular, sem solucionar crucial problema: a demasiada circulação dos pobres no denominado Centro Histórico. Sem a reordenação viária, que, tecnicamente, soluciona o adensamento de circulação na calçada e na rua do Imperador, toda essa maquinaria cênica e de Estado do núcleo urbano quedaria em fracasso.

Projetou-se o esvaziamento do centro como uma solução urbanística para a crise industrial e econômica de Petrópolis; todavia, sob esse viés técnico, o que está sendo também engendrado é o afastamento das classes populares do denominado Centro Histórico, pois a chave viária que fecha aos pobres o direito ao uso do bairro central — precisamente — tem sua matriz em um sistema de circulação que possibilita o passageiro do transporte coletivo urbano, em todo o município de Petrópolis, transitar de um bairro e/ou distrito a outro, desembolsando o valor de apenas uma única passagem.

“[...] todos os terminais construídos permitirão esse benefício [o pagamento de apenas uma passagem], pois haverá integração total das linhas de ônibus existentes.”¹²⁴

Poder-se-ia dizer, sem exagero, que o pobre viverá encarcerado nas duas Estações de Transbordos que servirão de ponto de referência para o cruzamento da

¹²⁴ Diretoria CPTRANS, 2006.

rua do Imperador.¹²⁵ Só sairá do ônibus, em uma ou outra parada ao longo da rua do Imperador, o transeunte que trabalhar ou necessitar das atividades de comércio ou de serviço instaladas na rua do Imperador e área circunvizinha. Se acrescentarmos a esta chave mestra as conseqüências já avistadas em outras reabilitações de zonas centrais, tais como os aumentos dos valores econômicos dos imóveis e dos aluguéis, as mudanças de usos,¹²⁶ o aprofundamento de atividades ligadas ao turismo¹²⁷ e o próprio aumento dos valores econômicos no interior do comércio e dos serviços dessas áreas nobilitadas, o que assistimos é uma renovada construção territorial, segregadora das classes populares, cujo poder¹²⁸ buscaria reafirmar o seu lugar no denominado Centro Histórico de Petrópolis, objetivando, ademais, o turismo como motor de expansão da economia e ampliação de riqueza, por conseqüência, de “empregos”, em uma cidade que vive o falecimento de suas grandes plantas industriais.

Dar-se-ia essa estratégia através do executivo municipal, valendo ação pública dominada pelo poder privado, em proveito das classes economicamente favorecidas, pois, nesta fase financeira do capital, as cidades são gerenciadas e consumidas, ainda mais, como mercadorias, existindo, então, aprofundamento do valor de troca em relação ao lugar de uso que a cidade representaria para o seu

¹²⁵ Estação Maloca — Terminal Centro (antiga rodoviária). Poder-se-ia dizer, ademais, que esse enclausuramento é uma forma de reduzir a tensão entre as classes em um cotidiano citadino imerso em desigualdades econômicas e sociais concentradoras de riqueza nas mãos de poucos.

¹²⁶ Por exemplo: o antigo prédio do Fórum, de estilo eclético, inaugurado em 31/12/1894, e que permaneceu como lugar dos órgãos do poder judiciário, incluindo cartórios, a despeito de seu uso simultâneo, em certos períodos, como quartel da polícia civil, Coletoria Federal e até mesmo como sede do Corpo de Bombeiros estadual, foi já esvaziado para o seu novo uso: um Centro Educacional e Cultural. Outro exemplo: o pequeno auditório do Museu Imperial, com modificações, hoje tem sido usado como cinemateca.

¹²⁷ O edifício do antigo Grande Hotel, prédio com andar térreo e cinco pavimentos, construído em estilo eclético, 1929, permanecendo fechado desde a década de 1980, atualmente, está sendo reaberto para o mesmo uso hoteleiro.

habitante,* desse modo, favorecendo a extração de ganho econômico, especialmente, pelos líderes dessa revigorada e segregadora construção territorial.

Sharon Zukin descreveu o processo inicial do enobrecimento das zonas de obsolescência de “cidades modernas antigas” do núcleo orgânico da economia mundial: gradativa e empiricamente, em um primeiro momento, essas áreas foram ocupadas por artistas, intelectuais, e por personagens que criaram roteiros de visitação atraídos “[...] pela combinação de arcaísmo e beleza, ou autenticidade e *design*, que por anos permaneceu oculta por detrás dos usos da ‘classe baixa”,¹²⁹ constituindo-se esses deslocamentos em direção aos bairros históricos centrais nos primeiros estágios de uma renovada construção territorial que, economicamente, realiza-se através da cultura.

Em Petrópolis esse movimento inicial não existiu; o Pró-Centro, projeto e ação de enobrecimento induzido pelo poder público, escancara já o seu plano de expulsão das classes populares¹³⁰ e a reconquista territorial do centro da cidade através da transformação mercantil da cultura, pois “[...] a produção de mercadorias

¹²⁸ Liderado pelos incorporadores, empreiteiras, *rentiers*, corretores imobiliários, além de seu servil séquito.

* A mercadoria como valor de uso é simplesmente um objeto que desempenha uma função ou desejo junto às necessidades do homem. Como tal, ela de fato ainda não é mercadoria. Exemplifica Marx que um diamante no colo de uma mulher ou como instrumento de corte para vidraceiros, ou seja, como valor de uso, não é uma mercadoria pois desempenha somente um papel estético ou uma função técnica. O diamante como valor de uso é reta base material. Porém, para ser usufruído ou alcançado como objeto de uso, é necessário que apresente também uma relação com o circuito do consumo, realizando-se como valor de troca — como mercadoria. Desse modo, sendo também mercadoria, o uso do objeto para satisfazer as exigências humanas de qualquer cariz se realiza mediante a sua inserção econômica como valor de troca. Cf MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política, Livro Primeiro: Do Capital, Primeiro Capítulo — A Mercadoria*, ed. Abril, SP, 1978, pp. 135-162.

¹²⁹ ZURKIN, S. “Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder” (p. 210). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 24, IPHAN, RJ, 1996, pp. 205-219. Zurkin denomina “cidades modernas antigas” as cidades construídas entre 1750-1900.

¹³⁰ Embora os pobres, como já foi dito, apenas “ameacem” relativamente o centro de Petrópolis.

é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato.”¹³¹

Superficialmente, essa reconquista pela via cultural é menos agressiva do que as antigas estratégias industriais de controle e segregação do trabalhador, uma vez que o centro de Petrópolis, anexado à história nobilitante, é avistado como enorme museu ao ar livre, reabilitado — à maneira turística — como representação espacial do passado esvaziado de relações sociais, portanto, representação cênica esgotada da percuciente compreensão do núcleo urbano como território privilegiado do poder; significando que todo o denominado Centro Histórico incorporou a noção, assaz ideológica, de que tudo é cultura ou pode receber o seu sentido. Cultura concebida como certa espécie de brinco de princesa,¹³² como espetáculo,¹³³ deixando de ser visceral instrumento de leitura da realidade para se transformar em valor de troca no mercado turístico, distanciando-se, pois, de sua imaginação criadora de novos ou outros mundos, de sua capacidade de abstração e de campo geral do saber, convertendo-se, por fim, em dinheiro no interior de cidades industriais e economicamente em crise, desse modo, acuando o seu

¹³¹ JAMESON, F. *A Cultura do Dinheiro, ensaios sobre a globalização*, Vozes, Petrópolis, 2001, p. 22. Seria pertinente, pois exemplar, este pensamento mercantil da cultura recolhido em entrevista de um artista plástico, antigo diretor da Escola de Artes Visuais do Parque Lage e umbilicalmente ligado à chamada “Geração Oitenta”: “É possível vender a marca de Petrópolis ligada à cultura, à preservação histórica, tornando esse fato um atrativo turístico. E através do turismo é possível gerar novos empregos [...]. Estou certo de que a história é uma mola da economia, capaz de produzir emprego mais do que a construção civil em nossa cidade, uma vez que aquece o serviço da rede hoteleira, dos restaurantes, do comércio, etc. [...] É difícil determinar [...] [se a cidade de Petrópolis está preparada para receber uma ampliação do turismo de cunho cultural], pois temos uma rede hoteleira um pouco descapitalizada [...]. E para que essa rede seja ampliada é preciso que haja um aquecimento do setor turístico. Mas sem uma programação cultural permanente, sem a divulgação das nossas riquezas, do nosso patrimônio, fica realmente até difícil o início desse ciclo.” *Diário de Petrópolis*, 14/08/2005.

¹³² “A cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular.” DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*, 4ª ed., Contraponto, SP, p. 126.

¹³³ “O Espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem.” DEBORD, G. *Ibid.*, p. 25.

intrínseco valor de uso em proveito de uma cidade, ou melhor, de Centro Histórico produzido espacialmente como mercadoria cultural espetaculosa e varrido das classes populares.

Essa produção turística do espaço diz respeito ao período imperial e, secundariamente, da República Velha, valendo, principalmente, os estilos neoclássico e eclético como um dos veículos de passagem do centro de Petrópolis para o Centro Histórico. O museu a céu aberto em construção, de fato, não seria um conjunto urbano genuinamente conservado e passível de estudo e educação de seus diferentes usos no tempo, mas conjugado decorativo, de fachada e agradável ao olhar. A descrição do Pró-Centro acerca da intervenção, já realizada, em um dos extremos da rua do Imperador, na praça da Inconfidência, serve aqui de testemunho escrito dessa cena teatral de reabilitações:

“A proposta paisagística, tirou partido do próprio conjunto cênico, evidenciando-o ainda mais. As calçadas frontais às edificações [...] sofreram alargamento considerável; a rua que secciona o conjunto transforma-se em rua de serviço, com o seu piso praticamente nivelado ao da praça. No partido, optou-se por uma concepção em jardim francês, com tabuleiros verdes de formas orgânicas, articulados por percurso que induzem o movimento platonal, que, por sua vez, indicam o centro, marcado por um grande espelho d’água em formato elíptico. O complemento dos conjuntos se faz por dois renques de palmeiras imperiais, num total de 12 unidades, as quais balizam e enfatizam a fachada da Igreja N. S. do Rosário.”¹³⁴

¹³⁴ “Revitalização do Centro Histórico”, *Pró-Centro*, Op. cit.

O plantio de árvores planeado para ruas ligadas à do Imperador, daria outro exemplo, pois quereria esconder edificações, eventualmente, relevantes para a história da cidade e de seu habitante, em favor do descanso decorativo:

“Rearborização das ruas Marechal Deodoro, General Osório, Paulo Barbosa e Dr. Porciúncula, visando minimizar atuais contrastes volumétricos, proporcionar reconstituição histórica e maximizar o conforto ambiental urbano.”¹³⁵

Ainda outro pertinente exemplo é a descrição do plano de intervenção em uma área que hoje está no interior dos muros do Colégio Estadual D. Pedro II, cujo prédio está em processo de restauração:

“A intervenção [...] consiste em novo tratamento paisagístico objetivando o resgate visual do conjunto arquitetônico do entorno imediato com a criação de mais um espaço de permanência e lazer, estratégico para o Corredor da rua do Imperador, com a inserção neste, de mobiliário urbano, destacando-se um pergolado. Na empena do edifício Minas Gerais, como arremate, propõe-se a construção de um muro para receber fonte em formato de cortina d’água.”¹³⁶

O mesmo plano decorativo é planeado para outras pequenas praças do entorno da rua do Imperador:

¹³⁵ “Revitalização do Centro Histórico”, *Pró-Centro*, Op. cit.

¹³⁶ “Revitalização do Centro Histórico”, *Pró-Centro*, op. cit.

“As intervenções nas pequenas praças compreendem: adequação da geometria viária, tratamento dos pisos, paisagismo, arborização quando necessária e a colocação de mobiliário urbano.”¹³⁷

Mobiliário urbano, por fim, que “[...] pretende através de uma releitura de elementos antigos, ser um coadjuvante na reabilitação do ambiente construído [...]”. Nas releituras serão observadas as técnicas já existentes [...]¹³⁸

Poder-se-ia dizer, então, que através do Pró-Centro e de suas intervenções ocorre uma inflexão de mercado nesta cidade serrana. Petrópolis perderia uma imagem ou mesmo paisagem européia para o Brasil, para alcançar, com suas históricas formas de vilegiatura do período imperial e, como apêndice, da República Velha, uma imagem urbana de referência local, porém, presente no mercado financeirizado e global, valendo a carreira do turismo, pois, talvez, como as pequenas e médias cidades, Petrópolis não conseguiria gerar imagem urbana concorrente com a das grandes cidades que, melhor posicionadas, disputam os destinos e favores desse mercado mundial, restando, então, a procura da imagem turística. O que, por fim, daria no mesmo, já que o turismo é uma das dimensões desse mercado.

¹³⁷ “Revitalização do Centro Histórico”, *Pró-Centro*, op. cit.

¹³⁸ “Revitalização do Centro Histórico”, *Pró-Centro*, op. cit. Esta última frase citada chamaria a atenção naquilo que a aproximaria das novas tecnologias ligadas aos processos de produção computadorizados, que permitiriam aos urbanistas e arquitetos de hoje eventual desenho estribado em produção flexivelmente massiva de variados estilos — uma espécie de artesanato sob novo ordenamento técnico que possibilitaria cópia de estilos antigos, no caso petropolitano, imitação do estilo *fin-de-siècle*. Por exemplo: cestas de lixo, postes,

1.2 - O Distrito Turístico de Itaipava.

O terceiro distrito de Itaipava reflete hoje determinação turística produtora de espaço ligada a um dos agentes modeladores do solo urbano — os incorporadores. Itaipava — núcleo de um grande arco distrital que inclui os distritos de Pedro do Rio, Posse e dois bairros no segundo distrito, Correias (incluído aqui Bonfim) e Nogueira,¹³⁹ no qual, partir da configuração de imaginário turístico, a vida de campo ainda se daria. Isso quando os números do censo 2000, IBGE, não indicam população rural nos dois primeiros distritos, Petrópolis e Cascatinha, apontando 94,46% de residentes em áreas urbanas no município e somatório da população residente urbana com diferenças próximas do dobro em relação a rural, em valores absolutos, nos três distritos indicados (tabela 1).

Tabela 1

População Residente em três distritos petropolitanos

DISTRITOS	URBANA	RURAL
Itaipava -3°	12.436	6.426
Pedro do Rio -4°	7.824	6.725
Posse -5°	6.834	2.715

Fonte: IBGE, censo 2000.

luminárias, bancos, etc. Cf. HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna, Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, edições Loyola, quinta edição, SP, 1992, p. 78.

¹³⁹ Arco distrital com população residente de 65,343 ou 22.80% de pontos percentuais em relação ao total populacional do município. Fonte: Secretaria Planejamento Petrópolis, IBGE, 2000.

O manual de viagens e eventos dá a medida desse imaginário construído:

“Seu cliente está em busca de quê? História? Boa culinária? Compras? Um espaço adequado a convenção da empresa? Um circuito para a terceira idade? Ou um roteiro ecológico? Seja o que for, as opções o levam a Petrópolis.

Hoje Petrópolis não vive só de seu passado, mas aprendeu a explorá-lo, de forma sustentável, como nenhuma outra cidade, afinal seu Centro Histórico guarda o mais precioso conjunto arquitetônico do século XIX [...]

O Museu Imperial é um dos mais visitados do país. Entre 2001 e 2003, 657 mil pessoas visitaram o antigo palácio de verão de Pedro II[...]

Petrópolis é, sim, rica em história. Aqui também são encontrados a Catedral São Pedro de Alcântara, a Casa de Santos Dumont, o Palácio de Cristal, o antigo hotel-cassino Quitandinha e tantas outras maravilhas de um passado aristocrático.

“Mas engana-se quem pensa que a história seja a única atração da maior cidade da Serra Verde Imperial.[...]

“Áreas verdes habitadas por fazendas e pousadas foram transformadas em circuitos ecológicos, centros de aventuras, locais de retiro e descanso.

“No centro histórico e no chamado Vale dos Gourmets, 40 restaurantes conquistaram o título de terceiro melhor pólo gastronômico do país [...]”¹⁴⁰

Em outras passagens, se bem que sem citar Itaipava, é possível ler o acento no terceiro distrito como o lugar mais apropriado e uma das principais referências do turismo rural e ecológico, inclusive com alternativa para arvorismo,

¹⁴⁰ *Manual de Comercialização para Organizadores de Viagens, Eventos & Convenções*, PMP, Petrópolis, 2005, p. 30.

*rapel, rafting, canyoning, trekking*¹⁴¹ e o que der para amearhar em uma conjunção de “frases-mercadorias” para ser vendida através das agências, guias e organizadores de viagens. Turismo rural com demasiados *shoppings* e construções imobiliárias, mas sem cultura, sem pequenas igrejas e museus locais, sem colheita, sem festas lugareiras e com uma motorizada procissão anual ligada a São Jorge.¹⁴²

Nota-se, de fato, uma urbanização distrital petropolitana umbilicalmente ligada a um setor de serviço, o turismo. Não é de outra maneira que podemos compreender os números comparativos de pousadas, hotéis e restaurantes entre o primeiro e o terceiro distrito. Dos 69 hotéis e pousadas contabilizados pelo “Manual de Comercialização para Organizadores de Viagens, Eventos & Convenções”,¹⁴³ 48 ou 69.56% de pontos percentuais estão localizados no interior desse grande arco distrital nucleado em Itaipava. Posso testemunhar que os restaurantes, prioritariamente localizados no primeiro distrito até o final da década de 1980, principalmente no núcleo urbano, da mesma maneira que hotéis e pousadas, refrearam suas instalações em benefício de Itaipava na década seguinte. A imensa maioria das antigas casas de restauração fechou suas portas ao longo dos decênios de 1980 e 1990,¹⁴⁴ refletindo a estagnação industrial, é certo, pois o fim das grandes plantas industriais da cidade retirou uma das bases de sustentação econômica da classe média petropolitana, eventualmente, comensal nesses restaurantes, mas,

¹⁴¹ Id. Ibid., p. 4.

¹⁴² Cf. CAVACO, C. “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”. In: RODRIGUES, A. A. B. *Turismo e Geografia; reflexões teóricas e enfoques regionais*, ed. Hucitec, SP, 2001, pp. 94-121. Confrontar por demonstrar tudo àquilo que Itaipava não é como área de turismo rural.

¹⁴³ Op.cit., p. 26-29.

¹⁴⁴ Apenas sobreviveram pouquíssimas casas, muitas delas com qualidade duvidosa em sua capacidade de restauração. Exceção notável é a casa de carnes Majórica, localizada no centro da cidade.

sem dúvida, revelando também o rumo, via turismo, da expansão urbana para o terceiro distrito de Itaipava.¹⁴⁵

É de se notar que a maioria dos alojamentos é do tipo pousada. Dou também testemunho que até o final da década de 1980, o terceiro distrito existia rarefeito em restaurantes e praticamente inexistente em hotéis e pousadas, sendo o marco fiscal da expansão deste último estabelecimento a Administração Municipal Paulo Gratacós, 1989-1992, justamente, quando foi dada isenção fiscal para esse tipo de hospedagem — embora esse marco fiscal, por ele mesmo, não tenha fundamentado essa difusão de hospedagens, pois o próprio crescimento de Itaipava atraiu um tipo de turista que não portava interesse na compra da segunda residência.¹⁴⁶ Possivelmente, foi a especulação turística imobiliária¹⁴⁷ e a ampliação dos custos de manutenção da segunda moradia para uma classe média confrontada com a redução de seus postos de trabalho e eventuais rendas, que impulsionaram esse setor de alojamentos. Impulso experimentado tanto pelo lado da procura como da oferta, pois esta, provavelmente, foi consequência da solução encontrada por uma parte da classe média para a preservação de sua segunda moradia.¹⁴⁸

Segunda residência transformada em Pousada, cujo sinônimo ligado à choupana ou cabana, guardaria mais distância da cidade localizada no primeiro distrito e maior proximidade de um arranjo espacialmente turístico vendido como paisagem de campo ou rural. Desse modo, poder-se-ia dizer que a dispensa fiscal para as pousadas estaria conjuminada a esse arranjo. Antigos proprietários de

¹⁴⁵ Dos 58 restaurantes listados pela Fundação de Cultura e Turismo no primeiro distrito, em 2000, 29 são a quilo e 12 são pizzarias de bairros, o que demonstra que a estrutura gastronômica de Itaipava é hoje mais bem equipada para escorar o fraseado *gourmet* vendido pelo turismo no município.

¹⁴⁶ Como visitantes de zonas mais distantes, por exemplo, de outros estados da federação.

¹⁴⁷ Especulação que aumentara os preços de construção e de aquisição de residências.

segunda residência nesse distrito, então, ocupando-a ou não como habitação principal, transformaram essas casas em pousadas e/ou restaurantes. O que, talvez, faça ficar inteligível a divisão de funções típicas de um pequeno empreendimento: proprietário e familiares exercendo funções gerenciais e empregados as de auxiliar de cozinha e atividades de faxina e garçons, etc; trabalhadores de baixa qualificação com remuneração em torno de dois salários mínimos — sem distância, portanto, da fragilidade do trabalho, do absenteísmo, da sazonalidade e da precária qualificação que marca o setor de serviço turístico.

A tabela 2 levanta uma pequena série temporal da segunda metade da década de 1990, parecendo suficiente como mostruário do processo acelerado de crescimento de alojamentos e restaurantes no terceiro distrito.

Tabela 2

Números de restaurantes, hotéis, pousadas, spa's

	Restaurantes					hotéis, pousadas, spa's				
	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Estabelecimentos no município	97	116	130	130	153	45	48	49	52	59
Estabelecimentos em Itaipava	39	58	72	81	95	22	25	26	29	36
Número de empregados	666	861	819	837	934	401	438	456	524	558
Tamanho médio em funcionários	6.86	7.42	6.3	6.02	6.10	8.91	9.12	9.30	10.07	9.45

FONTE: Fundação Cultura e Turismo /IBGE.

Restaurantes e alojamentos, respectivamente, experimentaram em Itaipava, nesses anos de 1990, aumento em seus números de estabelecimentos,

¹⁴⁸ Cf. CÂMARA NETO, A. F. “Atividades de Lazer e Transformação Econômica na Região de Itaipava e Adjacências”. In: SÁ EARP, F. (org.). *Pão e Circo, fronteiras e perspectivas*

com valores percentuais de 144% e 64%, enquanto no mesmo período a hipótese de crescimento nulo no primeiro distrito seria bastante aceitável. Restaurantes e alojamentos cresceram, respectivamente, 40% e 39% pontos percentuais no número de trabalhadores. Os dados a seguir de 2001 e 2002 parecem mostrar crescimento continuado do setor de serviço ligado ao turismo em Itaipava: os números de estabelecimentos hoteleiros no município, em 2001, indicam que, dos 65 alojamentos, 41 tornaram mais completo seus serviços, incorporando restaurantes em seu alojamento; em 2002 a mesma fonte não anota mais alojamentos sem restaurantes, contudo, indica 66 estabelecimentos hoteleiros com 608 empregados, além de 1.202 diretamente empregados em restaurantes e estabelecimentos de bebidas com serviço completo.¹⁴⁹ Evidentemente, qualquer estabelecimento hoteleiro com condições de oferecer o “café da manhã”, pode ser considerado alojamento com restaurante. Mas é possível dizer que, em números absolutos, Itaipava inclui 35 alojamentos com restaurantes oferecendo ou incluindo em seus preços o almoço e/ou jantar, e o primeiro distrito, 11, significando em pontos percentuais, respectivamente, 50.72% e 44%¹⁵⁰

A despeito desses números que apontam um eventual crescimento do setor de turismo, é possível notar expansiva dificuldade do setor de alojamentos, restaurantes e outras atividades comerciais, uma vez que, além da demasiada concorrência intra-setorial, que faz com que concorrentes imitem até o esgotamento iniciativas empresariais inovadoras, por exemplo, no setor de construção, comércio e de serviços, a própria retração econômica da classe média, encolhendo a sua possibilidade de deslocamento e pouso à lazer, reduzindo a visitação em

da economia do entretenimento, Palavra e Imagem, 2002, RJ, p. 118.

¹⁴⁹ FONTE: CIDE, anuário estatístico do RJ, 2004.

¹⁵⁰ Manual de Comercialização para organizadores de Viagens, Eventos & Convenções, PMP, 2005.

restaurantes e lojas e, muitas vezes confissão imobiliária de empobrecimento, colocando à venda sua segunda residência.

Além disso, seria pertinente anexar mais duas informações: a permanência média do turista no município é de 6,4 horas e, se bem que especificamente para Itaipava não se conheça estatística, sabe-se que a estadia não se prolonga por mais de um fim de semana;¹⁵¹ em 2000 o município contava com um total de 104.057 domicílios, com um taxa de ocupação de 81%. Dos 19.199 domicílios não ocupados, 45% tem uso ocasional.¹⁵²

Precisamente, essas duas notas chamam a atenção para um tipo de relação turística¹⁵³ mais permanente no uso do espaço, conseqüentemente, resultando em vínculos territoriais, sociais e psicológicos mais arraigados — i.é, a segunda residência. Pois mostrariam as duas informações do parágrafo anterior, que hoje Itaipava está mais próxima de um espaço construído a partir da segunda residência e menos ligado a um tipo de turismo que estabelece relações¹⁵⁴ mais fluídas, precárias ou menos permanentes com o espaço. Embora seja visível a expansão de alojamentos em Itaipava.

Esgotado o primeiro distrito como o lugar privilegiado de vilegiatura, é Itaipava hoje o centro de um grande arco ligado à segunda residência, cuja

¹⁵¹ FONTE: *Convention & Visitors Bureau*, Petrópolis, 2001.

¹⁵² FONTE: *Petrópolis - Informações para Investidores*, Secretaria de Planejamento, PMP, 2004.

¹⁵³ Turismo aqui compreendido como a utilização temporal de um espaço ligado às coisas da calaçaria e diverso do espaço habitual de trabalho: espaço de indolência e restauração da força de trabalho. Cf. também SANCHEZ, J-E. *Espacio, Economia y Sociedad*, Siglo Veintiuno, Madrid, 1991. Nas páginas 217-218, Sanchez explicita dois tipos de relações turístico-espaciais: um tipo que não gera vínculos territoriais permanentes com o espaço e um segundo tipo umbilicalmente ligado ao uso permanente do mesmo espaço de recreio.

¹⁵⁴ Relações ou vínculos psicossociológicos-territoriais, na expressão de Sanchez. Cf. SANCHEZ, J-E. *Ibidem.*, p. 17.

expansão,¹⁵⁵ vinculada à especulação turística imobiliária, experimenta maior crescimento que os demais primeiro e segundo distritos, com renovados lançamentos de condomínios residenciais multi ou unifamiliares. Residências, muitas vezes, com estrutura particular de indolência e restauração da força de trabalho, tais como piscina, sauna, quadras esportivas, salão de jogos, jardins, eventualmente, alcançando superiores valores a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão).

Não se conhece contabilidade oficial acerca dessas residências, pois existem condomínios não-legalizados e casas sem habite-se da Prefeitura. A mesma Prefeitura, por exemplo, desconhece ou não menciona esse assunto, apenas tornando público os R\$140 milhões do setor turístico — 7% do PIB de Petrópolis¹⁵⁶ —, o “[...] grande desenvolvimento imobiliário [...]” de Itaipava e o demonstrativo numérico da segunda residência, explicada como “[...] forte perfil turístico local [...]”.¹⁵⁷ Em todo caso, aproximadamente, estima-se¹⁵⁸ a existência de 90 a 120 condomínios legalizados ou ilegais em Itaipava, com cerca de 2.500 casas no interior desses condomínios,¹⁵⁹ das quais 2.100 seriam residências secundárias; agregando-se, ademais, estimadas 900 casas exteriores aos condomínios, usadas também como segunda residência, tudo somado, teríamos números circunvizinhos a 3.000 casas secundárias.

¹⁵⁵ Expansão cuja primeiríssima razão estaria ligada à diminuição de tempo de viagem propiciada pela inauguração, em 1980, da BR 040, ligando cidade do Rio de Janeiro — cidade de Juiz de Fora.

¹⁵⁶ Sem separar desse percentual o que representaria impacto do turismo associado à pousada e hotéis do impacto da segunda residência.

¹⁵⁷ *Petrópolis – Informações para Investidores*, PMP, 2004, p. 18-19.

¹⁵⁸ CÂMARA NETO, Alcino F. *Transformação econômica na região de Itaipava e Adjacências*. In: SÁ EARP, F. “Pão e Circo, fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento”, Palavra e Imagem, RJ, 2002, p.127. As estimativas de Câmara Neto decorrem de técnicos da Prefeitura envolvidos na legalização de condomínios.

¹⁵⁹ Significando metade da ocupação, pois, em média, cada condomínio dispõe de 50 lotes. Cf. CÂMARA NETO, Ibid.

Residências que, a partir de um valor de troca, convertem em uso sedentário um solo que outrora era meio de produção para o cultivo de flores, a criação leiteira e a cerâmica, valendo também o antigo solo de uso primário de velhos proprietários transformado em uso secundário e de tempo parcial. Essa fixação ou uso mais arraigado do espaço de ócio exerce seu poder e prestígio territorial quando, reorganizando o espaço em uma hierarquia determinada pelo dinheiro do usuário, pela mão de arquitetos, gera, no solo, residência secundária com largueza para eventuais quimeras construtivas influenciando, além disso, na dilatação dos exteriores serviços ligados à manutenção, valoração e satisfação de seu sazonal ócio: trabalhadores residenciais — como caseiros, seguranças, jardineiros —, lojas de construção, de utilidades e decoração residenciais, supermercados, restaurantes, aglomerados comerciais — tais como *Shoppings* e Centros comerciais, que, em Itaipava, totalizam em seu interior 277 lojas espalhadas entre 5 *Shoppings* e 8 Centros Comerciais¹⁶⁰ tendo, por loja, média de três empregados, com salários em torno de 2 S.M.

O fato é que, solo turístico produzido como espaço de troca objetivando um valor de uso, é possível enxergar nessa urbanização afastada da produção e próxima do consumo do espaço privado para o ócio, pois de cariz residencial e sedentário, proprietários de solo/incorporadores imobiliários¹⁶¹ especularem no circuito comercial, onde encontrariam compradores de parcelas de solo dispostos a pagar por uma unidade territorial, valores de troca superiores aos ocasionais

¹⁶⁰ Cf. *Guia de Itaipava*, janeiro, 2004. No final da década de 1980, apenas existia o *Shopping* Itaipava, com 44 lojas. No período de feitura deste trabalho existe em construção um *Shopping*. Recentemente, foi inaugurado mais dois, um deles com 105 lojas. Vendendo vestuário e acessórios, existe também a “Feirinha de Itaipava”, em área contígua à BR 040, com 200 boxes construídos em madeira e alvenaria.

¹⁶¹ Vide nota 102 do primeiro segmento.

valores resultantes de um outro tipo de produção espacial, no qual o solo seria meio de produção, por exemplo: o solo utilizado para produção de cerâmica.

“El precio del suelo será uno de los elementos importantes discriminadores de este proceso. [...] En este aspecto asumen su importancia los agentes propietarios de suelo, en cuanto que pueden aprovecharse del cambio de funcionalidad que generará beneficios, en muchos casos ligados a unas ventajas de situación, sin que se haya producido valor. Este es el estricto sentido que cabe dar, como sabemos, al término especulación, donde el suelo participa como valor de cambio sin generación de valor.”¹⁶²

Esses agentes produtivos de solo turístico-especulativo realizam seu sobre-lucro acoplado aos agentes de serviços do setor turístico, tais como comerciantes, bancos, proprietários de áreas de diversão e outros, que transformam o espaço circundante à residência secundária, em paisagem de consumo turístico.¹⁶³ Pois não sendo estrito meio de produção, as montanhas e a atmosfera de Itaipava, sem ser a base, são as causas de economia turística umbilicalmente vinculada aos espaços e interposições à volta que viabilizam o uso turístico dessas mesmas montanhas e atmosfera. Os produtos diretos dessas intervenções ou simulações que ocultam o verdadeiro em Itaipava — um solo turístico especulativo — em benefício de casual campo montês arranjado como necessária paisagem, parecem criar cenografia gregária e rústica ligada ao lugarejo e ao pequeno comércio recuperador do trato pessoal.

¹⁶² SANCHEZ, J-E. Espacio, Economía y Sociedad, Siglo Veintiuno editores, Madrid, 1991, p.246.

¹⁶³ Cf. SANCHEZ, J-E. Ibid., p. 232-233.

Intervenções, aliás, que seriam o próprio recurso técnico dessa atividade de serviço, i.é: urbanização, hotéis, parques, festivais de diversos tipos,¹⁶⁴ quiçá a qualificação dos recursos humanos e do próprio empresariado¹⁶⁵ — recursos técnicos, ademais, afastados da sua significação vinculada ao processo industrial, pois transportados para o uso espacial. Montanhas e clima, portanto, servem em Itaipava apenas como causas ou pretextos de uma oferta criada sobre referências especulativas ligadas à memória, à distinção de classe, ao resgate da perdida vida comunitária na metrópole; alusões, ao cabo, próximas ao campo recuperado, valendo uma ótica idealizada do rural ou da pequena cidade com “qualidade de vida” e distanciada dos núcleos de violência metropolitana.

Precisamente, a expansão urbana de Itaipava é passível de pôr à vista o caminho quase único de uma cidade em busca de vales mais alargados e menos espessos em um período industrial estagnado — turística urbanização cuja paisagem, a despeito de pontuais estabelecimentos fabris, é o próprio consumo imobiliário, o comércio e os serviços. Dir-se-ia que, diferentemente do primeiro distrito, onde a vilegiatura e a indústria produziram uma serrana cidade, em Itaipava a determinação espacial é substantivamente ordenada pelo turismo de segunda residência, já agora também atraindo famílias de classe média que se instalam ou transformam a moradia de campo em residência principal;¹⁶⁶ movimentando, além disso, fluxos populacionais em busca de emprego, uma vez

¹⁶⁴ Tais como o “Circuito Gastronômico de Petrópolis”, nos meses de julho/agosto; o “Circuito das Artes de Itaipava”, no mês de julho; a “Exposição Internacional de Cães de Raça”; “Mostra de Teatro da cidade”, em agosto; o “Petrópolis Gourmet”, em novembro/dezembro; o *Weihnachtsmarkt*; a “Exposição Internacional de Presépios” e o “Natal Iluminado”, todos em dezembro, além do “Mastercasa”, “Festival de Inverno” e outros 16 eventos encontrados no calendário do *Manual de Comercialização para Organizadores de Viagens, Eventos & Convenções.*, op. cit., p. 10-11.

¹⁶⁵ SANCHEZ, J-E., op. cit., p. 239-240.

que usualmente instalado esse turismo no interior de regiões deprimidas em suas economias anteriores, desse modo, gerando a criação ou a ampliação de bairros populares, tais como Cuiabá, Madame Machado, Vila Rica, Lajinha, Gentil — crescidos paralelamente com a expansão turística de Itaipava —, configurando-se como senzala e casa-grande, portanto, valendo como bolsão urbano de mão-de-obra para as necessidades turísticas da segunda residência.

O que resultaria em coisa interessante, pois o próprio alento econômico trazido pela segunda residência, igualmente, atrai mão-de-obra e recrudesce a especulação imobiliária, desse jeito, encarecendo o solo urbano e criando demasiadas zonas pauperizadas, por conseguinte, expulsando ou fazendo migrar a mesma classe média que outrora foi atraída por fortuito sítio turístico. Assim sendo, no momento mesmo de origem da urbanização turística, não é difícil compreender a existência de ruína anunciada.

Em todo caso, existindo Itaipava como nuclear linha de expansão urbana para os distritos, tal deslocamento — repetindo — ocorre à maneira turística. Se, neste passo, incluirmos ou lembrarmos do Pró-Centro, constituir-se-ia hoje Itaipava em mais uma seção espacial — o “segmento rural” — dessa inflexão de mercado que move Petrópolis em direção à carreira turística, consequência de sua indústria desfibrada, mas, igualmente, via ideológica que propaga o turismo como solução para esse esvaziamento de indústrias, disputando, desse modo, os favores do mercado financeirizado mundial.

¹⁶⁶ O futuro irá dizer se essa modificação transformará Itaipava em distrito-dormitório da classe média carioca, que, pendularmente, movimentar-se-ia entre esse distrito e a cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2 — Mancha Urbana e Marcha Demográfica

Qualquer petropolitano longo que percorresse hoje as ruas de sua cidade — originalmente ruas¹⁶⁷ escorridas e sinuosas acompanhando a linha torta de rios dispostos em uma rede de vales —, mesmo ao léu, traria sempre à boca este estado de coisas: a expansão degradada da mancha urbana, desindustrialização, a urbanização turística.

Cidade posta de longo a longo sobre planícies de aluvião, encostas e cumeadas; cidade de Petrópolis desmoronada em seu projeto inicial, eventualmente, para esse antigo cidadão o seu olhar guardaria viés empírico: galpões fabris vazios e deteriorados, algumas vezes, com outros usos ou retalhados internamente entre pequenas empresas; palacetes afastados de sua original função residencial; encostas e cumeadas de morros perigosamente ocupadas; ruas e calçadas da zona central, atulhadas de automóveis e pedestres.

Essa soma de conhecimentos transmitidos pela experiência, a despeito de seu empirismo, evidenciaria o movimento acelerado, cruelíssimo, da paisagem¹⁶⁸ petropolitana e brasileira — rapidamente destruída, velozmente criada.

¹⁶⁷Especialmente as ruas do 1º e 2º distritos, respectivamente, Petrópolis (143 quilômetros quadrados) e Cascatinha (274 quilômetros quadrados) — as porções mais urbanizadas do Município. Esses dois distritos estão colocados de comprido em apertadas planícies de aluvião e subindo encostas, muitas vezes, até a cumeada dos morros. Os outros distritos são: Itaipava (3º distrito, 121 quilômetros quadrados), Pedro do Rio (4º distrito, 210 quilômetros quadrados) e Posse (5º distrito, 63 quilômetros quadrados).

¹⁶⁸Refiro-me a uma forma da Terra resultante de modelagens físicas e culturais. Em Geografia, pois, a paisagem não seria simples consequência do olhar, mas forma advinda de relações seriadas, classificadas, e articuladas em uma totalidade complexa de uma dada área. Ou melhor: “A paisagem é o conjunto de formas, que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Cf. SANTOS, M. A. *Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, Hucitec, SP, 1996. P. 83.

Afinal, todas as promessas de um modo de vida petropolitano, orientadas para a expansão do bem estar social e urbano, encontradas — por exemplo — nas páginas de “Esboço de Geografia Urbana”,¹⁶⁹ transformaram-se, hoje, em formas do passado. Enxergando a cidade como um dos “fatos da ocupação improdutiva do solo”,¹⁷⁰ portanto, desapossado esse olhar de qualquer reflexão acerca da distribuição conflituosa da riqueza urbana e social coletivamente produzida, Arbos descreve a serrana Petrópolis tal como, bem adiante, José de Souza Martins dá a conhecer por teoria e método diversos um aspecto relevante do subúrbio: “[...] o lugar em que o passado rural de algum modo sobrevive no urbano [...]”.¹⁷¹ Cidade petropolitana visceralmente ligada à natureza, poderia ter escrito Philippe Arbos, cujas partes eram, ao mesmo tempo, meio e objeto final, valendo aqui o último subtítulo de seu esboço serrano — “Organismo Urbano”¹⁷² —, é possível notar certo espaço de ascensão social e um encanto estético, onde até mesmo a moradia dos operários guardava solo citadino para o arvoredo, plantações e criação, ecoando, pois, a categoria subúrbio tal como a encontramos em Souza Martins — associada, sem dúvida, a uma história accidental e auxiliar,¹⁷³ mas, igualmente, próxima a uma vida mais comunitária e de casas espaçosas.

¹⁶⁹ ARBOS, P. “Esboço de Geografia Urbana”. In: *Trabalhos da Comissão do Centenário*, v. VI, P.M.P., 1943, 171-225.

¹⁷⁰ Cf. BRUNHES, J. *Geografia Humana*, ed. Fundo de Cultura, RJ, 1962, pp. 79-186. Nesta geografia podemos ler que casas e caminhos, muitas vezes, articular-se-iam em aglomerados que seguiriam do povoado até a grande cidade. Brunhes não dá ao termo “improdutivo” cariz depreciativo, ao contrário, casas e caminhos, quase ia dizendo, a cidade umbilicalmente ligada a terra, representam fatos genuinamente humanos, ou seja, fatos culturais.

¹⁷¹ SOUZA MARTINS, J. de. *Periferia Revisitada*, Espaço & Debates, ano XVII, 2001, n°42, p.78.

¹⁷² Cf. ARBOS., op. cit., p. 217.

¹⁷³ Cf. SOUZA MARTINS, J. de. Especialmente a introdução: “Por uma Compreensão do Esquecimento e do Silêncio” In: *Subúrbio, Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*, Hucitec, SP/S.Caetano, 1992. p. 7-23. Nessas páginas é possível ler que “A história do subúrbio é uma história residual. Nela a história irrompe de surpresa, como ruptura do que vem de fora,

“[...] A cidade é [...] toda encaixada na verdura [...]. Alguns [caminhos] conduzem rapidamente a bairros não totalmente povoados e que, embora perto, permanecem mais próximos da natureza; assim, Independência, donde avistamos o panorama da Baixada. Outros conduzem [...] a bairros densamente povoados, como o Palatinado e Morin, onde vivem pequenos proprietários, funcionários, empregados no comércio, sempre residindo no meio de jardins e árvores. [...] Surgem as fábricas, algumas mesmo às portas da cidade. Mas não se tem em Petrópolis impressão duma cidade industrial, não só porque as fábricas estão espalhadas em diversos bairros, como também porque não carregam a atmosfera de poeira e fumaça. A indústria não mancha a natureza, pelo contrário, às vezes forma com ela quadros pitorescos [...] cujos edifícios formam com a floresta, onde se situam, um conjunto que lembra certos recantos dos Vosges. [...] As habitações construídas pelas próprias fábricas para os seus operários não formam conjuntos imponentes e compactos [...] e não deixam de se confundir com o verde da paisagem.”¹⁷⁴

Poder-se-ia escrever, claro, que esse “Esboço...” seria a descritiva consequência, ou o tardio instrumento ideológico, de um projeto que teve origem no Estado Imperial brasileiro — o plano de construção de uma cidade serrana como importante anexo à obra central do Segundo Império e sucedânea urbana da

como intervalo na rotina e na seqüência ritmada dos gestos repetitivos de todos os dias, “[...] mesmos trajetos, mesmos horários, mesma indiferença. Porém, como resíduo, é também memória do possível, da alternativa — dominada, sufocada, subestimada”. (p. 18).

¹⁷⁴ Arbos. op. cit., pp. 222-224. Esta citação, aliás, pode ter inspirado uma passagem petropolitana de Pierre Monbeig: “O caso de Petrópolis, cidade de veraneio, cidade de turismo e centro industrial, deve ser particularmente lembrado, pois mostra que a paisagem industrial não aparece em todos os lugares e nem sempre com a mesma nitidez, riqueza e complexidade.” (p. 526). In: MONBEIG, P. “Indústria e Geografia”, *Boletim Geográfico*, ano III, n. 28, julho de 1945, p.521-526.

Europa nos trópicos, desse modo, realizando a desejada europeização, senão do povo, das elites, que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro dificultava.¹⁷⁵

Todavia, Philippe Arbos é lembrado porque, após a década de 1970, transformou-se involuntariamente a sua monografia em testemunho de tudo aquilo que a urbana Petrópolis definitivamente perdeu.

O município de Petrópolis (mapa 1), alcançado por uma seção da serra do Mar denominada serra da Estrela,¹⁷⁶ localiza-se ao norte da cidade do Rio de Janeiro, entre as coordenadas de 43°00' — 43°15'W e 22°15' — 22°30'S. Sua área total é de 811 quilômetros quadrados. A sua altitude média é de 845 metros. O número de pessoas residentes é de 286.537 habitantes — 138.114 homens e 148.423 mulheres¹⁷⁷ —, embora a população total estimada, em 2004, esteja em 302.477 habitantes. 94,46% residem em área urbana.

Cidade média da serrania fluminense, Petrópolis, a partir da década de 1970, vive a derrocada de um projeto, nascido no século XIX,¹⁷⁸ de arranjo espacial que planeava a cidade como lugar de cura e descanso sazonal para as elites brasileiras, sem esquecer o ambiente industrial construído que surgiu nesse mesmo período. Com o decênio de 1970 Petrópolis assistiu ao fechamento das

¹⁷⁵Nireu Cavalcanti, por exemplo, anota que a Missão Francesa, em 1816, encontrou “[...] cidade moldada e construída 252 anos por reinóis, brasileiros, cariocas, brancos, pretos, pardos, cabras, índios e caboclos.” Cf. CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista, a Vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2004, p. 100.

¹⁷⁶A denominação de “Estrela”, recebida por esta seção da serra do Mar e dada ao antigo porto de conexão de uma das vias terrestres e aquáticas do Caminho Novo para as Minas Gerais, originou-se do planeta Vênus, que despontando sobre a região serrana logo que o sol se põe, foi outrora importante marco de orientação noturna para os antigos tropeiros, principalmente no percurso sobre a baía da Guanabara, entre o cais dos Mineiros — na cidade do Rio de Janeiro — e o porto Estrela.

¹⁷⁷Censo IBGE, 2000.

¹⁷⁸Fruto de discussões intermináveis em Petrópolis, duas datas de fundação são lembradas: 16 de março de 1843, data da assinatura do decreto que arrendou ao Major Júlio Koeler a fazenda do Imperador D. Pedro II para a criação de povoamento e construção de um palácio de verão; e 29 de junho de 1845, dia da chegada das primeiras famílias alemãs na serrania petropolitana.

grandes plantas industriais têxteis e ao extermínio do seu espaço/tempo de recreio, de cura, de ócio, de vilegiatura — cujo período bruxuleante foram os anos sessenta. A série dos anos 70 foi o divisor de águas de um processo espacial petropolitano que, com alguma hipérbole, fez terra arrasada desse antigo pouso e centro industrial, especialmente, no primeiro e segundo distritos. Talvez fosse necessário esclarecer que essa década não é um período divisor rígido. Ela representa o decênio da inflexão ou a década do aumento na velocidade das transformações que aconteceram entre os anos de 1960, uma espécie de antecâmara, e as décadas posteriores ao intervalo de 1970. Muitos dos loteamentos e ocupações populares das encostas e cumeadas, por exemplo, que, na década de 1970, surgiram na imprensa da cidade como problema urbano petropolitano, já estavam estabelecidos nos anos de 1960; diversos edifícios de classe média, que modificaram definitivamente a paisagem urbana da zona central, foram construídos nas décadas de 1960 e 1980. Algumas das grandes unidades habitacionais, que adensaram vários bairros — unidades multifamiliares construídas pelo Estado através do antigo BNH —, foram inauguradas entre os decênios de 1970 e 1980. Os anos de 1970 estão aqui como marco, porque fazem parte de temporal circunvizinhança aniquiladora do ordenamento urbano nascido do projeto da Casa Imperial para Petrópolis. É um decênio representativo, pois, de fato, é nesse período que se faz notar os primeiros efeitos, em relação à vilegiatura, da transferência da capital federal para o planalto Central;¹⁷⁹ são nesses anos de 1970, por fim, que a

¹⁷⁹ A inauguração de Brasília, em 1960, trouxe — como corolário petropolitano — o paulatino afastamento da elite brasileira desta serra do Mar. Sob esse viés, aliás, é possível localizar nos anos cinquenta certos vestígios desse processo de ruína: o suicídio de Getúlio Vargas alguma coisa contaria, pois, até mesmo devido ao número de anos que esteve com o Poder de Estado, foi ele o presidente que mais freqüentou Petrópolis. Tal como D. Pedro II, a extensiva vilegiatura desse republicano nesta serra forçava ou estimulava a estada prolongada de toda a elite brasileira. O que gerava ainda maior prestígio urbano de Petrópolis em comparação com todas as outras cidades do Brasil.

economia da cidade iniciará seu processo de desindustrialização, sobretudo, têxtil. Escrito de outra forma, essa década importa porque foi nesse intervalo que as consequências de várias ações sócio-espaciais, levadas a cabo nos anos anteriores, ostensivamente desembarcaram, inaugurando-se nesse mesmo período, igualmente, intervenções espaciais que, nas décadas posteriores, iriam se tornar patentes como problema urbano e petropolitano.

O caso é que o impulso urbano inicial, o projeto Koeler vinculado à Casa Imperial — que criara Petrópolis como subúrbio elegante e, pela porta dos fundos, proletário —, teria sido suficientemente forte para sustentar uma expansão do solo urbano que equilibrara crescimento industrial e espaço de ócio até a década de 1970,¹⁸⁰ quando caminhou a mancha urbana, por exemplo, para as linhas de cumeada dos antigos quarteirões projetados pelo Império e mantidos pelas duas Repúblicas, linhas que, a partir de então, muitas vezes foram atravessadas por casas e ruas ligando um quarteirão a outro, desse modo, rompendo a petropolitana disposição inicial das vias de circulação dada pela rede de vales. Posso testemunhar que, no início da década de 1970, era ainda possível reencontrar a esplanada do bairro Independência que possibilitou Arbos fazer menção ao referido panorama da Baixada Fluminense; esplanada e bairro que no final do mesmo decênio foram ocupados por loteamento popular.

Petrópolis, de fato, fora uma espécie de segunda capital do Império e da República. Getúlio, aliás, sendo farroupilha, com o decreto de 29 de março de 1940, curiosamente criou o Museu Imperial. Sobre Vargas e Petrópolis ver: VARGAS, G.: *Getúlio Vargas - Diário*, 2º vol., Siciliano/FGV, SP/RJ, 1995. Ver também “Getúlio Vargas em Petrópolis”. In: VASCONCELLOS, F. de. *Três Ensaios sobre Petrópolis*, ed. do autor, Petrópolis, 1984. pp. 119-198.

¹⁸⁰ Embora, como se verá na Parte III, Capítulo Único, a cota enfiteutica e o quinhão da vilegiatura, de maneira pedestre ou miúda, contribuíram para a realidade urbana desfibrada das grandes plantas industriais no município.

“Quase seria desnecessário enumerar [...] os anos da decadência. Não ocorreram somente no núcleo urbano. Eles aconteceram: com a eliminação da estação ferroviária do Alto da Serra, na proscrição dos trilhos que poderiam diminuir engarrafamentos, levando pessoas e coisas do alto da escarpa até Itaipava ou ainda mais adiante; na ocupação desordenada dos morros, gerando novos bairros; no desaparecimento da Independência — local ermo e bucólico que se abria ao ruço e à cenografia pedregosa, verde e marítima [...]. Os anos vagarosos de aniquilamento vieram, assim, alterando aqui e acolá, estimulados pelo aumento populacional, por certa [conjuntura] econômica favorável e, não se deve esquecer, pela opinião generalizada de crescimento que não media os limites do território, dispensando, ademais, a preservação dos vestígios do passado.”¹⁸¹

A recuperação de uma série histórica da evolução da população residente petropolitana, com início na década da primeira edição da monografia de Philippe Arbos — 1940 — , aproximaria melhor o problema (tabelas 1 e 2). É de se notar o acentuado crescimento percentual no período 1950-60. Petrópolis, no ano de 1962, deteve o maior consumo de energia industrial dos três municípios mais importantes do antigo sistema CBEE,¹⁸² podendo-se daí depreender um forte estímulo migratório para a cidade. Essa inflexão na taxa de crescimento da população residente constada em 1950 — 1.44 — acumulou-se adiante com os outros valores, embora menores, das décadas de 1960, 1970 e 1980,

¹⁸¹ AMBROZIO, J. *Geografia Petropolitana*, ed. Ponte da Cadeia, 2ª edição, São João Del Rei, 2005, p. 40.

¹⁸² Petrópolis, 57 100 000 Kwh; São Gonçalo: 44 601 000 Kwh; Niterói: 27 893 000 Kwh. Cf. MAGALHÃES, C. de. “A Função Industrial de Petrópolis”, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, ano XXIII, Janeiro-março, 1966, n. 1, p. 46.

transformando o decênio de 1970 e seu entorno em robusto intervalo por demanda de consumos coletivos, dentre eles, a habitação.

tabela 1

População residente¹⁸³ em números absolutos por décadas — Petrópolis

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
totais	75.418	108.307	150.300	189.140	242.009	252.600	286.537

Fonte: IBGE.

Tabela 2

Taxa de crescimento da pop. residente por décadas – Petrópolis

	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Taxa de crescimento	1.44	1.39	1.26	1.28	1.04	1.13

Fonte: IBGE

Média de crescimento no período: 1.25.

Toda essa dinâmica demográfica, sobretudo, ocorreu nos distrito-sede e segundo distrito de Cascatinha, pois, historicamente, esses primeiro e segundo distritos concentraram as atividades fabris, comerciais, de serviços e de vilegiatura. Esse aumento petropolitano no dinamismo populacional, a partir da década de

1970, revelou então uma estreita oferta de terras urbanizadas, uma escassez ampliada de solo disponível para a construção de habitações nesses distritos, i. é, uma disputa ou, quiçá, uma procura pelo solo mais bem posicionado em relação aos equipamentos de infra-estrutura, em relação aos serviços citadinos e a oferta de emprego. Ampliaram-se, assim, as diferenças sociais, pois, em termos urbanos, amplificou-se as desigualdades espaciais, cujo reflexo foi a verticalização da classe média — levada a cabo pelos incorporadores¹⁸⁴ — no núcleo central da cidade; a construção multifamiliar, de corte estatal, empreendida pelo antigo BNH em outros bairros; e o recrudescimento de loteamentos e ocupações por camadas populares empobrecidas. A série dos anos de 1970 foi para Petrópolis o núcleo de um período de demanda imobiliária, i.é, de acumulado escoadouro percentual da referida inflexão de população residente, de resto, justificada pelas migrações campo-cidade que varreram o Brasil — principalmente — a partir da década de 40 e 50, ampliando a disputa por habitações urbanas.

Tudo isso levou a profunda mudança na paisagem urbana de Petrópolis, especialmente, do primeiro e segundo distritos. Petrópolis transformar-se-ia em uma cidade espessa e saturada, adensando-se principalmente nesses dois primeiros distritos. É de se notar, a partir da década de 1960, a acentuada expansão do núcleo urbano no primeiro distrito de Petrópolis, sobretudo, determinada pela edificação de classe média, que demoliu as velhas residências e os antigos sobrados em benefício de residências multifamiliares. Se, ainda uma vez, recuperarmos o decênio da primeira edição petropolitana e brasileira da monografia

¹⁸³População moradora no domicílio, presente na data do censo ou ausente por período não superior a doze meses. Inclui também militares e representantes diplomáticos que estavam em missão no estrangeiro e suas respectivas famílias.

¹⁸⁴Refiro-me ao agente modelador urbano que, proprietário do solo e do financiamento para a construção e comercialização, define o procedimento, a localização e o tipo de edificação, incluído aí o seu preço. Muitas vezes o incorporador se confunde com o construtor.

urbana de Philippe Arbos — 1940 —, encontraremos a partir dessa data as décadas de 1980 e de 1970 como o intervalo de maior edificação no bairro central (tabela 3), dissolvendo ou expandindo os limites dessa área que, outrora, foi conhecida como Vila Imperial.

Tabela 3

Edificações multifamiliares de grande porte por décadas / n° de unidades
zona central

Décadas	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
N° de edifícios	14	14	21	35	24	7	4

FONTE: Secretaria Planejamento, Petrópolis, 2005.

Edificações residenciais ou mistas dominadas por prédios de grande porte, com número de pavimentos elevados (tabela 4), concentrando residências multifamiliares, comércio e serviço — concentrando população¹⁸⁵ e atividades que contribuem determinantemente para a crise petropolitana de congestionamento, especialmente nos primeiro e segundo distritos, uma vez que a forte centralidade urbana dessa zona central, já dada historicamente pela presença física do Poder imperial e republicano foi, pela via econômica e populacional, recrescida, transformando-se em cerrado núcleo urbano, desse modo, revelando para todos a

¹⁸⁵ 29.789 residentes. Fonte: Censo Secretaria de Planejamento, PMP, 2000.

estreiteza das planícies aluviais e vales petropolitanos, sugerindo, assim, os limites do sítio urbano petropolitano.

Tabela 4

Nº de prédios em relação ao nº de pavimentos - zona central

nº de prédios	13	12	12	10	9	9	8	7	6	5	3	1
nº de pavimentos	13	12	8	9	7	10	14	11	6	3	4	5

Fonte: Secretaria Planejamento Petrópolis, 2005.

Contudo, não foi somente o núcleo urbano, todos os outros bairros do primeiro distrito assistiram a chegada de grandes unidades multifamiliares: em 1974, em bairro denominado Quitandinha, foi construído pelo antigo BNH conjunto de quatrocentos e noventa e três apartamentos, dividido em quinze blocos. Também em 1974, em uma das zonas de acesso principal ao centro da cidade, rua Coronel Veiga, foram inaugurados duzentos e vinte apartamentos espalhados por doze blocos. No bairro Mosela, ano de 1974, doze blocos geraram cento e noventa e dois apartamentos. No bairro Alto da Serra, em 1975, antigos moradores assistiram a destruição da Estação e oficina ferroviária para a construção de conjunto habitacional de trinta e seis blocos de apartamentos — quinhentos e trinta e seis apartamentos divididos entre um, dois e três quartos. No bairro Capela sete blocos, divididos em cento e doze apartamentos, igualmente, surgiram em 1975. Também no bairro São Sebastião, vinte e sete blocos, divididos em quatrocentos e noventa e três apartamentos, em 1982, surgiram pelas mãos do antigo BNH. No alto da rua

Dr. Thouzet, um conjunto habitacional de quinhentos e quarenta e oito apartamentos foi também construído em 1983. No cimo da rua Sargento Boening conjunto de 34 blocos, dividido em seiscentos apartamentos, também foi inaugurado em 1986. É de se notar, ademais, o peso dos valores percentuais desses dois últimos conjuntos habitacionais em relação aos totais populacionais do bairro (gráfico 1). Apenas um conjunto do antigo BNH foi inaugurado, em 1971, no segundo distrito: duzentos e quarenta apartamentos divididos em quinze blocos construídos às margens do rio Piabanha, na estrada União e Indústria (gráfico 1).

Gráfico 1¹⁸⁶

¹⁸⁶ Uma vez que não foi possível recolher o preciso número de residentes, determinei a população estribada na informação dos números de blocos de um, dois e três quartos, com cada bloco contendo dezesseis apartamentos. Estimei no apartamento de um quarto: dois residentes; no de dois quartos: quatro residentes; no de três quartos: cinco residentes.

Não é monopólio da moradia de baixa renda a ocupação das encostas e cumeadas. Vale lembrar que de sul para norte, do primeiro distrito ao quinto, em Petrópolis, essas áreas são manchadas por habitações populares, residências de luxo e casas de classe média. Todavia, nesta mesma Petrópolis, a partir dos decênios de 1960 e 1970, coube a essas partes alcantiladas o papel de espaço de reprodução das desigualdades sócio-espaciais: frente avançada ou mesmo cabeça-de-ponte da expansão urbana de Petrópolis,¹⁸⁷ pois se nessas décadas fora quase

Apenas um conjunto, da rua Coronel Veiga, porta número de apartamentos diferenciados: dez blocos de vinte apartamentos e dois blocos de dez apartamentos — todos de dois quartos, com exceção de dez apartamentos.

Os pontos percentuais indicados no gráfico resultam da relação entre o número de residentes do conjunto habitacional e a população total do bairro onde se encontra o conjunto residencial. Os bairros Quitandinha, Valparaíso, Mosela, Alto da Serra, São Sebastião, Dr. Thouzet, Chácara Flora e, no segundo distrito, Correias, respectivamente, guardam estes totais populacionais: 12.703, 5.486, 10.595, 8.758, 6.673, 2.143, 5.064, 16.072. É de se notar, além disso, o peso percentual do conjunto da rua Dr. Thouzet e do conjunto da rua Sargento Boening. Fonte: Secretaria de Planejamento, PMP. Contabilidade populacional por bairro, levada a cabo através do Censo IBGE, 2000, resultado de trabalho lateral no interior do projeto principal de identificação nos carnês de IPTU — vinculados ao primeiro distrito — do nome do antigo Quarteirão correspondente à localização do imóvel.

¹⁸⁷ Diga-se de passagem, que a outra frente, incorporada sobretudo a partir da década de 1990, seria Itaipava — 3º distrito com menor declividade, vales mais alargados e corte

total a ausência de equipamentos de consumos coletivos urbanos nessas áreas elevadas, hoje, decênio de 2000, a casa de alvenaria, a água clorada, o esgotamento sanitário, a luz e o transporte alcançaram muitas dessas zonas de encosta. Dir-se-ia, então, que o avanço urbano petropolitano seguiu vertente acima e, sob esse aspecto, nem Itaipava e os demais distritos escaparam. Áreas de coruta talhadas a pique,¹⁸⁸ afinal toda a cidade carece de solo urbano plano, cuja consequência geraria crise ambiental urbana¹⁸⁹ de difícil solução, cujos sintomas seriam os constantes transbordamentos dos rios, enxurradas, e escorregamentos (tabela 5) no período de maior concentração pluviométrica — outubro-março, com 316mm ou 15% das chuvas anuais.

Tabela 5

Movimentos de massa por período de anos

Períodos	1969-1960	1979-1970	1989-1980	1997-1990
Ocorrências	274	321	447	139

Fonte: Gonçalves, 1998.

A abrupta diminuição do número de ocorrências no último período, anos de 1990, justificar-se-ia pela redução das chuvas nesses anos em relação aos

sócio-espacial ligeiramente diverso, advindo essa distinção da produção espacial que o turismo de segunda residência engendraria hoje em Itaipava.

¹⁸⁸ No primeiro e segundo distritos, declividades de 3-8% a 75%. Cf. GONÇALVES, L.F.H. “Movimentos de Massa na Cidade de Petrópolis”, In : *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*, GUERRA, J.T. e CUNHA, S. B. da. (orgs.), Bertrand Brasil, RJ, 2001, p. 233.

¹⁸⁹ Ampliada ou agravada pelo avanço urbano nas várzeas e margens dos rios citadinos.

períodos anteriores, pelas obras de contenção levadas a cabo pelo município e eventuais campanhas educativas¹⁹⁰ — até onde poderia ser considerado eficaz tal pedagogia, diga-se de passagem, ante a permanência da escassez de solo urbano, pois a expansão da mancha urbana petropolitana não cessou, ao inverso, avança para áreas ainda mais íngremes, em rampas com declividades superiores a 45%.

O caso é que essa expansão urbana vertente acima estaria ligada à histórica valorização das terras dos vales: foi — por exemplo — ao longo dessas áreas, acompanhando o curso dos rios, que se instalou o arruamento e, sobre esse, o sistema de transporte, como o bonde nas primeiras décadas do século XX; foi no fundo desses vales, ao longo dos rios, que as antigas plantas industriais têxteis surgiram; Com efeito, as atividades de comércio, os serviços, a indústria e mesmo a procura por terras, pela ordem, para a segunda e primeira residências, exerceram permanente demanda por esses fundos de vale transformados em solo urbano, cuja ocupação ocorreu em toda a sua extensão, desse modo, tornando-se esse solo — com a chegada dos anos de 1970 — raridade ainda mais ampliada.

O desenho ou figura 2 adiante,¹⁹¹ claramente, noticia o processo dessa expansão da cidade, seguindo o sinuoso rio Piabanha¹⁹² e seus afluentes nos fundos dos vales. Somente quando esses vales, transformados em solo citadino, foram ocupados e engendrados como raridade é que as áreas de vertente e, após, de cumeadas foram incorporadas à mancha urbana. Diferentemente da colonial Ouro Preto, da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — cuja origem está ligada ao morro do Castelo — e de tantas outras cidades espalhadas pelo mundo

¹⁹⁰ Cf. GONÇALVES, L. F.H., op. cit., p. 243.

¹⁹¹ Desenho, possivelmente, originado a partir da “Planta da Imperial Colônia de Petrópolis”, de Otto Reimar, 1854, pois planta ampliada de localização de prazos que já indicava 23 quarteirões, 10 a mais do que encontramos na planta de Koeler, de 1846. A planta de Koeler e a de Reimar estão anexadas adiante, em outro capítulo.

¹⁹² O rio Piabanha tem 74 km de extensão; 12 km dentro do primeiro distrito.

que o português criou, em sua história urbana, Petrópolis somente mais adiante ligou essas encostas e cumeadas à sua paisagem, daí depreendendo-se que, em sua origem, fora uma cidade sem grandes ladeiras ou rampas entre as suas ruas principais, não sendo exagero dizer que essas ruas que sobem ou descem, substantivamente, expandiram-se a partir dos decênios de 1960 e 1970. Pois foi somente a partir desse período que a cenografia urbana petropolitana descerrou absolutamente as ocupações de encosta. Claro, antes de 1945, embora a figura de número 2 desconheça, existiam aqui e ali essas ocupações vertentes acima. Por exemplo: desde os primeiros anos da República — ainda no século XIX — casebres existiam no morro do Estado,¹⁹³ hoje morro ou bairro da (rua) 24 de Maio, designação advinda de sua rua principal, que atravessa o morro desde o início da R. Aureliano Coutinho até atingir, do outro lado, a Praça Pasteur no bairro Castelânea; contudo, essa e outras ocupações não manchariam ou dariam cariz a encosta, tal como hoje ocorre; eventual prova disso seria a monografia de Philippe Arbos, que não noticia sequer uma palavra acerca dessas ocupações, evidenciando que não seria digna nota urbana a descrição dessas áreas alcantiladas nas décadas de pesquisa e publicação de sua monografia.¹⁹⁴

O caráter nuclear do vale, em Petrópolis, ilumina uma observação, de resto, passível de ser também observada na cidade do Rio de Janeiro e quiçá em

¹⁹³ Cf. ZANATTA, A. L. *Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis*, Petrópolis, inédito, 2005. É o próprio autor quem escreve: “Pode-se [...] dizer que a abolição da escravidão proporcionou que ex-cativos, empregados em trabalhos domésticos nas residências da elite imperial/republicana de Petrópolis, tenham se estabelecido nas fraldas do morro, dito, do ‘Estado’; terras públicas, pois. Desse modo, os antigos escravos permanecendo próximos de seus velhos senhores, continuaram a prestar-lhes serviços, agora ‘mal remunerados’ e sem casa e comida. [...] De casas humildes e esparsas até o alvorecer do século XX, gradativamente, o morro foi sendo povoado por constantes levas de migrantes, notadamente mineiros e alguns retirantes nordestinos [...]”. P. 78.

¹⁹⁴ ARBOS, P. “Petrópolis - Esboço de Geografia Urbana”, op. cit. Essa ausência, ademais, poderia ser considerada uma comprovação ou prova material de escrita que se esboçara,

outras cidades: quanto mais alto a residência, mais pobre é o morador. Embora, como foi escrito em parágrafo anterior, o pobre não detém o monopólio das escarpas e cumeadas. Todavia, não restando alternativa a essa imensa parcela da população, com as taxas de crescimento demográfico experimentadas a partir da década de 50¹⁹⁵ e buscando habitação próxima aos vales urbanos — lugar privilegiado dos equipamentos coletivos citadinos, serviços públicos e de oferta de trabalho —, a partir sobretudo das décadas de 1960 e 1970, foi no rumo das encostas e cumeadas que essa fração pobre da população seguiu, adensando sobretudo os primeiro e segundo distritos, pela ordem, os distritos centrais do município; determinando a expansão da mancha urbana de Petrópolis.

Para o período de que trata a primeira parte deste trabalho — 1970 e os anos posteriores —, a figura anterior de número 2 e o pequeno mapa de número 2 localizando os núcleos de ocupações e de loteamentos encosta acima,¹⁹⁶ tornam visíveis essa expansão urbana em direção ao cimo dos morros, que tomou vulto ou se iniciou nas décadas de 1960 e 1970 no primeiro distrito: localidades como Battaillard, nas elevadas encostas raianas entre o bairro Mosela e o Quarteirão Brasileiro; morro da Cocada, morro do Nela, morro do Alemão — todos, no bairro Retiro; Duques, entre os quilômetros 40 e 41 da BR-040; loteamento Vai Quem Quer, situado no bairro Siméria; Alto Independência, em bairro de mesmo nome; morro dos Velhacos, no final da R. Lopes de Castro, bairro Valparaíso; Quadra 89, loteamento no bairro Quitandinha, no final da R. Professora Angélica de Castro. Todos no primeiro distrito. Todos, em 1978, mapeados e descritos por

tal como mencionado anteriormente, como uma espécie de tardio instrumento ideológico do projeto que planeava Petrópolis no século XIX.

¹⁹⁵ Consequência petropolitana do êxodo rural vivido outrora pelo Brasil.

¹⁹⁶ MEGGIOLARO, A. M. et al. In: *Baixa Renda, um problema habitacional de Petrópolis*, Cátedra/FUNARTE, RJ, 1980, p. 67. Este livro foi resultado de trabalho realizado no período de março-julho, de 1978.

MEGGIOLARO:¹⁹⁷ rosário de ausências de equipamentos de consumo coletivos — a localidade de baixa renda, ou frente avançada da expansão urbana, mostrava a sua face quando terminava o calçamento da via de acesso, daí adiante faltando arruamento ou mesmo pavimentação, esgoto, rede elétrica, água clorada, transporte e, com abundante presença, muito lixo descendo as encostas.

De fato, noticiada em jornais da cidade três anos antes, em 1975, refletindo a patente ausência de solo urbano, todos esses núcleos de ocupação e loteamentos já aí estavam, não esquecendo, ademais, dois núcleos no segundo distrito: o do Posto Dois e do Morro da Glória. Ao longo dos meses de março, abril, maio e junho de 1975, é possível encontrar notícias acerca de loteamentos e ocupações irregulares de áreas de encostas. Por exemplo:

“[...] o desmembramento e parcelamento de terras, loteamentos e abertura de novos logradouros sem urbanização completa — como água, luz, esgoto, construção de praças, jardins e áreas de recreação —, são realizados muitas vezes sem título de propriedade do loteador [...].”¹⁹⁸

“ [...] Incorporadores despem as cumeadas, divisores de água do sítio petropolitano, de vegetação; despem as encostas dos morros de todos os bairros e distritos, que são, após, retalhados para a venda aos sem solo urbano. As glebas loteadas — com poucas exceções — são glebas roubadas a particulares ou órgãos públicos.”¹⁹⁹

¹⁹⁷Id. Ibid., pp. 69-96.

¹⁹⁸Diário de Petrópolis, 6/03/1975.

¹⁹⁹Diário de Petrópolis, 7/03/1975. Neste período, ademais, os jornais noticiavam a formação de CPI na Câmara dos vereadores sobre esse problema urbano.

O Morro da Glória daria boa medida de como ocorreu a maioria das ocupações de encosta nesta cidade. O mesmo Diário, em chamada de primeira página, noticiara um novo loteamento sem urbanização e saneamento no bairro de Correias, na Glória — Morro da Glória:

“Por trás de tudo [...] [o] proprietário das terras, que não forneceu escrituras definitivas aos seus compradores, cujas casas estão soterradas por barreiras ou afundando em pântanos. [...]”²⁰⁰

O editorial, também na primeira página, completava a informação:

“[...] os compradores dos lotes dizem que a ilegalidade estende-se aos escritórios de registros de imóveis, onde funcionários acumpliciados com as imobiliárias impedem o contato das vítimas com a documentação das áreas loteadas.”²⁰¹

Na página três do mesmo Diário de Petrópolis a matéria ganhava desdobramento:

“[...] loteamento com mais de 1200 terrenos [...] lotes de 12 x 20 metros que custam 10 a 15 mil cruzeiros [...] em terrenos bastante acidentados, na encosta de um morro e na margem direita do rio Piabanha, o loteamento não sofreu quaisquer obras de urbanização e saneamento [...] no mês passado, dois barracos foram destruídos pelas barreiras, duas casas estão ameaçadas e outras quatro cedem cerca de 4 cm a cada enchente do rio [...]. As ruas estão

²⁰⁰ Diário de Petrópolis, 9/03/1975.

²⁰¹ Diário de Petrópolis, 9/03/1975.

esburacadas, não dispõem de alinhamento e galeria de água e esgoto. O abastecimento d'água é feito através de poços rasos ameaçados de serem contaminados pelos despejos sanitários.”²⁰²

Onze anos após esse jornal ou seis anos depois da publicação do livro de MEGGIOLARO,²⁰³ em 1986, a própria Prefeitura Municipal de Petrópolis dá oficial testemunho²⁰⁴ desse contínuo caráter espacial e desigual da expansão urbana do município encosta acima:²⁰⁵ testemunho descritivo de uma ribanceira invadida do rio Piabanha e de 27 morros ocupados (figura 3)²⁰⁶ entre o primeiro e o quarto distrito,²⁰⁷ somando todos — uma vez que a escada é a substantiva via de acesso — milhares de degraus e os idênticos problemas anteriormente apontados pelo livro e jornal mencionados. 5.353 famílias contabilizadas por essa publicação municipal oficial e desta maneira distribuídas: 2.263 famílias no primeiro distrito e 3.090 nos demais, sendo o morro da Glória no segundo distrito, o mais populoso — com 3.000 famílias. Em 1986, a própria prefeitura, em sua publicação,²⁰⁸ informava que o morro da Glória era ocupado, em sua maior parte, por migrantes mineiros. Morro, acrescentava a mesma publicação, com carência de abastecimento de água e sério risco de desabamento de parte dele, com ausência

²⁰² Diário de Petrópolis, 9/03/1975

²⁰³ Vide nota 196.

²⁰⁴ *O Outro Lado de Petrópolis*, PMP, Petrópolis, 1986.

²⁰⁵ Essa ampliação da desigualdade urbana, ademais, fica absolutamente patente quando constatamos, pelo viés da segunda residência, a determinante e turística expansão urbana encosta acima para o 3º distrito de Itaipava, núcleo de arco distrital envolvendo o 4º distrito de Pedro do Rio, o 5º distrito da Posse, além de algumas áreas do 2º distrito de Cascatinha. A produção do espaço urbano pelo turismo nessas áreas está tratada no Capítulo 1, seção “1.2 — O Distrito Turístico de Itaipava”.

²⁰⁶ 17 a mais do que os 10 núcleos encontrados no anterior mapa 3, datado de 1978.

²⁰⁷ Os distritos estão avistados na figura de número 5.

²⁰⁸ *O Outro Lado de Petrópolis*, PMP, Petrópolis, 1986, p. 41.

de coleta de lixo, calçamento, linha de ônibus, posto de segurança e posse definitiva da terra.

Ainda hoje, primeira década do século XXI, é possível observar — consequência de ininterruptas ocupações — a paisagem mutante dos morros desta cidade, muitas vezes, resultante de expansões dessas áreas invadidas e loteadas nas décadas de 1960 e 1970. Menos massivo e mais pedestre, contudo, permanece esse contínuo deslocamento encosta acima como reflexo da privação de solo urbano petropolitano. Se nos anos de 1960 e 1970 — e até no decênio de 1980 — essas ocupações e/ou loteamentos assombravam naquilo que tinham de precariedade sócio-espacial, de extermínio da encosta e cumeada virgens, hoje, paisagem incorporada, essas áreas alcantiladas chamariam a atenção apenas sazonalmente, quando — no período de maior concentração pluviométrica petropolitana — os escorregamentos nesses terrenos abririam de par em par as desigualdades espaciais advindas de um solo urbano raro,²⁰⁹ cuja direta consequência continuaria sendo a construção vertente acima de outro solo fragilmente urbano.

O fato é que, paisagem definitivamente incorporada à cidade,²¹⁰ atualmente muitos desses morros se constituíram como zonas urbanas específicas, ou como áreas diferenciadas no interior dos antigos bairros, com transporte, arruamento, rede elétrica, água, escolas, igrejas, comércio, casas de alvenaria. Por exemplo: o bairro Mosela viu surgir em suas encostas a localidade Battailard e a

²⁰⁹ Sem dúvida, especialmente no capitalismo, o solo urbano é raro. Sob esse ângulo, as desigualdades espaciais referidas acima não guardariam específicas razões petropolitanas. Porém, o que tento dizer é que essa raridade, a despeito de substantiva origem no monopólio de classe, diz também respeito a um projeto urbano ligado ao Segundo Império que, ostensivamente, produziu solo urbano ainda mais raro, porque ainda mais caro devido a vilegiatura. Desde a sua primeira hora.

Vila São José; no bairro Duarte da Silveira, surgiu o bairro Castrioto, além da localidade de São João Batista e Menino Jesus de Praga; no bairro Retiro, o Morro do Alemão, da Cocada, do Neilor; no bairro Independência, o Alto Independência; na Estrada da Saudade, rua que dá nome ao bairro, surgiram inúmeras localidades em sua encosta: Vila Catarina, Morro Florido, Morro Ventura, Morro Temístocles, Vila Santos, Fragoso, Morro Felix, Morro Montesi, Machado Fagundes; no bairro São Sebastião, a localidade De Frente para o Mar; no bairro Carangola, o Sertão do Carangola; no Quitandinha, a Vila Saúde e a localidade da rua Angélica de Castro; na Chácara Flora, a localidade Sargento Boening; no bairro Valparaíso aparece outro local, denominado Dr. Thouzet. O segundo distrito Cascatinha se amplia com Nova Cascatinha; Correias, com as localidades Glória, Bonfim, Águas Lindas, Jardim Salvador; em Pedro do Rio, centro do quarto distrito, nasceu a Vila Rica.

Os antigos bairros que, em toda a cidade, já tinham colocado no esquecimento as velhas denominações dos quarteirões planeados pelo Império, pois lugares configurados a partir da vivência e aspiração coletiva dos petropolitanos no interior mesmo de avoengos quarteirões, após as décadas de 1960 e 1970, tornaram-se então lugares ainda mais grossos. Espessura resultante do deslocamento habitacional encosta acima e, igualmente, da construção multifamiliar em alguns deles. Através dos números da tabela 6 a seguir, seria possível estimar o papel que cumpriu o “caminho para o alto” na expansão da mancha urbana petropolitana; marcha para o alto e para os distritos, pois esta tabela também demonstraria o sentido norte dessa expansão:

²¹⁰Incorporada oficialmente, aliás. No bairro Duques, exemplo notório, a administração municipal colocou abaixo o antigo colégio e construiu novo e vistoso prédio escolar de três andares, inaugurado com pompa e circunstância em 2003.

Tabela 6

Crescimento Populacional por distritos

	Petrópolis	Distrito-	Cascatinha	Itaipava	Pedro	Posse
	Pop. total	sede			do Rio	
1960	150.300	97.238	23.080	7.421	10.495	____ ²¹¹
1991	252.600	163.001	55.993	13.015	12.543	8.048
2000	286.537	181.638	61.939	18.862	14.549	9.549
Taxa de Crescimento 1991-1960	1.68	1.68	2.43	1.75	1.20	-----
Taxa de crescimento 2000-1960	1.91	1.87	2.68	2.54	1.38	-----

FONTE: IBGE, 2000.

²¹¹ Hoje a Posse é o quinto distrito Petropolitano. Até a década de 1980, porém, fazia parte de distrito maior, cuja sede dava o nome ao mesmo quinto distrito: São José do Rio Preto, que se emancipou de Petrópolis nos anos oitenta. Até o censo de 1980, São José era distrito, daí só encontrarmos contabilizados os específicos totais do, hoje, distrito da Posse apenas a partir da década de 1990.

Uma outra tabela adiante, de número 7, desdobra em bairros²¹² os números distritais absolutos do ano 2000 encontrados nessa tabela anterior de número 6:

²¹² A partir dos setores censitários do Censo IBGE 2000, a Secretaria de Planejamento de Petrópolis, delimitando os bairros em função do arruamento, contabilizou a população residente dos bairros da cidade. Não existe contabilidade anterior a esta, não sendo então a tabela de número 7 uma série histórica, mas uma espécie de retrato instantâneo do ano 2000, por bairro, da população residente petropolitana. Nesta contabilidade existe uma diferença em números absolutos de 15.866 habitantes, i.é: o IBGE apresenta em seu censo 2000, 286.537; em contrapartida, o somatório da população total através dos bairros da Secretaria de Planejamento, é de 270.671. Esta contabilidade por bairro surgiu no interior do plano de recuperação da antiga nomenclatura quarteirão, mencionado em nota anterior deste segmento; essa Secretaria, em 1998, já montara em 220 pranchas, escala 1:1.000, todos os quarteirões relacionados ao projeto original do Império e, amparado no historiador Arthur Leonardo Sá Earp, posteriormente conseguiu articular mapa de arruamento atualizado e quarteirões na escala de 1:15.000, o que possibilitou a Lei já referida, número 5699, de 15 de dezembro de 2000 e a identificação, nos carnês de IPTU, do nome do quarteirão correspondente ao bairro, a despeito de bairros atravessarem quarteirões.

Tabela 7

População residente em números absolutos por distritos e bairros

Distrito-sede		Cascatinha		Itaipava		Pedro do Rio		Posse	
Bairros	Residentes	Bairros	Residentes	Bairros	Residentes	Bairros	Residentes	Bairros	Residentes
Núcleo urbano	29789	Cascatinha	8664	Itaipava	10694	Pedro do Rio	5683	Posse	6834
Bingen	5118	Bonfim	2172	Cuiabá	1354	Araras	7133		
Castelânea	8016	Cascatinha	8664			Secretário	2141		
Castrioto	2411	Correas	16072						
Caxambu	5541	Nogueira	4139						
Esperança	3736	Roseiral	3929						
Chácara Flora	5064	Samambaia	4965						
Cremerie	591	Sertão do Carangola	2438						
Duarte da Silveira	5295								
Duchas	814								
Duques	1901								
Fazenda Inglesa	1605								
Floresta	2875								
Independência	8001								
Meio da Serra	4554								
Moinho Preto	1693								
Morin	5095								
Mosela	10595								
Parque São Vicente	1607								
Pedras Brancas	2074								
Quarteirão Brasileiro	5629								
Quitandinha	12703								
Retiro	8440								
Rocio	908								
Siméria	3465								
Taquara	1301								
Thouzet	2143								
Valparaíso	5486								
Vila Felipe	3619								
Vila Militar	2002								
Capela	3755								
Ingelhein	2643								
São Sebastião	6673								
Estrada da Saudade*	6198								
Itamarati*	9454								

* A linha divisória do primeiro e segundo distritos atravessa estes dois bairros, contudo, são considerados como bairros do primeiro distrito.

FONTE: Secretaria de Planejamento, P.M.P., 2000.

Se conjugarmos os interesses dos agentes modeladores urbanos, dentre eles, os incorporadores, à escassez de solo urbano limitado às áreas de fundo de vale e a necessidade dessa população habitar o mais próximo possível das áreas de maior concentração de serviços e de oferta de emprego, ficaria, então, quase evidente a forte demanda populacional por moradia nessas áreas de fundo de vale. Porém, uma vez que, no interior dessa população aumentada, os pobres sempre foram maioria, o deslocamento habitacional vertente acima foi determinante no crescimento ou mesmo na criação de novas áreas urbanas.

Tudo isso daria como resultado uma cidade distendida ao longo do rio Piabanha e de seus inúmeros afluentes que seguem para a hinterlândia no sentido sul-norte; cidade contida entre as margens desses rios e o limite plástico ou móvel das encostas e cumeadas. Cidade petropolitana de vocação longilínea que pode ser parcialmente visualizada no mapa 3, um Mapa de Vegetação e Uso do Solo, pois permitindo enxergar o ponto em que hoje chegou, primeiro e segundo distritos, a mancha urbana de Petrópolis e o seu sentido expansivo para a zona norte do município. É possível, por exemplo, observar a cidade espessa entre os vales dos rios; a cidade crescida e adensada para o alto dos morros, com inúmeras denominações já noticiando seu cariz morfológico alcantilado: Alto da Derrubada, Morro da Oficina, Alto Independência, Morro do Mata Porcos, Alto do Cortiço, Morro da Glória, e tantos outros que, avistados neste mapa, sugeririam os limites de crescimento de um sítio urbano ou, quiçá, a saída norte desse enclausuramento, valendo o caminho único para Itaipava e Posse.

Cidade de Petrópolis, por fim, nascendo no fundo de estreitos vales e crescendo estirada por todas as outras planícies aluviais, passou, vales ocupados, a

escalar os morros — rompendo definitiva e espacialmente com um ordenamento urbano nascido no Segundo Império.

CAPÍTULO 3 — Paisagem Industrial Desfibrada.

Petrópolis hoje experimenta estagnação econômica e industrial. Parte dessa estagnação ou crise no ambiente construído²¹³ estaria ligada às deseconomias de aglomeração. Que essas deseconomias estejam vinculadas aos problemas advindos de concentrações de atividades industriais em um ponto do território, valendo o dos grandes centros urbanos, é sabido;²¹⁴ Ângela Santos,²¹⁵ por exemplo, utiliza essa argumentação como um dos fatores que explicariam o crescimento fluminense de cidades médias, em detrimento da metrópole carioca. Contudo, Petrópolis — não sendo metrópole — concentra-se em um determinado ponto do Estado do Rio que hoje limita a permanência expansiva de sua economia urbano-industrial.²¹⁶ Poder-se-ia indagar, sem dúvida, se os distritos dessa cidade

²¹³ Refiro-me aos galpões industriais e comerciais, residências, garagens, solo urbano, infraestrutura urbana, estradas, estações de cargas, quiçá a própria cidade — tudo aquilo que, embora não sendo propriamente ferramenta de utilização direta na produção, é ambiente construído, valendo importante meio de trabalho ou de produção, para a realização de acumulação de capital.

²¹⁴ Essas deseconomias, ademais, são suportadas sobretudo pelas classes mais pobres, pois os custos pela ampliação de serviços coletivos urbanos que a concentração espacial impõe à cidade — tais como esgoto, água, ruas, energia, etc —, são partilhados de forma desigual: as empresas usualmente conseguem isenções fiscais; os impostos são indiretos, pois repassados para o consumidor final; o mercado imobiliário encarece o solo com melhor infraestrutura urbana, direcionando seu consumo para os mais ricos ou, na medida em que as empresas necessitam de serviços urbanos mais moderados, ao procurarem eventual expansão ou desconcentração encontram terrenos industriais com valores mais baixos do que os residenciais. Cf. SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense, oitava ed., SP, 1981, pp. 35-37.

²¹⁵ SANTOS, A. M. S. P. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*, FGV, RJ, 2003, p. 24-25.

²¹⁶ Dir-se-ia, um paradoxo petropolitano, pois cidade média, e não uma metrópole, com crise de congestionamento. Talvez fosse necessário dizer que Petrópolis não é cidade média usual; ela, de fato, em relação aos critérios demográficos do IBGE, porta população entre cem mil e quinhentos mil habitantes; ela também se enquadra, como cidade média, nos critérios demográficos definidos pela ONU em relação à América Latina - população entre cem mil e um milhão de habitantes. Contudo, Petrópolis não é centro médio de suporte para as atividades econômicas de seu interior, ou seja, Petrópolis não é como Juiz de Fora que foi e continua sendo centro da zona da mata mineira. Petrópolis não absorve o

não dariam solução ao problema, mas é preciso lembrar que, na década inicial do extermínio petropolitano das grandes plantas industriais e têxteis — 1970 —, embora com menores altitudes e com vales mais alargados, esses distritos existiam com população menor e equipamento urbano mais precário, além de ter maior distância em relação ao seu grande centro consumidor, a cidade do Rio de Janeiro, e, principalmente, conservar afastamento da forte centralidade do primeiro distrito e de seu núcleo urbano: centro de residência de classe média e alta, centro de serviços, comércio, governo, diversão — condição que só a partir dos anos noventa tem sido relativamente rompido.²¹⁷ O caso é que, em Petrópolis, a expansão concentrada do capital se realizou através da concentração de atividades industriais

extravasamento do crescimento industrial das regiões metropolitanas, como, por exemplo, parece hoje absorver a cidade de Resende na parte fluminense da Dutra. Ela não está, portanto, experimentando crescimento urbano advindo dessas novas indústrias. Petrópolis jamais foi suporte terciário de atividades agro-pastoris, pois a cidade nasceu urbana e industrial e nunca foi uma espécie de administradora de região agrícola, por exemplo, estocando ou armazenando, comercializando ou escoando produtos saídos da atividade agrícola e pastoril, eventualmente, produzidos por sua área de influência. É de se notar que, diferente de Juiz de Fora, Petrópolis não seria exatamente uma cidade média centro de região. Seria cidade média somente polarizada pela metrópole carioca. Cidades próximas e menores, na beira do rio Paraíba do Sul, tais como Três Rios e Paraíba do Sul, no mínimo, dividir-se-iam entre Juiz de Fora e Petrópolis; no mínimo porque, talvez, apenas a distância hoje daria à Petrópolis alguma possibilidade de atração, distância, aliás, dividida quase igualmente com Juiz de Fora que, com custo de vida mais barato do que Petrópolis, Universidade Federal, comércio mais diversificado — sendo centro de região —, seria então mais abundantemente influente do que essa cidade serrana. Friburgo e Teresópolis são cidades mais “íntimas” entre si do que com Petrópolis. Basta circular pela desolada e precária estrada Teresópolis-Petrópolis e, após, seguir para a Teresópolis-Friburgo. A interação constante e duradoura de Petrópolis foi com a sua hierarquia superior — a cidade do Rio de Janeiro. Petrópolis não tem capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores ou de zona rural, interrompendo o fluxo para o Rio de Janeiro. O núcleo industrial que outrora fora Petrópolis atraiu migrações, claro, mas hoje não mais gera capacidade de oferta de trabalho. A pobreza de certos setores urbanos advém inclusive do desfibramento desse antigo núcleo industrial. Atualmente, a cidade de Petrópolis avança para o turismo e para as terras médias do rio Piabanha. Ela já apresenta problemas de congestão encontrados amiúde nas metrópoles. Por exemplo — quem sai do primeiro distrito para Itaipava tem, pelo interior da cidade, apenas uma via principal, a antiga estrada União e Indústria que ligava Petrópolis - Juiz de Fora, e outra via secundária tortuosa, estreita e adensada em sua margem, por dentro de Cascatinha, sede do segundo distrito.

²¹⁷ Por exemplo: o turismo de segunda residência, com seus importantes anexos — bares, *shopping centers* e restaurantes —, está locado hoje no grande arco distrital, cujo centro é Itaipava, o terceiro distrito.

no 1º distrito e parte do 2º distrito — uma cidade²¹⁸ centralizadora da indústria têxtil beneficiada com infra-estrutura, mão-de-obra, transporte ferroviário, próxima das fontes de financiamento e perto do mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, favores urbanos e industriais que — a partir da nuclear década de 1970, consequência dessa mesma concentração industrial — gerariam uma cidade petropolitana espessa e com infra-estrutura saturada. Já Cezar de Magalhães, em seu trabalho digno de nota sobre a função industrial da cidade, publicado em 1966, escrevia:

“Como os serviços públicos não acompanharam a intensidade do desenvolvimento industrial, falta, por exemplo, água para abastecer as fábricas, que ficam na dependência de poços artesianos ou de pipas d’água fornecidas pela prefeitura. Também, em virtude da concentração industrial em cada vale, as fábricas situadas a jusante, ficam prejudicadas pelas que estão localizadas a montante, pois estas despejam no único rio que as servem, as águas sujas das tinturarias.”²¹⁹

De fato, é o próprio caráter espacialmente concentrado do capital — cuja manifestação o petropolitano Pedro Rubens²²⁰ descreveu —, que produziria então deseconomias de aglomeração. Foi a indústria, por exemplo, a principal responsável

²¹⁸ Poder-se-ia dizer: uma cidade ou um espaço fordista, pois a despeito de Petrópolis não ser uma grande cidade, sob o viés da indústria, teria sido uma espécie de materialização espacial da expansão concentrada do capital.

²¹⁹ CEZAR DE MAGALHÃES, J. “A Função Industrial de Petrópolis” (p.33), *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, ano XXVIII, janeiro-março, 1966, nº 1, pp. 19-55.

²²⁰ Carvalho. P.R.P. de. ‘Aspectos da Geografia Industrial de Petrópolis - Petrópolis e seu destino industrial’. *O Retorno da Princesa*, org. Joaquim Eloy Duarte dos Santos e Paulo Gerônimo Gomes dos Santos, P.M.P./ Câmara Municipal, Petrópolis, 12-13/05/1971.

pela forte inflexão demográfica na serra de Petrópolis.²²¹ Foi a expansão industrial concentrada, em uma topografia montanhosa e de vales estreitos que, a partir da década de 1970, alcançou os limites de sua acumulação. Os fatores locais que outrora seduziram a chegada da indústria — transportes, recursos hidráulicos, mão-de-obra, clima úmido, proximidade de mercado consumidor,²²² etc — perderam sua função. Doravante, congestionamentos de circulação, rarefação de áreas industriais, custos elevados do solo urbano, leis de zoneamento urbano e de preservação da memória arquitetônica e paisagística da cidade, cada vez mais, trouxeram dificuldades para as grandes plantas industriais de Petrópolis. É também Cezar de Magalhães, em seu mencionado trabalho, que chama a atenção para a cota topográfica inibidora da atividade industrial: uma área territorial exígua, advinda da natureza petropolitana montanhosa, de encostas íngremes e vales alongados, relevos, enfim, com desníveis de altimetria acentuados que gerariam obstáculos ou limites a essa reprodução concentrada e expansiva do capital:

“Não existem, agora, muitas disponibilidades para construção de novas fábricas; algumas necessitam desmontar barrancos para obter uma área maior,

²²¹ A forte inflexão populacional da década de 1950 — sem dúvida, instigada pela indústria —, acumulando-se com outros valores percentuais de crescimento populacional ao longo das décadas seguintes, gerando demandas coletivas por solo urbano, contribuiu para essa crise. O adensamento do primeiro e segundo distritos, consequência da edificação multifamiliar na zona central e nos bairros, além dos loteamentos e invasões nas áreas alcantiladas e de cumeadas, definitivamente, cercou de residências as indústrias e gerou barreiras para a eventual expansão do solo diretamente industrial, aumentando os custos de aglomeração. Por exemplo: dificultando — ainda mais — a circulação em ruas, já de origem, estreitas e sinuosas, pois o último trem partira no início da década de 1960, trem cujos trilhos eram vizinhos de porta de muitas empresas têxteis, tais como a Fábrica Santa Isabel, Cometa, Cia. Petropolitana, etc.

²²² Clima petropolitano tropical de altitude, com relevo movimentado e notável influência marítima; de chuvas abundantes, sobretudo na parte sul do município — primeiro distrito —, com precipitação média de 2.200mm anuais, temperaturas inferiores entre 18°C (inverno)

terraplanada; outras, com a valorização dos terrenos, retiram-se dos bairros que, embora tradicionalmente industriais [...] já estão sendo invadidos por residências. Da mesma forma, a ampliação do centro comercial e o tráfego intenso na cidade já não permite que algumas fábricas permaneçam nos terrenos tradicionais. Hoje em dia, a Fábrica São Pedro de Alcântara ocasiona, por exemplo, certo estrangulamento nas ligações do sul da cidade com o centro, pois ocupa estreita passagem do vale do Quitandinha na rua Washington Luís.²²³

Este acento inicial — ou específica origem — do extermínio fabril de Petrópolis ligado as deseconomias de aglomeração, prende-se a uma compreensão do espaço industrial não circunscrito simplesmente a sua planta industrial, mas relacionada com a própria urbanização.²²⁴ Precisamente, o centro

e 21 °C (verão), guarda ao longo do ano umidade atmosférica em torno de 83% — o que atraía a indústria têxtil, pois deixava os fios de algodão menos quebradiços.

²²³CEZAR DE MAGALHÃES, J. “A Função Industrial de Petrópolis” (p. 33). In: *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, ano XXVIII, janeiro-março, 1966, número 1, pp. 19-55.

²²⁴As deseconomias de aglomeração ou crise de congestionamento como um dos fatores de desfibramento industrial de Petrópolis pode ser compreendido como a expressão petropolitana da queda tendencial da taxa de lucro que se refletiria em uma crise de superprodução ou superacumulação de capital. Coloquei alguma ênfase nessa crise de aglomeração porque meu objeto nunca foi exatamente a indústria e sim a cidade, assim, falar de deseconomia de aglomeração é relacionar indústria e cidade claramente, afinal, a atividade industrial não se relaciona simplesmente com o espaço da planta industrial, mas de forma mais ampla, a atividade industrial relaciona-se precisamente com o urbano.

Talvez não fosse exagero mencionar o desfibramento industrial como a expressão petropolitana dessa queda tendencial da taxa de lucro. Como se sabe, existe em Marx duas medidas que calculam a taxa de valorização do capital: a primeira é a taxa aferida pela mais valia que mede a relação entre o capital variável e a própria mais valia. É de se notar que o valor gerado pela força de trabalho no interior do processo produtivo é maior do que o valor da força de trabalho, a despeito deste corresponder às necessidades de manutenção e reprodução desse mesmo processo. A origem ou o nascedouro de mais valor é o trabalho vivo. Relacionada com essa primeira taxa ligada à mais-valia, a segunda taxa é a que mede a taxa de lucro, encontrada na relação entre mais valia e o capital global. O fato é que o dono do capital gasta ou aplica dinheiro tanto em capital variável quanto em capital constante, de modo que salário e máquinas e matérias-primas fazem parte de seus gastos para produzir mercadorias. O que importaria, então, seria o retorno sobre o gasto global aplicado no capital variável e no capital constante. É Marx quem escreve: “A mais-valia [...] é um excedente sobre capital global adiantado. Esse excedente está, portanto, numa

relação com o capital global, que se expressa na fração m/C' , em que C representa o capital global. Obtemos assim a *taxa de lucro* $m/C = m/c+v$, em contraste com a taxa de mais-valia m/v . A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro.” (MARX, K. *O Capital*, Livro Terceiro, vol. III, tomo 1 (Parte Primeira), O Processo Global da Produção Capitalista, Seção I – A Transformação da Mais-Valia e da Taxa de Mais-Valia em Taxa de Lucro, Capítulo II – A Taxa de Lucro, Abril, SP, 1983, p. 34). A contradição desse processo é que a taxa de lucro guardaria uma tendência à queda, inclinação que permanentemente ocorreria em toda a economia de forma geral, exatamente, determinada pelo processo de aumento da produtividade do trabalho através da incorporação de capital constante, cuja conseqüência, diminuindo o papel do trabalho vivo e aumentando o do trabalho morto, seria minimizar a quantidade total de trabalho, i. é, trabalho morto e vivo agregado no interior de qualquer mercadoria.

Disso tudo resultaria que o singular valor das mercadorias guardaria inversamente relação com a produtividade do trabalho, a despeito do valor total da produção permanecer idêntico, tão somente expressando-se num número maior de mercadorias. É também Marx quem escreve: “Esse progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto em relação ao capital global [...] É, igualmente, apenas outra expressão para o progressivo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho, que se mostra exatamente no fato de que, por meio do crescente emprego da maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias-primas e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos. Corresponde a esse crescente volume de valor do capital constante — embora só de longe represente o crescimento da massa real dos valores de uso, nos quais o capital constante consiste materialmente — um crescente barateamento do produto.” (MARX, K. *O Capital*, Livro Terceiro, v. III, tomo 1 (Parte Primeira), O Processo Global da Produção Capitalista, Seção III – Lei da Queda da Taxa de Lucro, Capítulo XIII – A Lei Enquanto Tal, ed. Abril, SP, 1983, p. 164). Neste passo, novamente através de Marx, seria pertinente definir as duas variações do capital no processo produtivo: “A parte do capital [...] que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante.” O capital variável também é definido por Marx: “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável”. (MARX, K. *O Capital*, Livro Primeiro, vol. I, tomo 1, O Processo de Produção do Capital, Seção III – A Produção da Mais-Valia Absoluta, Capítulo VI – Capital Constante e Capital Variável, ed. Abril, SP, 1983, p. 171). Existiria, pois, uma importante relação entre o capital constante e o capital variável — denominada composição orgânica do capital — e a taxa de lucro, ou seja, a elevação do capital orgânico gera a queda gradativa da taxa de lucro, uma vez que, no interior dessa composição orgânica, existe a composição técnica do capital determinada pela relação física entre maquinaria e força de trabalho anexada no processo de produção; o aumento da produtividade originado no grau de mecanização, então, elevaria o papel dessa composição técnica do capital, depreendendo-se daí que a mercadoria seria cada vez mais advinda dos meios de produção e, portanto, que o aumento da composição orgânica do capital, aumentando a produtividade, tem como contrapartida a queda tendencial da taxa de lucro.

Tudo isso foi mencionado porque é necessário lembrar que o motor do capitalismo é o lucro, logo, embora contraditoriamente retardando a acumulação de capital, a queda tendencial da taxa de lucro força o capitalista a produzir cada vez mais — e ele o faz incorporando cada vez mais capital constante, i.é, cada vez mais incorporando ou

industrial petropolitano, i.é, o subúrbio industrial-proletário que se instalou fora da cidade do Rio de Janeiro em busca “[...] de fontes de energia [...] de meios de transporte [...] de matérias primas [...] de reservas de mão-de-obra”,²²⁵ cujo decênio de ouro parece ser o de 1950, alcançou os anos de 1970 com dificuldades de reprodução do solo industrial.

acumulando capital. Se lembrarmos que o ambiente construído (galpões industriais e comerciais, residências, garagens, solo urbano, infra-estrutura urbana, estradas, estações de cargas, quiçá a própria cidade — tudo aquilo que, embora não sendo propriamente ferramenta de utilização direta na produção, é ambiente construído, valendo importante meio de trabalho ou de produção, para a realização de acumulação de capital), de fato, é parte dos meios de produção, estando incluído, pois, como parte dos meios de trabalho e, portanto, inserido no interior do Capital constante (a parte fixa desse capital), tal como foi definido anteriormente por Marx, o desfibramento industrial de Petrópolis, pelo viés das deseconomias de aglomeração, poderia ser considerado uma crise de superprodução ou hiperacumulação de capital, quando todo o ambiente construído de Petrópolis, quiçá a própria cidade, valendo como meios de trabalho para a acumulação de capital, não mais produziria quantidade constante e elevada de lucro, resultando, então, na paralisia do processo de reprodução das grandes plantas industriais de Petrópolis.

²²⁵ LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*, ed. Documentos, SP, 1969, p. 13.

“Ocupados todos os vales numa cidade de área territorial exígua, em virtude de sua topografia serrana, as indústrias que se estabeleceram posteriormente passaram a localizar-se nas vizinhanças das mais antigas e também nos sobrados da área central e mesmo nos fundos das residências [...] de forma que, hoje em dia, o espaço urbano está saturado”.²²⁶

Nucleada no decênio de 1970, a estagnação industrial de Petrópolis, então, guardaria uma de suas origens na própria cidade de Petrópolis que deixou de exercer — como cidade— o seu poderoso papel no processo fabril.

3.1 — Os Fatores comuns aos Velhos Centros Industriais.

A crise da indústria têxtil não foi apenas petropolitana. Em Petrópolis, as grandes plantas industriais de tecido não foram capazes de acompanhar a transformação do setor têxtil de indústria intensiva em mão-de-obra para intensiva em capital. Velho centro industrial possuía Petrópolis nesse setor maquinaria em uso de muitos anos — máquinas de numerosas origens: belgas, suíças, italianas, japonesas e francesas, às vezes com mais de cinquenta anos de uso, o que diminuía a eficiência na produção e colocava dificuldades na incorporação de novas tecnologias nessa mesma produção. A cidade, ademais, não contava com indústrias químicas que permitissem tingir o produto têxtil; as fábricas transportavam seus

²²⁶ Cf. CEZAR DE MAGALHÃES, J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, janeiro-março, 1966, p. 33.

tecidos para estabelecimentos em outras cidades, como a antiga fábrica Aurora, que tinha seus tecidos na cidade do Rio de Janeiro.²²⁷

A desindustrialização ligada às grandes plantas têxteis de Petrópolis está próxima de outros lugares e fatores comuns. Determinada pela crise do fordismo ou pelo fim da era de ouro do século XX,²²⁸ iniciada entre o final da década de 1960 e início do decênio de 1970, o antigo modelo de produção industrial começou a dar lugar a um padrão de produção que modificaria as relações com fornecedores, diminuiria o tamanho das plantas industriais, localizando, ademais, indústrias em áreas distantes de antigas regiões fabris cuja infra-estrutura estivesse saturada — sobrecarregada, por exemplo, nas redes de estradas, ruas, transportes públicos e no preço elevado de solo urbano.

Motivos anexos existiriam: a despeito do Ministério de Indústria e Comércio, em 1966, conceder 100% de isenção de impostos para importação de maquinário têxtil, os investimentos foram quase inexistentes ou pouco representativos em muitos e antigos centros industriais, devido à elevada ociosidade e o alto índice de obsolescência dos estabelecimentos de fiação e tecelagem de algodão. Petrópolis assim como outros antigos centros industriais não se beneficiaram do período 1972-1974, dois anos de expressiva modernização do setor têxtil, pois as importações elevadas de teares circulares²²⁹ foram realizadas por pequenas e médias empresas de São Paulo; a implantação de grandes fiações

²²⁷ Cf. CEZAR de MAGALHÃES, J. Ibid., p. 41.

²²⁸ Cf. HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*, o breve século XX, 1914-1991, Cia. Das Letras, SP, 1995, pp. 253-281.

²²⁹ O tear circular caracteriza-se por conter um grande número de alimentadores dispostos em círculos, produzindo um tecido tubular contínuo. Esse tear, de altíssimo rendimento, é capaz de produzir tecidos com características muito diversas. As máquinas circulares de grande diâmetro produzem jérseis ou meia-malha; as circulares de dupla face são específicas para a produção de malhas duplas; as máquinas circulares de duplo cilindro produzem malhas de “fantasia”. Além dessas, existem outras circulares de pequeno

japonesas de algodão (Toyobo, Nishinbo e Daiwa),²³⁰ por exemplo, financiada em 90% por bancos japoneses e o restante com recursos próprios, não foram direcionadas para esse antigo centro têxtil fluminense; a produção de fibras sintéticas,²³¹ que até próximo desses anos a Rhodia detinha o seu virtual monopólio,²³² expandiu-se para cidades do nordeste, como João Pessoa (PB) e Aratuba (Bahia), produzindo fios e filamentos de náilon, fibras acrílicas, fios e fibras de poliéster.²³³ O choque do petróleo, em 1973, e a conseqüente recessão de 1974 gravaram forte crise no setor. Neste mesmo ano, porém, adotando um programa de industrialização do nordeste que previa a instalação de mais de 2 milhões de fusos,

diâmetro específicas para a produção de meias masculinas e femininas de diversos tipos, por exemplo, lisas, rendadas ou *jacquard* (com desenhos na constituição do tecido).

²³⁰ Essa migração de empresas têxteis japonesas para o Brasil estaria ligada a uma inflexão mundializadora do fordismo quando, sobretudo a partir de 1960, surge um novo aspecto da divisão internacional do trabalho (os dois outros aspectos são as empresas transnacionais e o financiamento externo) que instalaria fábricas no chamado terceiro mundo. Essas indústrias têxteis japonesas vindas para o Brasil fariam parte desse novo caráter transnacional da economia mundial; é de se notar que, no Brasil, as necessidades do capital mundializado produzem um espaço que não é conseqüência de articulação de elementos próprios ao território nacional. Hobsbawm anota: “[...] Novas indústrias do Terceiro Mundo abasteciam não apenas os crescentes mercados locais, mas também o mercado mundial. Podiam fazer isso tanto exportando artigos inteiramente produzidos pela indústria local (como os têxteis, a maioria dos quais em 1970 tinha emigrado dos velhos países para os ‘em desenvolvimento’) quanto *tornando-se parte de um processo transnacional de manufatura*.” (p.275). Cf. HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*, Cia. das Letras, SP, 1995, p.272-275.

²³¹ As fibras sintéticas resultam da petroquímica, por exemplo: o acrílico (substitui a lã, pois é bom isolante térmico e resistente aos raios solares e agentes químicos, sendo largamente aplicado na produção de inverno, tais como gorros, cobertores, mantas, agasalhos em geral e tecidos felpudos); o *nylon* (possui elevada resistência mecânica e é utilizado na produção de dispositivos de segurança, como cintos de segurança; porém, a sua principal utilização é na fabricação de tecidos de malha para a confecção de meias, roupas de banho — maiôs e sungas — e *lingerie*, além de artigos esportivos o poliéster); o polipropileno (ligado à produção de sacarias, sendo também aplicado em forrações de interiores e exteriores e fabricação de feltros e estofamentos); a fibra elastomérica (fibra destinada a gerar elasticidade aos tecidos convencionais, aderindo ao corpo sem inibir os movimentos. Abundantemente usada em peças íntimas — *lycra* —, produtos médicos — luvas —, estéticos e esportivos).

²³² Instalada no Brasil desde 1919, a Rhodia, somente em 1929, iniciou produção de fios de acetato de raíom.

²³³ O poliéster é a fibra de maior consumo e a mais barata do setor têxtil. Ela representa pouco mais de 50% da demanda total de fibras químicas. Guarda substantiva resistência mecânica e proteção contra a umidade, sendo não alérgica. Acrescentando-se 10% de

o Conselho de Desenvolvimento Econômico possibilitou, na segunda metade da década de 1970, que grandes projetos de fiação e tecelagem se direcionassem para a região nordestina — em 1975, 600 mil fusos já operavam e empresas como a Artex e Vicunha instalavam aí suas plantas industriais. A implantação do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, daria um fecho neste parágrafo descritivo de investimentos deslocados ou afastados de Petrópolis e de outros velhos centros têxteis. Camaçari possibilitaria a expansão da produção de fibras sintéticas na região nordestina.²³⁴

O Estado, nesse parágrafo anterior, cumpriu importante papel na produção de um espaço industrial. Ação de Estado operada através de concessões, subsídios e construção de infra-estrutura, i.é, ação determinada pelo controle do uso do fundo público ou antivalor,²³⁵ ou melhor, controlado desse modo por forças sociais, o Estado criou ou fortaleceu plantas têxteis afastadas da serra fluminense. Dir-se-ia que o velho território têxtil de Petrópolis, oriundo de fatores de localização tradicionais — mercado consumidor próximo, água, mão-de-obra, fontes de energia, clima úmido etc — foi exterminado por outro fator, exatamente, pelo fundo público ou antivalor de Estado, necessário hoje à reprodução ampliada do capital, por conseguinte, ligado ou controlado pelas transnacionais e grandes empresas nacionais.

poliéster ao algodão a resistência do fio aumenta em 8%, possibilitando maior velocidade na produção têxtil, de resto, gerando ganhos de produtividade.

²³⁴ Cf. FILHA, D. C. M. e CORRÊA, A. *O Complexo Têxtil*, http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial11.pdf, 2002.

3.2 — A Extensão da Desindustrialização

Entre 1960-1962, estão registradas em Petrópolis 192 indústrias, distribuídas deste modo: têxteis – 44; gráficas – 13; vestuário, calçados e artefatos de tecidos – 25; produtos alimentares – 19; minerais não metálicos – 15; madeira – 12; mobiliário – 10; metalúrgica – 7; bebidas – 6; material elétrico e de comunicação – 5; produtos de perfumaria, sabões e velas – 3; papel e papelão – 3; material de transporte – 3; ind. extrativa e produtos minerais – 2; química – 2; fumo – 1; produtos farmacêuticos e medicinais – 1; diversos - 13.²³⁶ Centro industrial com numerosos gêneros, todavia, as indústrias grandes e muito grandes de Petrópolis, invariavelmente, foram às indústrias de produção de tecidos; se atentarmos para o total de 44 estabelecimentos têxteis e para o seu correspondente número de pontos percentuais — 64% — em relação ao total de mão-de-obra empregada na indústria, é permitido notar que Petrópolis fora um centro mono-industrial, aliás, perdurando esse caráter desde o século XIX até os anos de 1970. 7.631 operários, em 1962, trabalhavam nas 14 principais fábricas têxteis da cidade: fábricas como a Santa Helena, que produzia 40.000 metros/mês; D. Isabel, com 990.000 metros/mês; São Pedro de Alcântara, com 192.000 metros/mês; Aurora, com 126.000, metros/mês e Santa Irene, com 21.000 metros/mês; afora outras, cujo faturamento ultrapassando a casa dos CR\$

²³⁵ Cf. OLIVEIRA, F. “O surgimento do antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público”, *Novos Estudos*, CEBRAP, n°22, SP, 1988.

²³⁶ Fonte: CNE, apud Cezar de Magalhães, op. cit., p. 34.

100.000,000, empregavam, porém, menos de 100 operários.²³⁷ Todas elas instaladas nos primeiro e segundo distritos, fabricando sobretudo algodão e lã.

A indústria em Petrópolis, é também Cezar de Magalhães²³⁸ quem informa, tinha, em 1962, a primazia de consumo energético para fins industriais entre os três municípios mais importantes do antigo sistema CBEE — Cia. Brasileira de Energia Elétrica: Petrópolis, 57.100,000 Kwh; São Gonçalo, 44.601,000 Kwh; Niterói 27.893,000 Kwh. Em relação ao consumo por setores Petrópolis mostrava, em 1962, sua dimensão industrial: 57.100,000Kwh representavam 59,89% de consumo petropolitano total de energia, seguindo-se 24.789,000Kwh ou 26% de consumo doméstico e 11.753,000 Kwh ou 12,33% de consumo para fins comerciais, restando 1.697,000Kwh ou 1,78% para o poder público, aí incluído o setor de iluminação.

Em 1971, 9 anos após as informações encontradas no interior do artigo de Cezar de Magalhães, publicado em 1966, Pedro Rubens P. de Carvalho²³⁹ é o último testemunho dessa paisagem fabril, toda ela no primeiro e segundo distritos, nucleada em formas longas e delgadas, umbilicalmente ligada à estreiteza longitudinal dos vales petropolitanos. Em seu artigo se encontram registrados 454 estabelecimentos industriais de diversos gêneros, com 14.202 pessoas ocupadas — ou quase 20% da população urbana do município.²⁴⁰ Em 1971, aliás, foi possível a Pantolla de Carvalho, através de dados estatísticos do IBGE, 1968, atestar a dimensão têxtil petropolitana em relação aos municípios de Nova Friburgo, Magé, Valença, Duque de Caxias e Niterói, cidades fluminenses próximas de Petrópolis:

²³⁷ Cf. CEZAR DE MAGALHÃES, J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, janeiro-março, 1966, p. 34-37.

²³⁸ Id. Ibid., p. 46-47.

²³⁹ Cf. CARVALHO, P. R. P. "Aspectos de Geografia Industrial de Petrópolis". In: *O Retorno da Princesa*, PMP/Câmara, Petrópolis, 1971, pp. 34-44.

²⁴⁰ Id. Ibid., p. 37.

em seguida aos 38,4% pontos percentuais desta cidade, vinham 15,7%, 12,6%, 7,2%, 6,0% e 5,3%, respectivamente.²⁴¹ Elementos estatísticos que diziam respeito à participação de Petrópolis na produção têxtil do antigo Estado do Rio de Janeiro.

O fato é que, àquela altura, Petrópolis permanecia como centro mono-industrial têxtil, seja pelo número e tamanho de suas plantas industriais, pelo valor da produção ou pelo número de mão-de-obra empregada (tabela 8). Todas aquelas indústrias encontradas no artigo de Cezar de Magalhães também estão presentes neste retrato de época de Pantolla de Carvalho: as fábricas de bebidas e de mobiliário; as mecânicas e metalúrgicas; as fábricas de alimentos e de artefatos de tecidos; as gráficas e indústrias de perfumarias; mas, sobretudo, estão ali registradas as fábricas têxteis — Werner, Santa Helena, D. Isabel, Aurora, Tecosa, Lanifício Inter-Americano, Cometa, Fábrica de Veludo, Cia. Petropolitana, São Pedro de Alcântara, Santa Júlia e tantas outras que os anos após 1971 — data da publicação do artigo — fizeram desaparecer.

²⁴¹Id. Ibid., p. 39.

Tabela 8

Classe e gêneros de indústrias	Estabelecimentos 1-1-1966	pessoal ocupado 31-12-1965	valor produção	
			nº absolutos (Cr\$ 1.000)	%
Ind. transformação	454	14.202	92.995	100
Mineral não-metálico	36	320	1.229	1,3
Mecânica	5	430	3.305	3,6
Metalúrgica	21	498	3.236	3,5
Material de transporte	10	502	979	1,1
Madeira	42	223	946	1,0
Mobiliário	32	375	2.336	2,5
Papel/papelão	5	387	4.304	4,6
Borracha	5	55	507	0,5
Perfumaria/sabão/vela	7	110	3.566	3,8
Matéria plástica	8	96	417	0,4
Têxtil	88	7.818	43.291	46,6
Vestuário/calçado/artefatos de tecidos	44	1,035	6.278	6,8
Produtos alimentares	92	825	13.560	14,6
Bebidas	9	351	2.371	2,5
Editorial/gráfica	22	379	2.218	2,4
M. elétrico/comunicação	8	118	553	0,6
Outros	20	680	3.899	4,2

Fonte: IBGE, 1969.
Carvalho, 1971.

É possível observar o crescimento absoluto de estabelecimentos industriais ao compararmos os números encontrados em Cezar de Magalhães com os números reproduzidos por Pantolla de Carvalho: 192 indústrias no primeiro contra 454 no segundo; uma diferença de mais de 100% de pontos percentuais. Números que possivelmente suscitaram ou solidificaram o viés otimista do artigo de Pantolla de Carvalho. Era compreensível, pois os dados reproduzidos em Pantolla

mostravam definitivo aumento numérico na quase totalidade²⁴² dos gêneros industriais localizados em Petrópolis. Por exemplo: Cezar de Magalhães, através de sua fonte — CNE —, informava que, em 1962, existiam 69 estabelecimentos ligados ao setor têxtil e ao ramo vestuário, calçado e artefatos de tecidos, enquanto Pedro Rubens P. de Carvalho, reproduzindo dados de 1966, noticiava 132 indústrias — se bem que, a despeito dessa diferença a mais de quase 100% de pontos percentuais, já fosse possível notar, com os próprios números reproduzidos por Pantolla de Carvalho, a diminuição para 55% de pontos percentuais de pessoal ocupado no setor têxtil em relação aos 64% noticiados por Cezar de Magalhães, o que talvez já demonstrasse algum desemprego refletindo uma das dificuldades e um dos motivos da crise da velha indústria têxtil na cidade,²⁴³ justamente, a presença de maquinário envelhecido de muitos anos, às vezes envelhecimento de cinquenta anos, o que diminuiria a eficiência da produção.²⁴⁴ O que, contudo, Cezar de Magalhães não diz, mas Pantolla de Carvalho informa, é sobre a transformação de uma rua predominantemente residencial em rua de localização de pequenas indústrias e comércio de malhas.

“[...] Atualmente já se opera uma diversificação neste gênero (de fabricação de tecidos), com a introdução de confecções de roupas e de malharias [...] que proliferam dia a dia, provocando aspectos inteiramente particulares no comércio de seus produtos, como a concentração

²⁴² Com a única exceção da mecânica que, em Cezar de Magalhães, alcançava oito e, em Pantolla de Carvalho, cinco.

²⁴³ Em 1967 Petrópolis já contava com 110 estabelecimentos industriais a mais do que os encontrados na tabela 2: 564 estabelecimentos. Destacavam-se, em 1967, 119 estabelecimentos de produtos alimentares, 99 de vestuário, calçado e artefato de tecidos e 60 de têxtil (FONTE: IBGE, 1969). Por esses números, um ano após os dados da tabela 8, seria também possível enxergar, tal como seria viável olhar através desses pontos percentuais de população ocupada acentuados, a crise da antiga indústria têxtil.

comercial na rua Tereza, onde existem mais de 100 estabelecimentos que revendem para as diversas faixas do mercado — produtos modestos ao lado de produtos altamente luxuosos.”²⁴⁵

A rua Tereza, por quase um século, foi a principal via de acesso ao centro da cidade. Até 1928, ano da inauguração da nova estrada Rio-Petrópolis — rodovia Washington Luiz —, era ela a via principal e quase única de ligação para a zona central de Petrópolis. Rua de meia encosta, alinhada ou próxima de algumas das grandes plantas industriais têxteis petropolitanas, tais como D. Isabel, Cometa, Aurora, Santa Helena, todas margeando os fundos dos vales, foi exatamente nessa rua que se deu uma espécie de resposta econômica ao extermínio da grande indústria de tecido de Petrópolis. Genuína solução, aliás, pois resposta marcadamente constituída pelo trabalho acumulado modestamente na produção familiar de operários saídos do progressivo fechamento das antigas indústrias, estas sim resultantes de inversões volumosas de capitais cariocas, que outrora fixaram Petrópolis como privilegiado território têxtil de fornecimento de mão-de-obra, instalando nessa serra estabelecimentos fabris e deslocando matérias-primas para eles.

A rua Tereza industrial e comercial, portanto, não teria relação direta com esses capitais, ou melhor, seria resultado do esgotamento ou encarceramento urbano desses capitais de grosso volume, sendo mesmo reação de sobrevivência de trabalhadores têxteis desempregados, muitas vezes, unidos aos seus familiares e/ou contraparentes. Embora permaneça essa mesma rua Tereza como acabado exemplo da tradição ou do predomínio do gênero têxtil na indústria de Petrópolis,

²⁴⁴Cf. CEZAR DE MAGALHÃES., op. cit., p. 41.

uma vez que rua de localização de malharias — estas incluídas no gênero de vestuários, calçados e artefatos de tecidos, parente do têxtil. Diga-se de passagem, que, possivelmente refletindo o avanço da pequena indústria de malhas nucleada na rua Tereza — 1975, aliás, foi a data de fechamento da fábrica Petropolitana nascida em 1874 —, o Censo Industrial do Rio de Janeiro, IBGE, 1970/1975, anotava para esta última data 139 empresas têxteis e 63 empresas de vestuário, calçados e artefatos de tecidos.²⁴⁶

Queriam esses pontuais dados retirados desse Censo Industrial mostrar a extensão numérica da desindustrialização de Petrópolis. O caso é que, através de Cezar de Magalhães, vinte e dois anos após os dados informados pelo CNE²⁴⁷ e treze anos depois de Pantolla de Carvalho, em 1984 foram publicados estes dados (tabela 9) no interior do Cadastro Industrial de Petrópolis.²⁴⁸

²⁴⁵ CARVALHO, P. R. P de., op. cit., p. 41.

²⁴⁶ De fato, com exceção de material de transporte, madeira, produtos de borracha, perfumaria sabões e velas, todos os outros gêneros encontrados nos dados compilados por Pantolla de Carvalho tinham sofrido aumentos em números absolutos.

²⁴⁷ FONTE CNE. In: CEZAR DE MAGALHÃES, op. cit., p. 34.

²⁴⁸ *Cadastro Industrial de Petrópolis*, PMP, 1985.

Tabela 9

Indústrias com cinco ou mais empregados

Gênero	Nº de empresas	%	Nº de empregados	%
Material não-metálicos	28	10,57	472	3,32
Metalurgia	16	6,04	2.073	14,58
Mecânico	5	1,89	481	3,38
M.elétrico comunicações	2	0,75	45	0,32
Madeira	6	2,26	82	0,58
Mobiliário	22	8,30	736	5,18
Papel e papelão	5	1,89	634	4,46
P. de borracha	2	0,75	56	0,39
Couros e Peles	2	0,75	16	0,11
Produtos químicos	2	0,75	22	0,15
M. plástico	9	3,40	157	1,10
Têxtil	63	23,77	3.801	26,75
Vestuário, calçados e a. de tecidos	21	7,92	1.124	7,91
Alimentício*	49	18,49	1.470	10,34
Bebidas	2	0,75	291	2,05
Fumo	1	0,38	250	1,76
Gráfico	10	3,77	440	3,10
Diversos	20	7,55	2.062	14,51
TOTAIS	265	100,00	14.212	100,00

Fonte: SECPLAC, PMP, 1984

*Incluídas as Padarias - indústria de panificação.

Tabela de números absolutos e percentuais de empresas e empregados.

Confrontando-a com os dados anteriores do CNE e da tabela 8, nota-se a perda de 189 unidades industriais em relação à tabela 8, que informava 454 estabelecimentos.

Das 132 ou 202 unidades industriais,²⁴⁹ respectivamente ligadas à tabela 8 ou vinculadas ao Censo Industrial do Rio de Janeiro mencionado anteriormente, em

1984 a tabela 9 registrava 84 indústrias empregando 4.925 trabalhadores, 3.928 empregados a menos do que anotara a tabela 8, ou seja: 8.853 trabalhadores. O fato é que, em quase todos os setores da tabela, ocorreu encolhimento de unidades industriais. É de se observar também que os números totais absolutos de pessoal empregado permaneceram bastante próximos nas tabelas 8 e 9: 14.202 e 14.212, quiçá demonstrando redistribuição de mão-de-obra em função do paulatino enfraquecimento das grandes plantas industriais têxteis do município, pois foi o específico setor têxtil na tabela 9 que, embora ainda portando o maior ponto percentual de empregados em relação aos outros setores, já demonstrava desembarques de mão-de-obra em números absolutos da ordem de 4.017 trabalhadores em relação à tabela 8.

Já então fábricas como a Cia. Petropolitana, a Aurora, a Cometa estavam desativadas.²⁵⁰ E mesmo aquelas que empregavam números volumosos de trabalhadores, operavam enfraquecidas — tal como a D. Isabel, que, em 1962, empregando ainda 1.166 pessoas,²⁵¹ registrava em 1984 apenas 780 trabalhadores.²⁵² Indústrias como a São Pedro de Alcântara, que outrora trabalhara com 602 empregados, queda hoje, 2005, como simples tinturaria e estamparia no bairro Morin, distante de seu local de origem. Das 63 indústrias têxteis catalogadas pelo Cadastro Industrial de Petrópolis, a imensa maioria, de fato, já era pequena ou mesmo pequeníssima indústria²⁵³ empregadora de mão-de-obra: apenas 9 indústrias

²⁴⁹ Refiro-me às indústrias de gênero têxtil e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

²⁵⁰ Respectivamente, desativadas em 1975, 1979, 1980.

²⁵¹ Cf. CEZAR DE MAGALHÃES., op. cit., p. 36.

²⁵² Esta Fábrica D. Isabel encerrou suas atividades em 1990, vale dizer, nos anos que se seguiram a data desse Censo Industrial de Petrópolis.

²⁵³ O princípio adotado aqui para a classificação das indústrias é o mesmo encontrado em Cezar de Magalhães, op. cit., p. 34: o critério de mão-de-obra empregada. Desse modo, classificar-se-iam: (1) Indústrias muito pequenas, de 1 a 10 operários; (2) Indústrias pequenas, de 11 a 50 operários; (3) Indústrias médias, de 51 a 200 operários; (4) Indústrias grandes, de 201 a 1000 operários; (5) Indústrias muito grandes, mais de 1000 operários.

registram ali números acima de 100 trabalhadores; 37 indústrias, mais da metade, aparecem empregando até 20 trabalhadores; ou mesmo 46 empresas fixando até 30 empregados em seus quadros, encontrando-se, ademais, 24 indústrias com até 11 trabalhadores e 8 indústrias nucleadas em torno de 63 empregados. Tudo isso sem contabilizar o setor anexo de vestuário, calçados e artefatos de tecido, que das 21 indústrias catalogadas, 10 cadastravam até 20 trabalhadores, sendo 7 com até 11 empregados; 7 com contratações de até 50 trabalhadores e 5 empresas com mais de 100 empregados.

Dados conflitantes não afetariam o sentido fundamental deste segmento: se o IBGE,²⁵⁴ em 2001, informa 1.115 indústrias de transformação, o Anuário Industrial de 2004 do RJ, FIRJAN, noticia 504 indústrias cadastradas em Petrópolis,²⁵⁵ com 239 empresas ou 40.87% pontos percentuais²⁵⁶ relativos às indústrias de vestuário e seus anexos, tais como estamparias e aviamentos. Os números do IBGE talvez pareçam mais factíveis, pois comportariam as informações da associação empresarial da rua Tereza,²⁵⁷ ou seja, 600 indústrias formais e 920 lojas. O caso é que — informações da FIRJAN e números do IBGE/Associação da rua Tereza avistados —, esses dados tão somente mostrariam o peso da tradição no manuseio de tecidos, uma vez que todos esses números, tabelas e observações dependentes desejariam mostrar a fragilidade paulatina da indústria na configuração do território petropolitano. Pois, a despeito da transformação do uso do solo que a pequena indústria e comércio operou na rua Tereza, o significativo é que essas

Esse critério permitiria apreender melhor a volumetria do estabelecimento fabril e a inserção sócio-espacial dessa eventual planta fabril no ambiente urbano construído pela sua atividade.

²⁵⁴ FONTE: IBGE, cadastro Central de Empresas, 2001.

²⁵⁵ 239 indústrias a mais do que o número encontrado no Cadastro Industrial de Petrópolis, de 1984. Vide tabela 3.

²⁵⁶ Correspondentes a 206 indústrias.

²⁵⁷ Prospecto da Associação de Empresários da rua Tereza, 2005.

indústrias produzem os seus espaços de forma pulverizada e sem o cariz compacto ou criador de ambientes industriais construídos.

Com efeito, sendo esse ou aquele número, em 1996 a população economicamente ativa petropolitana (PEA) já mostrava ocupação acentuada nas atividades de comércio e serviço ao consumidor: 32.749 contra 19.069²⁵⁸ das atividades primárias e secundárias. Em um corte temporal por setores de atividades na distribuição do produto interno bruto é possível também confirmar essas observações (tabela 10):

Tabela 10

Percentual do Produto Interno Bruto em relação aos setores de atividades.

	1975			1980			1985			1996		
	P	S	T	P	S	T	P	S	T	P	S	T
Petrópolis	5,2	44,2	50,6	4,6	47,1	48,3	4,6	46,9	48,5	0,6	37,3	62,21

FONTE: Andrade & Serra, 1999.

Obs.: P: primário. S: secundário. T. terciário.

O número dos estabelecimentos de serviço e comércio da tabela 11, igualmente, parece confirmar essas observações:

²⁵⁸FONTE: IBGE

Tabela 11

Estabelecimentos comerciais e de serviços de Petrópolis

	<u>comércio</u>	<u>serviço</u>
2000	2.420	2.110
2001	2.504	2.186
2002	2.591	2.227

FONTE: CIDE, Anuário Estatístico de Rio de Janeiro, 2004.

Também dados de 2001 da composição do PIB petropolitano — 2.053.215 a preços correntes (mil R\$)²⁵⁹ — reafirmariam essas questões: a indústria de transformação participa com 11% pontos percentuais contra 1% do comércio atacadista, 5% do comércio varejista, 26% de prestação de serviços, 21% de aluguéis, 3% de instituições financeiras, 11% transportes e comunicações, 5% de administração pública, 4% de serviços industriais de utilidade pública, 0% de agropecuária.

Todos esses números desejariam confirmar, sobretudo a partir da década de 1970, a fragilidade industrial de Petrópolis. Aquela dimensão industriosa petropolitana, que Cezar de Magalhães e Pantolla de Carvalho observaram, evaporou-se quase no mesmo instante de sua descrição. O papel que cumpriu a indústria na constituição da cidade de Petrópolis parece ter sucumbido. Hoje, as indústrias não mais influenciam essa cidade montesa, tal como no passado o fizeram as antigas fábricas têxteis e diversas outras que também aportaram em

Petrópolis. A trama urbana disposta pela produção desse velho espaço industrial alcançou seu termo: antigas vilas operárias, fluxos de mercadorias, de capital, de informação e serviços ligados à antiga produção e administração fabril, não mais exercem ativa influência urbana. Esse antigo espaço industrial demarcaria, sim, alguns vestígios, pois ruas, casas, trabalhadores, grandes plantas industriais — vazias ou retalhadas por pequenas ou pequeníssimas indústrias — seguem hoje como memória urbana de uma antiga paisagem fabril.

²⁵⁹FONTE: “Petrópolis, Informações para Investidores”, *Secretaria de Planejamento*, PMP, 2004. A partir de dados do CIDE, 2003.

PARTE II — O PASSADO DO TURISMO: A URBANIZAÇÃO PELA

VILEGIATURA

CAPÍTULO 1 — O Território colonial como Herança Primitiva.

1.1— A Montanha dos Órgãos

Talvez fosse possível iniciar esta seção com um notório livro de Fernand Braudel acerca do mediterrâneo no século XVI,²⁶⁰ pois escrevendo no primeiro capítulo sobre as montanhas, planaltos e planícies do mediterrâneo Braudel admite uma compreensão muito sábia envolvendo as zonas montanhosas do mundo, nas quais a civilização guardaria incerto valor:

“Por lo común, la montaña es un mundo adusto. Um mundo marginal, situado a extramuros de las civilizaciones, que son producto de las ciudades y de las tierras llanas. Su historia consiste en no tenerla, en permanecer casi siempre al margen de las grandes corrientes civilizadoras, que discurren lentamente, pasando de largo ante el mundo de la montaña. Capaces de extenderse ampliamente en sentido horizontal, estas corrientes parecen impotentes para ascender en sentido vertical y se detienen ante un obstáculo de varios centenares de metros de altura.”²⁶¹

²⁶⁰ BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*, Fondo de Cultura Económica do México, México, 2ª ed. espanhola - 2ª reimpressão -, 1º tomo, 1987.

²⁶¹ Id. Ibid., op. cit., p. 40.

Como exemplo mediterrâneo e histórico do desfibramento dessas correntes civilizadoras ao se aproximarem das áreas montesas do mundo, Braudel informa, a despeito de seu duradouro poderio, que nem mesmo Roma significara grande coisa para essas terras encarapitadas, cujo olhar insubmisso avistava esse Império estabelecer — para a sua própria segurança — acampamentos de legionários em suas faldas ou cercanias.²⁶² “ [...] Así surgió, por ejemplo, León, al pie de los montes cantábricos; así Djemilah, en las estribaciones del Atlas berberisco; así nacieron Timgad y Lambesa, donde acampó la *III legio augusta*. ”²⁶³

Pelos mesmos motivos, Braudel escreve:

“[...] el latín no llegó a prevalecer como lengua en parte alguna de estos macizos hostiles del norte de Africa y de las Españas, y la casa latina tuvo siempre su asiento en las tierras llanas.* Fuera de algunas infiltraciones locales, no tuvo nunca acceso a la montaña. [...] Sólo allí donde su acción pudo renovarse y reiterarse tenazmente, con insistencia pedagógica, logró la Iglesia ganar y evangelizar a aquellos indómitos pastores y campesinos. Y aun así, necesitó para ello muchísimo tiempo. En el siglo XVI estaba lejos de haberse coronado la tarea, tanto para el catolicismo como para el islamismo, que hubo de tropezar con el mismo obstáculo.”²⁶⁴

Precisamente, essas linhas de Braudel dariam uma das primitivas e profundas causas do início da travessia e da ocupação do sítio serrano, onde se assentou Petrópolis, ter acontecido a partir do século XVIII. Da cidade do Rio de

²⁶² Id. Ibid., p. 41-42.

²⁶³ Id. Ibid., p. 42.

* Braudel, neste passo, menciona DAUZAR, Albert. *Le Village et le Paysan de France*, Paris, 1941.

Janeiro²⁶⁵ e de grande parte da extensa área de baixada circundante à baía da Guanabara, o que se avistava ao norte eram imensas montanhas. O padre e cronista Simões de Vasconcellos, no século XVII, dá testemunho da permanência dessa antiqüíssima mentalidade:

“Pelo terreno vai rodeando toda a Baía, e recôncavo do Rio de Janeiro, aquela espantosa serra, que já por vezes temos dito corre a costa toda: e com a parte dela mais áspera, chamada a montanha dos órgãos (porque á maneira daqueles instrumentos vão levantando em ordem desigual montes sobre montes, fazendo a altura imensa, que excede as nuvens, e chega parece à segunda região do ar) representam aqueles grandes montes muralhas, ou torres formidáveis, postas entre nós e os bárbaros que habitam a outra parte: porque ali fulmina a natureza em tempos tormentosos tais raios, coriscos, e estrondos disformes de trovões, que assombram a terra. Chegaram a suspeitar as nações agrestes, que estavam armados de propósito para a defesa dos homens portugueses.”²⁶⁶

Enxergando nesse mundo montês irrefragável aspereza para a expansão do catecismo, valendo a proibição montesa para a fundação de lugarejos e cidades, Simão de Vasconcellos anotara o impedimento dessa serra na difusão para o norte interior de uma direta corrente civilizadora a partir da cidade do Rio de Janeiro (ver, adiante, fotografia).

²⁶⁴ Id. Ibid., p. 42.

²⁶⁵ Estabelecida por Estácio de Sá junto ao Pão de Açúcar, em 1566 e, após, transferida por Mem de Sá, em 1567, para o morro do Castelo.

²⁶⁶ VASCONCELLOS, S. De. *Crônica da Companhia de Jesus*, vol. II, 3ª ed., Vozes, Petrópolis, p. 132-133.

Evidentemente, além da preocupação com a defesa — e com a função comercial de portos de mar — que determinaria, nos primeiros séculos da colônia, a ocupação prioritária do litoral com povoações e cidades, o poder atrativo do ouro ainda não tinha realizado o impulso para a travessia de montanhas que até então ecoavam um imaginário saído do negrume dos tempos, cuja extinção, neste recôncavo fluminense, dar-se-ia no século XVIII.

O recôncavo guanabarino estava já todo assaltado antes do fim do século XVI. A concessão de sesmarias²⁶⁷ nas margens da baía da Guanabara, começada

²⁶⁷ Parcelada a terra descoberta, no século XVI, em 15 lotes que seguiam do litoral para o interior até a linha invisível do Tratado de Tordesilhas; doados esses lotes em caráter hereditário a homens dotados de grossa fortuna que, como Governadores de suas hereditárias Capitanias, tiveram, por delegação do soberano português, o facultativo poder de subdividir esses mesmos lotes entre aqueles homens qualificados e bem dispostos para o povoamento agrícola e a abertura de caminhos facilitadores de comunicação, precisamente, foi esse sistema o primeiro regime de partilha de propriedade que ordenou a terra brasileira desde as Capitanias Hereditárias até a resolução de 17 de julho de 1822, data da extinção do sistema de sesmarias no Brasil. O sistema de sesmarias foi transplantado de Portugal estribado no direito de conquista; foi à forma legal de tomada de posse das terras brasileiras pela Coroa portuguesa. As terras descobertas eram consideradas não ocupadas e sem proprietários anteriores. Daí advinha o merecimento originário e de direito do soberano português sobre essas terras. Direito de conquista que concentrava no poder real a doação legal de terras — as sesmarias — objetivando a ocupação colonizadora. Em Portugal, o advento das sesmarias esteve ligado aos “Concelhos Municipais”, que, favorecidos de bens territoriais, traziam como consequência à necessidade de distribuição de terras para os seus respectivos moradores povoarem e cultivarem o território. Exatamente, foi esse sistema de sesmarias, i.é., organizada estrutura medieval-portuguesa de tomada de propriedade territorial, que, modificado ou recriado, atravessou o Atlântico e alcançou as terras brasileiras. Modificado em seu caráter vitalício, porém, não hereditário, pois dificilmente a povoação dessas terras brasileiras ocorreria sem o direito de herança dado aos filhos daqueles que estivessem dispostos a migrar para solo distante e já habitado; transformado, além disso, em sua doação condicionada à lavra e aproveitamento do solo que, no Brasil, raramente foi respeitada, já que o indígena inibia essa obrigatoriedade encontrada, em Portugal, desde a primeira hora da doação da sesmaria; modificado esse sistema, ademais, em razão do crescimento extensivo do cultivo da cana-de-açúcar na colônia (viabilizado pelo mercado mundial), que procurava cada vez mais terras, conseqüentemente, gerando concessões de imensas áreas, vez ou outra, através da anexação de glebas vizinhas através de compra, herança ou mesmo doação. Modificações, por fim, luso-brasileiras do sistema de apropriação do território, regulado pela necessária comprovação de recursos, i.é., de escravos, por parte do solicitante da sesmaria na colônia. Cf. SERRÃO, J. V. *História de Portugal, 1080-1415*, Editorial Verbo, vol I, 2ª ed., Lisboa, 1978. ABREU, M. de A. “A apropriação do Território no Brasil Colonial”. In: CORRÊA, R. L. (org.) *Explorações Geográficas*, Bertrand Brasil, RJ, 1997, p. 197-245. GARCIA, J.M., *História de Portugal*, 5ªed., editorial Presença, Lisboa, 1991. GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*, Paz e Terra, RJ, 1968.

em 1565, atirara os portugueses — após o fim da colônia huguenote francesa e a transferência da cidade para o morro do Castelo —, até as fraldas da serra do Mar. É possível, então, anotar sesmarias pelo rio Majé; pelo rio Iguaçu; pelo sertão do rio Suruí; pelo rio Iriri, saído da serra dos Órgãos; pelos rios Saracuruna, Meriti, Guapi, Capivari e outros rios oriundos da serrania raiana dessa Baixada Fluminense. Mesmo quando as doações de sesmarias despregavam-se da Guanabara, elas permaneciam avançando pelas zonas litorâneas fluminenses, tais como as doações no rio Guaxindiba e em Saquarema, ou nas bandas além de Cabo Frio e entre Itaipu e a lagoa de Maricá.²⁶⁸

A despeito dos incontáveis brejos que tornavam, pelas margens dessa baía, a caminhada espinhosa, o caso é que, recôncavo de muitos rios e de mar próximo, as distâncias até a cidade do Rio de Janeiro viam-se diminuídas com esses dois facilitadores dos transportes. Terra guanabarina sulcada, estimulada pela própria metrópole lisboeta, alimentava essa baixada a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro.²⁶⁹ Cercada por montanhas, faltosa de vilas até quase o fim do século XVI, a terra desse recôncavo existia absorvida pelas atividades agrárias de isolados clãs rurais e, igualmente, presa às vias aquáticas e aos comerciantes que

Não seria excessivo, ademais, mencionar MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, 2ª edição, Annablume, SP, 2005, p.63: “Todo o processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com o intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. [...] a colônia representa, em si, a internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade. [...] Assim, à colônia corresponde à existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador.”

²⁶⁸ PIZARRO e ARAUJO, J. de Souza. “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extrahida dos Livros de sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796”, *IHGB*, tomo LXIII, parte I, 1º e 2º trimestre, RJ, 1901. Cf. também MATOSO MAIA FORTE, José. “O Estado do Rio de Janeiro”, RJ, 1928. Apud LAMEGO, A. R. *O Homem e a Guanabara*, IBGE, RJ, 1948, p. 134.

²⁶⁹ Cf. LAMEGO, A. R. *O Homem e a Guanabara*, IBGE, RJ, 1948, pp. 135 e 141.

adiantavam capitais em benefício da produção agrícola que alimentava o mercado carioca.

As demarcações dessas sesmarias, eventualmente, penetravam serra acima, porém, isso não significava efetivo desbravamento dessa banda da serra do mar; pois esta permaneceria como estremadura assustadora e limitante do recôncavo da Guanabara até a aparição e fortalecimento dos motivos mineiros para a sua travessia e apropriação.

Quem, por exemplo, sai-se da sede da Capitania do Rio de Janeiro para as Minas Gerais percorria primitivo Caminho (figura 1) que exigia um deslocamento marítimo do porto do Rio até São Vicente e daí, por terra firme — pelo “Caminho-Velho” —, buscando São Paulo em demanda do Paraíba do Sul, transpondo a Mantiqueira em direção ao sertão mineiro. O padre jesuíta Fernão Cardim, em carta do século XVI, dá pistas desse velho itinerário até São Paulo:

“[...] partimos depois dos Reis para S. Vicente que dista 40 leguas, e é a derradeira capitania. Fizemos o caminho á vista de terra, e toda é cheia de ilhas mui formosas[...]. Chegamos em seis dias por termos sempre calmarias á barra do Rio nomeado *Buriquioca* [...] cova dos bogios, e por o nome corrupto Bertioga, aonde está a nomeada Fortaleza [...] Daqui a villa de Santos são quatro léguas [...] Ao dia seguinte depois do jantar partimos para S. Vicente[...] . Chegamos de noite á casa de S. Vicente[...]. Partimos uma segunda-feira, e caminhamos duas leguas por água, e uma por terra, e fomos dormir [...] ao pé de uma serra ao longo de um formoso rio de água doce que descia com grande ímpeto de uma serra tão alta, que ao dia seguinte caminhávamos até ao meio dia, chegando ao cume bem cansados: o caminho e tão íngreme que ás vezes íamos pegando com as mãos. Chegando ao Paraná-piacaba, lugar donde se vê

o mar [...] fomos dormir [...]. ao terceiro dia navegamos todo o dia por um rio[...] deitado em uma canoa de casca de arvore [...] chegando a *peaçaba* lugar onde se desembarcam [...]. Ao dia seguinte vieram os principaes da villa três léguas receber o padre. Todo o caminho foram escaramuçando e correndo seus ginetes [...], e nós tambem a cavallo chegamos a uma Cruz que está situada sobre a villa [...]. Em Piratininga esteve o padre visitador quase todo o mez de Fevereiro[...]”.²⁷⁰

Esse caminho primitivo veio adiante ser encurtado, pois uma variante entre Taubaté e o porto de Parati foi aberta (figura 1). O governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, primeira autoridade dessa capitania a visitar o interior mineiro, em uma viagem que durou de agosto de 1700 a julho de 1701, percorreu esse itinerário alternativo. Estribado em quem acompanhou o governador do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, em 1711, o padre André José Antonil relatou o roteiro dessa marcha:

“Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinqüenta e seis dias.

²⁷⁰ CARDIM, F. “Informação da Missão do Padre Christovão Gouvêa ás Partes do Brasil – Anno de 83, ou Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica. Pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo) etc. desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovão de Gouvêa, Escripta em duas

E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho nao mais que quarenta e três dias”.²⁷¹

É de se notar que Artur de Sá e Menezes percorrera o velho Caminho quando já estava pronto, em 1699, o trecho da serra do Mar do Caminho-Novo aberto por Garçia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais.²⁷² Picada em direção ao oceano e ao interior, àquela altura, passível de ser percorrida apenas por gente a pé com sua carga às costas.²⁷³ O Governador concedera licença a Rodrigues Pais, em 1698, para a abertura desse novo caminho, mas a velha artéria guardara o seu prestígio — o Conde de Assumar, por exemplo, por ela andou em 1717, encontrando em Guaratinguetá oitocentos animais de carga e mais de mil em toda a extensão desse Caminho-Velho.

O roteiro do Caminho-Novo (figura 2) também se encontra relatado por Antonil:²⁷⁴ partia-se da cidade do Rio de Janeiro em busca do porto do rio Pilar, afluente do rio Iguaçu no fundo da baía da Guanabara, atravessando-se, depois, diretamente a serra do Mar em direção às roças do Capitão Marcos da Costa e, após dois dias, em direção às roças do Alferes — hoje Paty do Alferes, município fluminense — e às de Pau Grande, atualmente, distrito de Paty denominado Avelar, em busca do rio Paraíba e do Paraibuna, este já em terras do atual Estado mineiro.

Esse Caminho-Novo, originado da determinação portuguesa de, por terra, transpor diretamente a serra do Mar encurtando o trajeto da cidade do Rio de

Cartas ao P. provincial em Portugal”. In: CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Itatiaia/ Edusp, BH/SP, 1980, p. 171-173.

²⁷¹ ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*, Itatiaia/Edusp, BH/SP, 1982, p. 184.

²⁷² Cf. “Garcia Rodrigues Pais e o Caminho-Novo”. In: MAGALHÃES, B. de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, EPASA, 3ª ed., RJ, 1944, pp. 487-534.

²⁷³ Cf. MAGALHÃES, B. d. *Ibid.*, p. 491.

Janeiro até as Minas Gerais, uma vez que se intensificaram as atividades mineiras, solucionaria apenas em parte o problema, pois o aumento do trânsito por esse Caminho mostrara a necessidade de uma variante ou percurso mais confortável e livre dos perigos íngremes da escarpa e da travessia impraticável de rios em tempos chuvosos que, freqüentemente, geravam perdas de animais tropeiros. Exatamente, é neste passo que a serra petropolitana foi incorporada à expansão territorial portuguesa no Brasil: em uma “provisão-régia”, 6 de julho de 1725, ordenando ao Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha Albuquerque, que agradecesse ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença, lê-se que esse reconhecimento foi devido à abertura de uma variante ou atalho do Caminho-Novo que dera solução ao difícil trecho entre o fundo da baía da Guanabara e a serra do Mar, abreviando em quatro dias o novo caminho que fora aberto por Garçia Rodrigues Pais para as Minas Gerais:

“[...] e que da minha pte agradeçaes ao Sargento Mor Bernardo Soares Proença o seruiço que me fez neste par (particular), o qual fica na minha Lembrança para que a seu tempo atenda a elle [...]”.²⁷⁵

Cruzando o vale do Piabanha para atingir o Porto Estrela no rio Inhomirim, fundo da baía da Guanabara (figura 3), atravessava esse atalho de Bernardo Proença as terras que, adiante, fariam parte da cidade de Petrópolis.²⁷⁶

²⁷⁴ ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*, op. cit., pp. 184-186.

²⁷⁵ “Provisão-régia ordenando ao governador do Rio-de-Janeiro que agradecesse ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença o ter aberto o caminho-novo das minas à própria custa, abreviando de quatro dias o da Serra-do-Mar, e aprovando o ato pelo qual Aires de Saldanha de Albuquerque negara deferimento à petição de datas na referida estrada, a que se julgava com direito Garcia Rodrigues Pais, - 6 de julho de 1725”. *Apud*: MAGALHÃES, B. de. Op. cit. P. 534.

²⁷⁶ Originalmente, o “Atalho de Soares de Proença”, partindo da freguesia de Inhomirim, tomava rumo da serra, alcançando o cume no atual bairro Alto da Serra seguindo, após, o

1.2 — Da Sesmaria à Fazenda Imperial

O “atalho de Soares de Proença”, concluído em 1725, pode ser considerado o ponto zero de inúmeras sesmarias nas terras da futura Petrópolis; todavia, a despeito dos caminhos coloniais no Brasil possibilitarem o povoamento, sesmarias anteriores ao atalho concedidas serra-acima foram núcleos importantes, ou cabeças-de-ponte, facilitadoras da abertura dessa Variante do Caminho-Novo. Conseqüência direta do ouro mineiro, esse “atalho de Soares de Proença” foi concretamente antecipado por uma espécie de penetração de sesmarias em pinça, envolvendo o futuro sítio petropolitano em dois pontos — ao norte e ao sul da futura cidade de Petrópolis —, sendo o mais remoto e afastado, ao norte, a sesmaria de Garça Rodrigues Pais, que, em 1683, fixara-se com sua família à margem do rio Paraíba do Sul, com fazenda entre esse rio e o Paraibuna;²⁷⁷ o outro ponto, ao sul, surgiria no fundo do recôncavo da Guanabara, em duas sesmarias que, serra-acima, tocariam o futuro primeiro distrito petropolitano. Monsenhor Pizarro e Araújo anotou a data de doação dessas sesmarias:

“Francisco de Mattos Filgueira e João de Mattos de Souza no Rio Cayoaba athe a serra de Taocaya em 22 de agosto 1686.

curso do Córrego Seco, subafluente do Piabanha, atravessando o extremo norte do núcleo urbano de Petrópolis em direção ao Itamarati, aí cruzando o rio Piabanha em busca do atual bairro Carangola, alcançando em seguida o rio da Cidade e o sopé do pico da Maria Comprida, em terras do bairro Araras, atual quarto distrito, encontrando, então, a picada do Secretário que dava comunicação com o rio Paraíba do Sul.

²⁷⁷ LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*, IBGE, RJ, 1950, p.145.

“Capitam João da Silveira Garcez e Gonçalo Fernandes Pires de 1300 braças* de testada e 3000 de certão pelo Rio de Inhomirim a Serra em 12 de setembro 1686”.²⁷⁸

A sesmaria de Francisco e João de Mattos subia a escarpa da serra da Estrela, cujo cume, na zona limítrofe de Petrópolis, hoje é o bairro Vila Felipe. Diga-se a propósito que o rio Caioba, afluente do rio Inhomirim, foi o eixo aproveitado para a abertura do “atalho de Soares de Proença” e, posteriormente, pela Estrada de Ferro de Mauá. A outra sesmaria, doada ao Capitão João Garcez e a Gonçalo Pires, localizava-se no sertão ou no interior longe do mar pelo rio Inhomirim e Serra-Acima.²⁷⁹ É de se observar que, além dessas, outra sesmaria já estava doada antes da abertura, em 1725, dessa Variante do Caminho Novo pelo rio Inhomirim: em 1703, o Secretário da Câmara da Capitania do Rio de Janeiro, José Ferreira da Fonte, recebeu doação de terras ao norte da, adiante, zona central da cidade, no vale do rio Fagundes, no atual quarto distrito de Pedro do Rio. Em 11 de novembro de 1721, quatro anos antes da Variante de Soares de Proença estar finalizada, o próprio responsável pela abertura desse atalho recebeu 3000 braças em quadra — sesmaria do Itamarati — “[...] por detrás da ‘Serra do Frade e da Serra de Taocaya’ [...]”,²⁸⁰ em terras dos futuros primeiro e segundo distritos de Petrópolis.

O ponto zero de sesmarias nessa serrania estaria aqui. Transformar-se-ia, neste passo, a variante de Proença na grande incentivadora do sesmeiro povoamento dessa porção da serrania do Mar.

* Uma braça igual a 2,2 metros.

²⁷⁸ PIZARRO e ARAUJO, J. de Souza., op. cit., p. 130-131.

²⁷⁹ Usualmente, a delimitação das sesmarias estabelecia a testada junto à margem de rios, linhas costeiras, ou mesmo, como nas terras petropolitanas, próxima dos caminhos oficiais, permanecendo indefinido o fundo, demarcado por acidentes geográficos identificáveis, como divisores de águas e espigões.

Atraídos pelo Mestre-de-Campo Bernardo de Proença e pela futura variante do Caminho Novo, homens oriundos do recôncavo guanabarino e ligados a Proença por parentesco ou compadrio subiram a serra: em 12 de novembro de 1721, tornou-se sesmeiro o Capitão Luiz Peixoto da Silva, com 3000 braças de terras banhadas pelo rio da Cidade, que percorre os atuais primeiro e quarto distritos.²⁸¹ Dois anos depois “Ambrósio Dias Raposo, [recebeu] 3000 braças em quadra, nos sertons da ‘Serra do Frade’, e de Taocaya grande, em 20 de abril de 1723”;²⁸² “Francisco Fagundes do Amaral²⁸³ [recebeu] 3000 braças em quadra, nos sertons da Serra do Frade, em 2 de maio de 1723”,²⁸⁴ sesmaria atrás da légua do proprietário anterior, Ambrósio Raposo, em local hoje denominado Fagundes, no quarto distrito; “José Borges Raymundo, [recebeu] 3000 braças em quadra nos sertons da Serra do Frade e de Taocaya Grande, em 14 de setembro de 1723”, onde terminam as terras de Francisco Fagundes do Amaral;²⁸⁵ o “Coronel Jorge Pedrozo de Souza, [recebeu] 3000 braças no sertão da ‘Serra do Frade’ e da ‘Taocaya Grande’, onde termina a sesmaria de José Borges Raimundo, já em terras da várzea do rio da Parahyba, em 30 de dezembro de 1723”.²⁸⁶

Bernardo Soares de Proença fazia parte de uma das principais famílias da Capitania do Rio de Janeiro.²⁸⁷ Nascido na freguesia de Santo Antônio de Sá²⁸⁸ e crescido no recôncavo da Guanabara, em terrenos banhados pelo rio Suruí, onde

²⁸⁰ PIZARRO e ARAUJO, J. de S., op. cit., p.. 139.

²⁸¹ Id. Ibid., p.139.

²⁸² Id. Ibid., op. cit., p. 140.

²⁸³ Cunhado de Bernardo de Proença.

²⁸⁴ Id. Ibid., op. cit., p.140.

²⁸⁵ Id. Ibid., op. cit., p. 141.

²⁸⁶ Id. Ibid., op. cit., p. 141.

²⁸⁷ Exatamente, um dos motivos encontrados no documento de promoção de Proença a Coronel de um dos regimentos de infantaria auxiliar, composto de dez companhias, no Recôncavo da Guanabara — Carta Régia assinada por d. João V, em 9 de junho de 1734.

seu pai comprara terras de Nicolau Baldim, proprietário de “[...] 1500 braças no rio de Suruhy em 22 de Outubro de 1614”,²⁸⁹ vizinho do rio Inhomirim, possivelmente, conhecia de longa data Proença a serra-acima próxima de seu sítio de crescimento. Já constituído primeiro sesmeiro de terras — a sesmaria em quadra do Itamarati — que, mais tarde, seriam petropolitanas, construindo residência no extremo norte dessa quadra, no vale do rio Itamarati, afluente do rio Piabanha, recebeu adiante outra concessão de sesmaria no recôncavo guanabarrino, em terras devolutas, “[...] sobejos em Inhomirim em 18 de Março de 1724”.²⁹⁰

Não foi, dir-se-ia, apenas com “[...] o zello de seruirme e ao bem comum [...]”²⁹¹ que o Mestre-de-Campo Bernardo de Soares Proença se ofereceu para a construção da Variante do Caminho Novo, feito às suas expensas e com um custo elevado de perdas materiais; Proença cuidaria da abertura e quiçá manutenção de um Caminho que, além de melhorar a comunicação entre as suas duas sesmarias, valorizaria a terra em cuja porta tropas viajantes, indo e vindo, estariam cruzando das minas gerais para a Capitania do Rio de Janeiro.

O caso é que, como proto-história, forças civilizadoras²⁹² em direção à serra fluminense existiriam nessas primeiras ocupações sesmeiras. Gente de Suruí, Inhomirim, Frágoso. Uma espécie de desdobramento ou avanço fundiário, no século

²⁸⁸ Bernardo de Proença era filho de Felix Proença Magalhães — português de São Pedro, no bispado de Guarda — e de d. Águeda Gomes de Perada, natural da Vila de Macacú, freguesia de Santo Antônio de Sá, hoje município de Cachoeira de Macacú, RJ.

²⁸⁹ PIZARRO e ARAUJO, J. de S., op. cit., p.116.

²⁹⁰ PIZARRO e ARAUJO, J de S., op. cit., p. 141.

²⁹¹ “Provisão-régia ordenando ao governador do Rio-de-Janeiro que agradecesse ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença o ter aberto o caminho-novo das minas à própria custa, abreviando de quatro dias o da Serra-do-Mar, e aprovando o ato pelo qual Aires de Saldanha de Albuquerque negara deferimento à petição de datas na referida estrada, a que se julgava com direito Garcia Rodrigues Pais, - 6 de julho de 1725”. *Apud* MAGALHÃES, B. de., op. cit., p. 533.

²⁹² Forças civilizadoras já mencionadas, ademais, por Lamego em relação ao século XIX e ao café fluminense. LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*, IBGE, RJ, 1950.

XVIII, do recôncavo guanabario, i.é, uma sementeira dispersa e serrana de população rural a partir da Guanabara e da Baixada fluminense, pois

“Em nenhuma parte do Brasil a vila é a unidade de povoamento, esta é a grande propriedade, a fazenda, com sua colônia de empregados rurais, ora grupada em pequenas cidades operárias ora dispersa através do domínio em retiros ou currais.”²⁹³

O vigário da freguesia de Inhomirim, Pe. Veríssimo de Sá, em 30 de julho de 1736, deixou, quicá, o primeiro recenseamento da população serra-acima:

“Certifico que vendo eu o rol dos confessados desta freguesia deste presente ano de 1736, nele achei, desde Engenhoca exclusiva até o distrito da Paraíba ter 22 moradas e pessoas 343 entre brancos e negros”.²⁹⁴

Tal como no recôncavo a ocupação pretérita das terras de Petrópolis seguiu nucleada em sesmarias espalhadas pela serra, talvez, já não mais absolutamente voltadas para o mercado provincial do Rio de Janeiro como as sesmarias da Baixada Fluminense, porém, com suas atividades marcadas pela presença de tropeiros. As doações de sesmarias no vale do Piabanha, de fato, foram concedidas ao longo do Caminho aberto por Bernardo de Proença com o objetivo de manter conservado este importante trecho viário entre a Província do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, vale dizer, entre Lisboa e o ouro do sertão mineiro, proporcionando pouso e alimentação para funcionários, tropeiros e animais em

²⁹³DEFFONTAINES, P. “Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades”. In: *Boletim Geográfico*, IBGE, ano II, n. 14, maio de 1944, p.141.

trânsito possibilitando, ademais, o serviço de estiva para a travessia de rios por canoas ou pequenas barcas, a construção e conservação de pontes sobre as águas mais tormentosas, valendo as águas encachoeiradas, e, igualmente, tornando possível a promoção da fé católica (tabela 1). “As novas estruturas criadas [...] [neste] solo [serrano] colonial [deviam] responder funcionalmente aos interesses da metrópole, aos quais [estavam] subordinadas.”²⁹⁵

Antônio de Proença Coutinho Bitancourt, por exemplo, filho de Bernardo de Proença e segundo proprietário, de 1735 a 1752, da sesmaria de Itamarati — fazenda *Tamaratí* — concedia abrigo aos tropeiros e hospedagem aos viajantes; o tropeiro adoecido em *Tamaratí* acharia abrigo e tratamento e, em caso de morte, seria enterrado no cemitério de capela ao norte da fazenda, na sesmaria das Pedras.²⁹⁶ Foi, além disso, esse mesmo Antônio de Proença que, em 1736, protestou junto ao Governador da Capitania e ao Rei de Portugal contra o privilégio único solicitado pelos moradores da primeira picada — do rio Pilar até as roças do Alferes —, que procuravam exclusividade para essa via de comunicação com as Minas Gerais, requerendo o fechamento da variante de Bernardo de Proença com o fito de recuperar o movimento do transporte de carga no trajeto para as Minas. Antônio de Proença, aqui revelando a importância para os senhores das terras e para os tropeiros e viajantes do atalho aberto por seu pai, replicou que, sendo proibido um dos Caminhos, que fosse o do rio Pilar; caso contrário, que

²⁹⁴ Documento n. 10.647, anexo ao n. 10.641, Arquivo Nacional. *Apud* SCHAETTE, E. “Os Primeiros Sesmeiros Estabelecidos no Território Petropolitano”. In: *Centenário de Petrópolis*, Trabalhos de Comissão, vol. V, PMP, Petrópolis, 1942, p.199.

²⁹⁵ MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, 2ª edição, Annablume, SP, 2005, p.63-64.

²⁹⁶ Cf. SCHAETTE, E. “Os Primeiros Sesmeiros Estabelecidos no Território Petropolitano”. In: *Centenário de Petrópolis*, Trabalhos de Comissão, vol. V, PMP, Petrópolis, 1942, p. 200-201.

continuassem decidindo os viajantes o Caminho a tomar quando quisessem passar para as Minas.

O fato é que, em 1762, em um mapa das sesmarias²⁹⁷ (figura 4) existentes em terras do futuro território petropolitano, é possível observar que, entre a quadra de Itamarati e a de Secretário, não mais havia terras devolutas, pois já pertencentes a sesmeiros. Essas primeiras sesmarias do vale do Piabanha, onde hoje se localiza o município de Petrópolis, foram inicialmente concedidas em quadras de uma légua — 6.600 metros quadrados; com o crescimento demográfico, posteriormente as novas doações foram reduzidas para meia légua.²⁹⁸ É de se notar, ademais, que esse mapa de 1762 seria exemplar desenho da estrutura de drenagem do território colonial, cujo ordenamento sujeitava-se a uma linha de fluxos centrípetos em relação à colônia e centrífugos em relação à metrópole. O rio Piabanha seria mesmo um eixo de circulação de sesmeira “bacia de drenagem” colonial, servindo de fio ou itinerário serrano de ligação entre o interior mineiro e o porto fluvial da Estrela no recôncavo guanabarinó:

“O desenho espacial básico observado é o denominado de ‘bacia de drenagem’, em que um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto [...] que articula aos lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino.”²⁹⁹

²⁹⁷ Acerca das sesmarias localizadas nas futuras terras de Petrópolis, ver: PIZARRO e ARAUJO, J., op. cit.; SCHAEETTE, E., op. cit.; RABAÇO, H. J. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985; LACOMBE, L. L. “As Principais Sesmarias do Município”, In: *Centenário de Petrópolis*, Trabalhos de Comissão, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 240-277.

²⁹⁸ O que, aliás, talvez explicasse a doação de “sobejos”, em 1724, a Bernardo Soares de Proença, no recôncavo guanabarinó e, em 1760, 1500 braças em quadra a Manuel Antunes Goulão, no vale do Piabanha (PIZARRO e ARAUJO, J., op. cit., p. 141 e p.151).

²⁹⁹ MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, op. cit., p. 68.

A “Quadra do Secretário”, doada em 1703, tem origem em José Ferreira da Fonte e estava localizada no vale do rio Fagundes, em terras do atual quarto distrito de Petrópolis.

A “Quadra das Pedras”, derivando seu nome do pico da Maria Comprida, 1926 m. de altitude, teve como proprietário Euzébio Alves Ribeiro, que, em 1734, mandou construir o primeiro edifício católico em terras que, adiante, seriam petropolitanas: a capela de Nossa Senhora da Conceição das Pedras, com cemitério próximo, possibilitando serviço religioso à população de serra-acima.

A “Quadra de Araras”, originalmente, pertencente ao Capitão Luiz Peixoto da Silva e banhada pelo rio da Cidade e rio Araras, teve parte de suas terras vendida para Manuel Antunes Goulão. No ano de 1751 Goulão construiu em sua propriedade o segundo prédio religioso de Petrópolis: a Capela de Nossa Senhora do Amor de Deus. Este mesmo Antunes Goulão, em 1760, recebeu “[..]1500 braças em quadra, nas cabeceiras da fazenda chamada Rio da Cidade, caminho de Minas, freguesia de Inhomirim, em 11 de novembro de 1760.”³⁰⁰

A “Quadra da Paciência”, banhada por rio de mesmo nome, foi concedida ao Capitão Francisco Muniz de Albuquerque, em 22 de fevereiro de 1743, localizando-se em área onde estão hoje Retiro, Carangola e Caititú, bairros do primeiro (Retiro) e segundo distritos. Essa doação resultou em importante desvio do roteiro original da variante de Soares de Proença; doravante, esse Atalho serra-acima também teria outro Caminho: do atual bairro Itamarati a picada seguia agora, pelo lado direito, o curso do rio Piabanha, sem subir para o Carangola, atravessando parte desta sesmaria e da “Quadra do Rio Morto” em busca da confluência do rio Araras com o Rio Piabanha, onde, passando para lado esquerdo deste rio,

³⁰⁰ Pizarro e Araújo, J., op. cit., p. 151.

procurava às terras de Secretário.³⁰¹ Posteriormente, com o falecimento de Francisco de Albuquerque, o proprietário desta sesmaria foi Manuel Correa da Silva, que já sendo proprietário das terras da fazenda do rio da Cidade (oriundas da compra de fração da “Quadra de Araras” feita por Manuel Antunes Goulão) e herdando³⁰² outras áreas na “Quadra do rio Morto”, transformou-se no maior proprietário do vale do Piabanha. Desmembramentos nesta “Quadra da Paciência”, posteriormente, resultaram nas fazendas do Retiro de São Tomás e São Luís e na fazenda da Olaria.

A “Quadra de Magé”, ou “Quadra de Itaipava”, cortada pelo rio Piabanha e seu afluente, rio Magé, atual rio Santo Antônio, foi doada ao mesmo proprietário da sesmaria do Secretário, José Ferreira Fonte. Curiosamente, uma vez que a ocupação primeva das terras de Petrópolis foi oriunda do recôncavo guanabarinense, o nome dessa Quadra assim como desse afluente do Piabanha faziam alusão aos trabalhadores trazidos da Baixada Fluminense para esta sesmaria. Na “quadra de Magé” surgiu a fazenda de Santo Antônio.

A “Quadra do rio Morto”, pelo lado sul fazendo fronteira com o rio Morto — atual Mata-Porcos —, afluente do Piabanha, foi doada a Manuel Antunes Goulão, já proprietário da Fazenda do rio da Cidade. Nesta Quadra surgiu a mais importante fazenda serra-acima, a Fazenda do Padre Correa, primitivamente conhecida como sítio da Posse ou sítio do Correa. Esta antiga fazenda deu origem ao povoado e hoje importante bairro do segundo distrito, Correas. O conjunto arquitetônico formado pela sede dessa fazenda e sua capela foram preservados através de tombamento realizado pelo Patrimônio federal.

³⁰¹ O Caminho de Proença está descrito na nota de número 276.

³⁰² Manuel Correa da Silva era genro de Manuel Antunes Goulão.

A “Quadra do Alcobaça”, doada ao mesmo proprietário da “Quadra da Paciência”, Francisco Menezes de Albuquerque, fez surgir a Fazenda da Samambaia, atualmente, Samambaia, no segundo distrito.

Sem estar apontada na figura 4, a sesmaria “Quadra do Rio Preto”, no vale de idêntico nome, foi concedida a “Boaventura da Cruz Alves, 3000 braças em quadra, na vizinhança do rio Taguahy, em 11 de julho de 1762.”³⁰³ Esta sesmaria, com algumas outras, deu origem ao povoado de São José de serra-acima, curato criado por Carta Regia de João VI em 20 de dezembro de 1813, hoje constituindo o município de São José do Vale do Rio Preto, mas até a década de 1980, quinto distrito petropolitano.

A “Quadra do Itamarati”, doada a Bernardo Soares de Proença, foi a sesmaria em cujas terras, adiante, surgiu o centro urbano de Petrópolis. Talvez fosse interessante a leitura de fração da carta de confirmação da quadra de Proença: ela mostra a obrigatoriedade de recursos, notadamente escravos, para cultivar a sesmaria requisitada; ademais, nesta porção da serra do Mar, demonstra o movimento sesmeiro ascendente a partir do recôncavo guanabario evidenciando, além disso, as dificuldades de medição e demarcação das sesmarias, uma vez que, diferente da testada sul, a(s) referência(s) demarcatória(s) do “fundo norte” da sesmaria em quadra de Proença não está mencionada.

“Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da conquista, navegação, Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia [...] faço saber aos que esta minha carta de confirmação de data de terra e sesmaria virem que tendo respeito a se me apresentar por parte do Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença outra

³⁰³ Pizarro e Araújo, J.. op. cit., p. 152.

passada pelo Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro Aires de Saldanha de Albuquerque de que o teor é o seguinte:

‘Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, do Conselho de Sua Majestade que Deus guarde, Comendador das comendas [...] faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que havendo respeito a representar-me por uma petição o Sargento Mor Bernardo Soares de Proença que no distrito desta Cidade, onde acabam as terras da sesmaria de Francisco de Matos Filgueiras e de João de Matos de Souza detrás da Serra do Frade e da Serra da Taucaia Grande, se acham terras devolutas, e ele suplicante com obrigação de fixar e com escravos para as poder cultivar, pedindo-me lhe mandasse dar por Sesmaria uma légua de terras em quadra fazendo a dita légua de terra em quadra testada a declarada dita Serra do Frade correndo também na largura a testada parte da terra que é da quebrada da dita Serra do Frade para a parte da referida Serra da Taucaia Grande correndo o sertão da dita légua em quadra pelo mesmo rumo que correr o caminho geral que se há de abrir de Paraíba a vir buscaras saídas das quebradas da dita Serra do Frade para que assim fique dividindo o dito caminho geral pelo meio a dita légua de terra em quadra desde o fim do seu sertão até o princípio para que fique igual quantidade da sobredita Serra para uma e outra parte do dito caminho geral para efeito de mais utilidade e a serventia das ditas serras e para melhor se aproveitarem de que também se seguia proveito aos Reais Dízimos e bem comum [...] Hei por bem fazer mercê ao dito Sargento Mor Bernardo Soares de Proença de lhe dar em nome de Sua Majestade, que Deus guarde, as referidas terras por sesmaria, não excedendo porém uma légua em quadra na forma das ordens do mesmo Senhor [...] com a declaração que as cultivará e mandará confirmar esta minha carta por sua Majestade que Deus guarde dentro de dois anos e não o fazendo se lhes denegará mais tempo. [...] Dada nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aos 11 dias do mês de

novembro de 1721 // João Pai de Paredes a fez // o Secretário José Ferreira da Fonte a fez escrever.

Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos Noronha.’

“Pedindo-me o dito Bernardo Soares de Proença por quanto o dito Governador e Capitão General lhe fizera mercê em meu nome de uma légua de terra em quadra no distrito da dita Cidade [...] como constava da carta nesta incorporada lhe fizesse mercê mandar-lhe confirmar [...] Hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar a dita légua de terra em quadra nos sítios acima nomeados [...] Pelo que mando ao Governador [...] e ao Provedor da minha fazenda dela e mais Ministros a que pertencer cumpram e guardem esta minha carta de confirmação e a façam cumprir e guardar inteiramente [...], a qual lhe mandei passar por duas vias por mim assinadas [...]

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1723. O Secretário André Lopes de Lavre a fez escrever // El Rei com guarda //”.³⁰⁴

A sesmaria do Itamarati (figura 5) deu origem a duas fazendas: “Itamarati” e “Córrego Seco”; a primeira teve a sua importância e destino ligado à hospedagem e abrigo dos viajantes do ouro colonial escoado para Lisboa; a segunda fazenda, desde 1770, desmembrada da “Quadra do Itamarati”, sob a alcunha de “Rancho da Farinha”, foi tão somente local eventual de descanso ao longo do Caminho de Inhomirim — um casebre com roda de mandioca à direita do rio Quitandinha, em terras “[...] estéreis e infrutíferas por serem muito resfriadas [...]”.³⁰⁵

³⁰⁴ Apud SCHAEETTE, E. “Os Primeiros Sesmeiros Estabelecidos no Território Petropolitano”. In: *Centenário de Petrópolis*, Trabalhos de Comissão, vol. V, PMP, 1942, pp.191-194.

³⁰⁵ Documento de 1792, nº 799, Arquivo Nacional. Apud RABAÇO, H. J. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985.

Tal como qualquer outra sesmaria, a terra do sesmeiro do vale do Piabanha poderia ser parcelada através de herança ou mesmo venda. Essa possibilidade de retalhamento, como ocorreu em muitas regiões, contribuiu para intensificar o povoamento desse vale, assinalado pelo florescimento de fazendas, sítios e roças.³⁰⁶

Algumas fazendas conformariam o futuro espaço urbano petropolitano do primeiro distrito; outras propiciariam eixos de orientação para a expansão desse território. Destacar-se-iam duas dessas fazendas: a do Padre Correa e a de Córrego Seco; as outras foram as fazendas São Paulo, Quitandinha, Velasco, Morro Queimado, Retiro — São Tomás e São Luiz —, Samambaia, Olaria, Santo Antônio, Arca, Secretário (figura 6 e 7).

A fazenda do Padre Correa foi oriunda da Quadra do rio Morto, sesmaria de Manuel Antunes Goulão, cuja filha única, Brites Maria de Assunção Goulão, casara-se com Manuel Correa da Silva, outro sesmeiro do médio vale do Piabanha. Dessa união nasceu Antônio Tomás de Aquino Correa da Silva Goulão, o mais velho de seis filhos, exatamente, o padre Correa. Do vasto patrimônio do casal Correa-Goulão, partilhado somente em 1802, coube a esse eclesiástico a herdade

³⁰⁶ A transformação da sesmaria em fazenda foi marcada pelo idêntico cariz aristocrático desse velho domínio territorial, pois muitas fazendas surgiram do mesmo padrão legal sesmeiro, i.é, através de carta de doação e com área medida em léguas. A fazenda, sucessora da sesmaria, sendo um segundo tipo de propriedade latifundiária, nomeava terras destinadas inicialmente à criação e, posteriormente, nomeando também qualquer grande propriedade ligada à agricultura. O fazendeiro, proprietário de gado e/ou lavoura, de fato, constituir-se-ia em senhor de grandes domínios — senhor de terras que, por vezes, distanciando-se da produção, passava a auferir renda agrária, desse modo, propiciando uma fragmentação de sua propriedade que geraria a micropropriedade ou minifúndio, consequência histórica desses grandes domínios, usualmente, açambarcadores da fração fecunda e de fácil acesso dessas terras. A micropropriedade, ademais, foi resultado da divisão desintegrada desses grandes territórios esgotados por técnicas agrárias destruidoras do solo. Cf. TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*, ed. Francisco Alves, RJ, 1978. Cf. também GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de Latifúndio*, quinta edição, Paz e Terra, RJ, 1981.

que levava o nome de sua família e que já viria administrando de muitos anos. A sede da fazenda do padre Correa, na confluência do rio Morto e Piabanha, deu origem ao bairro Correias, no segundo distrito de Petrópolis.

A Fazenda dos Correias, desde 1743, beneficiou-se da concessão da “Quadra da Paciência” para o Capitão Francisco Muniz de Albuquerque; essa doação, como foi escrito anteriormente, trouxe um desvio do Caminho de Inhomirim: o itinerário original do “Atalho de Soares de Proença”, a partir de Itamarati, seguiu então pelo lado direito do rio Piabanha, atravessando parte das terras da “Quadra do rio Morto”.

Beneficiando-se desse desvio, porém, pelas mãos de padre Correa essa fazenda fixou o prestígio da mudança de direção do Caminho Mineiro. A importância econômica da fazenda e o seu local favorável no trajeto Rio-Minas transformariam Padre Correa no maior hospedeiro serra-acima: vice-reis, governadores, capitães-generais, ouvidores, regimentos, tropeiros, viajantes estrangeiros, pousaram nas terras desse homem de deus e de grossa fortuna rural. Alcançara tamanha freqüência a fazenda, que a construção de nova residência foi necessária para, exclusivamente, receber seus hóspedes: casa de sala e muitos quartos.

O caso é que, com o Padre Correa, a fazenda atingiu pleno apogeu no primeiro quartel do século XIX. Antônio Tomás de Aquino Correa faleceu em 19 de junho de 1824, com 65 anos. Sua propriedade foi considerada uma das principais fazendas da província. Ao longo de mais de vinte anos manteve comércio com a cidade do Rio de Janeiro estribado em sua pomicultura, produzindo, ademais, milho, arroz e fabricando ferraduras para animais de carga e de montaria.

1.3 – Notícias Caminheiras

O marechal de campo Cunha Mattos, quando brigadeiro, em 1836, publicou o seu relato de viagem da cidade do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão; fazendo pouso em Correias, testemunhou, em abril de 1823 — um ano e dois meses antes da morte do padre Correa —, que no “[...] Valle do Piabanha há uma vasta plantação de marmeleiros e pecegueiros, e outro tanto acontece na grande várzea do rio Morto, pela parte posterior da casa do padre Corrêa.”³⁰⁷

É de se notar que de John Mawe a Alexander Caldcleugh — de 1809 a 1821 —, todos os viajantes estrangeiros que pousaram na fazenda de Padre Correa são unânimes em descrever as terras cultivas e sua afamada produção de ferraduras. Mawe, partindo do Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1809, escreve que a fazenda

“[...] é uma casa e uma capela. O padre tem numerosa escravaria, grande parte ocupada em moldar ferraduras para animais, com ferro fabricado pelo processo sueco [...] alguns pessegueiros estavam em plena florescência. Nosso hospedeiro informou-nos que possuía uma boa plantação a algumas milhas de distância, mas seu principal negócio era venda de milho e de ferraduras”.³⁰⁸

O mineralogista e barão de Eschwege, autor de *“Pluto Brasiliensis, ou a riqueza do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais”*, viajando para a província de Minas Gerais dois anos após Mawe, em 1811, anotou em seu diário:

³⁰⁷ CUNHA MATTOS, R. J. da. “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas-Geraes e Goyaz”, 1836. In: RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Revista do IHGB*, RJ. v. 58, n.2, p. 14.

“[...] plantações não se vêem em parte alguma da estrada senão na fazenda do Padre Correa. Parece ser activo este homem e, gostar da ordem. A bella várzea onde se acha sua casa, em bonita colocação, com muitas dependências, é bem cultivada, sobretudo com fructeiras, taes como cerejeiras, macieiras, videiras, figueiras, etc, fructos bem nordicos que prosperam excelentemente nessa altitude.

“Não raro gêa aqui no tempo de São João; as bananeiras, a cana de assúcar e outras tantas plantas de clima quente cretam-se então”.³⁰⁹

Freireyss, naturalista prussiano que percorreu o interior do Brasil entre 1814 e 1815, em seu relato de viagem fez também anotações sobre a fazenda do padre Correa:

“[...] havia plantações de milho, algodão, marmeleiros, pessegueiros e macieiras. O solo e o clima são muito favoráveis a estas culturas e o padre, que anualmente manda cinco milhões de pêssegos para o Rio de Janeiro, faz com isso um alto negócio; mas nem assim achou ele imitadores. O café e as bananas ali não se dão bem, porque sofrem muito com as geadas do mês de junho.”³¹⁰

O austríaco Johann Emanuel Pohl, em 8 de setembro de 1818, empreendeu também a sua viagem ao interior do Brasil; passando pelas terras de padre Correa, escreveu:

³⁰⁸ MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1978, p. 110.

³⁰⁹ ESCHWEGE, W. L. Von. *Diário de uma Viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*, Imprensa oficial do Estado de SP, 1936, p.7-8.

³¹⁰ FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1982, p. 19.

“O estabelecimento completo apresenta um quadro bastante grandioso. A casa do proprietário, térrea, é contígua à capela doméstica. O pátio, de 300 passos de comprimento e outros tantos de largura, forma um quadrado. [...] Do lado detrás, vê-se o pátio dos escravos, com espaçosas moradas e [...] em frente ao edifício principal, longo edifício térreo para abrigo dos viajantes.

“[...] As próprias plantações são muito bem cultivadas. São regulares e especialmente instaladas para a fruticultura. Milhares de marmeleiros e pessegueiros enfileiram-se, lado a lado, à moda européia [...]. A criação de gado é feita em grande escala, porém mais para o corte do que para o aproveitamento do leite.”³¹¹

Saint-Hilaire, em uma das muitas viagens pelo Brasil, pousou na fazenda do padre Correa; saindo do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1819 alcançou essa fazenda três dias após:

“[...] vêm-se as margens do rio plantadas de marmeleiros sylvestres alinhados rigorosamente [...]. Após os marmelleiros vêm numerosos pecegueiros. [...] á fazenda propriamente, foi construída em um grande espaço que as montanhas deixam entre si, e que é perfeitamente igual e no mesmo nível que a estrada. [...]. O Padre Correa [...] gozava, no Rio de Janeiro, de grande reputação por seus conhecimentos de agricultura [...]”³¹²

Tal como Freireyss e Spix e Martius que notaram a pomicultura do padre Correa “[...] auferindo consideráveis lucros [...]”,³¹³ Saint-Hilaire também observou,

³¹¹ POHL, J. E. *Viagem no Interior do Brasil*, 1ª parte, INL, Ministério da Educação e Saúde, RJ, 1951, p. 182-183.

³¹² SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*, Cia. Editora Nacional, SP, tomo primeiro, 1937, p. 20-21.

³¹³ “Em suas plantações sobretudo amadurecem figos, pêssegos e uvas, e de fato em tal profusão, que o fazendeiro abastece com elas o mercado da capital, auferindo

mas nomeando o eventual valor desses ganhos ao repassar informação que não teria vindo do eclesiástico:

“Na estação que atravessamos, elle enviava — disseram-me — todas as semanas, para porto da Estrella, uma tropa de burros* carregada de pecegos, e dizia-se que se vendiam no valor de 10.000 cruzados.”³¹⁴

O mineralogista e diplomata inglês Alexander Caldcleugh, quiçá, foi o último viajante dessas futuras terras de Petrópolis que fez menção à pomicultura e aos lucros da fazenda do padre Correa:

“Esse gentil-homem [...] tem extensas plantações de pêssegos e uvas e, estando próximas à capital, é fácil remeter para lá sua produção, o que lhe dá consideráveis ganhos.”³¹⁵

O fato é que, com o reverendo Robert Walsh, que visitou o Brasil entre 1828 e 1829,³¹⁶ a fazenda de padre Correa, morto este eclesiástico em 1824, dia após dia deixaria de ser digna de notação. Walsh visitara terras que, nos anos de sua viagem, estavam já em poder da irmã e herdeira do padre Correa, D. Arcângela Joaquina da Silva, sendo, talvez, o primeiro viajante dessas paragens serranas do século XIX a não mencionar a pomicultura notória da fazenda.³¹⁷ George Gardner, superintendente dos Jardins botânicos do Ceilão, em sua visita ao Brasil durante os

consideráveis lucros anuais.” SPIX e MARTIUS. *Viagem ao Brasil nos anos de 1817-1820*, v. I, ed. Itatiaia/Edusp, BH/SP, 1981, p. 100.

* Uma tropa, geralmente, era constituída de dez bestas.

³¹⁴ SAINT-HILAIRE, A., op. cit., p. 21.

³¹⁵ “This gentleman [...] has planted extensive tracks with the peach and the grape; and by his proximity to the city, is enabled to send them thither and make very considerable gains.” CALDECLEUGH, A. *Travels in South América, during the years 1819-20-21; containing Na Account of the present State of Brazil, Buenos Ayres, and Chile*, v. II, John Murray, Albemarle Street, London, 1825, p. 188.

³¹⁶ Cf. WALSH, R. *Notícias do Brasil*, segundo volume, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1985, p. 135.

anos de 1836 e 1841, daria alguma certeza à observação anterior acerca da decadência dessa fazenda, pois mencionando apenas o fabrico de ferraduras nada escreveu, tal como Walsh, sobre as famosas fileiras de pessegueiros e marmeleiros:

“A fazenda do padre Correia [...] consiste em uma casa de morada, uma pequena capela contígua, o rancho e uma venda [...]. Há aqui uma grande fábrica de ferraduras e implementos de ferro usados no interior.”³¹⁸

Nenhuma dessas anteriores narrativas de viagem deram importância à fazenda de Córrego Seco, ou rancho da Farinha, distando sua sede cerca de dois km do alto da serra. Essa fazenda era simples e ocasional parada de descanso em direção às terras de padre Correa. Mawe descreveu Córrego Seco como “[...] pequena aldeia [...] em região acidentada, muito alta, na qual não se encontra meio acre de terreno plano.”³¹⁹ Eschwege, discordando de John Mawe, escreveu que “[...] Córrego Seco é uma propriedade isolada, e não um povoado, como disse Mawe [...]”.³²⁰ Freireyss, não mencionando ou desconhecendo esses dois pontos de vista, anotou apenas que “Um arroio insignificante passa perto [da fazenda de Córrego Seco] e nele os caçadores do lugar costumam matar antas [...]”.³²¹ Spix e Martius chamam Córrego Seco de “[...] pobre povoado [...]”, no qual pernотaram em “[...] miserável venda, que nos deu plena idéia dos incômodos de uma viagem para o interior.”³²² Pohl, abundantemente parcíssimo em sua descrição, anotou que “Esta

³¹⁷ Cf. WALSH, R., *Ibid.*, p. 135.

³¹⁸ GARDNER, G. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 – 1841*, Cia. Editora Nacional, RJ, 1942, p. 433-434.

³¹⁹ MAWE, J., *op. cit.*, p. 110.

³²⁰ ESCHWEGE, W. L. Von., *op. cit.*, p. 7.

³²¹ FREIREYSS, G. W., *op. cit.*, p. 18.

³²² SPIX e MARTIUS., *op. cit.*, p. 100.

localidade consta de um edifício de madeira com um grande alpendre, uma venda e seis cabanas de barro e fica a uma légua e meia de Mandioca.”³²³ Saint-Hilaire uma linha sequer escreveu sobre a fazenda de Córrego Seco, Walsh nem o nome da fazenda citou, e Gardner apenas indicou “[...] uma pequena e miserável aldeia chamada Córrego Seco.”³²⁴

Neste passo seria interessante, como contraponto ao parágrafo anterior, reproduzir parte do testamento datado de 23 de junho de 1823, deixado por Catarina Josefa de Jesus, viúva de Manoel Vieira Affonso, proprietário dessa fazenda de Córrego Seco:

“[...]. Declaro que os bens que há no cazal são a fazenda do rio Secco, na qual moro, sita no Curato de São Jozé do Rio Preto, que consta denove centas e vinte braças Detestada, e defundos meia légoa para cada lado, cazas de telha, ranchoz, e todas as mais bemfeitorias que se acharem [...]”³²⁵

O caso é que, talvez, essa parte do testamento reproduzido traz alguma dúvida às narrativas desses viajantes sobre Córrego Seco, pois informa ele sobre ranchos, casas de telhas e benfeitorias. Pode ser que Córrego Seco fosse, de fato, pouco povoado antes da década de quarenta do século XIX, porém, sendo essa fazenda parte do caminho principal do “Atalho de Soares de Proença”, seria necessário sopesar que algumas outras habitações existiriam nessas terras que geraram o primeiro distrito de Petrópolis, pois alternativas desse Caminho de

³²³ POHL, J. E., op. cit., p. 181. Pohl, como, ademais, outros viajantes que passaram em porto Estrela para Minas Gerais, refere-se à fazenda da Mandioca, distante três léguas dessa zona portuária do rio Inhomirim, no sopé da serra do Mar, em local conhecido hoje como Raiz da Serra. Essa fazenda levava esse nome devido não apenas a plantação de mandioca, mas, sobretudo, pela qualidade desse aipim cultivado pelo proprietário, o cônsul russo, conselheiro Langsdorff.

³²⁴ GARDNER, G., op. cit., p. 434.

Proença existiam pelos vales do Piabanha — variantes que não cruzavam pela sede da Fazenda de Córrego Seco, que, adiante, originaria o núcleo urbano da cidade.

A Estrada da Taquara, por exemplo, foi o eixo que, em 1928, tornar-se-ia a atual rodovia Washington Luiz: alternativa do Caminho de Inhomirim, ela também encontraria, através de Petrópolis, o Caminho de Garcia Rodrigues nas proximidades do rio Paraíba do Sul. Infletindo em direção à vertente oeste do Caminho de Inhomirim, a Estrada da Taquara atingia Petrópolis pelo lado do atual bairro Taquara, alcançando, após, o vale do rio Quitandinha, por onde descia até o local hoje denominado Duas Pontes, aí cruzando com um caminho oriundo do “Atalho de Soares de Proença” no alto da serra, hoje bairro Alto da Serra, e que passava pelas atuais ruas Alfredo Schlick, Euclides da Cunha e Saldanha Marinho. A Estrada da Taquara, nesse ponto de cruzamento hoje denominado Duas Pontes, seguia em busca da picada de Pati do Alferes, através das atuais ruas Gonçalves Dias, Abreu Lima, Capitão Agostini — no Valparaíso — Expedicionários, Bingen, Duarte da Silveira encontrando, por fim, o início daquela picada para Pati do Alferes. É de se supor, ademais, que a partir das Duas Pontes, acompanhando o rio Quitandinha, um pequeno trecho alternativo da Estrada da Taquara, hoje rua Washington Luiz,³²⁶ alcançaria a sede da fazenda Córrego Seco, na atual rua Marechal Deodoro, no atual centro de Petrópolis.

Desde o final do século XVIII, além disso, existia uma ligação entre o porto do Pilar³²⁷ e a Estrada da Taquara; o ponto de ligação situava-se entre as

³²⁵ Primeiro Livro de Óbitos do Curato São Jozé do Rio Preto, freguezia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, 26 de junho de 1823, apud SCHAETTE, E. “Os Primeiros Habitantes do Córrego Seco”, *Trabalhos de Comissão*, v. VI, PMP, 1943, p. 20.

³²⁶ Cerca de 1 km.

³²⁷ Instalado no rio Iguaçu, ponto de partida do Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais.

Fazendas São Paulo³²⁸ e a Fazenda da Taquara; desse modo, a Estrada da Taquara apontava aos viajantes a alternativa do porto do Pilar ou da Estrela, dependendo da vantagem e/ou do estado dos caminhos, servindo ainda essa estrada às prováveis fazendas que se iam localizando no percurso.

Pela Estrada da Taquara, portanto, muito tropeiro viajaria; talvez fosse possível inferir, então, a existência obrigatória de eventuais pousos e habitações em seu trajeto; itinerário que não tocava a sede ou o caminho principal que seguia o vale do Córrego Seco, mas cruzava outras áreas do futuro primeiro distrito de Petrópolis.

Em todo caso, menos ou mais povoado, o fato é que parecia estar em formação nessa serrania um processo de constituição de cidade ligado às vias de penetração não se afastando, pois, da tradição brasileira na formação de vilas e cidades advinda da parada de estrada — vinculada ao pouso, ao pedágio ou a parada de registro de fiscalização pela autoridade colonial;³²⁹ processo de formação de um curato, freguesia, vila ou mesmo cidade, diria, nucleado — aqui — na fazenda de Padre Correa.

Precisamente — a despeito da operosidade do fazendeiro Correa ter sido, aparentemente, perdida pelos seus herdeiros —, a compra de Córrego Seco pelo Império rompeu, nessa serrania, com a tradicional constituição de cidades brasileiras.

Se, nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX, foram anotados o verdor cultivado da Fazenda de padre Correa e assinalados o rancho miserável e

³²⁸ A sede da Fazenda São Paulo é hoje o Museu e Parque Histórico Nacional Duque de Caxias, por ali ter nascido Luis Alves de Lima e Silva. A sede dessa fazenda dista cerca de dois quilômetros da antiga Fazenda da Taquara e ambas situavam-se à margem da estrada desse nome e que fazia o limite entre elas.

pouco povoado de Córrego Seco pelos viajantes, na década de quarenta desse mesmo século, com Francis Castelnau, é possível enxergar a decadência anunciada — desde 1828, por Walsh — da fazenda de Correias e o crescimento progressivo de Córrego Seco, adquirido pelo Império em 6 de fevereiro de 1830, por Pedro I. O conde de Castelnau nem ao menos mencionou o nome “fazenda de padre Correa”, mas falou do pouso de Samambaia, distante cerca de 5 Km da outrora sede da fazenda dos Correias, e deu notícias do administrador da fazenda de Córrego Seco, major Koeler, que o informava da resolução do imperador Pedro II, resolvendo fazer obras na antiga sede dessa fazenda de Córrego Seco: “A 17, pela manhã, tivemos pois de deixar, não sem saudades, um asilo que nos haviam oferecido para passar toda a estação [...]”³²⁹ Castelnau fora convidado a partir porque “[...] um personagem da corte nela devia se instalar.”³³¹

Em 17 de outubro de 1843 já estava assinado o decreto imperial — número 155, de 16 de março de 1843 — que fundava povoação e palácio em Petrópolis.

³²⁹ Cf. DEFFONTAINES, P. “Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades”, *Boletim Geográfico*, n. II, nº 14 -15, IBGE, junho de 1944.

³³⁰ CASTELNAU, F. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul, 1843-1846*, Cia Editora Nacional, tomo I, SP, p. 103.

³³¹ Op. Cit. P. 103.

CAPÍTULO 2 — A Viagem do Ócio e o Percurso das Férias

Neste passo seria pertinente indicar as diferenças entre turismo e vilegiatura, acentuando o fato desta antiqüíssima prática de deslocamento sazonal guardar distância em gênero do turismo. Trata-se aqui de se aproximar de um conceito de vilegiatura que propicie melhor fundamento e compreensão para o papel que cumpriu esta mesma vilegiatura no ordenamento do espaço urbano de Petrópolis.

De imediato, seria necessário observar que a viagem — o deslocamento de um ponto a outro relativamente distante — atravessa a história. A viagem foi comercial — e esta se mantém como uma das formas básicas de deslocamento: os fenícios foram os primeiros a romperem com a tradição do comércio terrestre, navegaram por todo o Mediterrâneo, fundando feitorias e estações marítimas de Beirute, Aca, Jaffa, passando pelas ilhas de Malta, Lampeduza, Gozo, Pantelaria até Alcácer do Sal em terras do rio Sado lusitano;³³² os espanhóis viajaram para, violentamente, despojarem a América do Sul e Central; a Liga Hanseática fundara em toda a Europa norte e oriental escritórios e, sob influxo do Capitalismo comercial, cidades como Leipzig e Hannover tornaram-se lugares de referência para os caixeiros viajantes do mundo; até os índios ribeirinhos da bacia amazônica do século XVI dão evidências da viagem de longa distância comercial, ou de troca, interrompida pela chegada do europeu;³³³ os próprios gaúchos carregam no nome a

³³²Cf. CAMINHA, João Carlos. *História Marítima*, Biblioteca do Exército, RJ, 1980, pp. 13-17.

³³³Cf. CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*, Escritta editorial / Embajada de España, bilíngüe, SP, 1992. Cf. também PORRO, Antônio. *As Crônicas do Rio Amazonas, notas*

sua origem errante: gaudério, tipo social afeito à montaria, viajante fronteiriço, até o século XIX, à procura do gado alçado e dos ganhos de contrabando nas duas áreas platinas e no antigo Continente de São Pedro do Rio Grande.

É de se notar ademais que, toda a vida, os exércitos viajaram: o Grande Exército napoleônico da Campanha de 1812 atravessou o rio Niemen — fronteira dos antigos Grão-Ducado de Varsóvia e da Prússia Oriental com a Rússia — a caminho de Moscou com 420.000 homens, deslocando-se, entre a marcha ofensiva e a fuga por quase dois mil quilômetros;³³⁴ a Coluna Prestes viajou cerca de 25.000 quilômetros pelo interior do Brasil, de São Borja até o seu exílio em Santa Cruz, na Bolívia; os Farroupilhas deslocaram-se pelos campos do sul rio-grandense, guerreando o Exército Imperial.

A viagem educativa, igualmente, tem a sua história: a jovem nobreza romana viajou para a Grécia em busca do conhecimento; Goethe foi para o Sul, desejando apreender o acervo cultural da Itália.³³⁵ Deslocou-se o Romantismo procurando compreender a sua própria história e o seu mundo: Heinrich Von Kleist, por exemplo, “[...] foge para a França, depois para a Itália. Encanta-se com a Suíça [...]”,³³⁶ movimentara-se pela Europa à procura da viagem que abriria a porta de retorno ao paraíso.

O que os parágrafos anteriores procuram deixar evidente é que a viagem guarda específico sentido de movimento, de marcha ou de caráter móvel do qual se apropriaram o comércio, a educação, a guerra...a vilegiatura.³³⁷ Diga-se como

etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia, Vozes, Petrópolis, 1993.

³³⁴Cf. CLAUSEWITZ, Carl Von. *A Campanha de 1812 na Rússia*, Martins Fontes, RJ, 1994. Cf. também: TOLSTOI, Leão. *Guerra e Paz*, ed. Nova Aguilar, RJ, 1993.

³³⁵Cf. GOETHE, J.W. *Viagem à Itália, 1786-1788*, Cia. das Letras, SP, 1999.

³³⁶BORNHEIM, Gerd A. “Kleist e a Condição Romântica”, in *O Sentido e a Máscara*, ed. Perspectiva, SP, 1975.

³³⁷Espaço/tempo de recreio, de cura, de ócio, passado no campo distante da cidade.

passo importante: tomaram como sua a viagem sem transformá-la em um fim voltado para ela mesma. Sob esse aspecto, afastam-se a viagem comercial, religiosa, educacional, o deslocamento bélico... e a própria vilegiatura do turismo, pois este não é uma simples modernização³³⁸ — por exemplo — da velha *villeggiatura*,³³⁹ já que a viagem turística porta cariz despregado de conteúdo exterior. Esta é a raiz. Sendo, a propósito, contra-senso, antinomia ou paradoxo aceitar a existência do “turismo de negócio”, uma vez que o fortuito uso turístico em seu interior é secundário e sequer arranha eventuais causas exteriores que motivariam a viagem mercantil,³⁴⁰ portanto, mantendo-se esta e outros deslocamentos distantes do moderno e específico caráter que o turismo trouxe à viagem. Refiro-me ao círculo ampliado da mercadoria, do consumo e da reprodução da capacidade de trabalho gerado pelo Capital, transformando a viagem em fim ensimesmado,³⁴¹ voltada, como mercadoria — repetindo —, para dentro de si mesma.

Não é à-toa, além disso, que a primeira agência de viagens nasce inglesa e no século XIX, 1845. Variante do antigo vocábulo *tour*, a palavra turismo nasceria na Inglaterra em 1811.³⁴² Não é também detalhe informar que a agência Cook

³³⁸Lucrécia D'Aléssio Ferrara, aliás, guardaria outra compreensão. Diferentemente desta minha perspectiva, Ferrara escreve: “A essa altura, o turismo atual já é uma versão contemporânea da antiga *villeggiatura*.” Poder-se-ia dizer que no interior do artigo de Lucrécia Ferrara a diferença turismo-vilegiatura está em graus, enquanto neste trabalho, em gênero. [NdA]. Cf. FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. “O Turismo dos Deslocamentos Virtuais”. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.). *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*, Hucitec, SP, 1996, p.20.

³³⁹Etimologia italiana, *villeggiatura*, nesta forma, já se encontrava antes de 1729. Em português, *villeggiatura*, nesta forma, entrou em 1899. Cf. HOUAISS, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*, ed. Objetiva, RJ, 2001.

³⁴⁰A habitual lembrança de utilização de espaços turísticos pela viagem comercial como prova da existência do turismo de negócio, não toca o substantivo do turismo e nem o da viagem. [NdA].

³⁴¹Cf. HESSE, Reinhard. *Viajar como Fuga para a Afirmação: Aspectos do Turismo em Massa nas Sociedades Altamente Industrializadas*, mimeo., s/d.

³⁴²Cf. HOUAISS. Op. cit.

apenas pode organizar deslocamentos turísticos para a burguesia britânica, uma vez que somente após a Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores dos países altamente industrializados foram incorporados, como sócios menores, aos benefícios do aumento da produtividade do trabalho, dentre esses, a redução da jornada de trabalho gerando maior tempo livre.³⁴³ O turismo, então, não frustrou a sua origem, realizando-se — verdadeiramente — como mercadoria deambulatória,³⁴⁴ quase ia dizendo, turismo de massa produzindo lugares sem

³⁴³É de se perguntar, utilizando-se novamente de uma citação de Ricardo Musse, referida na Parte I Capítulo 1, se o desmonte do ordenamento Keynesiano levado a cabo pela financeirização da economia, gerando hoje, entre muitas consequências, “[...] a passagem de uma sociedade de pleno emprego e de ampliação do tempo livre para uma sociedade em que prevalece a ameaça constante de desemprego [...] e a redução efetiva do tempo livre [...]”, não emparedaria o viés populacional do turismo que, então, direcionar-se-ia cada vez mais para a produção do espaço como raridade, cujo exemplo seria o *resort*. Cf. MUSSE, Ricardo. “Fenomenologia da Reificação: Adorno e o Lazer”. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). *Lazer e Ciências sociais, diálogos pertinentes*, Chronos, SP. 2002, p.179.

Sendo pertinente essa citação de Musse, é de se notar ademais que a origem propriamente da expropriação do tempo livre estaria vinculada à produção capitalista; sob esse viés, a redução do tempo livre ligada à economia financeirizada seria um capítulo no interior da história da expropriação do ócio empreendida pelo Capitalismo. O ócio antigo e medieval não estava separado do processo de produção pré-capitalista. Embora fosse a aristocracia ou a nobreza quem usufruía integralmente do tempo livre, a atividade produtiva ou remunerada pré-capitalista não estava separada do ócio; ao inverso, amalgamada à essa atividade vivia o ócio. Se bem que existindo este processo pré-capitalista com níveis acanhados de força produtiva, gerando muitas vezes graves crises de oferta de alimentos, o caso era que esse processo produtivo não guardava um fim em si mesmo; “[...] o objetivo [dessa] produção, mesmo com meios modestos [...], [era] prazer e ócio.” (KURZ), guardando portanto proximidade com o tempo e o ritmo da vida humana. Se, por exemplo, o tempo de trabalho formalmente durava longas horas, esse período não era cerrado de constrangimentos como o tempo produtivo no Capitalismo, pois essas longas horas de jornada estavam imersas de grandes paradas, por exemplo, para refeições e descanso, muitas vezes, comunitários. Dessa forma, o tempo produtivo pré-capitalista, sendo menos intenso, sem pressa, por conseguinte, menos concentrado, portava em suas entranhas um tempo de ócio bem mais alargado, inteiro e generoso — tempo de ócio que é necessário distinguir do tempo livre do Capitalismo, visto que este é o tempo de restauração da força de trabalho e o tempo instrumental para o consumo de mercadorias, no caso, mercadorias turísticas. Sobre este ponto, ver: KURZ, R. *A Expropriação do Tempo*, <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz29.htm>, 27/11/2006, 13:26.

³⁴⁴Diga-se de passagem, que o turismo expulsou uma dimensão do humano ao excluir o gênero que umbilicalmente viveu com a viagem — o épico, o deslocamento como travessia — cuja presença deram testemunhos a *Odisséia*, *Os Lusíadas* e *Martín Fierro*. Transformando a viagem em mercadoria contribuiu o turismo para a expansão do gênero burguês: o drama, misto de tragédia e comédia. Tragédia pela escravidão ao dinheiro e comédia pela imitação de homens menores. A viagem, assim, foi extorquida daquela feição genuína que dava ao homem a ventura de colocar-se à prova diante do mundo.

espessura espacial,³⁴⁵ valendo apenas o seu importante papel de devolução da força ao trabalhador.³⁴⁶

O turismo, portanto, não é mera atualização da vilegiatura. Denominar de turismo o deslocamento anterior à constituição desse nome é incorreto, pois além de não existir como linguagem ou pensamento até o século XIX, o turismo, com foi dito, é prática social acoplada à produção de mercadoria, designando a conversão da viagem a um fim em si. Sob esse último aspecto, aliás, poder-se-ia escrever que à expressão “turismo de massa”, está intrínseco um pleonasmo. O turismo é de massa ou significa outra coisa; pois é de massa não apenas devido às multidões de indivíduos que envolve, mas porque existe como “produção em massa” de espaço-mercadoria. Cada dia mais, porém, a apropriação privada do espaço limita o direito ao uso.³⁴⁷ Etribado na circulação de mercadorias realizada pelo capital, o turismo é o alargamento do consumo de espaço que pretende a ampliação de acumulação do capital, aliás, sendo irrelevante o ecoturismo como eventual exemplo de reação a esse estado de coisas, pois aparecendo o seu espaço de uso como simples beleza ou importância natural, de fato, seu valor resulta das relações sociais inerentes ao espaço-mercadoria.³⁴⁸

³⁴⁵ Refiro-me a um espaço que não possibilita definição a partir de suas relações, história e identidade, isto é, o não-lugar. Cf. AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*, ed. Papyrus, SP, 1994. Cf. também CARLOS, A. F. A. “O Turismo e a Produção do Não-Lugar”. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e cultura*, Hucitec, SP, 1996, pp. 25-37.

³⁴⁶ Em *Ludwig II, réquiem para um rei virgem*, Syberberg, o diretor desse filme alemão de 1972, visualiza a “comemoração” dos turistas, que não apreendem o castelo e o rei agônico, símbolo da queda da aristocracia alemã, porque viajam engendrando a confirmação de seu mundo.

³⁴⁷ Cf. CARLOS, Ana Fani A. “Novas Contradições do Espaço”. In: SEABRA, Odette C. de Lima (org.). *O Espaço no fim de Século, a nova raridade*, Contexto, SP, 2001, pp. 62-80.

³⁴⁸ O ecoturismo “[...] Carrega em si a própria contradição. De um lado, deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial. Por outro, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados.” SANTANA, Paola Verri. “A Mercadoria Verde: a Natureza”. In: SEABRA, Odette C. de Lima (org.), op. cit., p. 178.

Escritos “liberais”³⁴⁹ enxergariam paradoxos entre o turismo que degrada e o ecoturismo que preserva, porém, é também intrínseco à prática ecoturística o domínio da natureza pela racionalidade técnica ou funcional, “[...] domínio que vai até a destruição do natural, ao mesmo tempo mentalmente, socialmente, fisicamente.”³⁵⁰ Conseqüentemente, o pretense esforço de aproximação e compreensão da natureza pelo ecoturismo limita-se a enxergá-la como acontecimento episódico — um fato diverso e sem valor inerente —, incapaz de conciliar o homem e a natureza.³⁵¹

Conquanto o turismo possua contraparentesco com a vilegiatura naquilo que conserva de temporada de deslocamento e recreio, a própria origem do vocábulo vilegiatura, derivado de *villa* — a casa italiana de campo ou mesmo sinônimo de povoação —, já noticia a diferença. Foi a renascença italiana que recuperou o conceito romano de *villa* como *villa* de recreio ou de ócio, por exemplo: *Villa Medici*, *Villa d'Este*. Não se encontra, em latim, o preciso vocábulo *vilegiatura* ou alguma forma próxima que tivesse gerado em português, francês ou italiano essa palavra. Encontra-se *villa* significando casa ou povoamento, pois *rusticatio* — designando estada ou permanência no campo, vida de campo ou morada no campo durante a estação calmosa — é a forma latina equivalente a *vilegiatura* (Port.),

³⁴⁹ Refiro-me à visão que aceitaria o turismo sem crítica radical, questionando apenas relativamente o arranjo turístico-espacial, acreditando ser possível o planejamento ou a orientação dessa prática de deslocamento de recreio para a realização de espaços com espessura social. Menos conceitual e mais empírica, essa ótica quereria afirmar a especificidade de cada caso turístico-espacial, desse modo, buscando afastar a “crítica essencial” de alguns e o “otimismo vazio” de outros. Por exemplo, HALL, C. Michael. “Política e planejamento Turístico: o Imperativo sustentável”, in *Planejamento turístico, políticas, processos e planejamentos*, Contexto, pp.17-35.

³⁵⁰ LEFEBVRE, H. “O Espaço e o Estado”, in *A Respeito do Estado*, T.V, Labor-USP, mimeo., SP, s/d, p.8.

³⁵¹ Cf. HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*, editorial Labor do Brasil, RJ, 1976.

villégiature (Fr.), *villeggiatura* (It.).³⁵² A forma latina *rusticatio* seria o testemunho filológico da existência, em Roma, de villas para temporada de recreio passada nos campos. Portanto, foi provavelmente no Renascimento que surgiu a forma vilegiatura. Conseqüente à recuperação do mundo greco-romano, dir-se-ia que o homem renascentista fez nascer o termo que fora mesmo um filológico instrumento ou neologismo de aproximação e diálogo com a antiga *villa* de *otium* romana.

De origem aristocrática, portanto despregada do caráter burguês do turismo, a vilegiatura, porém, atualmente permanece diminuída na construção da segunda casa da burguesia e de parte da classe média em áreas próximas, ou nem tanto,³⁵³ às grandes cidades. Ela hoje ainda existe, claro, mitigada de seu sentido original e amalgamada com o próprio turismo: de fato, incluída a vilegiatura no interior da economia dos espaços turísticos,³⁵⁴ a construção da segunda residência, doravante, unir-se-ia à especulação turística imobiliária; derivada em linha reta da *villa* de ócio dos antigos romanos, a vilegiatura foi diminuída de seu senso de

³⁵² Cf. FORCELLINI, Aegidio et alii. *Lexicon Totius Latinitatis*, tomo IV, Typis Seminarii, Patavii, MCMXXX. Cf. também CALONGHI, Ferruccio. *Dizionario Latino-Italiano*, Rosenberg & Sellier, 3ª ed., vol. I, Torino, 1969. Cf. igualmente TORRINHA, Francisco. *Dicionário Português-Latino*, Editorial Domingos Barreira, 2ª ed, Porto, s/d. Cf. BADELLINO, Oreste. *Dizionario Italiano-Latino*, Rosenber & Sellier, Torino, 1966.

³⁵³ Nem tanto, certamente, devido ao aumento da velocidade nos transportes propiciado pelo petróleo e sua tecnologia.

³⁵⁴ Cf. SANCHEZ, Joan Eugeni. "La Dinamica Territorializadora de una Actividad Productiva", in *Espacio, Economia y Sociedad*, Siglo Vientiuno de España editores, Madrid, 1991. pp.216-248. Lê-se nas páginas 217-218 que falar de turismo como a utilização temporal de um espaço ligado às coisas do ócio e diverso do espaço habitual de trabalho, tem como resultado dois tipos de relação com o espaço: "En primer lugar, y en sentido más estricto, se da un turismo que no establece vínculos territoriales permanentes con el espacio de ocio al que se dirige. En segundo lugar, encontramos un turismo permanente en el uso del mismo espacio, lo cual habra dado lugar a alguna forma de vínculo territorial psicosociológico, generándose lo que se ha denominado como residencia secundaria." Embora acertadamente escrevendo acerca dessas duas relações turístico-espaciais, não há interesse de Sanchez pela origem do segundo tipo desta relação, anterior ao próprio turismo, justamente, a construção da segunda residência como espaço do ócio antigo, absorvido pelo turismo como área de indolência e restauração da força de trabalho.

origem. O *otium* não teria sido o lugar da calaçaria — para a elite romana, a *villa*³⁵⁵ era o local do *otium* vivido como territorialidade propiciadora do exercício da inteligência³⁵⁶ e, eventualmente, preparadora de alguma ação futura.³⁵⁷ Seria interessante acrescentar que o vocábulo latino *otium* ou *otius*, significando cessação do trabalho, repouso ou quietação está ligado à palavra grega *skholé*, designando este tempo livre, lazer, descanso, mas também estudo, lugar de estudo, escola, ocupação voluntária de um homem com ócio, livre do trabalho servil. *Skholé* está na origem do latim *schola* que, além de significar divertimento, recreio, colégio, aula, é o vocábulo que gerou, em língua portuguesa, a palavra escola. Por ação futura, ademais, devemos entender sobretudo ação política; no mundo antigo a atividade política ocupava enormemente o tempo do cidadão. Sob esse ângulo, é concernente esta citação de Hannah Arendt:

“A palavra grega *skolé*, como a latina *otium*, significa basicamente isenção de atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também usadas para indicar isenção do labor e das necessidades da vida. De qualquer modo, indicam sempre uma condição de isenção de preocupações e cuidados.”³⁵⁸

³⁵⁵ Por exemplo: Quinto Horácio Flaco, autor da *Arte Poética*, vivendo entre 65 a.C e 8 a.C, livre dos constrangimentos financeiros a partir de 38 a.C., pode ser proprietário de uma quinta na região Sabina ou país Sabino, na geografia antiga, situado na Itália, entre o Lácio e a Úmbria, no qual, sazonalmente, encontrava a tranquilidade e a simplicidade do campo, distante da movimentada Roma. [NdA]. Cf. também DURANT, Will. *História da Civilização*, 3ª parte, tomo 1º, Cia Editora Nacional, SP, 1946. Notícia Will Durant que Tibério manteve residência na ilha de Capri, Domiciano em Alba Longa, Adriano construíra em Tibur. E, desnecessário dizer, Plínio o moço — amigo de Trajano — fez, em carta, descrição de sua *villa* em *Laurentum*, à beira-mar, na costa do Lacio.

³⁵⁶ Cf. também HOUAISS, A., op. cit.

³⁵⁷ Cf. CORBAIN, Alain. *O Território do Vazio*, Cia. das Letras, SP, 1989, p. 267.

³⁵⁸ ARENDT, H. *A Condição Humana*, Forense-Universitária, 2ª ed., RJ, 1983, p. 23.

Depreende-se daí que a vilegiatura esteve ligada ao território do estudo, sendo subsumida — pelo turismo — apenas na sua dimensão imobiliária ligada à segunda residência, distante, ademais, do “turismo sem território”, um dos tipos de relação entre território e turismo de Knafo.³⁵⁹ De resto, o território da vilegiatura, isto é, a *villa* do ócio, parece se aproximar bem mais desta “...atividade humana que é um importante meio de desabrochamento do indivíduo...”³⁶⁰ do que o próprio turismo, cuja defesa essa citação de Remy Knafo representa; pois sem esquecer que era o aristocrata quem na *villa* se desapertava, são as férias, melhor, é o turismo que realiza a indolência, a ausência de estudo e o vazio.

Talvez não pudesse ser de outra forma, uma vez que a sociedade moderna é de trabalhadores, “[...]...uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar a liberdade.”³⁶¹ Conquistar a liberdade, esclareça-se, das prisões do trabalho.

Claro que despregar a classe trabalhadora de seu lugar diuturno de trabalho e habitação, como nota Daniel Hiernaux Nicolas,³⁶² modificando seus hábitos espaciais, foi um dos êxitos sociais do século XX. O que não diz Daniel

³⁵⁹ Cf. KNAFOU, Remy. “Turismo e Território, por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr A.B. (org.). *Turismo e Geografia, reflexões teóricas e enfoques regionais*, Hucitec, 3ª ed., SP, 2001. pp. 71-73. Knafo sugere três tipos de relações: (a) “territórios sem turismo; (b) turismo sem território; (c) territórios turísticos.” A primeira relação parece também estar próxima da vilegiatura, pois Knafo aceitando a existência de “territórios sem turismo” até o século XVIII, sem escrever, incluiria as antigas *villas* de ócio como exemplos desta primeira relação turismo—território.

³⁶⁰ KNAFOU. Id. Ibid. P.73. A frase completa é: “Se nos lembrarmos que não há turismo sem turistas: se recusarmos as idéias prontas; se recusarmos o domínio exclusivo do mercado sobre esta atividade humana que é importante meio de desabrochamento do indivíduo e se tentarmos colocar um pouco de ordem num fenômeno multiforme, teremos então feito um pouco de progresso”.

³⁶¹ ARENDT, H. *A Condição Humana*, Forense-Universitária, 2ª ed., RJ, 1983, p. 12.

Nicolas, diga-se de passagem, é que esse desfraldar ocorreu sobretudo nos países altamente industrializados, onde o trabalhador — como sócio menor — passou a usufruir do saque colonial. O que Remy Knafo procura recusar³⁶³ e Hiernaux Nicolas não aceita ou não deseja ver, denominando certa crítica ao turismo de “[...] Enfoques más tradicionales... y en particular los marxistas [...]”,³⁶⁴ é que esse eventual meio de revelação do indivíduo (Knafo) e a vitória da questão social (Nicolas) se deram à maneira turística — reprodução da força de trabalho, i.é, mesmo pontualmente, buscando a vaga de liberdade que as férias e a viagem prometeriam, o turista não escapa da realidade: as férias existem para se poder trabalhar; trabalha-se para poder tirar férias e viajar — harmoniosamente de acordo com o capital, que permanentemente se multiplica apenas para continuar capaz de se multiplicar.³⁶⁵

Distante dos lugares do mercado turístico — os não-lugares³⁶⁶ e os símiles de lugares³⁶⁷ — a territorialidade da antiga vilegiatura foi assentada na propriedade, residência, fortuna, quiçá no prestígio e na autoridade.

Formadora de residências campestres ou de beira-mar, a vilegiatura dirigiu-se para o subúrbio — *suburbium* — cujo significado romano diz respeito tanto aos arrabaldes quanto aos bosques vizinhos, aldeias, granjas e *villas*.³⁶⁸ De

³⁶² NICOLAS, Daniel Hiernaux. “Elementos para un Analisis Sociogeografico del Turismo”. In: RODRIQUES, Adyr A. B. (org.), op. cit., p. 41.

³⁶³ Refiro-me a citação no parágrafo anterior de Hannah Arendt.

³⁶⁴ NICOLAS, Daniel Hiernaux, op. cit. p. 41.

³⁶⁵ Cf. HESSE, Reinhard. Op. Cit.

³⁶⁶ Cf. CARLOS, A.F.A. “O Turismo e a Produção do Não-Lugar” In: CRUZ, Rita de Cassia Ariza da (org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*, Hucitec, SP, 1996, pp.25-37.

³⁶⁷ Por exemplo: Óbidos, em Portugal, e Tiradentes, nas Minas Gerais. O vocábulo /símile/, significando semelhante, análogo, quereria colocar uma diferença com o não-lugar, pois não deixando de ser absolutamente um local vivido, por conseguinte, guardaria distância relativa do não-lugar, aqui exemplificado pelos absolutos espaços-mercadorias: *resort*, Disneylândia, transatlânticos, etc.

³⁶⁸ Sobre o subúrbio, ver : *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*. FERNANDES, Nelson Nóbrega., *Rio de Janeiro, 1858-1945*, dissertação de mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, 1996.

fato, a temporada de recreio passada em áreas distantes da cidade, originariamente, deu vida a um território pacificador da alma e propiciador da inteligência — o subúrbio — cuja existência, escreve Lewis Mumford, torna-se “[...] visível quase tão cedo quanto a própria cidade [...]”.³⁶⁹ O conceito de subúrbio industrial-proletário está distante. Mumford noticia referências, na era bíblica, de

“[...] pequenas tendas que eram construídas no meio dos campos e vinhais abertos, talvez para guardar as safras noite e dia, quando estavam prestes a serem colhidas, mas sem dúvida também para refrescar a alma, cansada dos tijolos cozidos e dos maus odores da própria cidade.”³⁷⁰

Em “O Subúrbio — E depois”, Lewis Mumford³⁷¹ constrói um conceito de território suburbano afastado da cidade e próximo do espaço/tempo da paisagem desembaraçada, da residência, da superioridade higiênica, da recreação, de nobres e gentis-homens — da vilegiatura.³⁷² Com efeito, esta foi criadora de subúrbios ou de capitais suburbanas, tais como Versailles, Karlsruhe, Potsdam,³⁷³ Petrópolis;³⁷⁴ cidades-residências da Aristocracia, pois o Antigo Regime não se despreendera absolutamente da antiga vivência da *skolé* grega e do *otium* romano.

³⁶⁹ MUMFORD, Lewis. *A cidade na História, suas origens transformações e perspectivas*, Martins Fontes, 3ª ed., SP, 1991, p. 522.

³⁷⁰ Id. *ibid.* p. 522.

³⁷¹ Cf. MUMFORD, Lewis. “O Subúrbio — E depois”, in *A Cidade na História...*, op. cit., pp. 521-566.

³⁷² Já reproduzida na Introdução deste trabalho, novamente aí está: “[...] a partir do século XV, deu-se maior ênfase à amplidão horizontal: o poder se propagou. Não tendo espaço na cidade, escapava para os subúrbios, como fez Luiz XIV, que, lembrando como tinha sido forçado a abandonar Paris por causa de um levante popular em sua juventude, resolveu refugiar-se em Versalhes: uma capital suburbana.” MUMFORD, L. “O Subúrbio - E depois”, in: *A Cidade na História -, suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, 3ª ed. SP, 1991, p. 410.

³⁷³ Id. *ibid.*, p. 419.

Gerando sentimento de pertença, foi criadora a vilegiatura de espaços vividos realizadores de lugares; menos fluida e mais envolta na aspereza dos meios de transportes disponíveis antes da Revolução Industrial, polarizava a sazonal vilegiatura o deslocamento entre a cidade e o campo, estabelecendo a segunda residência, desenhando formas e criando a existência que as vivifica,³⁷⁵ produzindo o espaço suburbano, muitas vezes, transformado adiante em cidades.

Ao inverso, assegurado pela Revolução Industrial, cujo visceral corolário foi o aumento da velocidade dos transportes estribado no carvão e no petróleo — as bases energéticas e tecnológicas da civilização dos hidrocarbonetos —, o alargamento da produção de mercadoria encontrou no turismo importante viés de realização espacial. Mais móbil e menos tomada pelos azedumes dos meios de transportes que envolviam as viagens antes da Revolução Industrial, desde Thomas Cook,³⁷⁶ pôde o turismo constituir paisagens sem concretude existencial; não absorvendo o antigo *otium* a viagem turística produziu espaços não vividos ou experimentados como mercadorias.

A produção dos espaços turísticos vive distante do antigo sentido da vilegiatura e de suas *villas* ou capitais suburbanas de ócio. Escravizado pelo capital, o antigo caráter do tempo livre, no qual o homem existia para o mundo e a sua cultura, foi exterminado. Com base nas massas, a prática moderna de deslocamento no tempo livre é produtora de espaços de alienação, pois o turismo não herdou o exercício da inteligência libertadora que, embora aristocrática, a vilegiatura propiciara até o fim do Antigo Regime.

³⁷⁴Embora nascida em meados do século XIX, engenhada pelo Império de D.Pedro II, Petrópolis seria também herdeira dessas ressonâncias aristocráticas.

³⁷⁵Cf. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção*, Hucitec, SP, 1996.

³⁷⁶Cf. PIRES, Mário Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil*, ed. Manole, Barueri, 2001. pp.1-25.

O turismo, então, pode ser avistado como uma das engrenagens da Indústria Cultural — ou braço espacial dessa Indústria. Doravante, o velho traço distintivo do tempo livre não mais será vivido em vilegiatura, uma vez que a temporada e lugar isentos de preocupações e cuidados se transmutaram na parte que restou entre o trabalho e o cansaço: a distração. Diga-se a propósito que a diversão, sendo necessária à manutenção da vida como o trabalho e o sono, é alimento para ser digerido como o pão, i. é, como elemento fundamental de salvaguarda e restauração da vida biológica. Sem o circo e o pão a vida não se realizaria. Espaços turísticos exemplares como Disneylândia, transatlânticos, *Epcot Center*, *resorts* e outros mais, estariam ligados ao divertimento reprodutor da capacidade de trabalho no interior do capital. Espaços-mercadorias assim constituídos são conseqüências da sociedade de massas que, necessitando de diversão, consumiria o espaço como mercadoria biológica. O problema é que, como mercadoria de salvaguarda, continuamente o divertimento exigiria novos produtos. Nesta condição a Indústria Cultural, conseqüente à economia e à sociedade de massa, avança de forma jamais avistada sobre os objetos do mundo, a cultura, emparedando e destruindo o belo — instrumento de resistência à alienação — para realizar diversão, precisamente, mercadoria.³⁷⁷ A Indústria Cultural, em benefício da distração, apodera-se então da cultura — aqui compreendida como instrumento de leitura do real, que, eventualmente, anuncia outros espaços ou novos mundos.

Pela ótica da Indústria Cultural, o turismo neste passo também avançaria o seu arranjo espacial de distração — cujos exemplos foram citados no parágrafo anterior — sobre regiões naturais, áreas ou cidades inteiras que, de agora em

³⁷⁷ Cf. ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*, Perspectiva, 2ª ed., SP, 1972.

diante, seriam experimentadas como espaços de divertimento, tal como o barroco tiradentino³⁷⁸ e os processos de enobrecimento das zonas centrais urbanas transformados em cenografias de entretenimento; ou o ecoturismo impedindo a natureza de manifestar “[...] os seus sofrimentos, ou, pode-se dizer, chamar a realidade pelo seu nome legítimo”.³⁷⁹

Aceitando-se como infactível o afastamento do espaço-mercadoria da prática turística, queda o deslocamento das massas à procura de recreio em viagem da força de trabalho no interior do capital.³⁸⁰ O turista, justamente porque saído de uma sociedade moderna de trabalhadores,³⁸¹ não conhece e nem quer enxergar o seu desamparo: a viagem de férias que não leva à inovação e ao autoconhecimento. Bem distante, pois, da vilegiatura que constituiu espaços sazonais de fixação do *otium*.

³⁷⁸ Cidade de Tiradentes, Região das Vertentes, MG.

³⁷⁹ HORKHEIMER, M., op. cit. p.112. Dir-se-ia, como complemento, todas estas regiões naturais, áreas ou cidades inteiras transformadas em símiles de lugares.

³⁸⁰ Como notável membro espacial da Indústria Cultural, aliás, o turismo nublaría incerta réstia de luz ou esperança de outro deslocamento que, caso asseverada, viveria liberta das paisagens e estruturas turísticas, existindo, talvez, na residência isolada, ou mesmo na viagem solitária e educativa.

³⁸¹ Refiro-me a esta já mencionada citação: “[...]...uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar a liberdade.” ARENDT, H. *A Condição Humana*, Forense-Universitária, 2ª ed., RJ, 1983, p.12.

CAPÍTULO 3 — A Determinação da Propriedade

Em 16 de março de 1843, estribado no projeto de arrendamento das terras da serrana Fazenda Imperial para o Major de engenheiros de origem alemã, Júlio Frederico Koeler, foi assinado pelo imperador Pedro II o decreto imperial que, no Livro da Mordomia, tomou o número 155, visando a fundação de povoado e a construção de residência imperial na futura Petrópolis, exatamente, na antiga fazenda do Córrego Seco que treze anos antes fora — escritura datada de 6 de fevereiro de 1830 — adquirida pelo pai de Pedro de Alcântara, o então imperador Pedro I. A fazenda perderia a original nomenclatura de Córrego Seco e a posterior denominação, dada por Pedro I, de Fazenda da Concórdia, passando-se a chamar de Fazenda Imperial.³⁸²

Nascida pela direta mão do Império, nas futuras terras do primeiro distrito, Petrópolis teve a sua localização fixada a montante do rio Piabanha devido à aquisição da Fazenda do Córrego Seco. A proposta de compra de Pedro I, inicialmente, tinha sido para a fazenda do padre Correa, no atual segundo distrito, mas dona Arcângela Joaquina da Silva, herdeira e irmã do sacerdote-fazendeiro,

³⁸² Em 1834, com a morte de Pedro I, coube à Fazenda da Concórdia a Pedro II. O caso é que, inventário aberto, Pedro I deixara dívidas avultadas que afetaram, inclusive, essa fazenda, pois dada em penhor a credores. Por iniciativa de Honório Hermeto Carneiro Leão — a partir de 1854, Marquês de Paraná —, uma Assembléia Geral foi convocada para impedir que a propriedade do Córrego Seco caísse em mãos dos credores estrangeiros. Dessa Assembléia saiu a Lei de 26 de maio de 1840, autorizando o Governo a destinar 14 contos de réis para o acerto judicial, desse modo, liberando a Fazenda da Concórdia que, formalmente, foi então doada como presente da nação ao menino imperador, Pedro II, no instante de sua maioridade. Quando, em 1843, o Império projetou a construção do palácio imperial serrano e a formação de um povoado, além do parcelamento do solo dessa fazenda, Paraná recebeu o primeiro prazo de terras, doado por Pedro II. Paraná foi o primeiro foreiro ou o segundo proprietário de terras de Petrópolis. Seu lote estava localizado na antiga rua Honório, hoje Paulo Barbosa. Cf. RABAÇO, H. J. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985.

negou-se à venda. Somente as terras de Córrego Seco, de José Vieira Afonso, Sargento-Mor desde 1822, estavam à venda. Dir-se-ia, então, que o Império fez nascer Petrópolis no solo que o território colonial permitiu, pois desde 1762 não mais existiam terras devolutas nessa serrania que, adiante, geraria o município de Petrópolis. Seria mesmo oportuno mencionar Moraes:

“A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços”.³⁸³

Essa determinação da propriedade oriunda da apropriação colonial desse espaço serrano e brasileiro, em seguida, contribuiria para o fracasso da colônia agrícola imaginada para Petrópolis, pois localizada em terra sem uso ou de pouco valor para a agricultura; solo sobre rochas pouco decompostas, de relevo acidentado, escarpado, propenso à erosão, facilmente levado pelas enxurradas;³⁸⁴

³⁸³ MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, 2ª edição, Annablume, SP, p.54.

³⁸⁴ Sob esse ângulo, é interessante ler a proposta de compra da fazenda do Córrego Seco — feita por José Vieira Afonso — na ocasião do processo de abertura e execução das determinações do testamento de Catarina Josefa de Jesús, viúva de Manoel Vieira Afonso, que, desde 1770, fora o antigo proprietário de Córrego Seco de Serra Acima. Catarina Josefa de Jesús fizera seu testamento em 26 de junho de 1823, falecendo dois anos após, em 25 de junho de 1825; por sua determinação, o testamento foi somente aberto e executado em 1827, no prazo de dois anos depois de sua morte. A oferta de José Vieira Afonso, ele mesmo o primeiro testamenteiro e inventariante, além de ser um dos filhos de Catarina e Manoel Vieira Afonso, foi aceita, aliás, por todos os outros herdeiros. Eis aqui a proposta: “A 3 de dezembro de 1827 o inventariante declara que as terras do córrego Seco são frias e inferiores, não frutificam e nem servem para cultura, não convém serem divididas por tão grande número de herdeiros [...] devem ser lançadas a um dos herdeiros e repor os outros o excesso se houve e ele, José Vieira Afonso, oferece 200\$000 rs. sobre o todo das terras do Córrego Seco.” (p.29). Arquivo Nacional, *apud* SCHAETTE, E. “Os Primeiros

solo considerado inadequado, especialmente, quando observamos o seu parcelamento em prazos ou lotes diminutos para a rentabilidade agrícola dos migrantes alemães.³⁸⁵

O caso é que, para além da linha de demarcação da fazenda Imperial, Petrópolis se encontrava ilhada pelo mar de escravidão fluminense e brasileiro, cujas plantações valorizavam um solo agrário inexpugnável ao migrante alemão dessa serra. Petrópolis jamais foi centro de colonização, tal como foram algumas regiões ao sul do país no século XIX; sua determinação política guardava outro cariz, a despeito de ser um dos planos do arrendatário e primeiro superintendente da Fazenda Imperial, Júlio Koeler, a formação de uma colônia alemã fornecedora de produtos agrícolas para o mercado do Rio de Janeiro,³⁸⁶ quiçá, inspirado no sucesso produtivo e econômico — primeiro quartel do século XIX — da escravocrata fazenda do padre Correa,³⁸⁷ no atual segundo distrito.

É o Conde Gabriel Auguste Van der Straten-Ponthez, representante da Bélgica junto ao Império brasileiro, que bem exprimiu o sentido absolutamente urbano e político do projeto Imperial para essa seção da serra do Mar:

Habitantes do Córrego Seco”, *Comissão do Centenário*, vol.VI, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 11-39.

³⁸⁵ Dezenove anos após a proposta de José Vieira Afonso, primavera de 1846, a viajante austríaca Ida Pfeiffer visita Petrópolis, deixando grafada a medida do parcelamento desse solo serrano: “La colonie de Pétrópolis est située au milieu d’une forêt vierge, à huit cent trent-trois mètres au-dessus de la mer. Il n’y avait guère alors plus de quatorze mois qu’elle avait été fondée. [...] Les agriculteurs n’y avaient guère que des concessions de deux à trois arpents. Quelle misère ne faut-il pas que ces braves gens aient souffert dans leurs patrie pour qu’ils soient venus chercher de pareilles propriétés jusque dans un autre hémisphère!” PFEIFFER, I. *Voyages Autour du Monde*, Librairie Hachette, 4^a ed., Paris, 1878. p. 25. Ida Pfeiffer visitou o Brasil entre maio e dezembro de 1846. (A colônia de Petrópolis está localizada no meio de uma floresta, a 832m acima do mar. Não havia mais do que 14 meses que ela havia sido fundada. [...] Os agricultores não tinham concessões de mais de 2 ou 3 jeiras.* Que miséria não sofrera esta brava gente em sua pátria para que eles tenham vindo buscar propriedades similares justamente em outro hemisfério!).

* Uma jeira corresponde a 400 braças quadradas ou 0,2 hectare.

³⁸⁶ Sobre este ponto, ver: Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.3 — A Colônia Industrial”.

“É uma cidade fundada de uma só vez nas florestas primitivas. O palácio de verão do soberano e as choupanas dos trabalhadores europeus, as casernas, a igreja, o hospital, as escolas, as pontes, os hotéis, as casas de comércio levantaram-se simultaneamente ao lado das palmeiras e da vegetação, sem nenhuma das transições habituais em obras da civilização”.³⁸⁸

3.1 — O Império Legal do Espaço

A primeira ação de Estado para a criação de Petrópolis foi uma determinação escrita que aprovava o plano do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, para a Fazenda Imperial em Córrego Seco. O decreto imperial de 16 de março de 1843, Livro da Mordomia número 155, urdiu a construção de Petrópolis:

“Tendo aprovado o plano que Me apresentou Paulo Barbosa da Silva do Meu Conselho, Official-mór e Mordomo da minha Imperial Casa, de arrendar Minha Fazenda denominada —Córrego Seco — ao major de engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis annual, reservando um terreno sufficiente para n’elle se edificar um palácio para Mim, com suas dependências e jardins, outro

³⁸⁷ Acerca do padre de grossa fortuna e sua fazenda, ver Parte II, Capítulo 1, segmento: “1.2 — Da Sesmaria à Fazenda Imperial”,

para uma povoação que deverá ser aforada a particulares, e assim como cem braças de um e outro lado da estrada geral, que corta aquella fazenda, o qual deverá também ser aforado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisíveis, pelo preço por que se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça, Hei por bem, autorizar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E outrosim o autorizo a fazer demarcar um terreno para n'elle se edificar um egreja, com a invocação de São Pedro de Alcantara, a qual terá a superfície equivalente a quarenta braças quadradas, no lugar que mais cômodo fôr aos vizinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que proceda aos ajustes e escripturas necessárias n'esta conformidade, com as devidas cautelas e circumstancias de localidade, e outrosim que forneça a minhas expensas os vasos sagrados, e ornamentos para á sobredita egreja, logo que esteja em termos de n'ella se poder celebrar. Paço da Boa-Vista, dezeseis de março de mil oitocentos quarenta e três, vigesimo segundo da Independência e do Império.

Dom Pedro Segundo.

Paulo Barbosa da Silva,

Conforme, Augusto Cândido Xavier de Brito.³⁸⁹

É de se notar que esse documento fortaleceria uma jurídica observação de Francisco de Vasconcellos, que enxergou ali instrumento privado e não um decreto.³⁹⁰ A leitura desse documento reafirmaria essa perspectiva, pois

³⁸⁸ STRATEN-PONTHEZ, G. A. V. der. "Le Budget du Brésil", Lib. D' Amyet, 3º vol., Paris, 1854, Cap. I, v. 3. In: Lacombe, L. L. *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, 1942, v. V, p. 116.

³⁸⁹ Apud RAFFARD, H. "Jubileu de Petrópolis" (pp. 50-51), *Revista do IHGB*, v. 58, nº 2, RJ, 1896, pp. 5-213.

³⁹⁰ O historiador e advogado Francisco de Vasconcellos observou que o documento não deve ser considerado um decreto, pois não passou de instrumento particular no qual o

Mordomo da Casa Imperial alugava, sob claras e específicas condições, a fazenda de Pedro II ao Major Júlio Frederico Koeler; fosse decreto, acrescentou Vasconcellos, teria passado por debates e eventuais emendas no parlamento, seguindo, após a sua aprovação, em busca da Firma de S.M. Pedro II. Cf. VASCONCELLOS, F. “Paulo Barbosa da Silva, que tanto fez pela Fundação de Petrópolis”, *Tribuna de Petrópolis*, 26/11/2000. A despeito dessa observação não afetar em nada o crucial papel que cumpriu o brasileiro Estado Imperial na fundação e ordenamento territorial de Petrópolis, essa advertência de Vasconcellos possibilitaria relevar as razões mezinhas ou os motivos domésticos que auxiliaram na construção de Petrópolis pelo Império. O fato é que a fazenda de Córrego Seco, que outrora estivera empenhada com credores, manteve-se como uma tapera até 1843, usualmente, permanecendo toda ela arrendada em troca de uma anuidade cujo valor pouco deveria representar para a Casa Imperial. Paulo Barbosa foi importante personagem na transformação da fazenda de Córrego Seco em Fazenda Imperial. Paulo Barbosa da Silva, que nascera em Sabará, MG, em 25 de janeiro de 1794, e tornara-se cadete agregado ao Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais no mesmo ano de nascimento de Júlio Koeler; em 1804, ascendendo em 1822, já na Academia Militar, ao posto de Capitão, foi, nesse mesmo ano de 1822, transferido para o Imperial Corpo de Engenheiros; no ano seguinte, 1823, começou a atuar em funções vinculadas à Casa Imperial, sendo então nomeado, em 30 de dezembro de 1833, provisoriamente Mordomo e, em 1840, confirmado no cargo por Pedro II. Como se sabe, no Império brasileiro, o Mordomo era o encarregado da administração dos interesses da Casa Imperial, inclusive em juízo; ao Mordomo caberia, por exemplo, receber do tesouro público as dotações, alimentos e dotes dos reis e príncipes. Paulo Barbosa teria sido administrador sagaz ao aprovar junto ao Imperador esse decreto ou instrumento particular assinado com o Major Koeler. Pedro II, por essa época, estava completando 18 anos. Sob essa perspectiva, o Mordomo Paulo Barbosa assinou contrato com o Major Júlio Frederico Koeler — antigo defensor de colonização alemã na serra da Estrela — objetivando auferir renda para as precárias finanças da Casa Imperial. O Conde Ney, Secretário e Encarregado de Negócios da França no Brasil, nos anos 40 do século XIX, traçando um pequeno perfil de Paulo Barbosa, daria testemunho da manha administrativa desse Mordomo: “L’administration des terres Imperiales fut plus régulière, lès revenus en augmentèrent, et, sous ce rapport, on ne peut qu’applaudir à la manière dont M. Barboza remplissait ses fonctions.” (P. 172). NEY, E. apud RANGEL, Alberto, “Paulo Barbosa”, *No Rolar do Tempo, opiniões e testemunhos respigados no arquivo do Orsay – Paris*, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1937, pp. 172-177. (A administração das terras imperiais ficou mais regular, as rendas aumentaram, e, sob este aspecto, só podemos aplaudir o modo com que o senhor Barbosa desenvolve suas funções). Sagacidade como administrador e político, pois, como lembra Francisco de Vasconcellos, “[...] Era o ovo de Colombo! As terras serranas serviam como nenhuma outra, caindo pois o projeto da colônia/povoação como uma luva nos planos de Paulo Barbosa da Silva, sempre de olho na receita de seu amo e senhor. Na parceria com Júlio Koeler, o Mordomo matou vários coelhos com uma só porretada; fez crescer paulatinamente as rendas imperiais; atendeu a necessidade de mão de obra livre reclamada pela província fluminense na área das obras públicas [...]; ensejou a criação de uma colônia agrícola na serra acima; provocou o início de uma povoação que se desenvolveria pelos quarteirões nobres da concepção urbanística de Koeler e propiciou ao Imperador uma bela residência serrana de modo a poupá-lo dos rigores e insalubridade dos verões cariocas”. VASCONCELLOS, F. Op. Cit. *Tribuna de Petrópolis*, 26/11/2000. Tudo isso coube a Paulo Barbosa. É de se notar que Pedro II completara, em 1843, 18 anos e Júlio Koeler, pelo cargo que ocupava, não poderia dar um passo sem ordens superiores. O Mordomo Paulo Barbosa — aliás, ligado a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, um dos articuladores da Maioridade de Pedro II e líder do grupo de apoio palaciano conhecido como Clube da Joana, uma referência ao córrego que percorria a propriedade do Mordomo na Quinta da Boa Vista — fora alvo, em 1845, de um plano de assassinato

salta aos olhos a preocupação com a renda da Casa Imperial. Não é um texto, dir-se-ia, um Decreto com toda a usual argumentação pública ou coletiva necessária para a sua fortuita aprovação em Assembléia, raciocínio, ademais, que fizesse escapar às vistas alheias o seu eventual componente venal. Estão ali mencionados, com todas as letras, o arrendamento da fazenda localizada em Córrego Seco, a construção da residência de campo da Casa Imperial, o emprazamento de terrenos a particulares para a formação de povoação e, como “outrossim”, a doação de terrenos para a futura Igreja e cemitério.³⁹¹

descoberto antecipadamente, mas que provocou o seu afastamento, como diplomata, para a Europa. Paulo Barbosa, mesmo distante do Brasil, jamais deixara de se interessar por Petrópolis, seja buscando contratações de pastores protestantes e curas católicos, seja procurando organizar uma associação alemã-brasileira; em 1855, embora sem a força política de outrora, reassumiu a Mordomia, mantendo até sua morte, em 1868, empenho pelo Projeto imperial de Petrópolis. O Mordomo Paulo Barbosa, sem dúvida, tinha consciência perfeita de seu papel na formação desse território imperial. Bastam estas partes de dois documentos: (1) antes de seguir para a Europa, em relatório oficial ao passar a Mordomia, em 1846, afirmava: “Petrópolis deve sua existência como povoação e residência Imperial a S. Majestade o Imperador, a Cândido Batista de Oliveira, a Koeler e a minha perseverança havida contra a oposição da ignorância dos negreiros, e dos charlatães políticos administrativos.”; (2) em correspondência a Pedro II, escreve com todas as letras: “Criei Petrópolis [...] e deve-se-me ter o Brasil uma cidade e uma retirada aos habitantes desta calmosa corte”. O Imperador, por fim, parecia não desconhecer os méritos de Paulo Barbosa, pois em carta de 12 de janeiro de 1859, escreve ao Mordomo: “As suas reflexões são de criado leal; agradeço-as; Sei que todos os reservatórios de águas têm registros e se buli num deles foi para tirar uma penasinha d’água. [...] os prêmios (medalhas para a Exposição Hortícola e Artesanal) valerão mais pela animação do que monetariamente. É mais um benefício a Petrópolis que chama com razão sua filha”. Esses documentos encontram-se em: RABAÇO, J. H. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985, p. 54.

³⁹¹ Se bem que este parágrafo, ou melhor, todo este Capítulo dê relevo ao viés de Francisco de Vasconcellos, acentuando através das determinações legais os aspectos eventualmente privados da criação de Petrópolis, i.é, a preocupação com as rendas da Casa Imperial, é de se notar que essa Casa não guardava, tal como a Casa Real de uma sociedade aristocrática do “velho regime”, o mesmo sentido de manutenção da casa do burguês — uma residência privada e gerida pelas rendas ou ganhos específicos de seu proprietário. A Casa Imperial deve ser compreendida como uma residência mais extensiva: o lugar do Estado, cujo vasto patrimônio, neste caso, envolveria as próprias terras da fazenda de Córrego Seco. Não é à toa, por exemplo, que a primeira nota de pé de página deste capítulo noticie que o Marquês do Paraná convocara uma Assembléia Geral para resolver o problema dessa fazenda com os credores. Desse modo, decreto ou instrumento privado, tratava-se, sim, de uma ação de Estado identificado na Casa Imperial. O Mordomo, não sendo Ministro da Fazenda, era o intendente que administrava um departamento importante das finanças do Estado. A *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824 (a primeira constituição brasileira), determinava no Capítulo III: “Art. 114. A dotação, alimentos e dotes de que falam os artigos antecedentes, serão

Em 26 de julho de 1843, foi assinado um outro documento complementar, estabelecendo as regras de arrendamento da fazenda de Pedro II a Júlio Koeler;³⁹² apenso que indicava as normas gerais para a concessão da

pagos pelo tesouro público, entregues a um mordomo nomeado pelo imperador, com quem se poderão tratar as ações ativas e passivas concernentes aos interesses da casa imperial.” Sobre este ponto, ou melhor, sobre a ligação de Petrópolis com o Estado imperial e, especialmente, com a edificação do Segundo Império de Pedro II, ver, nesta Parte II, Capítulo 4 e, sobretudo, a seção 4.2 — A Vila de Recreio na Obra Central do Segundo Império. Cf. também ELIAS, N. *A sociedade de Corte*, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001.

³⁹² Júlio Frederico Koeler nasceu na cidade de Mogúncia, margem esquerda do Reno, no então Grão-Ducado de Hesse-Darmstad, em 16 de junho de 1804. 23 anos depois, atraído pelo barão de Shäffer, chegava ao Brasil em busca de contrato para servir no exército imperial. Koeler atingira o posto de alferes no exército prussiano e, através de exame na Academia Militar brasileira, no Rio de Janeiro, foi admitido como 1º tenente no corpo de engenharia militar, uma vez que o quadro de oficiais-militares ficara carente com a Independência do Brasil, pois muitos portugueses militares se colocaram contra Pedro I e retornaram para Portugal. Em 20 de dezembro de 1830, porém, Koeler — ao lado de todos os oficiais estrangeiros não naturalizados — foi afastado do serviço militar, já que nessa data fora assinado um decreto demitindo todos os estrangeiros oficiais-militares sem cidadania brasileira. Neste instante, como engenheiro civil, Koeler conseguiu contrato no Governo da Província do Rio de Janeiro. Quase um ano depois, em 31 de outubro de 1831, naturalizou-se brasileiro, sendo então, já no período regencial, reintegrado ao exército, pois o mesmo decreto de dezembro de 1830 também concedia a permanência em seus postos para os oficiais estrangeiros que se naturalizassem. Koeler, neste passo, teve como companheiro na arma de engenharia, Paulo Barbosa da Silva, possivelmente, originando-se nesse instante as suas relações com o futuro Mordomo da Casa Imperial. No âmbito do Corpo de Engenharia Militar, Koeler, como militar e, especialmente, engenheiro civil, executou projetos e obras: em 1834, na Vila de Barbacena, MG, realizou obra de aqueduto e assentamento de uma máquina hidráulica; construiu edifícios da Cadeia, Câmara e Fórum de Itaboraí; avaliou e gerou orçamentos para a construção ou consertos de pontes em diversas localidades no interior da Província do Rio de Janeiro; avaliou e gerou orçamentos para consertos de estradas, em algumas delas, sendo ele mesmo o direto responsável pela execução, como a da Estrada Normal da serra da Estrela, entre o porto da Vila da Estrela e Vila de Paraíba do Sul. Koeler foi também colaborador no projeto deixado por Grandjean de Montigny para a sede do Museu Nacional e, ao lado de Charles Philippe Garçon Rivière, projetou a Igreja de Nossa Senhora da Glória no Largo do Machado, RJ, nitidamente inspirada no neoclassicismo, cuja direta fonte inspiradora, naturalmente, foi o francês Grandjean de Montigny, como se sabe, o arquiteto que recebendo análogo convite da Rússia, porém, optou pela Missão Francesa brasileira e, com isso, fixou-se como o personagem que instalou o neoclassicismo no país, valendo como o estilo do Império brasileiro. Júlio Koeler, ademais, elaborou, além da planta de Petrópolis, as plantas da Vila de Paraíba do Sul e do Arraial de Inhomirim. Koeler, entre 1841-1844, foi também suplente de vereador na Câmara de Vila de Paraíba do Sul. É de se observar, ademais, que, como engenheiro militar, Koeler esteve próximo de uma linhagem de construtores civis militares que, no período colonial, vieram ao Brasil. Arquitetos e engenheiros militares que foram o instrumento real para a certeza do cumprimento das ordens da Coroa para obras consideradas de grande importância nas cidades reais da colônia. Por esse viés, o major de engenheiros, Júlio Koeler, seria direto herdeiro, por exemplo, de Luiz Dias, mestre de obras e arquiteto de Tomé de Souza, que dirigiu a construção da cidade de Salvador; ou mesmo do engenheiro Francisco Frias de Mesquita, que, provavelmente, chegando em 1603 no

fazenda da Casa Imperial,³⁹³ fazendo parte integrante do decreto anterior ou instrumento particular³⁹⁴ assinado no mês de março de 1843. É patente nesta “Escriptura de Arrendamento...”, elaborada por Paulo Barbosa e composta de 16 artigos, o poder territorial da Casa Imperial sobre o seu solo serrano; o arrendatário Koeler, sob esse ângulo, foi tão somente administrador da fazenda: um capataz privilegiado ou comissário da Mordomia³⁹⁵ com alguns benefícios, dentre esses — já que arrendatário cobrador de foro —, o direito a 10% de tudo o que recolheria à Casa Imperial.³⁹⁶

O arrendamento da propriedade imperial era por 9 anos consecutivos e o seu preço de 1(um) conto de réis anuais.³⁹⁷ O arrendatário estava obrigado a levantar a planta da futura Petrópolis, do palácio e seus anexos, fazendo a divisão

Brasil, ficou até 1635, sendo responsável pelos projetos do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, do Forte dos Reis Magos, em Natal, e, escreve Nestor Reis, possivelmente o responsável pelo traçado de São Luiz do Maranhão. Através de Souza Viterbo, Nestor Reis Filho ainda menciona, no século XVI, três outros fortificadores e arquitetos militares que estiveram no Brasil: Lopo Machado, no reinado de D João III, Francisco Gonçalves, em 1571, e no período do Primeiro Filipe de Espanha, Alexandre Italiano. Cf. REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil, 1500/1720*, Livraria Pioneira Editora, EDUSP, SP, 1968, p. 69. O livro referido de Souza Viterbo é o “Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal”, Imprensa Nacional, vol. I, Lisboa, 1904, p. 280.

³⁹³ “Escriptura de Arrendamento da Fazenda denominada Córrego Secco, sita no alto da Serra da Estrella, que Faz o Exmo^o Mordomo da Casa Imperial ao major de Engenheiros Julio Frederico Koeler”. Seguem as assinaturas de Paulo Barbosa da Silva, Julio Frederico Koeler, Candido Xavier de Brito — escrivão da Casa Imperial — e testemunhas, 26/07/1843. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro Vermelho dos Telefones, RJ, 1940, pp. 110-113.

³⁹⁴ Cf. “Artigo 16^o — A peça adjunta que marca as condições geraes pelas quaes Sua Magestade Imperial concede terrenos d’ esta Fazenda por aforamento, faz parte integrante do presente contracto.” In: “Escriptura de Arrendamento...” . Op. cit., p. 113.

³⁹⁵ “Art. 9.^o — O arrendatário será considerado perante os foreiros, como delegado do Mordomo, e qualquer desintelligencia que possa haver entre estes será por elle decidida, ficando sempre a decisão dependente de aprovação da Administração da Casa Imperial.” In: “Escriptura de Arrendamento...”. In: PAULA BUARQUE, A., op. cit., p.112.

³⁹⁶ “Art. 13.^o — O arrendatário será o cobrador dos fóros, e reconhecimento de Senhorio directo, e tudo quanto entregar no Cofre da Casa Imperial terá dez por cento, e a Casa fornecerá os livros competentes para ter a escripturação em regra.” In: “Escriptura de Arrendamento...”. In: PAULA BUARQUE, A. Op. cit., p. 113.

³⁹⁷ Cf. Artigo 1.^o In: “Escriptura de Arrendamento...”. Op. cit. P. 111.

das terras imperiais em lotes ou prazos numerados para o aforamento.³⁹⁸ Koeler, além disso, ficava compromissado com a reedificação dos prédios e ranchos já existentes na fazenda imperial, sendo franqueado a mudança dessas construções para outros locais, mas sempre obedecendo as suas dimensões originais, devendo entregar essas edificações em bom estado no término do arrendamento.³⁹⁹

A Mordomia — parecendo à larga confirmar o mencionado testemunho do Conde Ney em nota anterior — reservava no artigo 4º os melhores terrenos para aforar diretamente a particulares, edificar um cemitério, igreja, palácio e uma povoação, ou seja, reservava o solo que seguia das vertentes do atual bairro Alto da Serra — passando pelas terras que acompanhavam o Córrego Seco⁴⁰⁰ — até a confluência do afluente Quitandinha com o rio Piabanha,⁴⁰¹ solo que, no interior do planeamento do Império realizado por Koeler, recebeu a denominação de Vila Thereza, de Vila Imperial⁴⁰² e de Quarteirão Nassau,⁴⁰³ respectivamente, o atual bairro do Alto da Serra, o centro da cidade, e parte do

³⁹⁸ “Art. 10º — O arrendatário se obriga a levantar a planta da futura Petrópolis e do Palácio e suas dependências gratuitamente, e a remette-las ao Mordomo o mais breve que lhe fôr possível, e a demarcar em prazos [...] todo o terreno que borda de um e outro lado, e a numeral-os.” In: “Escriptura de Arrendamento...” Op. cit. P. 112.

³⁹⁹ Cf. Artigo 2º. In: “Escriptura de Arrendamento...” Op. cit. P. 111.

⁴⁰⁰ Com o projeto do Império, o subafluente Córrego Seco recebeu o nome de rio Palatino; nascendo no bairro Morin (antigo Quarteirão Palatinado superior), fronteiro ao bairro Alto da Serra, esse rio encontra no centro da rua do Imperador o afluente de nome Quitandinha; este, em seguida, percorre o núcleo urbano até a sua barra, na confluência com o rio Piabanha.

⁴⁰¹ Cf. Artigo 4º e, sobretudo, leia-se: “Art. 5º — Reserva mais o Mordomo todas as vertentes compreendidas entre o sitio de Antonio da Costa Dantas, Rio Córrego Seco abaixo até a sua barra no Piabanha para nelle se edificar um Palácio, e suas dependências, e Igreja, se isso convier, e uma povoação; ficando também reservadas cincoenta braças no alto da Serra com cem de fundo para cada lado, e todo o terreno que verte para a Bahia do Rio de Janeiro.” In: “Escriptura de Arrendamento...” Op. cit. PP.111-112. O sítio do carpinteiro Antonio José da Costa Dantas estava localizado onde fora a antiga estação ferroviária do atual bairro Alto da Serra, precisamente, onde hoje se localiza um conjunto habitacional construído pelo antigo Banco Nacional de Habitação – BNH.

⁴⁰² A Vila Imperial correspondia ao que se denominou povoação.

⁴⁰³ Precisamente, uma parte desse Quarteirão: somente a porção que tocava A Vila Imperial.

bairro Duchas. A Casa Imperial, então, incluía nessa reserva a parte do solo ligada ao antigo eixo colonial de circulação Rio de Janeiro — Minas Gerais,⁴⁰⁴ precisamente, o trecho que, no imperial Projeto Koeler, seguia da Vila Thereza, já no alto da serra, até a Vila Imperial,⁴⁰⁵ em cuja área construiu-se o palácio de campo, a igreja e a denominada povoação.

Na mesma data da assinatura dessa escritura de arrendamento, 26 de julho de 1843, estabelecia Paulo Barbosa dez artigos regulando o aforamento da fazenda de Pedro II.⁴⁰⁶ Essas regras anexadas à escritura de arrendamento parecem ter sido estabelecidas precária ou provisoriamente, pois adiante, em 30 de outubro de 1843, condições mais completas seriam reguladas. Em todo caso,

⁴⁰⁴ Refiro-me à Variante do Caminho Novo, aberta por Bernardo de Proença. Sobre essa Variante, ver: Parte II, Capítulo 1, segmento “1.1 — A Montanha dos Órgãos”.

⁴⁰⁵ Originalmente, até o projeto da Casa Imperial planejado por Koeler, quem visitasse essa serra ou seguisse para Minas Gerais através da serra da Estrela, alcançava o alto da serra para depois acompanhar a calha do antigo Córrego Seco, hoje rio Palatino. No projeto imperial, o alto da serra recebeu o nome de Vila Thereza e o trecho que passou a unir Vila Thereza — Vila Imperial, deslocou-se da calha do Córrego Seco para uma antiga picada de meia encosta que foi transformada em trecho da Estrada Normal da Serra da Estrela desde a lei provincial nº 193 — 12/05/1840 — que, oficializando a construção da Estrada, transformou, após substantivas melhorias, em via carroçável esse mesmo trecho e a seção de serra da estrada vinculada à antiga Variante do Caminho Novo entre Porto Estrela e vila de Paraíba do Sul. Já tratada na Parte II, Capítulo 1, seção “1.1 — A Montanha dos Órgãos”, essa antiga Variante do Caminho Novo recebera, em 1802, através das ordens do vice-rei d. Fernando José de Portugal, melhorias substantivas, pois se encontrava bastante danificada; posteriormente, essa mesma Variante, em parte, foi percorrida pelo príncipe regente, d. João, sendo por direta ordem sua calçada no trecho de serra, doravante, passando a ser conhecido esse trecho pelo nome de “Calçada da Serra” ou “Estrada de Lages Soltas”. É precisamente esse trecho de serra — além da antiga picada de meia encosta mencionada anteriormente —, que reparado e modificado adiante, em meados do século XIX, foi transformado na Estrada Normal da Serra da Estrela. Essa Estrada, até a inauguração da rodovia Washington Luiz, em 1928, era a principal via de acesso para as terras serranas de Petrópolis. Se lembrarmos que, a partir das 22 horas de 18 de fevereiro de 1883 — hora e data da chegada do último trilho no alto da serra —, o trem passou a alcançar Petrópolis também pela Vila Thereza e dali prosseguindo através da calha do rio Palatino até a Vila Imperial, ficaria patente que o solo dessas duas vilas foi o núcleo privilegiado de aforamento do projeto imperial.

⁴⁰⁶ “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade o Imperador, denominada ‘Corrego Seco’ e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Sr. Major Koeler”, assinada no Paço em 26 de julho de 1843, por Paulo Barbosa da Silva, conforme Augusto Candido Xavier de Brito — escrivão da Casa Imperial. In:

encontrava-se já no interior desses dez artigos a dimensão dada para cada prazo: um quadrilátero de cinco braças por 100 de fundo⁴⁰⁷ — aproximadamente, 11x220 metros. Encontrava-se também no interior desses artigos as regras para aforar: obtido o aceite da petição de aforamento feita ao Imperador Pedro II, era realizado, por cada prazo, um pagamento a título de reconhecimento do senhorio direto, ficando também o foreiro comprometido com o pagamento anual de foro, por cada prazo adquirido, à Casa Imperial; além disso, o foreiro estava obrigado ao pagamento, no ato e de uma só vez, da posse e da demarcação de seus prazos.⁴⁰⁸ Chama a atenção no artigo 6º,⁴⁰⁹ ademais, sete alíneas regulando as obrigações dos foreiros em relação aos seus prazos e edificações, sendo digno de nota — alínea 5 — o controle integral do uso do solo, uma vez que condicionava a implantação de certas atividades a uma licença do arrendatário Koeler.⁴¹⁰ Sanções existiam, como as do artigo 7º,⁴¹¹ que recuperaria para a Mordomia os prazos de

PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro Vermelho dos Telefones, RJ, 1940, pp. 113-115.

⁴⁰⁷ Cf. Art. 1º. In: “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade o Imperador, denominada ‘Corrego Seco’ e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Sr. Major Koeler”, *ibid.*, p. 113.

⁴⁰⁸ “Art. 3º — Obtido o titulo, o apresentará ao arrendatário Koeler, para registrar, e n’esta ocasião pagará por cada prazo três mil e duzentos réis a titulo de reconhecimento do senhorio directo, [...] e ficará pagando o foreiro á Casa imperial dois mil e quinhentos réis por anno por cada prazo.” In: “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade o Imperador, denominada ‘Corrego Seco’ e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Sr. Major Koeler”, *ibid.*, p. 114.

“Art. 4º — O foreiro pagará ao arrendatário pelo seu empossamento e demarcação á razão de quatro mil réis por cada prazo, isto por uma vez somente.” In: “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade o Imperador, denominada ‘Corrego Seco’ e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Sr. Major Koeler”, *ibid.*, p.114.

⁴⁰⁹ Cf. Art. 6º., *op. cit.* p.114. Este artigo será tratado adiante.

⁴¹⁰ Esta alínea 5 enumerava as atividades que necessitavam de autorização: casa de secos e molhados, sal, ferro, ferraduras, louças, café, mantimentos, hospedaria, segos ou cavalos de aluguel, hospedaria, edificação de moinhos ou engenhos de serrar para negócios.

⁴¹¹ “Art. 7º.— A infracção dos arts. 3 e 4 será considerada como abandono do domínio útil, e a Mordomia se reserva o direito de conceder estes prazos a outros, como devolutos ao Senhorio directo, sem restituição nem indemnisação alguma ao foreiro infractor; as do art. 5 serão punidas com a multa de 20\$000 rs. para o arrendatário, e de 40\$000 rs. na

foreiros infratores dos artigos 3º e 4º e multava os que não cumprissem a obrigatoriedade — em sua petição ao Imperador — de mencionar pretender possuir maiores fundos do que o de cem braças, pois estariam incorrendo em pagamento a menos de foro anual devido à Casa Imperial.⁴¹² O artigo 8º⁴¹³ proibia alienar área menor do que um prazo, sendo obrigado, caso existisse mais de um herdeiro de eventual foreiro falecido, a venda ou o direcionamento da titularidade do prazo para o nome de apenas um dos sucessores, dessa forma, permanecendo vinculado um prazo a somente um foreiro, não se concedendo, aliás, mais de dez prazos a um indivíduo. Por fim, o artigo 9º⁴¹⁴ reafirmava a delimitação de todo o terreno reservado para o povoado, cuja marcação e arruamento seria efetivado por Koeler.

Quatro meses após o estabelecimento da escritura de arrendamento e das condições anexas de emprazamento, em 30 de outubro de 1843, a Mordomia da Casa Imperial assinava o regimento definitivo de suas terras:⁴¹⁵ 16 artigos relacionados aos documentos anteriores; disposições que confirmavam e mesmo desdobravam as determinações já assinadas, igualmente, esclarecendo com outros artigos todo o império enfiteutico⁴¹⁶ empreendido pela monarquia em seu território serrano.

reincidência, e assim por diante cobrados judicialmente.” (p. 115). In: “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade...”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro Vermelho dos Telefones, RJ, 1940, pp. 115-118.

⁴¹² Cf. Art. 5º., PAULA BUARQUE, Ibid., p. 114.

⁴¹³ Cf. Art. 8º., PAULA BUARQUE, Ibid., p. 115.

⁴¹⁴ Cf. Art. 9º., PAULA BUARQUE, Ibid., p.115.

⁴¹⁵ “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva.”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro Vermelho dos Telefones, RJ, 1940, pp. 115-118.

⁴¹⁶ A enfiteuse é um direito real alienável, ou seja, direito que permitiria ceder ou conferir a um titular ou enfiteuta o domínio útil de um imóvel, valendo território cedido mediante pagamento ao proprietário — senhorio direto — de uma pensão anual, denominada foro. Proveniente da Grécia, trasladado para o direito romano, a enfiteuse foi instrumento de

Nota-se — já pelo título — a preocupação desse documento em melhor diferenciar certos aspectos do regimento das terras ligadas à futura povoação de Petrópolis, das condições de empraçamento dos terrenos vinculados diretamente ao arrendatário Koeler, sem demora, buscando definitivamente clarificar a fração da fazenda direcionada ao povoamento, não esquecendo, inclusive, de reafirmar o domínio direto que a Casa Imperial tinha sobre as suas terras. Seria o caso do artigo 1º,⁴¹⁷ que, de maneira concisa e com todas as letras, grafava a obrigação do Major de engenheiros de delimitar o futuro povoado de Petrópolis e, além disso, o direito do Império sobre outras áreas, eventualmente, as “grotas”⁴¹⁸ e terras ao sul e sudeste do antigo Largo de Alcântara,⁴¹⁹ pertencentes em regime de subenfiteuse ao Major Koeler.⁴²⁰

regulação territorial nos medievais concelhos municipais portugueses, cujas terras eram parceladas entre os seus moradores. A enfiteuse corta a terra em duas esferas legais: o domínio direto do senhorio e o domínio útil do enfiteuta. Diferente da doação sesmeira, na qual era exigido o cultivo da terra, a enfiteuse é um contrato de aforamento ou empraçamento no qual o senhorio direto cede o uso de sua propriedade, ou parte dela, a um enfiteuta ou foreiro que toma posse do domínio útil da propriedade, mediante aceitação de certo corpo de condições e de um pagamento anual ou foro. Cf. ABREU, M. A. “A Apropriação do Território no Brasil Colonial”. In: CORRÊA, R. C.; CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C. (orgs.). *Explorações Geográficas*, Bertrand Brasil, RJ, 1997, pp. 197-245.

⁴¹⁷ “Art. 1º — A futura Petrópolis constará do terreno descripto e marcado no mappa levantado pelo arrendatário Koeler, e do que para o futuro Sua Magestade por bem designar.” In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis... — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva.”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro Vermelho dos Telefones, RJ, 1940, p. 115. Este artigo, em parte, retomava o artigo 10º da escritura de arrendamento, de 26 de julho de 1843.

⁴¹⁸ O vocábulo “grotas”, valendo vales profundos, está mencionado no artigo 12º da escritura de arrendamento e diz respeito às terras a oeste do antigo Largo de Alcântara.

⁴¹⁹ O Largo de Alcântara, atualmente, recebe a denominação de Praça d. Pedro, no centro da cidade.

⁴²⁰ Cf. Artigo 12º da escritura de arrendamento (26/07/1843) e artigo 10º deste documento de 30 de outubro de 1843.

O artigo 2º⁴²¹ deste documento de 30 de outubro melhora a redação anterior do artigo 1º das condições de aforamento, de 26 de julho de 1843,⁴²² pois reafirmando a extensão de cada prazo, deixava também registrado que a enfiteuse era perpétua. Se a frase final do artigo 8º dessas condições de aforamento, anexas à escritura de 26 de julho, permitia a concessão de até 10 prazos por indivíduo, no posterior artigo 4º,⁴²³ documento de 30 de outubro, essa permissão recebia restrições dependentes da localização desses prazos. No artigo 6º,⁴²⁴ de 30 de outubro — tal como no anterior artigo, de mesmo número, das condições de

⁴²¹ “Art 2º — O terreno será concedido por emphyteusis perpetuo a particulares, por quadrilongos de 5 braças de frente com 100 de fundo, e pelo polygonos que constão do mappa”. “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva.”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro vermelho dos Telefones, RJ, 1940, p. 116.

⁴²² “Condições com que se aforão terras da fazenda de sua Magestade o Imperador, denominada ‘Corrego Seco’ e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Sr. Major Koeler”, assinada no Paço em 26 de julho de 1843, por Paulo Barbosa da Silva, conforme Augusto Candido Xavier de Brito — escrivão da Casa Imperial. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro vermelho dos Telefones, RJ, 1940, pp. 113-115.

⁴²³ “Art. 4º. — A ninguem se concederá mais de dois prazos fronteiros á estrada, rua ou praça; porém todos os prazos situados nos fundos destes poderão pertencer ao emphyteuta do prazo fronteiro.” “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva.”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro vermelho dos Telefones, RJ, 1940, p. 116.

⁴²⁴ Art. 6º — “Os emphyteutas são obrigados: §1º — A construir casa dentro de dois a quatro annos. Estas casas serão contíguas á rua, ou praça, e o seu frontespicio será submetido á aprovação do arrendatário Koeler. §2 — A plantar nas ruas, ou praças fronteiras, uma carreira de arvores frondosas segundo o alinhamento, na época, e da qualidade que o arrendatário lhes designar, e entretel-as até que a povoação se torne villa. §3 — A calçar sua frente com alvenaria dentro do prazo de um anno, e com lagedo dentro do prazo de oito annos: tanto a calçada como o lagedo terão dez palmos de largura. §4 — A conduzir as águas pluviaes de seus telhados até a rua por canos, e tubos verticaes, encostados ou introduzidos nas paredes. §5 — A aterrar dentro do prazo de quatro annos seus quintaes, de modo que sejam superiores ao nível das ruas e praças (quando não tenham fundos para o rio). §6 — A encanar o rio que lhe passar pelo fundo por meio de dois muros d’alvenaria sólidos, e na forma indicada pelo mappa. §7 — A cercar, ou murar, ou fixar solidamente seus limites dentro do prazo de um anno, com pena de recisão do contracto, sem indemnisação alguma por parte da casa Imperial.” “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva.”. In: PAULA BUARQUE., *Ibid.*, p. 116.

aforamento estabelecidas em 26 de julho —, com exceção da já fixada alínea de número 5, retomava-se, com redação modificada, todas as obrigações de posturas e de obras dos enfiteutas em relação aos seus prazos, sobretudo em relação aos terrenos da futura povoação de Petrópolis, pois o artigo 15º,⁴²⁵ já anunciando a eventualidade de uma colônia agrícola, dava a possibilidade de diminuir as exigências desse artigo 6º, quando se tratasse de aforamentos diretos do arrendatário Koeler vinculados às terras da fazenda imperial e aos futuros colonos agrícolas. Completando esse artigo 6º, o artigo 8º⁴²⁶ deste mesmo documento de 30 de outubro de 1843, especificava o tipo de obra exterior permitida ao foreiro: franqueava os passeios para algumas intervenções e vetava qualquer obra sobre a rua ou praça.

Em busca da precisa separação das terras da futura Petrópolis em relação às áreas diretamente vinculadas ao arrendatário Koeler, o artigo 10º,⁴²⁷ de 30 de outubro, referindo-se aos artigos 4º e 12º da escritura de arrendamento, de 26 de julho de 1843, reafirmava o direito do arrendatário Koeler ao foro de todos os prazos exteriores às terras da Mordomia, e o artigo 11º,⁴²⁸ de 30 de outubro,

⁴²⁵ Cf. Art. 15º. In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler...”. Id. Ibid., p. 118.

⁴²⁶ “Art. 8º — A nenhum foreiro he permittido fazer obras exteriores sobre a rua ou praça, como rampas ou escadas; podem porém, querendo, guarnecer os passeios com frades de pedra, encorrental-os, construir alpendres sobre as portas, e latadas sobre os passeios, cujo aceio hé da obrigação do foreiro.” In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Júlio Frederico Koeler...” Id. Ibid., p. 117.

⁴²⁷ “Art. 10º — Em virtude do art. 12º do Contracto de 26 de julho deste anno, e á vista da disposição final do art. 4º do mesmo contracto, pertencerão os foros de todos os prazos ao Sul e ao sueste do Largo de Alcântara ao arrendatário.” In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler...” Id. Ibid., p. 117.

⁴²⁸ “Art. 11º — As disposições dos arts. 5º e 9º do contracto de 26 de julho deste anno ficão inteiramente applicadas aos emphyteutas dos prazos de Petrópolis emquanto durar este contracto.” In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler...” Id. Ibid., p. 117.

ratificava inteiramente os artigos 5º e 9º, do documento de escritura de arrendamento.

O artigo 14º, mais uma vez, afirmava o direito de Koeler ao aforamento das terras exteriores ao futuro povoado de Petrópolis e, por consequência, o direito aos enfiteúticos pagamentos de investimento de posse e de foro anual, tudo isso enquanto fosse vigente o assinado contrato de arrendamento, pois continuava sendo a Casa Imperial o senhorio direto desse solo serrano. Esse mesmo artigo 14º, alíneas 3 e 4, obrigavam os enfiteutas vinculados diretamente a Júlio Koeler ao cumprimento do disposto no artigo 6º, alíneas 1, 5, 6 e 7, bem como o estabelecido no artigo 8º, sendo passível ou não de obrigações junto às alíneas 2, 3, 4 do mesmo artigo 6º e também do disposto no artigo 7º.⁴²⁹

O artigo 15º, contudo, cedia mais algum poder a Koeler, pois a despeito dos enfiteutas vinculados diretamente a ele estarem obrigados ao cumprimento de normas de postura e obras iguais aos foreiros da futura povoação de Petrópolis, ficava facultado a Koeler mitigar ou não essas exigências quando se tratasse de colono agrícola no interior da futura Petrópolis e nas terras exteriores.

Por fim, o artigo 16º,⁴³⁰ sem fazer referência ao artigo 8º das condições de aforamento, 26 de julho, e nem mencionar o artigo 4º deste documento de 30 de outubro, esclarecia que qualquer enfiteuta, concomitantemente, poderia ser foreiro na Estrada Normal da Estrela, em Petrópolis e nas sobras da fazenda.

⁴²⁹ “Art. 7º — o nível das (?) e ruas será dado provisoriamente pelo arrendatário Koeler, enquanto o não for definitivamente pela autoridade civil; os emphyteutas se regularão por esse nível.” In: “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler...”. Id. Ibid., p. 116.

⁴³⁰ “Art. 16º — Quaquer emphyteuta o póde ser por contracto de cada vez especial, simultaneamente na Estrada, em Petrópolis e no resto da Fazenda”. In: “Condições com

CAPÍTULO 4 — O Território Montês de Descanso do Império

Neste parágrafo inicial talvez fosse interessante, pois quem sabe esclarecedor, fazer menção sem tardança a um retrato de família do século XIX, cujo autor, Otto Hees,⁴³¹ além desta reprodução, registrara muitas outras imagens fotográficas, dentre elas, a assinatura do Tratado de Petrópolis, 17/11/1903, na residência serrana do Barão do Rio Branco. Hees fora fotógrafo credenciado dessa família e, com esse registro de 1889, produziu a última foto da família imperial às vésperas da República brasileira. Prende a atenção nesta fotografia o ambiente retratado: a varanda petropolitana do palácio de campo de Pedro II. Chama a atenção, igualmente, à leveza dos semblantes e a postura desembaraçada ou informal de seus personagens — cena íntima da família imperial em sua estação de cura. A imagem da varanda do palácio de Petrópolis e o ano do seu registro simbolizariam o fim de um período de domínio territorial ou mesmo de certo campo de poder⁴³² do Segundo Império brasileiro.⁴³³ O riso agradável — sem ruído — e a composição descontraída dos personagens principescos retratados, lembrariam que

que se Aforão as Terras de Petrópolis e as do Arrendamento do Major Julio Frederico Koeler...”. Id. Ibid., p. 118.

⁴³¹ Otto Hees nasceu e morreu em Petrópolis, 1870-1941. Filho do fotógrafo Pedro Hees, após a morte desse, assumiu com os irmãos o ateliê da família até o seu fechamento em 1915. Otto Hees foi também vereador entre 1904-1909 e, após 1910, juiz de paz, secretário executivo de Petrópolis e, por fim, delegado de polícia.

⁴³² A concepção de campo de poder está ligada à compreensão de um espaço produzido como território, portanto, determinado por relações de poder. É, gostaria de repetir, Raffestin quem escreve: “Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” Cf. RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*, ed. Ática, SP, 1993, p.144.

⁴³³ O fim do Império não significou o extermínio desse território. A República procurou mantê-lo. É de se notar que ela, em seus quadros, absorvera os elementos oriundos do Império; dir-se-ia, então, que a cidade de Petrópolis fora aceita pela República naquilo que

esse mesmo território fora engenhado como vila de recreio da corte brasileira.⁴³⁴

(ver, adiante, foto).

guardou de exclusiva estação sazonal de ócio, deixando de lado o que procurarei expor: Petrópolis como expressão e arranjo territorial pró-ativo do Segundo Império.

⁴³⁴ É possível, aliás, indicar neste passo dois pequenos registros confirmadores dessa petropolitana dimensão aristocrática. O primeiro registro é gastronômico e diz respeito a Guilherme de Figueiredo que, através de França Júnior nos “Folhetins”, informa que lá pelo ano de 1878 existiriam três categorias de feijoadas: (a) feijoadas propriamente ditas, (b) feijoadas carnavalescas, (c) feijoadas aristocráticas ou de piqueniques. (a) Em 1848, informaria França Junior que, nas casas de pastos, comia-se peixe frito e bife de grelha, pois as feijoadas propriamente ditas eram oferecidas por um eventual compadre; incluíam-se nessas feijoadas peru, doce de coco, vinho, presunto, arroz de forno, galinhas, leitão — bebendo-se, ademais, Porto no copo, não em cálices — e, porque realizavam-se em Paquetá, tudo isso, mais os comensais, seguia de falua e remo; trinta anos após essa data, em 1878, já seria possível encontrar esse tipo de feijoada não apenas em Paquetá, mas também na Tijuca e no Jardim Botânico. (b) As de segundo tipo, feijoadas carnavalescas, encontrar-se-iam no Jardim Botânico e na Fábrica das Chitas, ao som do Zé Pereira, podendo-se acrescentar aqui as feijoadas da Penha, nas quais os comensais “[...] esmurram as ventas de encontro as pedras, quebram a cabeça, mas não vão ao vulto de ninguém, nem atacam as instituições. O seu grito de guerra é: Viva a Penha!”. (c) Por fim, as feijoadas aristocráticas ou de recreio, informaria Guilherme de Figueiredo através de França Junior, ocorreriam em Petrópolis e Friburgo; feijoadas à fidalga, seus convidados falavam francês em tais repastos: eram “[...] diplomatas, oficiais de Secretaria, doutores, ministros etc.” Cf. FIGUEIREDO, G “A Última Garfada do Império”. In: *Comidas, meu Santo!*, ed. Civilização Brasileira, RJ, 1964, pp.146-153. A página sobre as feijoadas é a de número 149.

Encontra-se na biografia de Machado de Assis o outro pequeno registro confirmador dessa petropolitana dimensão de recreio aristocrático e, quiçá, também de uma espécie de nota descobridora de alguma postura do homem Joaquim Maria Machado de Assis. É Raimundo Magalhães Junior, a partir de Alfredo Pujol, quem conta esta passagem biográfica: um antigo companheiro da adolescência de Machado de Assis, Francisco Ramos Paz, metido em negócios e tornando-se próspero, fizera uma longa viagem ao redor do mundo; esse velho companheiro de quarto de Machado de Assis, regressando, encontra o amigo e narra com belas tintas e entusiasmo a sua viagem, pontuando com impressões acerca das estranhas e distantes terras que visitara. Através de Magalhães Junior, é Pujol quem acrescenta: “Machado de Assis ouviá-o com interesse e curiosidade; e ao cabo da narrativa observou: — Também eu já fui a Petrópolis...” (p. 184). Essa resposta do homem Joaquim Maria Machado de Assis ao amigo Ramos Paz, podendo indiciar muitas coisas, revelaria um olhar para Petrópolis comparável aquele que Ramos Paz, entusiasmado, teria dado para as belas e requintadas terras que visitara. Petrópolis, visitada pelo homem Machado de Assis, teria sido para ele uma dessas cidades maravilhosas e afortunadas que, talvez até de forma irônica, compensasse o fato de não ter viajado, pois vila de ócio planeada pelo Império e freqüentada pelas classes de poder e fortuna, afastada, pois, dos cotidianos problemas urbanos da sua cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. É sabido que Machado de Assis fora entusiasta das viagens, contudo, pouco viajou: esteve em Vassouras, visitou algumas terras mineiras, Friburgo mais vezes, visitando, pelo menos duas vezes, Petrópolis — a segunda visita teria sido ao redor de 1880. Essa frase de Machado de Assis descobriria a falta de condição e liberdade com que viveu o homem Joaquim Maria Machado de Assis: na juventude, sem os meios; na idade adulta, aprisionado à condição de burocrata forçado à rotina da repartição. O homem pobre Machado de Assis brigara a vida toda com problemas financeiros, trabalhando ao mesmo

O caso é que, a despeito dos motivos mezinhos — dir-se-ia: *fait divers* — vinculados à construção do território petropolitano, tais como a índole caminheira de Pedro I e a precária saúde de sua filha Paula,⁴³⁵ ou mesmo a operosidade administrativa do Mordomo de Pedro II, preocupado com as rendas da Casa Imperial,⁴³⁶ o espaço serrano guardaria uma produção cuja compreensão, ou sentido último, estaria ligada à construção do Império no Brasil, especialmente, à edificação do segundo Império de Pedro II. Trata-se, neste passo, de apreender o lugar territorial da vilegiatura petropolitana junto ao Segundo Império, não recebendo

tempo em dois ou três empregos, não tendo, pois, o desembaraço necessário, senão para as viagens aspiradas, para o ócio petropolitano. Cf. MAGALHÃES JUNIOR, R. “As Viagens de Machado de Assis”, in: *Ao Redor de Machado de Assis*, ed. Civilização Brasileira, RJ, 1958, pp. 179-189. De resto, parece revelar essa anedota biográfica uma espécie de posição um tanto subserviente do homem Joaquim Maria Machado de Assis diante dos lugares de poder e grossa fortuna. Bem diferente, diga-se como contraponto, do homem e escritor Lima Barreto, que — no capítulo IV, “Petrópolis” —, mediado pela dicção de Gonzaga de Sá em deambulação pelo Engenho da Penha após descer do trem que seguia para Petrópolis, escrevia: “Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, êles são estrangeiros, invasores, as mais das vèzes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros. Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus “galegos” também...”. LIMA BARRETO, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, Editora o Livro de Bolso, 3ªed., RJ, 1943, p. 50. A primeira edição de *M. J. Gonzaga* é de 1918.

⁴³⁵ Fatos mais antigos que o decreto imperial — 16 de março de 1843 — fundador de Petrópolis: esta filha de Pedro I, Paula, sob prescrição médica, era trazida para essa serra em busca de temperaturas mais amenas do que as da cidade do Rio de Janeiro, com isso, aumentando o número de vezes com que Pedro I freqüentava a localidade da Fazenda do Padre Correa, conseqüentemente, propiciando a tentativa de compra dessa mesma fazenda, cuja negativa de venda pela herdeira de padre Correa, dona Arcângela Joaquina da Silva, foi solucionada com a aquisição da Fazenda de Córrego Seco, a partir de então, denominada de Fazenda da Concórdia. O Reverendo Walsh, aliás, foi testemunho de uma dessas estadas da família de Pedro I em Correias: “A uma das janelas da casa estava postada uma senhora com algumas crianças; fiz-lhes um respeitoso cumprimento de cabeça, que elas polidamente retribuíram. Fui informado de que se tratava da família Imperial, cuja filha, a princesa Paula, tinha sido mandada para ali a fim de recuperar a saúde. Ela vinha sofrendo de uma inflamação crônica no fígado e, após permanecer alguns meses em tão saudável e aprazível lugar, retornou ao Rio perfeitamente restabelecida. A todo momento esperava-se que o Imperador chegasse para visitar a família”. Walsh visitara o Brasil entre 1828 e 1829. WALSH, R. *Notícias do Brasil*, segundo volume, ed. Itatiaia/ EDUSP, MG/SP, 1985, p.135.

⁴³⁶ Cf. neste trabalho: Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 — “O Império Legal do Espaço”, nota 390.

importância os aspectos eventualmente particulares na criação de Petrópolis,⁴³⁷ pois a Casa Imperial deve ser apreendida como residência mais extensiva — o lugar do Estado — e Petrópolis como um dos seus patrimônios.⁴³⁸ Paulo Barbosa, é de se notar, parece ter tido alguma consciência desse lugar, uma vez que em carta a Pedro II também já mencionada,⁴³⁹ escrevia: “Criei Petrópolis [...] e deve-se-me ter o Brasil uma cidade e uma retirada aos habitantes desta calmosa corte”.⁴⁴⁰

Parcelada sob o regime de aforamento, a transformação da antiga fazenda de Córrego Seco em colônia de migrantes alemães e povoação pela Casa Imperial significaria a necessária produção de outro território de corte⁴⁴¹ do Segundo

⁴³⁷ Cf. Parte II, Capítulo 3, seção 3.1, notas de pé de página 390 e 391.

⁴³⁸ O sustento da família imperial e de seus palácios tinha origem no Erário Público e apareceria sob o título de dotação. A Constituição do Império de 25 de março de 1824 determinava que as propriedades de Pedro I, embora pertencendo aos seus sucessores, seriam tuteladas pela nação que, ademais, cuidaria de novas aquisições, sempre no intuito do proveitoso decoro e descanso da família imperial. A *Constituição política do Império do Brasil*, 25 de março de 1824 (primeira constituição do Brasil), determinava no Capítulo III: “Art. 115. Os palácios e terrenos nacionais possuídos atualmente pelo Sr. D. Pedro I, ficarão sempre pertencendo a seus sucessores, e a nação cuidará nas aquisições e construções que julgar convenientes para a decência e recreio do imperador e sua família.” Cf. também Parte II, Capítulo 3, seção 3.1, nota de pé de página 391.

⁴³⁹ Cf. Parte II, Capítulo 3, nota de pé de página 390.

⁴⁴⁰ In: RABAÇO, J.H. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985, p. 54.

⁴⁴¹ Nesta acepção: a residência do monarca ou ainda a cidade onde este reside. Rigorosamente, no século XIX, não se pode falar em corte ou sociedade de corte no sentido que Norbert Elias deu a ela em seu estudo sobre a aristocracia no *Ancien Régime*. Para Elias, a sociedade de corte não apenas foi o lugar magnífico e ritualístico pelo cerimonial ou etiqueta, mas também uma formação social e histórica com relações específicas e definidas entre indivíduos cujas interdependências produziam regras e condutas singulares. A sociedade de corte é um agrupamento favorecido de real ou mesmo principesca corte, organizando-se em função desta. A sociedade de corte é uma forma singular de sociedade que deve ser estudada tal como são enxergadas outras formas como a feudal e a industrial. No *Ancien Régime* a corte jogava importante papel, porquanto estabelecia as bases das relações sociais, da mesma forma que, no feudalismo, a vassalagem e, na sociedade industrial, o estabelecimento manufatureiro. Na sociedade de corte, por exemplo, era impossível portar elevado prestígio ou status sem um correspondente e representativo aparato público e caro em termos de moradia, vestidura e de todo um estilo de vida. Evidentemente, também existiria essa pressão social nas sociedades industriais, porém, “A diferença mais decisiva é que o consumo em função do prestígio e a coerção para representar são nitidamente mais privatizados nas camadas superiores de sociedades industriais do que nas sociedades absolutistas de corte.” (Elias, p. 91). E mais: nas sociedades urbanizadas e industriais parte dos rendimentos da classe mais rica é investida objetivando maior riqueza, enquanto no antigo regime a aristocracia gastava tudo o que recebia no consumo representativo. “Nas sociedades pré-industriais”, novamente é Elias

Império brasileiro: uma cidade de representação, senão do país, dos pares do Império — menos malsã, mais européia e menos “exótica” em sua população, posição climática e arranjo urbano; lugar menos popular, mais distinto e homogêneo no convívio social. Por conseguinte, cidade de Petrópolis que fosse também o território de representação da obra centralizadora desse Império. Pois o Rio de Janeiro possibilitava apenas a custo relativo essa segregação e representação.

Evidentemente, Petrópolis foi o espelho remoto ou mesmo a permanência distante da tradição do absolutismo francês de Luis XIV e de sua corte em *Versailles*, porquanto oriunda do século XIX e traspassada de elementos

quem escreve, “a riqueza mais respeitada era aquela que não havia sido conquistada pelo esforço, aquela pela qual não era preciso trabalhar, portanto uma riqueza herdada, principalmente as rendas provenientes de uma terra herdada (Elias, p. 91). Cf. ELIAS, N. *A sociedade de Corte*, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001.

De modo que, no Brasil, o Império brasileiro foi construído no momento em que, com a Revolução Dupla, a burguesia — de maneira acabada — tomava para si o ordenamento do mundo; esse Império brasileiro foi então oriundo da transmigração de certa espécie de *Ancien Régime* já ruinoso em sua forma específica de sociedade de corte, tal como Norbert Elias a estudou. Aliás, é por isso que, na nota de página posterior, é possível olhar na corte brasileira descrita por Oliveira Lima uma presença burguesa. Presença não referida, mas inclusive física: o Barão de Mauá. Sob esse ângulo, seria interessante lembrar que Império brasileiro não reconhecia privilégios de nascimento em relação à nobreza, porquanto a titulação nobiliárquica aqui jamais fora hereditária, mas dizendo respeito ao mérito ou a projeção pessoal e não necessariamente anexada a terra ou a espada. Hereditariedade só para a família real. O problema é que, não existindo mais no século XIX uma formação social e histórica de sociedade de corte à maneira descrita por Elias, isso não significaria que todos os elementos dessa formação estivessem absolutamente frágeis e decadentes. Ainda existiria, sob diversos aspectos, uma força ou permanência do *Ancien Régime* no século XIX. Na verdade, se a burguesia ruiu com a formação pré-moderna ela também soube participar como membro da aristocracia, talvez, entre muitos motivos, em busca de proveito material, posição social e gratificação psicológica. Arno Mayer escreve na página 24 de seu livro que “[...] os burgueses auto-renegados estavam entre os paladinos mais entusiásticos da arquitetura, escultura, pintura e artes cênicas tradicionais.” Neste trabalho, devido a tudo isso, a corte brasileira é enxergada apenas como persistência territorial da tradição no meio de um século cujas forças modernas minaram o antigo regime. Corte como residência do rei ou ainda a cidade onde o monarca reside. Por exemplo: a criação de Petrópolis como lugar da vilegiatura. Cf. MAYER, A. J. *A Força da Tradição, persistência do antigo regime, 1848-1914*, Cia das Letras, SP, 1981. Esta nota carrega consigo outro desdobramento. Ver adiante, seção 4.2, nota de página 465.

burgueses.⁴⁴² Desse modo, *Versailles* — que era o próprio palácio —, no Império brasileiro transformou-se em uma cidade. Se a casa do rei francês, ao menos sazonalmente, fora também o abrigo concreto de parcela da alta nobreza, demograficamente, aproximando-se de um povoado,⁴⁴³ no Segundo Império brasileiro a Casa Imperial, mediante a enfiteuse, construiu outra corte na qual seus habitantes residiam privadamente e não no palácio de recreio do Imperador. Embora seja possível escrever que a cidade de Petrópolis teria sido a parte mais alargada do jardim do próprio palácio de descanso de Pedro II.

4.1 — Rio de Janeiro: Capital Popular e Malsã

São conhecidas, de sobejo, as transformações que a antiga capital do vice-reinado da América portuguesa, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, experimentou com a migração da família real; deslocamento que significaria, com

⁴⁴² Oliveira Lima, escrevendo sobre o Império brasileiro entre 1821-1889, descreve a sua corte com tamanho grau de frugalidade ou sobriedade que, sem mencionar, aproximar-se-ia de um quadro do cotidiano burguês do século XIX, valendo evocação da aparência burguesa ou do eventual caráter burguês, ou ainda de elementos burgueses no interior dessa corte: “Como Império tinha o Brasil uma corte, mas esta corte nunca foi suntuosa, muito menos dissoluta: foi sempre singela e tão virtuosa quanto pode caber na fragilidade humana, a ponto de ser modelar. Não tinha a severidade militar da prussiana antes ou mesmo depois do império, porque Guilherme I não mudou com ser *plus que roi*. No seu paisanismo, visto as veleidades guerreiras nutridas por D. Pedro I findarem com a desastrosa campanha do sul e a pouca inclinação do país pelas aventuras belicosas, foi simples e frugal, com seus ressaibos de intelectualismo.” LIMA, O. *O Império Brasileiro, 1821-1889*, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1989, p. 178. Sobre a corte de d. João VI até Pedro II, ver também: GUIMARÃES, A. d’A. *A Côrte no Brasil, figuras e aspectos*, Edição Livraria Globo, Porto Alegre, 1936.

⁴⁴³ Norberto Elias menciona um relato de 1744 no qual, incluindo a criadagem, cerca de dez mil pessoas foram acomodadas no castelo. Cf. ELIAS, N. *A sociedade de Corte*, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001, p. 99.

fascínio e liturgia, a direta fixação da engrenagem portuguesa e de sua administração parasitária. Concretamente, além da família propriamente, funcionários do rei, fidalgos, eclesiásticos, militares, administradores e colonos de outras bandas do império lusitano chegaram em 1808. Com a vinda de D. João, um lugar de corte foi criado a fórceps, inclusive, beneficiado pelas residências pré-existentes: o convento do Carmo fora requisitado para a rainha Maria I; o palácio dos vice-reis, modificado, transformou-se em Paço Imperial, servindo de lugar administrativo do reino e residência da família real; a biblioteca Real, tendo Luís Joaquim dos Santos Marrocos como bibliotecário, estabeleceu-se no Paço até 1814, quando foi transferida para uma parte do Hospital dos Terceiros do Carmo, situado na rua Detrás do Carmo; a Academia Militar, provisoriamente, funcionou no Consistório da Sé nova, aliás, esta — iniciada no reinado de D. João V — foi demolida por D. João VI para, com o material, construir-se o prédio dessa Academia, obra do arquiteto francês Pedro José Pézeret. Tudo isso, sem mencionar a expulsão de antigos residentes coloniais de suas casas em benefício desses novíssimos migrantes — saída compulsória, muitas vezes, estribada em uma antiqüíssima legislação de Aposentadoria que previa ajuda de custo para aluguel de moradia a alguns funcionários da coroa.⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ Casas foram requisitadas no centro da cidade: nas ruas Direita, Detrás do Carmo, Quitanda, Detrás do Hospício, da Guarda Velha; no Passeio Público e Lapa; na Glória; no Catete. Paulo Santos, através de alguns autores, dentre eles, Octávio Tarquínio, menciona alguns casos: “O Conde de Belmonte, por exemplo, morou 10 anos numa casa nova, ainda não ocupada pelo proprietário, apropriando-se também a dos escravos; a Duquesa de Cadaval, 10 ou 12 anos numa chácara da Lapa, sem pagar aluguel; ‘houve quem sublocasse residências tomadas a título de aposentadoria e até o caso assombroso do senhorio tornar-se inquilino do seu inquilino” (O. Tarquínio). SANTOS, P. *Quatro Séculos de Arquitetura*, Fundação Educacional Rosemar Pimental, Barra do Piraí, 1977, p. 36. A legislação brasileira extinguiu a letra desta Aposentadoria em 1823. Cf. CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista, a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2004, p. 97.

A migração da corte possibilitou a cidade do Rio de Janeiro se transformar em núcleo econômico, político e cultural do país ao longo do século XIX, distanciando-se da velha cidade-sede do vice-reinado colonial. Embora, em 1821, a cidade permanecesse absolutamente singular.⁴⁴⁵ Em todo caso, a Missão Francesa, consequência direta dessa migração, foi um dos marcos dessa transformação; chegada em 1816, ela afirmaria o neoclassicismo como o estilo do período imperial⁴⁴⁶ — a materialização plástica e arquitetônica do viés europeu que o Brasil tomaria com a vinda da corte portuguesa.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ “O Rio de Janeiro em 1821 era uma cidade absolutamente *sue generis*. Colônia de Portugal até um lustro antes, não parecia uma cidade portuguesa: tinha todo o exotismo do Novo Mundo dentro da sua moldura tropical e americana encaixilhando um arremedo de cidade peninsular, de ruas estreitas à moda árabe e chácaras de recreio à moda inglesa. [...] Centro de escravidão, parecia por esse lado o Rio de Janeiro uma cidade africana, com negros a fervilharem em todos os cantos [...]”. LIMA, O. *O Movimento da Independência (1821-1822)*, Itatiaia/ Edusp, BH/SP, 1989, p. 38.

⁴⁴⁶ O Neoclassicismo predominou na arquitetura do Rio de Janeiro até o terceiro quartel do século XIX. Edifícios como a Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado; o prédio de três pavimentos do Banco do Brasil, na esquina da rua Candelária com Alfândega; o novo hospital da Santa Casa, construído no terreno do cemitério da Instituição, transferido, então, para o Caju; o Hospício Pedro II e residências como a do Conde de Itamarati, são alguns exemplos desse estilo que se afastou da superabundância decorativa e da liberdade criadora sem peia do barroco em benefício de formas mais simples, estáticas, lineares, sóbrias e disciplinadas. Cf. SANTOS, P., op. cit., pp. 48-66.

⁴⁴⁷ Diga-se a propósito que, sem dúvida, poder-se-ia enxergar a história do Brasil como uma linha contínua de caráter europeu ou mesmo ocidental, afinal, a descoberta dessas terras na Idade Moderna está vinculada ao capitalismo mercantil e de navegação, a ossatura da língua “brasileira” é portuguesa e latina, a religiosidade do povo é cristã ocidental, valendo escrever demasiados exemplos acerca desse fio condutor europeu e ocidental em nossa história brasileira, por esse viés, não se podendo então falar em europeização do século XIX no Brasil. Todavia, seguir esse fio é simplesmente subsumir a produção de um espaço a partir da determinação econômica e política metropolitana, por consequência, não dando chance ou esquecendo a possível novidade ou particularidade de um processo civilizador no interior dessa expansão do capitalismo. Porque “Pode um povo receber de outro, parte vultosa de técnicas, organização social, linguagem, possíveis permanentes ou constantes antropológicas, sem que fique possuindo características reais da civilização comunicada. [...] Todos os povos são parecidos e dessemelhantes. [...] O que se transmite é a cultura. Difunde-se pela migração, imitação, irradiação [...] A essência da civilização é intransferível. Sua conservação no tempo é surpreendente.” Pois “Civilização é força como um princípio de gravidade e semelhará ao que preside o sistema solar, mantendo a unidade orientada e em movimento no espaço sideral sem influência mutiladora nas elipses descritas pelos corpos submetidos à sua atração.” CASCUDO, L. da C. *Civilização e Cultura*, Itatiaia, BH, 1983, pp. 46-48. É desse modo — como população ameraba, branca e negra modelada, inclusive biologicamente, no interior de extrema opressão social determinada por uma ordem produtiva de caráter escravocrata e mercantil

colonial — que os brasileiros poderiam ser considerados um povo-novo nascido na Idade Moderna. Cf. RIBEIRO, D. *As Américas e a Civilização*, Vozes, 3º ed., Petrópolis, 1979, especialmente terceira parte. Cf. também *Os Brasileiros*, Vozes, 12º ed., Petrópolis, 1993. Se anexarmos a essas questões as observações, em outra chave, de Milton Santos acerca da categoria Formação sócio-econômica como Formação econômica, social e espacial, pois — como Formação — sendo seu papel investigar as particularidades da vida histórica, querendo isso dizer que “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada.” (p. 14), valendo o espaço como o território da Formação social, existem razões palpáveis para enxergar uma ostensiva europeização ou re-europeização no período imperial brasileiro no interior do particular processo formador da civilização brasileira. Cf. SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*, Vozes, Petrópolis, 1979. Precisamente, é por esse conjunto que podemos compreender o que escreve Gilberto Freyre, bem antes de todos os autores mencionados: “Em três séculos de relativa segregação da Europa não-ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia — em S. Paulo, na Bahia, em Pernambuco — definira-se ou, pelo menos esboçara-se um typo brasileiro de homem, outro de mulher. Um typo de senhor, outro de escravo. E até um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ser-vindo-lhe de carta de branquidade. [...]. Definira-se igualmente uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco, de africano: os elementos nativos deformados num sentido francamente oriental e não puramente euro-português [...]” (Freyre, p. 257-258). Gilberto Freyre dá inúmeros exemplos dessa particularidade sócio-espacial: a casa com os bicos do telhado vermelho em forma de aza de pombo lembrando as do oriente; os palanquins e os bangüês, meios de transportes de senhores, tais como no Oriente; o ideal mouro de “[...] mulher gorda e bonita, peitos grandes, nádegas bem cheias de carne; [...] o geito das senhoras se sentarem de pernas cruzadas, pelos tapetes e pelas esteiras, em casa e até nas igrejas; [...]”. O gosto mouro pelo azulejo na frente da casa. “Quase que tinham sido transplantados para cá pedaços inteiros dessas civilizações anti-européas; e utilizado o elemento indígena apenas como o grude humano que ligasse á terra todas aquellas importações da África e Ásia, e não apenas as européas.” (Freyre, p. 258). A europeização, portanto, ocorreu como uma espécie de reconquista européia do Brasil a partir do início do século XIX, objetivando, através da assimilação, imitação e coerção, o distanciamento dos elementos de corte africano, asiático e indígena da paisagem brasileira: “A colônia portuguesa da America adquirira qualidades e condições de vida tão exóticas — do ponto de vista europeu — que o século XIX, renovando o contacto do Brasil com a Europa — que agora já era outra: industrial, comercial, mechanica, a burguesia de cima — teve para o nosso paiz o caracter de uma re-europeização. Em certo sentido, o de uma reconquista.” (Freyre, p.259). A substituição da casa colonial pelo *chalet* assobradado seria um exemplo. O encolhimento do uso cotidiano da rede-de-dormir, outro exemplo, guarda seu marco inicial neste século XIX: “A rede, especialmente no Sul do país [Cascudo, recostado em sua rede, escreve do Rio Grande do Norte], sofreu longa, diária e teimosa campanha de descrédito como elemento desmoralizador dos foros progressistas do Império. [...]. A Rede no sul do Brasil não desapareceu por uma verificação de inutilidade mas pela imposição de um julgamento ditado pela voga européia, pela moda, pela irresistível força sedutora da imitação.” CASCUDO, L. da C. *Rede de Dormir*, edições FUNARTE/INF/Achiamé/UFRN, RJ, 1983, p. 35. Os ingleses, terceiro exemplo, impuseram ao Brasil, através de um Portugal submetido ao Tratado de Methuen, padrões e atitudes que, de outro modo, apenas eventualmente teriam sido adotados: o excesso de cor trocado pelo monocromático — a cor preta da carruagem e da sobrecasaca, de cartolas e de botas. Pedro II, diz Freyre, só sentia-se bem vestido à européia. Cf. FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos, decadência do patriarcho rural no Brasil*, Cia. Editora Nacional, SP, 1936. Cf. também SODRÉ, N. W. “O Tratado de Methuen, domínio inglês em Portugal”. In: SODRÉ, N. W. *As Razões da Independência*, Civilização Brasileira, RJ, 1965, pp.15-53. Câmara Cascudo, em outro livro,

Os anos do Segundo Império, gradativamente, trouxeram as obras de instalação dos paralelos, a iluminação a gás, os bondes puxados a burro, o sistema de esgotos, o abastecimento de água nas residências,⁴⁴⁸ além disso, procurou-se dissecar pântanos e escoar águas pluviais com a abertura do Canal do Mangue,⁴⁴⁹ reformou-se o Passeio Público, projetando-se também os parques do Paço de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista) e do Largo de Sant'Ana (Praça da República), além de uma avenida que, saindo da atual Praça XV e acompanhando o contorno da baía, seguiria até Botafogo.

Contudo, a despeito dessas e outras transformações do espaço urbano principiadas com a chegada da família real, o fato é que, na década de 1850, Império de Pedro II, a cidade concentrava número elevado de escravos — pouco mais de 100 mil cativos no interior de uma população de 266 mil habitantes,⁴⁵⁰

escreve na página 26: “Para governar o Brasil tínhamos dom Pedro, sereno, doce, recatado, sócio do Instituto de França, lendo hebraico, vestindo negro, sem beber, sem fumar, sem ter bastardos. Para um povo policolor, berrante, gente de carnaval, de entrudo, de bailes e lapinhas doidas, de cavalgadas, de pegadas-de-touro, de eleições a tiro, se não-não-tem-graça, havia um dirigente sisudo, grave, impecável, sem arroubos, com um falinha de menino manhoso e viciado.” CASCUDO, L. da Câmara. *O Marquês de Olinda e seu Tempo (1793-1870)*, Cia. Editora Nacional, SP, 1938, p. 26. Esta europeização ou, à maneira de Freyre, re-europeização, obteve um dos seus exemplos com a fundação de Petrópolis. O próprio Koeler, *Jornal do Comércio*, 17/02/1845, tornando público em certa espécie de relatório o projeto de fundação de Petrópolis, escrevia em uma passagem: “[...] ver-se-há que em 5 ½ horas se fará a passagem de um clima ardente para outro comparativamente frio, mas na realidade tão aprazível e moderado, que iguala ao que se experimenta no sul da Europa.” Hermann Burmeister, publicando em Berlim, 1853, a sua relação de viagem ao Brasil, escrevia sobre Petrópolis na página 20: “As ruas, em sua maioria sem calçamento, eram largas e bastante lamacentas. As casas, elegantes, novas e espaçosas, emprestavam ao todo o aspecto de um balneário europeu na fase de crescimento.” BURMEISTER, H. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos áureo-diamantíferos acompanhado de um mapa*, Livraria Martins Editora, SP, 1952. Burmeister viajou pelo Brasil entre os anos de 1850 e 1852.

⁴⁴⁸ Respectivamente: 1853, 1854, 1859, 1862, 1874.

⁴⁴⁹ Paulo Santos informa que os objetivos não foram integralmente atingidos, pois três décadas depois, 1875, o Canal continuava obstruído. Cf. SANTOS, P. *Quatro Séculos de Arquitetura*, op. cit., p. 45.

⁴⁵⁰ Precisamente, em 1851. Cf. *Almanak Laemmert*, 1851, pp. 231-234. É Paulo Santos quem acrescenta: “A população da cidade — deixados de lado os censos de 1849 (exagerado) e 1856 (incompleto) —, cresceu, no decorrer do século, de 112.000 habitantes

população total que, cinqüenta e seis anos após, 1906, transformou-se em 621 mil habitantes. Esses escravos habitavam as senzalas ou quartos de negros no interior das casas dos seus senhores, enquanto o trabalhador livre marginal — lutando pela sobrevivência em condições hostis, dentre essas circunstâncias desfavoráveis, a concorrência do escravo que podia ser alugado pelos seus senhores a baixo preço —, habitava as estalagens ou cortiços, cuja estrutura era uma seqüência de quartos

em 1821, para 137.000 em 1838; 235.000 em 1870; 621.000 em 1906.” SANTOS, P., *Ibid.* p. 47. Oliveira Lima informa que — em meados do século — as estatísticas mostravam 2 milhões de brancos para mais de 5 milhões de negros e mestiços no Brasil. Cf. *O Império Brasileiro, 1821-1889*, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1989, p.181.

O mesmo Oliveira Lima, ademais, dá alguma oportunidade para inferir que esse número elevado de negros, 100 mil, guarda algum compasso com os anos anteriores de D. João VI no Brasil: “Era sobretudo a população de cor que emprestava à capital [...] o seu aspecto estranho e único na monarquia, compartilhado é claro pelas outras cidades do litoral brasileiro. Em Lisboa, não obstante o forte contingente africano, predominavam os brancos; [...] no Rio de Janeiro era que se equilibravam em número descendentes de europeus e de africanos, avolumando-se constantes e simultaneamente [...] enxurradas de reinóis e [...] levas de escravos arrebanhados pelos negreiros.” (pp. 593-594). Mencionando Debret e Chamberlain, Oliveira Lima escreve que a cidade de corte americana de D. João VI portou rara feição cortesã em seu cotidiano: “[...] ocasionalmente [...] uma traquitana de desembargador da Casa da Suplicação, com sua beca de seda negra e ao pescoço o colar carmesim de Cristo, ou a sege de um ministro d’ estado, escoltada pelos correios a cavalo, de farda azul com golas e punhos vermelhos agaloados de ouro, botas altas e chapéu armado de oleado.” (p. 594). Embora a família real tivesse adicionado a essa cidade colonial o espetáculo ou mesmo a etiqueta ou o cerimonial de corte, o fato é que, no período joanino, “A população do Rio de Janeiro nem podia bem imaginar o que deviam ser os cortejos esplêndidos da realeza em toda a sua pompa legendária.” (p. 603). O cotidiano nas ruas era então substantivamente representado pela alacridade do “[...] mundo animado de barbeiros ambulantes armados de medonhas navalhas, cesteiros vendendo samburás que teciam, mercantes de galinhas, de caça, de palmitos, de leite, de capim para forragem, de milho, de carvão, de cebolas e alhos, de sapé para colchões, quitandeiras de angu e café, carregadores, condutores de carros de bois que chiavam desesperadamente pelas ruas sem calçamento ou guarnecidas de lajes, puxadores de carretas com fardos, quatro adiante e dois atrás empurrando à moda japonesa. Na própria rua do Ouvidor, que já armava pretensões a elegante, abundaram os barbeiros pretos até algum tempo depois da chegada da família real, quando ali se estabeleceu, com suas pomadas e loções perfumadas, o cabeleireiro da corte Monsieur Catilino, e abriu loja a costureira da moda, Madame Josephine.” (p. 595). Se bem que, gradativamente, fosse perdendo a sua atmosfera africana “[...] depois da abolição do tráfico, da progressiva extinção dos negros da Costa, do aumento da imigração européia e da diluição dos mestiços na população branca, ganhando de todo, senão a cor, os modos e o aspecto geral e uniforme do resto da gente.” (p.594), a cidade do Rio de Janeiro — nas décadas Pedro II — não teria sido substantivamente diferente desse cenário rueiro. LIMA, O. *D. João VI no Brasil*, Topbooks, 3ª ed., RJ, 1996. Como um ponto de apoio à presença urbana e negra na cidade do Rio de Janeiro no Segundo Império, é de se notar que a elite política deste período se preocupava com eventual revolta escrava nos moldes do Haiti.

de porta e janela com uma alcova úmida e sem luz, instalando-se no centro dessa fila, ou mesmo no lado, um pátio, área ou corredor no qual fixavam-se o tanque, a fonte e a latrina comuns. “Em 1869, havia, oficialmente, 642 estalagens, que representavam 3% dos prédios da cidade habitados por 10% da sua população — elevando-se, em 1888, para 4% e 12%, respectivamente.”⁴⁵¹ A capital do Segundo Império permanecia, então, com alargada população pobre em condições precárias de existência, amontoando-se na área central ou afastando-se para o subúrbio, uma vez que a substituição desses cortiços por habitações mais em conta jamais ocorreu com a velocidade necessária.⁴⁵²

O cerco epidemiológico que a cidade do Rio de Janeiro, nesse tempo, sofria era ostensivo; com a sujeira de rios e córregos, aliás, o banho de mar no Segundo Império fora avistado como terapêutico.⁴⁵³ Os procedimentos públicos de asseio e higiene eram precários: o transporte das matérias fecais, por exemplo, continuava sendo transportado em barris pelos escravos até o mar.⁴⁵⁴ Esse sistema

⁴⁵¹ SANTOS, P., op. cit., p. 48. Em números absolutos existiam, em 1869, 642 cortiços, com 9.671 quartos e uma população de 21.929 pessoas; em 1888, o número de cortiços alcançou 1.331, com 18.866 quartos e uma população de 46.680 pessoas. Cf. PIMENTEL, A. M. A. “Subsídios para o estudo de higiene do Rio de Janeiro”, RJ, Tipografia e Lit. de Carlos Gaspar da Silva, 1890, p.186-187. *Apud* AQUINO, L. “Habitações Populares”. In: AQUINO, L et all. *A Era das Demolições/ Habitações Populares*, Biblioteca Carioca, Prefeitura Municipal do RJ, 1986, p. 150. Possivelmente, Paulo Santos tenha retirado seus valores percentuais de PIMENTEL, A. M. A.

⁴⁵² Cf. AQUINO, L. “Habitações Populares”. In: AQUINO, L et all. *A Era das Demolições/ Habitações Populares*, Biblioteca Carioca, Prefeitura Municipal do RJ, 1986, p. 146.

⁴⁵³ Embora com algum exagero, afinal, não seria toda a extensão da baía — evidentemente — que portaria imundícies e odores repugnantes, essa recomendação parece ser contraditada em seus benefícios curativos, em 1883, por uma observação da senhora Toussaint Samson, encontrada em Frédéric Mauro: “As margens da baía [do Rio] não passam de um vaso infecto, em que toda espécie de detrito apodrece espalhando emanações nauseabundas. [...] As praias, que de longe nos pareciam tão belas e perfumadas, eram o receptáculo das imundícies da cidade. Posteriormente, ela foi saneada por esgotos”. MAURO, F. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, Cia das Letras, SP, 2001, p. 16. Mauro retirou a citação do livro de Toussaint Samson: *Une Parisienne au Brésil*, Paris, 1883, p. 38.

⁴⁵⁴ Escravos que, transportando esses materiais nas horas mortas noturnas, eram chamados de tigres, denominação, por motivos óbvios, originalmente dados aos barris que continham esses materiais e, por extensão, aos cativos que os carregavam; tigres, igualmente, devido

de esgotamento perduraria até depois de 1860, pois desde 1855 o reinado de Pedro II cogitava a instalação de uma rede de esgoto que, no entanto, somente saiu do papel em 1862, através do Coronel João Frederico Russel.⁴⁵⁵ A cidade do Rio de Janeiro, no Segundo Império, quase anualmente era tomada por epidemias de febre amarela e pelo cólera; a primeira alcançava especialmente os estrangeiros europeus e alguns grupos africanos advindos de regiões da África onde não existia a moléstia; o cólera contaminava sobretudo os escravos e trabalhadores livres marginais que viviam em péssimas condições,⁴⁵⁶ embora a epidemia de cólera que assolara o Império entre 1855 e 1856, sendo vitoriosa diante da fragilidade sanitária, gerou mortos em todo os estratos sociais da cidade.⁴⁵⁷

Precisamente, é no interior desse quadro de problemas, cujo cotidiano o Império experimentava em seu território de elite, que o pensamento higienista urbano penetrou, sem dúvida, buscando soluções, mas especialmente gerando uma representação malsã da cidade carioca. Já no último quartel do século XVIII,

ao pavor que inoculavam naquele passante que andasse pelas ruas à noite — medo de um temido encontro e/ou dos vapores e rastros que deixavam em sua passagem. Cf. COARACY, V. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 3, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1965, p. 161. É novamente Frédéric Mauro que, escrevendo sobre esses tigres, reproduz a escrita de outro viajante francês, Charles Expilly: “O ponto da praia onde diariamente são feitos os despejos é próximo do palácio do imperador do Brasil. Alguém que esteja à janela não pode deixar de ver os horrorosos ‘barretes’ [...] e cujo odor se faz sentir até o fundo dos aposentos. As casas vizinhas são infectadas por ele. [...] Acrescentemos que o palácio está quase sempre deserto. O imperador só se instala nele por ocasião das festas nacionais ou das solenidades religiosas ou políticas. Sua magestade fica quase o ano inteiro nas residências de São Cristóvão e de Petrópolis.” MAURO, F. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, Cia das Letras, SP, 2001, p.16. O livro de Expilly, do qual Mauro retirou a citação, é *Le Brésil tel qu’il est*, Paris, 1862, p. 50-54.

⁴⁵⁵ Concessionário do serviço, Russel constituiu em Londres, 1862, a *The Rio de Janeiro City Improvements Limited*, empresa que executou e explorou a rede de esgoto. Cf. COARACY, V. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, v.3, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1965, p. 161. As obras tiveram início na zona central da cidade, seguindo após para o seu entorno — Laranjeiras, Rio Comprido, Catumbi, São Cristóvão. Engenho Novo, etc.

⁴⁵⁶ Cf. ALENCASTRO, L. F. “Vida Privada e Ordem Privada no Império” (P. 78). In: NOVAIS, F. A. *História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*, vol 2, SP, 1997, pp. 12-93.

procurando conhecer as causas de insalubridade da cidade, a Câmara dos vereadores solicitara diagnóstico para três médicos que exerceriam a profissão no Rio de Janeiro. Indagações, aliás, prenhes de pensamento higienista.⁴⁵⁸ A resposta guardaria umbilical relação entre natureza e doença,⁴⁵⁹ introduzindo um conjunto de causas relacionais que seriam amplificadas e aprofundadas ao longo do século XIX pelo saber médico da cidade.

A vinda da família real, em 1808, gerou oportunidade para outra consulta, desta vez, do Príncipe Regente. O resultado parece ter seguido o mesmo caminho do diagnóstico anterior do século XVIII: o sítio urbano era recriminado devido à baixa declividade — que inibia o escoamento das águas — e à disposição de morros e montanhas, que impediam a circulação livre do ar; a umidade e o calor

⁴⁵⁷ Cf. REIS J. J. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. (P. 140). In: NOVAIS, F. A. *História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*, vol 2, SP, 1997, pp. 95-141.

⁴⁵⁸ As indagações da Câmara buscavam respostas acerca das doenças endêmicas e epidêmicas habituais à cidade; procurava saber se a temperatura elevada e úmida geraria doenças e, igualmente, se a ausência de higiene pública e a presença dos pântanos teriam responsabilidades na marcha das doenças; além disso, inquire sobre as razões da elevada umidade na cidade e acerca do papel que o relevo cumpriria nesse quadro. Cf. DAMASCENO, A. N. *Os Miasmas, os Médicos e a relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX*, Dissertação de Mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, 1993. p.59-60.

⁴⁵⁹ A diagnose realizada apontaria os fatores sociais, tais como a sujeira das vias públicas, o sentido das ruas em relação aos ventos dominantes, o número elevado de pessoas nas habitações, além disso, chamando a atenção para condições naturais avistadas como problemáticas: a situação tropical; a ocupação urbana da estrema marítima de enorme planície emparedada, ao fundo, por um conjunto de serras que dão origem a diversos braços d'águas que, embora caudalosos e seguindo para o mar, paralisavam-se e dilatavam-se em muitas áreas abaixo do nível do mar, originando pântanos e aumentando a umidade do ar. Cf. “O Patriota”, janeiro (1) 1813, p. 61. In: DAMASCENO, A. N. *Os Miasmas, os Médicos e a relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX*, Dissertação de Mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, 1993. Damasceno, em nota na página 86, informa que esse e outros trabalhos foram reeditados pelo Patriota, em 1813, “[...] logo após a chegada da família real, revelando o temor do poder público pelas doenças mais comuns presentes na cidade.” Cf. também ABREU, M. de A. “Pensando a Cidade no Brasil do Passado”. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Brasil, questões atuais da reorganização do território*, Bertrand Brasil, 3ª ed., RJ, 2005, pp.145-184.

debilitavam as forças físicas e morais dos homens, além de aumentar a velocidade de putrefação animal e vegetal.⁴⁶⁰

O caso é que, tendo como sustentação a teoria dos miasmas,⁴⁶¹ cuja inflexão no país ocorreria com a europeização oriunda da chegada da Família Real, o pensamento higienista do Rio de Janeiro atravessaria o século XIX migrando das concepções miasmáticas mais próximas das determinações do mundo físico para, no Segundo Império, conceitos de emanções pútridas mais anexados aos diretos problemas de crescimento urbano desse século.⁴⁶² Na primeira metade do século XIX os trópicos seriam compreendidos como natureza maligna — valendo como

⁴⁶⁰ CF DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 61. Maurício Abreu, informando que o relatório fora realizado pelo Físico-Mor do Reino, Manoel Vieira da Silva, contudo, escreve que, ao inverso da consulta do século XVIII, a de D. João, embora confirmando os mesmos elementos causadores, enfatizaria fatores sociais, tais como a sepultura nas igrejas, maior controle sobre a qualidade do alimento vendido na cidade e a necessidade de fundação de uma casa de quarentena para suspeitos de lepra — um lazareto. Cf. ABREU, M. de A., op. cit., p. 164-165.

⁴⁶¹ As emanções mefíticas são os miasmas. Esses ares teriam origem na matéria orgânica em decomposição nos pântanos, esgotos, águas paradas. A teoria dos miasmas era baseada na relação homem-natureza e nas conseqüências que essa relação, sob certas circunstâncias, valendo circunstâncias urbanas, poderiam gerar em termos de endemias e infecções. O clima, ou o tempo quente e úmido, seria o causador por excelência desse processo. Quatro categorias miasmáticas, em 1873, foram fixadas em verbete: 1 - Emanações pútridas: o mais clássico dos miasmas, oriundo de matéria orgânica em decomposição nas fossas, esgotos e pântanos. 2 - Miasmas humanos: advindo de ambientes fechados com número elevado de pessoas, tais como habitações coletivas; os migrantes ainda não aclimatados ao clima de um país seriam os mais atingidos. 3 - Miasmas provenientes do solo: emanções produzidas pela mistura de alta temperatura e de material orgânico em decomposição que, misturados pela chuva e pelo solo, seriam espalhados pelo ar. 4 - Miasmas originados de condições topográficas e climáticas: seriam as emanções da terra e resultariam da ação dos ventos, neblina e mudanças bruscas de temperatura. Pelo verbete o clima temperado seria menos malsão do que o tropical, e a cidade do Rio de Janeiro insalubre. Esse verbete foi redigido para o *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences Médicales*, editado em 1873, e referido por Ângela Damasceno. Cf. DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 17-18.

⁴⁶² É Ângela Damasceno quem escreve: “[...] em meados do século XIX, toma corpo uma outra concepção [...] levando à decadência as concepções deterministas anteriores. A emergência das questões sociais, fruto do grande crescimento urbano daquele momento, transferiu do meio físico para o social o foco de atenção daqueles que buscavam combater a insalubridade da cidade.” DAMASCENO, A. N., op.cit., p. 97.

especial exemplo a natureza ou o sítio urbano carioca⁴⁶³ — e, na segunda metade, transferida a origem das enfermidades, uma específica insatisfação ou mal estar com a própria cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro seria gerada, já que essas enfermidades miasmáticas estariam anexadas aos problemas sócio-espaciais urbanos.⁴⁶⁴

⁴⁶³ “[...] a cidade sepultada entre montes, e ao abrigo dos ventos, juntamente com a direção das ruas, [...] o sol penetra os edifícios de manhã, e a tarde, fazem a cidade pouco arejada dos ventos, abafadiça, endêmica, epidêmica, e incapaz de se poder viver nela”. “O Patriota”, março, 1813, p.9. In: DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 62.

“As águas estagnadas [...] o principal lugar entre as causas da insalubridade de qualquer local; é logo por lastimar, que o homem observador entrando na cidade, a descubra por todos os lados cercada de lugares pantanosos; [...] ali estão em digestão, e dissolução substâncias animais, e vegetais, as quais na presença de grandes calores, entrando em putrefação, dão origem a pestíferos gases da morte, já pela ação imediata na periferia do corpo [...] já pela entrada nos órgãos da respiração”. “Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro”, RJ, Imprensa Régia, 1808, p. 5-6. In: DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 63.

⁴⁶⁴ “Percorremos muitas ruas, e não achamos a salubridade por toda a parte, onde a deveríamos achar, por isso que não a natureza, e sim a arte e as necessidades têm por tal forma desorganizado o clima, que ele varia muitas vezes ao dobrar de uma esquina [...] Nós o repetimos: a Cidade do Rio de Janeiro não deveria ser uma morada pestilenta, mas as necessidades da vida humana, a falta de polícia sanitária e os costumes, a têm tornado quase geralmente insalubre.” AZEVEDO, F. C. de. “Quais os lugares que na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores são mais favoráveis à saúde? Quais os mais insalubres? Sua sucinta descrição topográfica. Qual a causa da diferença de salubridade?”, dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850, p. 50. In: DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 89.

“A condição essencial para o desenvolvimento da febre amarela é a aglomeração de gente, tornando o ar confinado e o aumento da temperatura além de 22. Ora, nesses cortiços há inquestionavelmente acúmulo de moradores, logo é muito natural que com a temperatura de 30 como a atual, a febre se desenvolva. Não estará, pois nessas casas o monstro? Não é aí que existe o seu berço? E porque não havemos nós de aconselhar medidas que tendam a mata-lo, ou quebrar as suas forças e dirigir as vistas dos que governam para o lugar onde ele existe?”. “Anaes Brasiliense de Medicina”, julho, XXV (2), 1873, p. 43. In: DAMASCENO, A. N., op. cit., p. 74.

Diga-se de passagem, que o período republicano de demolições, inaugurado com o presidente Rodrigues Alves, 1902-1906, tem origem nessa representação higienista da cidade do Rio de Janeiro. Se as demolições cariocas do Haussmann brasileiro — engenheiro Francisco Pereira Passos — foram à moda parisiense, os seus motivos mais longínquos estavam no século XIX do Brasil, inaugurado com a vinda da Família real portuguesa. 1875 e 1876 foram as datas de apresentação de dois Relatórios pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, Comissão criada em maio de 1874 pelo governo imperial. Esses Relatórios poderiam ser compreendidos como respostas da engenharia às permanentes demandas que o Império sofria, especialmente do pensamento higienista, mas que os órgãos de saúde pública não davam solução. Era a engenharia tentando concretizar as diversas propostas da medicina. Os dois relatórios dessa Comissão, ademais, já significavam direta influência da urbanização francesa e daria mesmo os

Em qualquer caso, pois não sendo abalada as bases teóricas dos miasmas, a representação higienista produziria má disposição com a cidade do Rio de Janeiro, dir-se-ia, com a capital do Império.

4.2 — A Vila de Recreio na Obra Central do Segundo Império

Conseqüência dos fatores referidos anteriormente, um outro aspecto que tornava problemático o Rio de Janeiro, era a ausência de uma exclusiva representação espacial de elite⁴⁶⁵ que fosse expressão e arranjo territorial pró-ativo

fundamentos das futuras demolições republicanas. Chefiou essa Comissão o próprio Pereira Passos, que, aliás, não apenas assistira a derrubada de grandes áreas medievais em Paris, mas participara de discussões abertas entre engenheiros e alguns encarregados dessas modificações, dentre esses debates, aqueles ligados aos objetivos e planejamentos do engenheiro Jean Charles Alphand, homem de confiança do prefeito e barão George-Eugène Haussmann — administrador de Paris entre 1853-1870. Alphand, dentre os seus trabalhos, desenhou os jardins do *Champs-Élysées* e, em 1870, dirigiu as obras de fortificação de Paris. Pereira Passos cursara engenharia na Escola Militar e, em 1857, já engenheiro, seguiu para Paris como adido à legação na França. Cf. ROCHA, O. P. *A Era das Demolições, cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920* e CARVALHO, L. de A. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares, Rio de Janeiro: 1886-1906*, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Coleção Carioca, volume único, 1986. Cf. também BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos, um Haussmann Tropical*, Dissertação de Mestrado, PUR-UFRJ, 1982. Cf. igualmente DAMASCENO, A. N., op. cit., pp. 75-79.

⁴⁶⁵ Uma vez que, no século XIX, não é possível falar em sociedade de corte na acepção acabada que Norbert Elias deu a ela no *Ancien Régime*, afinal, as forças modernas que viviam no século XIX acabaram por minar esse mesmo Antigo Regime, no lugar de corte, escrevo elites imperiais ecoando tradições aristocráticas. Refiro-me especialmente a elite política, restrito círculo detentor do poder político, distante da maioria privada desse poder e diferente de outros grupos de elite. Essa elite política imperial, ademais, acompanha José Murilo de Carvalho — apreendida a partir das posições formais de poder, portanto, não estando aprisionada ao direto grupo dirigente ou de ação. No Império brasileiro, escreve Carvalho, “Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.” (CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*, Civilização Brasileira, RJ, 2º ed., 2006, p. 51). Além disso, essa elite portara uma “[...]”

da obra centralizadora do Segundo Reinado em detrimento da desintegração das oligarquias,⁴⁶⁶ em um processo de formação do Estado imperial brasileiro de Pedro

II.

homogeneidade ideológica e de treinamento [...] que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida sobretudo pela socialização da elite [...] por via da educação, da ocupação e da carreira política.” (CARVALHO, J. M. Ibid., p.21). Elite homogênea, gostaria de retomar, na educação, na ocupação — sobretudo no domínio da magistratura —, e na estabilidade e circulação pelo país através de postos no judiciário, legislativo e executivo, produzindo uma unidade ideológica em torno do Estado Imperial que a unidade social não gerava, porquanto elite não necessariamente identificada em relação aos seus interesses, uma vez que oriunda da propriedade da terra, do comércio, da mineração. Na educação, por exemplo, recebera essa elite a formação unificadora de Coimbra e das duas escolas de Direito, fundadas no século XIX no Brasil, em 1827, nas cidades de São Paulo e Olinda, esta transferida para Recife 27 anos depois, em 1854. (Cf. CARVALHO. Ibid., p. 9). Elite letrada imersa em analfabetismo quase absoluto da população.

Além das ocupações e da representação política no parlamento, o Império dava a essas elites títulos nobiliárquicos, formando, é Nelson W. Sodré quem escreve, “[...] essa espécie de patriciado de segunda ordem, que ornamentou os salões e a sociedade imperial”. SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*, Graphia, 2ª ed., RJ, 1998, p. 165. É de se lembrar, novamente, que o Império brasileiro não perfilhava prerrogativa de nascimento em relação à nobreza, uma vez que a titulação nobilitante aqui jamais fora hereditária, mas dizendo respeito à projeção pessoal ou ao mérito e não exatamente unida a terra ou a espada. Hereditariedade só para a família real. O Império, é necessário acrescentar, com a produção do espaço serrano de Petrópolis dava também a possibilidade de convívio de recreio em seu território exclusivo. Essa elite política imperial, constituída no interior mesmo do processo de formação do Estado imperial brasileiro, formaria — com outros círculos de elite — uma espécie não tão acabada de corte do século XIX brasileiro. O que procuro dizer é que, não existindo no Brasil uma sociedade de corte inteira à maneira descrita por Norbert Elias, todavia, a elite política do Império, com outros grupos de elite, seria uma espécie de corte naquilo que guardava de permanência da tradição do *Ancien Regime*: a obra centralizadora do Segundo Império brasileiro ao redor do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, não esquecendo Petrópolis, teria sido o equivalente tardio da formação do absolutismo europeu acoplada à formação de uma sociedade de corte européia. Se o absolutismo europeu centrou no rei todo o poder de Estado, desse modo, eliminando os poderes e gerando submissão da nobreza em relação ao rei, no Brasil do século XIX, a obra suprema e central do Segundo Império estaria também vinculada à constituição de uma elite política homogênea e dependente desse mesmo Estado. É precisamente no interior destas e de outras questões já apontadas em notas de páginas anteriores (notas de números 391, 438, 441, 442) sobre os limites de uma sociedade de corte no Brasil do século XIX, que a fundação de Petrópolis, pelo viés da vilegiatura, é interpretada como um específico e necessário território de corte para representação espacial da obra centralizadora do Segundo Império e de sua elite.

⁴⁶⁶ Sobre a obra centralizadora do Segundo Império e outros temas, ver: SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*, Ibid. Ver também CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*, Civilização Brasileira, RJ, 2ª ed., 2006.

É desnecessário lembrar o elevado grau de descentralização que, no Brasil, o período colonial deixou como legado ao século XIX. Grandes senhores de terras, por exemplo, exerciam na colônia não somente autoridade militar, mas administrativa e judicial, usando muitas vezes a superioridade de serem os maiores proprietários em benefício próprio, com isso, reforçando seus poderes sobre as zonas rurais; a metrópole não estava alheia a isso, mas a legislação era morta nessas regiões onde, precisamente, quem poderia aplicar a lei eram os mesmos enquadrados ou mirados por essa legislação.⁴⁶⁷ Em todo caso, a divisão em Capitâneas possibilitara um comando com autonomia relativa ante o Governo Geral ou mesmo o Vice-Reinado. Não obstante os eventuais temas graves e urgentes que necessitavam do trato imediato do Governador Geral ou do Vice-Rei, as capitâneas se aproximavam mais de Lisboa, pois era interesse metropolitano inibir a consciência superior, dir-se-ia, política, em relação às riquezas da colônia e ao rumo quase evidente que tomaria — circunvizinha de interesses comuns — uma unidade formal dessa mesma colônia.⁴⁶⁸

Essa herança colonial fundiu-se com outra, ligada a transmarina arrecadação fazendária da mineração no século XVIII, cuja ambição desmedida e irrefreável, umbilicalmente unida a uma estrutura de repressão usada com violência,

⁴⁶⁷ Esses senhores de terras, usualmente, eram os que portavam postos de coronéis, capitães-mores da milícia e da ordenança territorial. Eram os que administravam a justiça, por exemplo, porquanto “[...] sendo as vilas dos sertões, falando em geral, poucas e distanciadas uma das outras [...]”, as autoridades judiciais designadas pouco podiam cobrir ou protelavam a “viagem judicial” pelo enorme território brasileiro. Cf. BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil, dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Nova Fronteira, 3 ed., RJ, 2000, especialmente capítulo XII, pp. 319-320.

⁴⁶⁸ É Azevedo Amaral, em 1938, quem escreve: “A divisão do território em províncias, que se achavam em maior intimidade com o governo de Lisboa que com o governador-geral e depois com o vice-rei, inspirava-se evidentemente no conceito da conveniência de utilizar-se com a maior eficácia possível das riquezas do Brasil, sem facilitar ao mesmo tempo a eclosão de uma consciência política tendente à unificação da colônia.” AZEVEDO AMARAL. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Câmara dos Deputados/ ed. Universidade de Brasília, DF, 1981, pp. 24-25.

enforcava no nascedouro eventuais processos de enriquecimento pessoal que surgissem da atividade mineira.⁴⁶⁹ Esta segunda herança, oriunda do território mineiro, gerou nas populações do interior a idéia de emancipação política e de repulsão ao mando português, além de uma execração aos homens de governo da cidade do Rio de Janeiro que, aos olhos daquela população da hinterlândia desejosa de liberdade para enriquecer, apareciam como ladrões da riqueza alheia: desprezíveis representantes do rei que, com rapacidade, usariam de seus cargos para rapidamente tomarem para si os bens que receberiam em depósito.⁴⁷⁰

Nessas populações do interior, ano após ano, essas duas heranças originariam arraigada disposição afetiva contra o governo central; para essa gente o centro, valendo a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, seria o lugar por excelência dos malfetores administrativos. Quando a economia e suas crises⁴⁷¹

⁴⁶⁹ Sobre os rendimentos da coroa portuguesa retirados das Minas Gerais entre 1700-1799, ver: Pinto, V. N. "O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português", SP, 1979. pp. 71-75. In: SOUZA, L. de M. *Desclassificados do Ouro, pobreza mineira no século XVIII*, ed. Graal, 2ª edição, RJ, 1986, pp. 43-47.

⁴⁷⁰ Cf. SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*, Graphia, 2ª ed., RJ, 1998.

⁴⁷¹ É de se notar, por exemplo, que a produção média anual de ouro no quinquênio 1795-1799, foi de 4.399 quilos. Essa produção aproximou-se dos quinquênios iniciais, como o de 1706-1710 cuja produção média anual, em quilogramas e somente exploração de Minas Gerais, fora de 4.410. É de se observar, ademais, que o quinquênio 1795-1799, além de Minas Gerais, envolvia a produção de Mato Grosso e de Goiás. A maior produção média anual foi a do quinquênio 1750-1754, com 15.760 quilos, também envolvendo essas três províncias. FONTE: Pinto, V. N. "O Ouro Brasileiro e o comércio anglo-português", SP, 1979. p. 114. In: SOUZA, L. de M. *Desclassificados do Ouro, pobreza mineira no século XVIII*, Graal, 2ª ed., RJ, 1986, p.48.

Essa declinante mineração, já iniciada na segunda metade do século XVIII e aprofundando-se no fim desse mesmo século, carregou um empobrecimento até os anos da independência. Essa decadência rebaixou o patamar econômico das regiões centrais diretamente ligadas à sua exploração. Mas não foi só o esgotamento do ouro. Além disso, no século XIX, o fabrico de açúcar sofria uma de suas grandes crises, arrastando o norte e outras áreas produtoras, pois a Europa começava utilizar a beterraba como matéria-prima para a produção de açúcar. Entre os anos 1821-1830, os pontos percentuais do açúcar sobre o valor total da exportação foram de 30,1%; entre 1831-1840, o percentual de açúcar em relação ao valor total da exportação foi de 24,%; entre 1841-1850, nos anos iniciais do Segundo Império, os pontos percentuais foram de 26,7%; e, avançando para o período final do século e do reinado de Pedro II, o percentual foi de 9,9%, no ano de 1881. Contudo, não era somente o açúcar, outro importante produto de exportação perdia mercado: entre 1821-1830, os pontos percentuais do algodão em relação ao valor total exportado foram de 20,6%; entre

tornaram mais fundos esses sentimentos, emergiu na superfície o rancor, inicialmente — ainda no século XVIII —, notório na Inconfidência Mineira e, após, manifesto em todas as outras rebeliões isoladas e, algumas vezes, separatistas que varreram o século XIX brasileiro⁴⁷² até a obra centralizadora do Segundo Império.⁴⁷³

A chegada da corte de d. João VI ao Brasil — embora tenha quebrado relativamente, ou mesmo, com as suas seduções, postergado os sentimentos de emancipação e de rancor local — não deixou de alimentar esses mesmos sentimentos,⁴⁷⁴ afinal, as revoltas tomaram seu curso até a rebelião da Praia, em

1831-1840, período regencial, caiu o percentual para 10,8%; entre 1841-1850, o percentual foi para 7,5%; e no ano de 1881 o algodão significou apenas 4,2% pontos percentuais sobre o valor total das exportações brasileiras. O Café, no período entre 1821-1831, os anos entre Independência, o Primeiro Reinado de Pedro I e a Regência, tinha apenas 18,4% de pontos percentuais em relação ao valor total exportado pelo Brasil. Como se sabe, desde o período regencial, foi o café o responsável principal pela pauta de exportação, com os anos, equilibrando e até invertendo o histórico de déficits da balança comercial. A partir do Período Regencial, 1831-1840, e até o período final do Segundo Império, 1881-1890, os pontos percentuais do café no valor total da exportação ficaram entre 43,8% e 61,5%. FONTE: CANABRAVA, Alice. “A Grande Lavoura”. (p.119). In: HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II – O Brasil Monárquico, 4º volume – Declínio e Queda do Império*, Bertrand Brasil, 3ª. edição, RJ, pp. 85-137.

⁴⁷² Da Revolução Pernambucana de 1817, passando pela Confederação do Equador, em 1824, Cabanos, entre 1832-35, Revolta dos Malês, em 1835, e pelas rebeliões do período regencial — Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Revolução Liberal, Farroupilha — até a pernambucana Revolução Praieira, em 1848-49, já no Segundo Reinado, foram 31 anos de agitações provinciais contra o Império. Sobre a Regência e suas rebeliões, ver “A Regência, domínio do latifúndio no Brasil”. In: SODRÉ, N. W. *As Razões da Independência, Civilização Brasileira*, RJ, 1965, pp.177-261.

⁴⁷³ Cf. SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império.*, op. cit., pp. 39-45.

⁴⁷⁴ Neste passo, seria interessante reproduzir Oliveira Lima, escrevendo em 1908, para ilustrar o caráter parasitário da elite portuguesa que, em 8 de março de 1808, alcançara o cais da atual praça Quinze no Rio de Janeiro: “A época de Dom João VI estava destinada a ser na história brasileira, pelo que diz respeito a administração, uma era de muita corrupção e peculato, e quanto aos costumes privados uma era de muita depravação e frouxidão, alimentadas pela escravidão e pela ociosidade.” (p.84). “No tesouro refere Luccock ser tamanha a falta de escrúpulos que correntemente se deduziam prêmios — uma vez chegou a forçada redução a 17% do total — sobre as quantias pagas ou sacadas. Note-se que tais prêmios não eram exigidos pelo fisco, mas extorquidos pelos empregados para darem andamento a um expediente que se tornara sumamente moroso e complicado sob essa comandita de funcionários infiéis. Verdade é que, ao passo que as prodigalidades da ucharia se pagavam pontualmente, esses funcionários da nação andavam com atraso de nove a doze meses nos seus salários, sendo muitos assim compelidos a dependerem da fraude para a sua subsistência.” (p.245). LIMA. O. *D. João VI no Brasil*, Topbooks, 3ª ed., RJ, 1996.

1848-49. Contudo, o Brasil, que nada mais era que uma unidade colonial formada por províncias desconhecidas umas às outras, com a vinda do rei e de sua corte, fundiu-se ao longo do século XIX em unidade política — obra tornada sólida no Segundo Império, que a despeito de consolidar o seu núcleo na cidade do Rio de Janeiro, teve como importante complemento a produção de um exclusivo espaço de representação dessa obra e dessa elite na antiga fazenda de Córrego Seco, transformada em cidade de Petrópolis.

A desintegração, por conseguinte, a pacificação das oligarquias locais e de seus territórios rebelados⁴⁷⁵ ao redor da formação ou mesmo fixação social do Império brasileiro, portanto, com padrões de relações sociais mais apaziguados e menos belicosos, disputando muitas vezes os favores do Imperador, pugnando por oportunidades ou interesses no interior do Estado Imperial por meios menos rudes e mais polidos, necessitava de um lugar de representação desse “paisanismo”⁴⁷⁶ — a obra superior do Segundo Império — que, buscando colocar de lado absolutamente os problemas urbanos, populares e higiênicos da cidade do Rio de Janeiro,⁴⁷⁷ igualmente, fosse privativo campo de convívio cortesão, quase ia dizendo, campo de Poder representativo da legitimação desse Império.

⁴⁷⁵ Diga-se a propósito que o choque entre essas elites locais, muitas vezes, escapou do controle e tornou-se popular, como a Cabanagem no Pará, cuja capital foi tomada por índios e pretos em 1835; a rebelião dos Cabanos, que envolvendo índios, pequenos proprietários, escravos, camponeses, contou com decisivo apoio de comerciantes portugueses ricos e políticos que desejam o retorno de Pedro I; ou a Balaiada no Maranhão, inicialmente choque intra-elites, transformou-se em revolta popular, cujos líderes foram um vaqueiro cafuzo fazedor de balaios e um negro chefe de escravos fugidos.

⁴⁷⁶ Neologismo de paisano, valendo quem não é militar, mas sim patrício, logo, nobre ou aristocrático.

⁴⁷⁷ Sem dúvida, o núcleo citadino — não exclusivo — da centralidade imperial.

Exatamente, o que o Rio de Janeiro não deixava esquecer,⁴⁷⁸ Petrópolis permitia realizar, pois cidade planeada e mais homogênea no convívio entre os pares do Império, ocupada por colonos europeus e sem povo. Pelas linhas de Norbert Elias, embora se conduzindo através do rei absolutista Luis XIV como primaz exemplo de sociedade de corte, poder-se-ia compreender a questão: a corte representava para o rei francês o território de ação fundamental e próximo, enquanto o país era o espaço indireto e inferior.⁴⁷⁹ Aquilo que o Rio de Janeiro não realizava de forma inteiriça e Petrópolis melhor produzia, era — sob o viés do recreio sazonal — a representação de um país que fosse certa espécie de simulacro espacial do *ethos* ou modo de ser dessa elite.

Sendo lugar da vilegiatura, a cidade melhor possibilitava cultivar aquelas relações patricias oriundas do processo de formação educacional, de treinamento e de circulação da elite imperial, tais como as amizades geradas no interior dessa marcha; lugar de cura, Petrópolis debelaria também as irritações emocionais pelas ásperas discussões políticas no Rio de Janeiro. Inclusive porque, não sendo a precisa capital do Império, mas a cidade serrana de descanso do rei, não alimentava rivalidades provinciais ou regionais advindas da obra centralizadora, dentre elas, a possível drenagem de recursos das províncias para a melhoria urbana da cidade, porquanto todos conviviam em Petrópolis.

Como campo de vilegiatura, a produção do espaço petropolitano realizou aquele caráter menos aparatoso ou magnífico dessa corte imperial descrita por

⁴⁷⁸ Afinal, cidade do Rio de Janeiro produzida por portugueses, brasileiros, cariocas, brancos, negros, pardos cabras, índios e caboclos. Cf. CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista, a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2004, p. 100.

⁴⁷⁹ Cf. ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*, op. cit., p. 66-67.

Oliveira Lima,⁴⁸⁰ visto que estação de recreio para os repetidos dias de descanso exclusivo e privado dessa elite. No *Ancien Régime*, por exemplo, a superior posição exigia a posse e a organização de uma residência correspondente a essa posição elevada;⁴⁸¹ todavia, o Palácio de campo do Imperador Pedro II não traduzia em sua forma, tal como no antigo regime, o tamanho e o esplendor da posição e do nível do rei ou imperador; dir-se-ia — neste caso — que a residência de campo de Pedro II está bem menos próxima de um *palais* que da denominada antiga casa colonial brasileira. Embora grandes residências fossem construídas em Petrópolis.

Arquitetada pelo decreto de 16 de março de 1843, a cidade de Petrópolis foi fundada no miolo desta fase de legitimação do trono e consolidação política e social do Império,⁴⁸² permanecendo ao longo do Segundo Império como um espaço urbano dos representantes letrados das oligarquias locais, sobretudo, dos senhores de grandes domínios rurais — seus filhos doutores, que por força da educação se firmaram como homens urbanos, desejosos do distanciamento da influência da terra

⁴⁸⁰ Como nota de página e sob outra chave, já reproduzida neste capítulo, a descrição de Oliveira Lima acerca da corte imperial brasileira, novamente, aí está: “Como Império tinha o Brasil uma corte, mas esta corte nunca foi suntuosa, muito menos dissoluta: foi sempre singela e tão virtuosa quanto pode caber na fragilidade humana, a ponto de ser modelar. Não tinha a severidade militar da prussiana antes ou mesmo depois do império, porque Guilherme I não mudou com ser *plus que roi*. No seu paisanismo, visto as veleidades guerreiras nutridas por D. Pedro I findarem com a desastrosa campanha do sul e a pouca inclinação do país pelas aventuras belicosas, foi simples e frugal, com seus ressaibos de intelectualismo.” LIMA, O. *O Império Brasileiro, 1821-1889*, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1989, p. 178.

⁴⁸¹ Cf. ELIAS, N. *A sociedade de Corte*, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001.

⁴⁸² Período em que o espírito e a idéia federalista, que os anos da Regência reverberaram, foram dominados pelo regresso conservador. Regresso nucleado, com a maioria, em Pedro II, mas também centrado no grande comércio, na alta magistratura, nos senhores de grandes domínios, sobretudo, nos senhores do café fluminense, que, nesse período, já dominavam a exportação. Regresso fortalecedor do governo central no Rio de Janeiro, reformador do Ato Adicional de 1834, conseqüentemente, retirando das assembleias estaduais a sua alçada sobre os funcionários do governo central, passando os Ministérios da Justiça e do Império a controlar todo esse funcionalismo de justiça e de polícia. Doravante, quem nomeava ou demitia desembargadores e até guardas de prisão era o ministro da justiça. Com a maioria, ademais, o Poder Moderador e o Conselho de Estado foram restabelecidos. Cf. CARVALHO, J. M., op. cit. Cf. também SODRÉ, N. W.

e ligados ao litoral, especialmente guanabarrino, e à serra petropolitana, esta, melhor que o Rio de Janeiro, realizando a segregação popular e a aspiração de uma Europa, no Brasil, instalada no século XIX.

Por fim, não seria ocioso lembrar que o Marques do Paraná, em 1840, solucionara na Assembléia os problemas relacionados com os credores da antiga fazenda de Córrego Seco. Além disso, não seria demasiado referir que Pedro II, em 1843, distanciava-se apenas 3 anos da proclamação de sua maioridade; por essa época, então — 1843 —, completando 18 anos e, possivelmente, sem exata idéia acerca do Decreto de 16 de março que assinara. Paulo Barbosa, Aureliano Coutinho — presidente da Província fluminense — e o Major Koeler, talvez fosse pertinente escrever, cumpriram portanto seus papéis como personagens diretamente ligados à fundação de Petrópolis.

Porém, nenhum desses personagens individualmente parece terem tido exata ou integral consciência do lugar territorial que a fundação de Petrópolis iria cumprir junto ao Segundo Império brasileiro, exatamente, o local da unidade de representação de uma elite política homogênea. Talvez Paulo Barbosa, quem sabe, tenha sido o mais ciente desses personagens. Pedro II, além de parecer não ter conhecimento preciso sobre isso, nem mesmo teria influenciado na seqüência de sucedimentos de seu tempo tal como, por exemplo, seu pai, Pedro I.⁴⁸³

Panorama do Segundo Império, op. cit. Sobre a função política da coroa ver igualmente VIANA, O. *Populações Meridionais no Brasil*, Vol. I, ed. Paz e Terra, RJ, 1973.

⁴⁸³ Sobre o Imperador ver os capítulos “Pedro II” e “Exílio de um Homem, fim de um Regime”. In: SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*, op. cit. Ver também MAURO, F. *O Brasil no tempo de dom Pedro II*, op. cit., especialmente, capítulo VIII — A Vida Cotidiana na Corte do Rio de Janeiro. Ver igualmente SCWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*, Cia das Letras, 2ª ed., 2000. Interessante é também RAEDERS, G. *Pedro II e os sábios Franceses*, Atlântica Editora, RJ, 1944, sobretudo o prefácio de Tristão de Athayde. Nelson W. Sodré resumiria, de maneira clara, uma apreensão possível do Imperador em todos esses trabalhos mencionados: “Se Pedro II não influiu na marcha dos acontecimentos do seu tempo, atalhando, com medidas de caráter realístico, o rumo deles e procurando sanar os desencontros entre o regime e o país; se ele revelou, nesse ponto,

Em todo caso, o fato da razão espacial de Petrópolis estar anexada ao processo centralizador do Segundo Império, deu a sua origem um caráter mais difuso, porquanto consequência de ação mais coletiva das forças que atuavam diretamente junto ao poder de Estado.

4.3 — Petrópolis: Estação de Cura Serrana

Já foi aqui observado que o processo de constituição da cidade de Petrópolis guardara distância da tradição brasileira na formação de vilas e cidades.⁴⁸⁴ Planeada no século que expandiu e fez nascer inúmeras cidades no Brasil,⁴⁸⁵ o fator desse afastamento foi ter sido produzida Petrópolis como residência de campo do Império, arredada da capital — dir-se-ia — negra, colonial e insalubre que então era o Rio de Janeiro. Proveniente a cidade de Petrópolis de

mais do que incompreensão porque revelou desinteresse, se, por esse lado as coisas se passam quase sem o seu conhecimento, a sua percepção, a sua intervenção — já não se poderá dizer da sua atitude em relação à máquina política montada.” (p.95). Pois envolvido desde cedo nas intrigas políticas, “[...] nelas se desempenhava com verdadeiro prazer. Era a sua evasão. A sua diversão”. (p. 239). Como imperador guardaria tendência “[...] para mestre-escola e para fiscal do procedimento alheio [...]” (p. 239). Daí, prerrogativa da constituição, seu gosto no trabalho da eventual escolha de um nome para o Senado, apresentado em lista tríplice após a morte de um senador. Pedro II, ademais, “[...] com muita seriedade e aquela atitude concentrada e grave de quem está procedendo a alguma coisa de muitíssimo importante, de vital mesmo, para a existência do regime” (p.96), desempenhava a sua intervenção “[...] na marcha do parlamento brasileiro [...] quando, privilégio do Poder Moderador, [...] devia chamar algum membro de partido para a constituição de novo gabinete, visto como o anterior perdera a sua razão de ser ou vira a sua ação tolhida”. (p.95). Pedro II, entretanto, cumpriu papel correto em relação a Câmara, casa imersa em tumultos: “substituiu-se em fulcro político do país. Equilibrou as correntes. Estabeleceu a normalidade da sucessão dos ministros e do revezamento dos gabinetes.” (p. 96).

⁴⁸⁴Cf. Parte II, Capítulo 1, segmento 1.3, nota 329.

⁴⁸⁵Em Plínio Salgado, aliás, encontra-se pequena descrição emocionada desse processo — “As cidades Brasileiras no século XIX”, capítulo XII (pp.129-146) de uma geografia

outra tradição, i.é, procedente da vilegiatura, esse fator de distanciamento teve origem no interior das novas influências européias que desembarcaram no Brasil com a travessia atlântica do *Ancien Régime* no século XIX.

O caso é que a reeuropeização do Brasil, significando renovação de contato com as determinações de uma Europa já industriosa, igualmente, revelava a transferência para os trópicos da tradição do Antigo Regime; *Ancien Régime*, é certo, ruinoso no longo curso, mas — alhures e aqui —, persistindo como força viva em toda a extensão do século XIX. O regime imperial no Brasil foi exemplo evidente dessa permanência viva da tradição; certeza manifesta que a produção espacial de Petrópolis ecoou, porquanto residência exclusiva da elite imperial, tal como Versalhes ou mesmo Karlsruhe outrora foram para reis e príncipes.

4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara do Município.

Feito exemplar da viva herança do *Ancien Régime* foi o próprio parcelamento enfiteutico da antiga fazenda de Córrego Seco no interior do planejamento de Petrópolis.⁴⁸⁶ Evidentemente, o simples fato do aforamento regular o acesso às terras parceladas dessa antiga fazenda, não daria a esse feito singular e explicativa força, uma vez que a enfiteuse fora regimento transplantado para a

sentimental: SALGADO, P. *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, edições Ática, 2ª edição, Lisboa, 1946.

⁴⁸⁶ Além desse fato, é de se agregar, provisoriamente, que — expulsos pelas forças modernas, dir-se-ia industriais, transformadoras do século XIX em um período de deslocamentos demográficos — os migrantes alemães direcionados para Petrópolis foram ordenados em solo regulado territorialmente por esse antigo contrato de emprazamento de origem grega, que, pela ordem, fora transmitido ao Antigo Regime através de Roma e do

colônia brasileira desde a sua origem, desse modo, concedendo e regulando o parcelamento das terras de patrimônio diretamente ligadas às povoações, vilas e cidades no Brasil. Mais do que em Petrópolis, pois, essa herança fundiária do *Ancien Régime* permaneceu em todo o país; essa tradição — no século XIX — continuou viva porque refletia certa espécie de velha consciência agrária dos problemas urbanos, dentre eles, o importante fator fazendário da enfiteuse para os municípios brasileiros, que necessitavam das receitas advindas dos foros e laudêmios retirados de seu patrimônio aforado,⁴⁸⁷ porquanto ilhados pelo mar agrário e desapossados das modernas forças industriais e de seu comércio, cujas atividades, caso existissem, propiciariam recolhimento mais abundante de tributos para as eventuais obras e melhorias urbanas.

É de se acrescentar que, em Petrópolis, o empraçamento levado a cabo pela Casa Imperial revela o caráter fundiário citadino na origem do município, valendo o determinante cariz urbano no nascimento de duas vilas e de quarteirões

medieval. Sobre a enfiteuse ver também Parte II, Capítulo 3, seção 3.1, especialmente, nota de página 416.

⁴⁸⁷ No decreto nº 1.318, 30/01/1854, que é o Regulamento para a execução da Lei nº 601, Lei de Terras de 18/09/1850, lê-se no CAPÍTULO VI — Das Terras Reservadas — artigo que seria exemplo legal dessa consciência agrária no século XIX brasileiro e, portanto, da permanência do velho regime: “Art. 79.: O foro estabelecido para as terras assim reservadas, e o laudêmio proveniente das vendas delas serão aplicados ao calçamento das ruas, e seu aformoseamento, à construção de chafarizes, e de outras obras de utilidade das povoações, incluindo a abertura e conservação de estradas dentro do distrito que lhes for marcado. Serão cobrados, administrados, e aplicados pela forma que prescrever o Governo quando mandar fundar a Povoação, e enquanto esta não for elevada à categoria de Vila. Neste caso a Municipalidade proverá sobre a cobrança e administração do referido foro, não podendo dar-lhes outra aplicação, que não seja a acima mencionada.”

Uma contribuição obrigatória, anterior a Lei de Terras, já tinha sido criada através do Alvará Régio de 27/06/1808, cuja regulamentação cobrava imposto de 10% — a Décima Urbana — sobre os prédios com localização em áreas arruadas e edificadas, valendo miolo espesso ou zona central arruada das povoações, portanto, não incluindo o rocio. Aparentemente, a Décima Urbana não gerava receitas de porte para as Câmaras, pois além de circunscrita ao núcleo urbano, era cobrado imposto somente nas povoações e vilas com mais de cem casas no interior da área arruada. Sobre a terra urbana no interior da Lei de Terras ver a síntese de BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: Urbanização, Propriedade da Terra e Crédito Hipotecário em São Paulo na segunda Metade do Século XIX*. Doutorado, Departamento Geografia, FFLCH-USP, 2006. Especialmente pp. 49-72 do capítulo 2.

que, adiante, pertenceriam administrativamente ao primeiro distrito petropolitano. A despeito do projeto de Petrópolis ser anterior ao ano de 1850, o tratamento da projetada área rural para fração do atual primeiro distrito ocorreu sob o regime de aforamento, ou seja, a zona colonial rural planeada e ocupada por migrantes alemães, foi parcelada como área urbana ou mesmo zona de sua futura expansão, por esse viés fundiário, revelando-se a origem absolutamente urbana de Petrópolis. Aliás, a testada de cinco braças assinalada nas originais condições de aforamento das terras da futura Petrópolis e num “relatório-propaganda” do projeto de fundação de Petrópolis,⁴⁸⁸ ajustava-se à medida dos lotes urbanos determinada posteriormente pela regulamentação de 1854.⁴⁸⁹

O que se trata é que a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, manteve o regimento enfiteutico nos terrenos do atual primeiro distrito de Petrópolis tal como em todas as terras de uso citadino ou de expansão urbana no Brasil.⁴⁹⁰ Embora essa Lei tenha constituído legalmente a propriedade capitalista da terra no Brasil, procurando encerrar a concessão ou a posse das terras devolutas e

⁴⁸⁸ Cf. seção Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 deste trabalho. As condições de emprazamento eram documentos de 1843. O artigo titulado de “Petrópolis”, de fato, foi certa espécie de “relatório-propaganda” assinado por Koeler e publicado em 17/02/1845, no Jornal do Comércio.

⁴⁸⁹ No decreto nº 1.318, 30/01/1854, Regulamento para execução da Lei nº 601, “Capítulo VI — Das Terras Reservadas”, é possível ler já nas primeiras frases do artigo adiante: “Art 77. As terras reservadas para fundação das Povoações serão divididas conforme o Governo julgar conveniente, em lotes urbanos e rurais, ou somente nos primeiros. Estes não serão maiores de 10 braças de frente e 50 de fundo. Os rurais poderão ter maior extensão, segundo as circunstâncias exigirem, não excedendo porém cada lote de 400 braças de frente sobre outras tantas de fundo. Depois de reservados os lotes que forem necessários para aquartelamento, fortificações, cemitérios (fora do recinto das Povoações), e quaisquer outros estabelecimentos e servidões públicas, será o restante distribuído pelos povoadores a título de aforamento perpétuo, devendo o foro ser fixado sob proposta do Diretor-Geral das Terras Públicas, e sendo sempre o laudêmio, em caso de venda, — a quarentena.”

⁴⁹⁰ Cf. parte do final do artigo 77, Capítulo VI — Das Terras Reservadas —, reproduzido na nota anterior.

instaurando o acesso privado e único através de compra e venda nos terrenos sem uso público nacional, provincial ou municipal.⁴⁹¹

O fato é que os problemas advindos dessa Lei de Terras de 1850 e de seus desdobramentos — tais como a necessidade de mapear as terras de domínio municipal,⁴⁹² com a conseqüente separação entre área rural e urbana —, nada ou pouquíssimo disseram diretamente a essa serrania pelo manifesto e crucial motivo que a terra onde se localizou a cidade de Petrópolis, atual primeiro distrito, era propriedade da Casa Imperial e, já mencionado em seção anterior, desde 1762 não mais existiam terras devolutas nos terrenos que adiante formariam a área administrativa do município petropolitano.⁴⁹³

O mercado de terras no interior da produção do espaço serrano do Segundo Império, através da enfiteuse, não dizia diretamente respeito ao município de Petrópolis criado em 1857; porém, tinha relação — através da Mordomia — com

⁴⁹¹ Lei n° 601: “Art. 1. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.” “Art. 3. São terras devolutas: alínea 1. As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.”

Lígia Osório, relacionando a lei Euzébio de Queiroz com a Lei de Terras de 1850, confirma essa modernização legal da terra: “[...] a extinção do tráfico rompia o antigo equilíbrio do sistema econômico e forçava a busca de um novo equilíbrio para dar continuidade ao processo evolutivo da sociedade, dinamizado principalmente pela expansão cafeeira. Tudo aquilo que o escravo representava como mercadoria e capital imobilizado no antigo sistema, a terra poderia, em parte, vir a representar no futuro. Para que isto viesse a acontecer, entretanto, era necessário que se pusesse ordem no caos que existia em matéria de propriedade da terra.” SILVA, L. M. O. *A Lei da Terra (um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil)*, 1° v., Tese Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, SP, 1990, p. 154. Ver também: BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: Urbanização, Propriedade da Terra e Crédito Hipotecário em São Paulo na segunda Metade do Século XIX*. Doutorado, Departamento Geografia, FFLCH-USP, 2006. Especialmente pp. 49-72 do Capítulo 2.

⁴⁹² Delimitação do rocio e, no seu interior, distinção de terrenos que já estivessem sob domínio privado dos fixados para uso público e, ainda, dos destinados à concessão por datas.

⁴⁹³ Cf. Parte II, Capítulo 1, segmento 1.2, deste trabalho.

a melhor solvência dos necessários gastos do Estado com a Casa Imperial.⁴⁹⁴ De fato, o decreto imperial número 155, de 1843,⁴⁹⁵ e a posterior presença do palácio de vilegiatura de Pedro II instalaram o mercado de terras no atual primeiro distrito. Nota-se no empraçamento das terras petropolitanas, inclusive, a previdência legal com a expansão desse mercado. Por exemplo, um dos muitos artigos desse império fundiário fazia menção à sua possível expansão, pois cuidava da incorporação de novas terras à fazenda imperial: “Art. 1º — A futura Petrópolis constará do terreno descripto e marcado no mappa levantado pelo arrendatário

⁴⁹⁴ Em 1858, na relação de despesas da Casa Imperial, nota-se os valores econômicos de Petrópolis: Imperial Guarda-roupa, 9467\$; S.A.I., 8459\$; Boa Vista, 92.849\$; Obras e reparos, 58.445\$, Santa Cruz, 26.426; Petrópolis, 199.002\$. Cf. “Coleção Tobias Barreto”, Fundação Biblioteca Nacional. In: SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*, 2ª ed., 4ª reimpressão, Cia. das Letras, SP, 2000, p. 238. O palácio de campo e as temporadas da família imperial demandavam elevados valores e as receitas advindas da enfiteuse buscavam cobrir essas necessidades inerentes à existência da corte. Nos relatórios de receitas produzidos pela Superintendência da Fazenda Imperial para o controle da Mordomia da Casa Imperial, entre o período de maio de 1848 até 31 de dezembro de 1860, por exemplo, as receitas de laudêmios e foros alcançaram os seguintes valores: no período compreendido entre 05/1848 e 06/1849 as receitas do foro alcançaram 6:049\$705 e as do laudêmio 1:649\$377; no período posterior, entre 01/06/1849 e 30/05/1850, as receitas do foro corresponderam a 4:626\$752 e as do laudêmio 1:567\$350; entre 01/06/1850 e 30/05/1851, a receita do foro tocou 6:698\$986 e o laudêmio 2:435\$250; entre 01/06/1851 e 30/05/1852, o foro correspondera a 4:369\$130 e a do laudêmio 2:614\$250; entre 01/06/1853 e 30/06/1854, foros e laudêmios alcançaram receitas de 18:311\$568. Nos anos seguintes, o período nos relatórios passou a ser de janeiro a dezembro, desse modo, no relatório para o ano de 1856, foros e laudêmios alcançaram receitas de 7:026\$792; no de 1857, foros e laudêmios tocaram receitas de 11:487\$776; no relatório para 1858, a receita de foro correspondera a 6:535\$727 e a de laudêmio 1:982\$750; no relatório para 1859 o foro tocou os 14:132\$671 e o laudêmio 1:057\$775; nas receitas de 1860, o foro foi de 5:246\$107 e o laudêmio de 3:738\$005. Esses números dos relatórios de receitas da Fazenda Imperial estão em AULER, G. *A Construção do Palácio do Imperador*, ed. do autor, impressão Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, 1956. Informa Guilherme Auler, além disso, que, em 1865, por determinação do mordomo Paulo Barbosa, ocorrera devassa na Superintendência da Fazenda Imperial, com consequência desfavorável para o escrivão Ricardo Narciso da Fonseca que, desde 12/11/1862, estava à frente da administração dessa Superintendência.

⁴⁹⁵ Cf. Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 deste trabalho. Lê-se nesse decreto: “Tendo aprovado o plano [...] de arrendar Minha fazenda ao major de engenheiros Koeler, [...] reservando um terreno suficiente para [...] se edificar um palácio para mim [...] e [...] outro para uma povoação que deverá ser aforada a particulares, e assim como cem braças de um e outro lado da estrada geral, que corta aquella fazenda, o qual deverá ser aforado a particulares [...]”.

Koeler, e do que para o futuro Sua Magestade por bem designar.”⁴⁹⁶ Com efeito, se em 1843, ano do decreto fundador e da constituição do corpo de condições do aforamento de Petrópolis,⁴⁹⁷ as terras envolvidas eram apenas as da fazenda de Córrego Seco, nos anos posteriores à chegada dos primeiros colonos alemães, em 1845, a Casa Imperial absorveu outras fazendas fronteiriças à de Córrego Seco. Koeler mesmo fez cessão à Casa Imperial da fazenda Quitandinha, em escritura de 3 de junho de 1846, nessa data assinando também a anulação do contrato de arrendamento de Córrego Seco.⁴⁹⁸ Além da fazenda de Koeler, as fazendas de Velasco, Queimado e parte da fazenda Itamarati foram também incorporadas.⁴⁹⁹ Reflexo dessa expansão no controle das terras que, mais tarde, foram incluídas no primeiro distrito do município são as plantas de Koeler — 1846,⁵⁰⁰ Otto Reimarus — 1854, e, bem mais tarde, a planta da Secretaria de Planejamento de Petrópolis — 1998, pois a de Reimarus, numerando os prazos,⁵⁰¹ mostrava também que já não

⁴⁹⁶ “Condições com que se Aforão as Terras de Petrópolis...” — Mordomia da Casa Imperial, 30 de outubro de 1843, Paulo Barbosa da Silva”. In: PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro vermelho dos Telefones, RJ, 1940, P. 115.

⁴⁹⁷ Cf. Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 — “O Império Legal do Espaço”.

⁴⁹⁸ Cf. RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Revista do IHGB*, RJ. v. 58, n.2, 1896, p. 67. Raffard, na mesma página e parágrafo dessa informação, acrescentou que “[...] ambas as cessões foram feitas graciosamente.” Rever figura 7 localizada nesta Parte II, Capítulo 1, segmento 1.2.

⁴⁹⁹ Henri Raffard informa que Córrego Seco tinha originalmente 2.644,000 braças quadradas. A Fazenda de Quitandinha e as terras de Velasco cerca de 2.340,000 e 2.500,000 braças quadradas respectivamente. Cf. RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Revista do IHGB*, RJ. v. 58, n.2, p. 67.

⁵⁰⁰ Planta mandada levantar pelo então Presidente da Província do Rio de Janeiro e também Conselheiro de Estado, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

⁵⁰¹ O termo prazo guarda alguma sinonímia com o vocábulo lote, pois os dois, resultantes de desmembramento de terrenos, significam porção de terra com testada voltada para logradouro público ou mesmo para via de circulação privada, caso esteja essa porção de terra localizada em condomínio particular. Lote é também uma pequena área de terra urbana ou rural, direcionada para a construção ou para a agricultura. A diferença em relação ao termo prazo é que este é um tipo de lote vinculado ao regimento enfiteutico, tanto que emprazamento é substantivo sinônimo de aforamento, emprazado adjetivo de enfiteuticado. O prazo é um tipo de lote no qual o proprietário da terra, mediante o pagamento de foro, cede apenas domínio útil da terra. Diferentemente do termo /lote/ propriamente dito, que parece guardar um sentido integral de domínio da terra, o vocábulo

eram apenas 2 vilas e 11 quarteirões, mas 23, revelando a planta da Secretaria de Planejamento 7 outros quarteirões advindos dessa providente marcha da Fazenda Imperial no controle das terras e, possivelmente, advindos do avanço da mancha urbana do atual primeiro distrito.⁵⁰² Ademais, existe ainda uma planta do Major Taunay — 1861, que delimitava uma área com prazos para serem ainda parcelados. Essa área já podia ser avistada, sem nome, na planta de Reimarus — 1854, mas em 1861, ano da planta reduzida de Taunay, talvez já fosse possível indicar o nome de Quarteirão Mineiro para essa área, posto que, em 1858, parece ter sido já delimitado este e outros quarteirões, exatamente, todos aqueles noticiados pela planta da Secretaria de Planejamento de Petrópolis, com exceção dos quarteirões Itamarati e Italiano.⁵⁰³ (Plantas adiante).

Com respeito aos prazos, Koeler, no seu artigo do projeto de fundação de Petrópolis, distinguia três classes:

“[...] 1ª classe compreende os prazos collateraes á estrada [Normal da Estrela], fóra do logar da póvoação, cada uma de 5 braças de testada, com cem de fundo, pelo foro perpetuo de 2\$500, sendo permitido a cada foreiro reunir

/prazo/ expressaria uma porção de terra fracionada pela enfiteuse — ou emprazamento — em duas esferas de direito: o domínio direto do proprietário ou senhorio e o domínio útil do enfiteuta.

⁵⁰² Planta Koeler: Villa Imperial, Villa Thereza, Bingen, Castellania, Ingelheim, Mosella, Nassau, Palatinado Superior, Palatinado Inferior, Rhenania Inferior, Rhenania Central, Simmeria, Westphalia. Planta Reimarus acrescenta: Quarteirão Brasileiro, Darmstadt, Francez, Inglez, Presidência, Princesa Imperial, Rhenania Superior, Suisso, Woerstadt, Worms. Planta Secretaria de Planejamento, PMP, junta os últimos 7: Quarteirão Ipiranga, Italiano, Itamarati, Leopoldina, Medina Sidonia, Mineiro, Português.

⁵⁰³ “A superintendência do Palácio Imperial continuou adquirindo terras; em 1858, segundo um Relatório, [...] haviam surgidos [outros quarteirões] contornando os existentes [...]: Leopoldina, acima do Bingen, no caminho para Marcos da Costa; Medina-Sidônia, acima da Mosela, em terras que limitam com a Fazenda Inglesa; o Mineiro, no morro da Saudade, entre o Quissama e a Cascatinha; Português, nas montanhas do Caxambu; Ypiranga, por traz do penhasco do Retiro, abrangendo as nascentes do Piabanha.” In: MACHADO, A. *Trabalhos da Comissão do Centenário*, vol. I, PMP, Petrópolis, 1938, p. 139.

varios prazos até somente 10 ou 50 braças com as já mencionadas 100 de fundo, ou ainda mais, mediante novo fôro, que se convencionará pelo accrescimo. O foreiro terá obrigação de construir uma casa de habitação ajardinada na frente. Os prazos da povoação futura formão a 2ª classe; a sua testada é igualmente de 5 braças, com fundos conforme a rua ou quarteirão, e como o foro perpetuo de 10 réis por braças superficial.

Cada foreiro poderá reunir 2 prazos, ou braças de frente, e terá obrigação de construir uma casa de moradia á beira da rua; os foreiros da 1ª e 2ª classe terão de submeter á aprovação do abaixo assignado a planta do frontespicio dos prédios que pretendem levantar.

Os prazos de 3ª classe se achão no interior da fazenda; a sua superfície e o seu foro igualmente perpetuo, serão objectos de convenção, e os foreiros não terão obrigação alguma absoluta.”⁵⁰⁴

Essa divisão em classes não tinha sido fixada no conjunto de condições de aforamento das terras da fazenda da Casa imperial, assinado em 1843.⁵⁰⁵ Encontrava-se, sim, nesse corpo de condições a determinação de tamanho único de prazo no interior do artigo 1º de um desses documentos enfiteúticos.⁵⁰⁶ Possivelmente, a incorporação já mencionada das fazendas fronteiriças à de Córrego Seco, anexando-se mais terras, permitira outro tipo de parcelamento.

É de se notar que — 51 anos após — Henri Raffard escreveu acerca desse parcelamento de terras. O tamanho, o número e a localização das classes

⁵⁰⁴ “Petrópolis”, *Jornal do Comércio*, 17/02/1845.

⁵⁰⁵ Cf. Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 — “O Império Legal do Espaço”.

⁵⁰⁶ “Art. 1º — As pessoas que pretenderem aforar terras por foro perpetuo dirigirão a Sua Magestade Imperial suas petições, declarando: — Quantos prazos pretendem, e quaes por seus números. Entende-se por prazo um quadrilátero de cinco braças de frente sobre a margem da estrada, com cem ou mais de fundo.” *Condições com que se aforão terras da fazenda de sua magestade o Imperador, denominada “Córrego Seco” e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Snr Major Koeler*, 26/07/1843.

dos prazos referidos por Raffard falam por si mesmo: originalmente, teriam sido medidos 851 prazos, distribuídos deste modo: 216 na 1ª classe, dos quais, já no princípio de 1846, achavam-se concedidos 92, com 106 solicitações nos 124 prazos restantes; na 2ª classe existiriam parcelados 26 prazos; na 3ª classe 169 prazos medidos, e na 4ª classe 440 prazos. A informação de Raffard contradita o documento de Koeler, pois anotava para os prazos de 1ª classe a medida de “[...]10 braças de frente e 10 de fundos, sejam 100 braças quadradas ou 484 metros quadrados.”⁵⁰⁷ Na 2ª classe Raffard apontava medidas de “[...] 15x100 ou 1500 braças quadradas [...]”.⁵⁰⁸ Na 3ª classe, diferentemente ainda de Koeler que não dera as medidas desses prazos, Raffard anotava prazos de “[...]15x70 ou 15x100 de modo que alguns tinham 1050 braças quadradas e outros 1500 braças quadradas [...]”.⁵⁰⁹ Na 4ª classe, classificação não indicada por Koeler, Raffard apontava 440 prazos “[...] de 50x100 e mesmo mais, isto é, no mínimo 5.000 braças quadradas [...], estando concedidos 393 no princípio de 1846.”⁵¹⁰ Raffard, ademais, indicava localização diversa dos prazos: os de 1ª classe não mais estariam locados ao longo da Estrada Normal da Estrela, no trecho da atual rua Thereza, mas “[...] pelas ruas e praças da futura cidade [...]”;⁵¹¹ os de 2ª classe seriam exatamente os localizados “[...]desde os prazos da 1ª classe até o alto da serra, onde constituíram o bairro da Villa Thereza, quando distribuídos, porém mais tarde.”⁵¹² Os prazos de 3ª classe teriam sido reservados, segundo Raffard, “[...] ao longo das estradas destinadas aos

⁵⁰⁷ Cf. RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Revista do IHGB*, RJ. v. 58, n.2, 1896, p. 66. Neste passo, equivoca-se Raffard, pois a fixação da testada mínima dos lotes em cinco braças (11m) foi até hoje mantida para os prazos ou lotes do atual núcleo urbano.

⁵⁰⁸ Id. Ibid., p.66.

⁵⁰⁹ Id. Ibid., p.66.

⁵¹⁰ Id. Ibid., p.66.

⁵¹¹ Id. Ibid., p. 66.

⁵¹² Id. Ibid., p. 66.

operários pouco dados aos trabalhos agrícolas [...]”.⁵¹³ Os de 4ª classe eram “[...] todos cortados por um córrego d’água e destinados aos agricultores [...]”.⁵¹⁴

Em todo caso, em 1896, Raffard confirmava a existência de prazos de 4ª classe já indicados, em 1854, na planta de Reimarus,⁵¹⁵ logo, reafirmando a ampliação do mercado de terras onze anos após o decreto fundador de Petrópolis de 1843.

Localizados ou não os prazos de 1ª classe nas ruas e praças da futura cidade, de acordo com Raffard ou Koeler, o fato é que a hierarquia espacial e os valores econômicos desses prazos diminuía na exata medida do afastamento do núcleo urbano, i.é, na precisa medida do distanciamento da Villa Imperial, considerada mais nobre pela presença do palácio de campo de Pedro II.

A divisão desses prazos em classes, então, iluminava e aprofundava o processo em curso de segregação sócio-espacial na produção de Petrópolis; marcha que iria afetar a própria vida administrativa do município, visto que é preciso insistir na constatação de um fato: além da terra na qual se localizou a cidade de Petrópolis,⁵¹⁶ atual primeiro distrito, ser propriedade da Casa Imperial, desde a

⁵¹³ Id. Ibid., p. 66.

⁵¹⁴ Id. Ibid., p. 66.

⁵¹⁵ Os prazos de 4ª classe, informados por Raffard, teriam 5000 braças, a mesma medida que Koeler, em seu artigo titulado de “Petrópolis”, de 1845, informara para os prazos das famílias alemãs que viriam para Petrópolis: “S.M. o Imperador tem mostrado o desejo de ver collocada, em Petrópolis, e nos arredores, uma colônia agrícola e industriosa allemã [...] para este fim [será entregue] a cada família um prazo de terra de 5000 braças superficiaes, isentos de foro por 8 anos.” A Cia. Imobiliária de Petrópolis, administradora das terras da família Orléans e Bragança em Petrópolis, de fato, confirma a existência de quatro classes de prazos originais, totalizando hoje, no mínimo, 150 mil lotes devido ao processo de fracionamento desses prazos e a expansão continuada da mancha urbana no atual primeiro distrito.

Para além desta nota fundiária, talvez fosse interessante observar que, nesse mesmo artigo, a adjetivação “industriosa” reproduzida nesta nota, guarda sinonímia com o adjetivo “laboriosa”, valendo, em 1846, quase como sinônimo de não escravos.

⁵¹⁶ Até 1846, Petrópolis foi curato sob a jurisdição da Paróquia de São José do Rio Preto (posterior distrito de Petrópolis) que estava subordinada à vila de Paraíba do Sul. No mesmo ano, 20 de maio de 1846, pela lei provincial n° 397, Petrópolis transformou-se em freguesia da Vila da Estrela, na Baixada Fluminense. Em 29 de setembro de 1857, lei

segunda metade do século XVIII não mais existiam terras devolutas nos terrenos que, adiante, formariam a área administrativa do município petropolitano.⁵¹⁷ Elevada à categoria de cidade em 1857, tendo uma Câmara ou mesmo a instalação do município somente em 1859,⁵¹⁸ o fato constatado é a ausência das antigas terras patrimoniais de Conselho que, embora diminuídas, foram preservadas pela Lei de Terras como áreas de domínio municipal através das Câmaras, desde que discriminadas e registradas. O caso é que, do primeiro distrito ao último, as terras municipais pertenciam à Casa Imperial e aos demais proprietários herdeiros ou compradores das fazendas oriundas das antigas sesmarias estabelecidas nessa serra desde o século XVIII.

Espalhadas nas Atas da Câmara Municipal do período imperial, o problema dessa ausência de domínio público das terras onde se localizaram a cidade e o município de Petrópolis, por exemplo, refletia-se na sessão de 27 de

provincial nº 961, 14 anos após o decreto de criação de Petrópolis assinado por Pedro II, a sede da freguesia foi elevada à categoria de cidade e foi criado o município. De freguesia, direto para a cidade sem passar por vila. Na República, pela lei estadual nº 50, 30 de janeiro de 1894, a capital do antigo Estado do Rio de Janeiro foi trasladada para Petrópolis e, em 1º de outubro de 1894, declarou-se Petrópolis capital do Estado. Em 4 de agosto de 1902, lei estadual nº 542, 8 anos depois, Petrópolis perdia a categoria de capital do Estado.

⁵¹⁷ Na ata de posse dos vereadores da primeira Câmara municipal da cidade de Petrópolis, 17 de junho de 1859, lê-se: “Divide-se o novo município de Petrópolis com o de Paraíba do Sul pelo segundo distrito de Petrópolis, com o da Estrela pelo primeiro distrito de Petrópolis, pela linha que dividia a freguesia de Inhomirim com a da mesma freguesia de Petrópolis.” Mais adiante, pelo decreto de 28 de maio de 1892, o então presidente da província do Rio de Janeiro, José Tomás de Porciúncula, dividindo a província em 41 municípios, igualmente, aumentara a área petropolitana em detrimento do município de Paraíba do Sul. Logo após esse decreto, o acréscimo do distrito da Posse compensou a supressão do distrito de Areal pelo decreto posterior de 3 de junho de 1892. A divisão distrital petropolitana, portanto, contabilizou a partir de então 5 distritos; até a década de 1980 o quinto distrito foi exatamente denominado de distrito de São José do Rio Preto, pois nessa década São José se transformou em Município, ficando doravante denominado de quinto distrito da Posse.

⁵¹⁸ Elevada à cidade, e criado o município em 29 de setembro de 1857, o Presidente da Província expediu ordens para eleição em 22 de novembro do mesmo ano. Eleição realizada. Eleição anulada pelo aviso de 2 de junho de 1858 de Ministro do Império, pois existiram mais votantes do que eleitores qualificados. Nova eleição foi determinada e nova anulação pelos mesmos motivos anteriores. Aviso de anulação de 12 de janeiro de 1859.

maio de 1864: conseqüência da urgência para a expedição de informações acerca da “[...] quantidade de terreno etc de que necessitam as povoações deste município [...]”,⁵¹⁹ solicitadas pelo presidente da Província do Rio de Janeiro, Portaria de 3 de março de 1864, o secretário da Câmara, para subsequente aprovação, lê o parecer da Comissão responsável pela resposta:

“A comissão respectiva restringe seu parecer nas informações da Superintendência da Imperial Fazenda quanto ao que se refere aos terrenos no círculo das terras imperiais; sobre os terrenos correspondentes às terras de José Cândido Monteiro de Barros, não pode a comissão dar parecer por não ter a Câmara o mapa da futura povoação do Retiro de São Tomás e sobre o 2º distrito nada pode dizer por não ter dados em que se baseie.

Petrópolis, 14 de maio de 1864.”⁵²⁰

No parágrafo seguinte da mesma Ata seguem informações esclarecedoras desse parecer lido pelo secretário da Câmara. Esclarecedoras — inclusive — porque a responsabilidade pelas informações solicitadas pela Portaria provincial, na prática, é transferida para a Superintendência da Fazenda Imperial, quase ia dizendo, deslocada para a Casa Imperial.

“Ilmos. Srs. Acuso o ofício desta Câmara, de 7 do corrente, pedindo a esta Superintendência informações dos terrenos de gozo público, digo, de gozo ou servidão pública quer comprados pelo governo província, quer cedidos pela

Somente o terceiro escrutínio, de 13 de março de 1859, foi considerado válido, sendo então instalado o município.

⁵¹⁹ *Ata da Câmara Municipal de Petrópolis, 27/05/1864.*

⁵²⁰ *Ata da Câmara Municipal de Petrópolis, 27/05/1864.*

Superintendência, ao qual tenho a honra de responder e informar sobre o fim que o motivou.

O governo provincial possui, por compra que fez, o prazo número 3030 no Quarteirão Brasileiro onde é o Matadouro; no de número 652 e parte do 651, no quarteirão Nassau, onde está o Cemitério.

A Superintendência fez cessão ao mesmo governo dos terrenos seguintes: onde está atualmente a diretoria de Obras Públicas, cadeia etc. à rua do Imperador, do da atual Igreja Matriz, à rua da Imperatriz, da do antigo Cemitério, à rua de Montecaseros; do destinado para a Matriz, conhecido pelo Morro de São Pedro, à rua Dona Maria II; um na Renânia, com uma pequena casa que serve de escola alemã e um na Garganta, às margens do córrego do encanamento público.

Além destes, tem as praças públicas já conhecidas e outras nos diversos quarteirões, e são: Teresa em frente ao prazo número 2232, no Palatinato Inferior; Wisbaden em frente ao prazo número 670, em Nassau; Prier em frente ao prazo número 842, na Mosela; Ingelheim em frente ao prazo 1013, no Ingelheim; Bingen em frente ao prazo número 1207 no Bingen; Krensnoech, em frente ao prazo número 1231 no Bingen, também; S. Goar em frente ao prazo número 1801 na Renânia Central; Munster em frente ao prazo número 4022 na Westfália; Woerstadt, em frente ao prazo número 3633, no Woerstadt também.

Não pode a superintendência precisar a extensão desses terrenos e praças, porque não estão medidos e demarcados, a exceção dos compradores e convinha muito que o governo provincial mandasse proceder a esse serviço.

Deus guarde Vossas Senhorias.

Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis,

14 de maio de 1864.⁵²¹

⁵²¹ *Ata da Câmara Municipal de Petrópolis, 27/05/1864.*

Mais um exemplo dessa questão, foi a resposta de um vereador à outra Portaria provincial, possivelmente, direcionada para todas as Câmaras da Província do Rio de Janeiro; portaria lida em sessão do ano de 1872, recomendando

“[...] à Câmara que informasse até o dia 31 de outubro próximo futuro quais as terras ocupadas pela mesma Câmara, os lugares que estão situadas, sua qualidade, por que títulos as possuem, qual a renda provável do respectivo aforamento e o número de aforamentos que caíram em comisso.”⁵²²

De pronto, o vereador respondia que “A Câmara não possui terreno algum, ocupa aqueles das praças e cemitérios, como também do matadouro por administração e concessão da Casa Imperial.”⁵²³

Consequência evidente dessa falta de domínio público de terras, ademais, foi o município jamais ter projetado um loteamento⁵²⁴ e, quiçá, o Código de Posturas ter sido somente elaborado no início do período republicano.

Já na primeira sessão da Câmara, 18 de junho de 1859 — primeira legislatura —, o então vereador Manuel Francisco de Paula indagava se a casa deveria elaborar o seu Código de Posturas ou se, provisoriamente, seria utilizado o

⁵²² *Ata da Câmara de Petrópolis, 22/10/1872.*

⁵²³ *Ata da Câmara de Petrópolis, 22/10/1872.*

⁵²⁴ Para ser exato, somente um loteamento público foi realizado: o bairro Castrioto, no primeiro distrito, oriundo de terrenos pertencentes ao Município e que, em 1948, foram divididos em lotes pela própria administração municipal, Governo Flávio Castrioto. Originalmente, era conhecido como Loteamento da Prefeitura, pois além de ser iniciativa pública, destinava-se aos funcionários de menor condição financeira. Lotes vendidos através de cota retirada mensalmente dos proventos desses funcionários. O loteamento não contou com infra-estrutura: água, rede de esgoto, calçamento, iluminação, etc, surgiram apenas a partir do final de 1950. Na origem essas terras pertenciam à Cia. Imobiliária de Petrópolis, herdeira da antiga Fazenda Imperial, mas foram cedidas ou compradas pela

Código do município da Estrela. Com todas as letras o presidente da casa respondia que “[...] por enquanto se observassem as mesmas posturas em vigor no município da Estrela.”⁵²⁵ Poder-se-ia dizer que a existência administrativa e política de

municipalidade. Cf. ZANATA, A. L. *Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis*, mimeo., p.113.

⁵²⁵ *Ata da primeira sessão, após a posse, da Câmara de Petrópolis*, 18/06/1859. O presidente da câmara era Albino José Siqueira. Consequência dessa decisão foi a deliberação do presidente da província do Rio de Janeiro: “O presidente da província do Rio de Janeiro, atendendo ao que lhe representou a Câmara municipal da cidade de Petrópolis em ofício de 27 de junho último, delibera que a mesma câmara execute provisoriamente em seu município as posturas da câmara municipal da Estrela. Palácio do governo da província do Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1859.” “Coleção de Leis da Província do Rio de Janeiro”, 1859, p. 236. In: *Legislação Fluminense Relativa a Petrópolis*, 1844-1865, mimeo., Petrópolis, s/d.

É possível, aliás, acompanhar o rumo que tomou o projeto e votação do Código de Postura de Petrópolis ao longo de algumas atas: “O sr. Batista da Silva comunica à Câmara que o sr. dr. Dário Rafael Calado se propõe oferecer à mesma, no caso de que sejam aceitas, as posturas municipais por ele formuladas, sujeitando-as contudo às alterações que a Casa lhes quiser fazer, para cujas alterações lhes consagrará os espaços em branco necessários. Recebida com agrado a lembrança de semelhante oferta, o sr. presidente autoriza o secretário a oficialar ao referido dr. agradecendo-lhe em nome da Câmara.” (*Ata da Câmara, de Petrópolis*, 21/06/1859). Na sessão posterior apresentado “[...] o projeto do código de posturas, organizado pelo dr. Dário Rafael Calado [...], é nomeada uma comissão (encarregada de revê-lo e de emitir seu parecer), composta do mesmo sr. Manuel de Paula, Augusto da Rocha, Batista da Silva e Antonio da Rocha.” (*Ata da Câmara de Petrópolis*, 27/08/1859). Um ano e dois meses após, oficialmente, cobrava-se a essa Comissão parecer conclusivo acerca do referido Código (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 15/10/1860). Em resposta a exigência, um ofício de um dos membros da Comissão, vereador Augusto da Rocha Fragozo, declarava que não era possível ainda apresentar o projeto do código de posturas, por ter sido “[...] o espaço de tempo [...]” pouco para poder refletir de forma madura sobre o mesmo (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 3/11/1860). Na primeira sessão legislativa de 1862 — já na segunda legislatura, 01/10/1861 a 30/12/1864 —, a própria Comissão do Código requeria data para apresentação de seu projeto; consultada a Câmara através de seu presidente, foi deliberado que sua apresentação ficasse para a primeira sessão ordinária (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 15/01/1862), decisão que a segunda sessão legislativa de 1862 não postergou, porém, deixando para sessão extraordinária, previamente anunciada por edital, a sua discussão (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 31/01/1862). Na quarta sessão dessa nova legislatura, foi lida uma portaria do presidente da Província do Rio de Janeiro, na qual era exigido que se declarasse em que data e por quem foi aprovado o Código de Posturas do município (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 6/03/1862). Somente em outubro de 1862, na Ordem do Dia, o vereador Narciso da Fonseca solicitou urgência no debate do projeto do Código de Postura do município, sendo então aprovado o requerimento do vereador Antonio da Rocha: “Requeiro que se marque quatro dias de sessões sucessivas para discussão e aprovação do código referido, remetendo-o depois ao Exmo. Presidente da Província para mandá-lo por em execução provisoriamente e ser posteriormente submetido à deliberação da Assembléia Provincial.” (*Ata da Câmara de Petrópolis*, 8/10/1862). Foram designados os dias 10, 11, 13 e 14 de outubro, das 10 horas da manhã às 2 da tarde para o fim indicado. Com efeito, na sessão seguinte, 15 de outubro de 1862, foi possível submeter — através do Presidente da Câmara — o projeto do Código de Postura à discussão e aprovação; o projeto, recebendo

Petrópolis vivia sob o poder da Casa Imperial, cujo alcance inibia a presença desse Código, a despeito de ter sido votado uma ou outra postura. Essa potência Imperial e a fraqueza da Câmara, por exemplo, estavam patentes no empréstimo que o Superintendente da Fazenda Imperial, Vicente Marques Lisboa, fez não apenas da casa em que funcionou inicialmente a Câmara, mas também dos móveis para a sua decoração e adorno.⁵²⁶ Esse poder territorial e de Estado da Casa Imperial, igualmente, estava presente em uma portaria lida em sessão da Câmara:

alterações ou modificações feitas pelos vereadores foi sendo aprovado artigo por artigo. Contudo, não foi concluído o trabalho por achar-se a hora adiantada, tendo o Presidente designado o dia 23 para a futura reunião (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 15/10/1862). A sessão posterior, se bem que tenha continuado a discussão e aprovação desse Código, não concluiu também o trabalho, pois faltou a redação final (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 23/10/1862). Na Ordem do Dia da sessão de 23/12/1862, o Presidente comunicava “[...] que ia encarregar da redação do código de posturas, que demanda uma revisão acurada igualmente, a uma pessoa habilitada, visto como se torna urgente a aprovação do mesmo.” (Cf. *Ata da Câmara de Petrópolis*, 23/12/1862).

Em 1884 ainda se reclamava da inexistência desse Código. No jornal o “Mercantil”, de 24/07/1884, um articulista escrevia: “A nossa Câmara Municipal continua a não ter posturas, nem regulamento que a tornem independente e executora de lei sua. Continua na dependência das consultas e a reger-se por leis alheias, que em um ou outro artigo são aqui inaplicáveis.” De fato, se bem que alguma postura fora votada e levada para a sanção do Presidente da Província, o primeiro e integral Código de Posturas do município saiu da iniciativa de Hermogenio Pereira da Silva, primeiro presidente da Câmara de Petrópolis após o período dos Conselhos de Intendência Municipal (1890-1892) — foi votado e aprovado quatro anos após a instalação da República, em 1893. Sobre a vida administrativa petropolitana ver: VASCONCELLOS, F. de. *Petrópolis, sua Administração na República Velha, 1890-1930*, 2 volumes, ed. do autor, Petrópolis, 1978.

⁵²⁶ A Câmara, aliás, deslocou-se permanentemente até o período republicano: localizava-se o primeiro prédio na atual rua Paulo Barbosa, número 12 — atual edifício Rocha —; mudou-se depois para sobrado na atual Av. do Imperador com rua Nelson Sá Earp; em seguida, para prédio diante do “Obelisco”, também na atual Av. do Imperador; posteriormente, devido as enchentes, seguiu para outro número na mesma avenida, retornando algum tempo após para o mesmo prédio em frente ao monumento. Somente na República essa Câmara conseguiu um edifício palaciano como residência — o solar construído por José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. A Câmara, já no período republicano, literalmente brigou por esse palacete: vendido, em 1891, pela viúva de Ferrão ao barão de Guaraciaba, este resistiu até 1894 às pressões dessa Câmara. O caso é que o barão não aceitara a proposta da Câmara e, pressionando de todos os modos, esta autorizou projeto de construção no largo diante de sua residência, atual praça Visconde de Mauá, de um Mercado Público — plano que não foi adiante. Outro projeto foi apresentado, desta vez por iniciativa do vereador José Tavares Guerra, sugerindo a construção do prédio da Câmara precisamente

“Uma Portaria da mesma Presidência da província, de 20 de agosto, declarando que a Câmara pode, logo que for resolvido em sessão, dar começo a abertura da rua entre as de Joinville e do Visconde de Bom Retiro, e que, sobre o aforamento dos terrenos marginais da nova rua, a Câmara deve entender-se com a Mordomia da Casa Imperial. Arquive-se.”⁵²⁷

Estava presente essa potência, ademais, em dois outros exemplos, precisamente, em duas petições que mais pareceriam recados ou diretas ordens superiores da Casa Imperial à Câmara de Petrópolis:

“Requerimento do Sr. [vereador] Antônio da Rocha, que tendo Sua Majestade o Imperador, na Portaria da Exma. Mordomia de 20 de março de 1847, que mandou aforar as terras da Fazenda de Petrópolis, determinado que as ruas principais de povoação seriam canalizadas e teriam, inclusive, o canal, a largura de 150 a 170 palmos (art. 35 da citada Portaria), que a estrada geral teria de 60 a 80 palmos de largo e os caminhos 50 palmos (Art. 37 da citada Portaria), assim requer que esta Câmara adote tais disposições para o alinhamento das ruas, estrada geral e caminho desta cidade e seu município, no máximo da largura estabelecida naqueles artigos, que em forma de postura remeta-se ao Exmo Sr. Presidente da província, pedindo-lhe sua aprovação. À comissão de Obras Públicas.”⁵²⁸

no largo diante do palacete. O barão de Guaraciaba sucumbiu. Não resistiu, sem dúvida, aos novos ares republicanos. Vendeu sua residência em 11/06/1894.

⁵²⁷ *Ata da Câmara de Petrópolis*, 23/07/1886. Talvez fosse possível, com essa Portaria, escrever que — após a criação do município — exercia-se através da Presidência da Província o poder territorial da Casa Imperial.

⁵²⁸ *Ata da Câmara de Petrópolis*, 23/11/1869.

“Estando alguns proprietários de prazos foreiros à Casa Imperial invadindo, se assenhoreando ou pretendendo tomar conta de algumas praças e ruas desta cidade; e competindo unicamente à Câmara, como representante do município, impedir essas invasões, porque só pertence à Câmara a fiscalização desses objetos, porquanto essas praças e ruas são da organização primitiva desta cidade, e hoje são propriedades públicas como direta fiscalização desta Câmara. Requeiro, pois, que se mandem discriminar as seguinte praças e ruas que estão marcadas na planta de Petrópolis, mandada levantar pelo Presidente de então da Província, conselheiro Aureliano Coutinho no ano de 1846 [...], e aprovado pelos poderes competentes e ainda sem revogação, por se acharem algumas das ruas e praças como que tomadas [...]” Sr. [vereador] Manuel Antônio Bordini.⁵²⁹

Dir-se-ia que esses dois requerimentos destes dois vereadores, Antonio da Rocha e Manuel Bordini, lembravam que a Casa Imperial — através do Plano Koeler — criara já alguns regulamentos que poderiam ser considerados os primeiros Códigos de Obra e de Postura, cabendo a Câmara, então, apenas zelar pelo seu cumprimento.

O fato é que, não surgindo em terras livres, mas assentando-se sobre terras enfeudadas à família imperial, ao transformar-se em cidade, Petrópolis perdeu o auxílio direto da Fazenda Imperial,⁵³⁰ tornando-se município com uma

⁵²⁹ *Ata da Câmara de Petrópolis*, 3/08/1885. Esses regulamentos foram reproduzidos na Parte I, Capítulo 3, seção 3.1 deste trabalho.

⁵³⁰ É Artur Machado Paupério quem escreve: “[...] Ganhando foros de cidade, perdeu Petrópolis a contribuição de 100:000\$000 que lhe dava, à guisa de auxílio, a Fazenda Imperial, para passar a ter a minguada receita de 8:000\$000. O primeiro projeto de orçamento da receita e despesa importou em 6:550\$000 para o segundo semestre de 1859, o segundo em 8:800\$000 para o ano de 1860. O primeiro projeto de orçamento não logrou, porém, aprovação da Assembléia Provincial que, de acordo com a Lei número 1170, de

Câmara duplamente sem meios para enfrentar as suas inúmeras atribuições, pois além dessa ausência de terras públicas municipais, as rendas das Câmaras por todo o lugar eram pobres em excesso. Embora Pedro II providenciasse recursos provinciais para o novo município. Exemplo dessa providência, aliás, foi o deslocamento de rendas devidas à Casa Imperial para a construção do Hospital Santa Thereza, pois a velha Casa de Caridade administrada pela Câmara, além de “[...] alugada pelo elevado preço de 1:000\$000 anuais [...]”,⁵³¹ estaria em construção imprópria, com planta baixa difícil para uso hospitalar e localização próxima de um morro e cercada de charcos. Através da Mordomia, Pedro II ordenava por decreto que fossem aforadas as terras em comisso da Fazenda de Petrópolis e, igualmente, aplicadas as dívidas de aforamento da Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em benefício do projetado Hospital Santa Thereza.⁵³²

Por fim, parece ser possível concordar parcialmente com Artur Paupério, que vasculhando os livros de atas das sessões da Câmara de Petrópolis no período imperial, escreveu que nada de peculiar encontrou nos trabalhos das diversas

novembro de 1859, o reduziu para 2:750\$000, como consta, aliás, da ata da Câmara Municipal de 23-IV-1860.” PAUPÉRIO, A. M. “O Governo Municipal na Monarquia”. In: *Geopolítica dos Municípios, Petrópolis cem anos de cidade*, setembro 1957, p. 84.

⁵³¹ *Ata da Câmara de Petrópolis*, 18/11/1862. Representação do vereador Rocha Fragoso, lida e aprovada, contra o edifício que serve de hospital, para ser dirigida ao Presidente da Província.

⁵³² Além de Pedro II, e mesmo particulares, a própria Presidência da Província subscreveu em favor do Hospital: a referida Ata da Câmara de Petrópolis, 18/11/1862, através do vereador Rocha Fragoso, indicava as contribuições provinciais de 46 apólices de 500\$ e mais 5:805\$547 réis. É de se notar que, em nota anterior, Artur Paupério informava que o primeiro projeto de orçamento do município aprovado pela Assembléia Provincial era de 2:750\$000, números orçamentais bem menores que os valores acima. Através dessas contribuições da Província não seria demasiado inferir que, em Petrópolis, um verdadeiro hospital era de interesse da elite imperial. O Hospital Santa Thereza foi inaugurado em 12 de março de 1876. Na república, em 29 de janeiro de 1901, esse hospital deixava de ser provincial e público, pois o Governo estadual doava gratuitamente a título perpétuo o Santa Thereza e todos os seus bens — apólices da dívida pública estadual, valores em espécie, imóveis — à Congregação das Irmãs de Santa Catarina.

legislaturas, apenas decisões de rotina administrativa, expressas, por exemplo, na regulamentação dos serviços do matadouro e dos cemitérios.⁵³³

Essa ausência de peculiaridade talvez fosse resultado administrativo da inexistência de terras públicas municipais, falta de terrenos que inibira — gostaria de insistir — a existência de um Código de Posturas.

Neste passo, a despeito dele mesmo, Artur Paupério, mencionar o fator fundiário de exceção na fundação da cidade de Petrópolis,⁵³⁴ escapou a ele o viés que daria aos trabalhos dessa Câmara particularidade digna de nota. Exatamente, a conclusão mais geral retirada dessas atas estaria em uma perspectiva que olhasse essa seqüência administrativa como o único trabalho possível de uma Câmara aterrada pelo poder fundiário e de Estado da Casa Imperial. Qualquer abertura de rua, instalação de infra-estrutura ou mesmo preservação da planta original da cidade, aumentariam as rendas dessa residência do Estado.

Ao fim e ao cabo, seria então possível escrever que — no Império — a Câmara petropolitana trabalhara ainda mais diretamente para o mercado privado de terras do que outras Câmaras, de fato, exercendo certa espécie de capatazia administrativa para o seu direto senhorio, i.é, a Casa Imperial.

⁵³³ PAUPÉRIO, A. M. “O Governo Municipal na Monarquia”. In: *Geopolítica dos Municípios, Petrópolis cem anos de cidade*, setembro 1957, p. 85: “Do manuseio minucioso que fizemos dos livros de ata das sessões da câmara, nada de peculiar nos chamou em especial a atenção quanto aos trabalhos das várias legislaturas desenroladas. No meio da regulamentação do serviço de matança do gado e dos cemitérios, não vemos senão atos de rotina administrativa, inclusive no julgamento de concorrências públicas, entre as quais se pode citar por seu maior interesse, a que se abriu para dar a Petrópolis iluminação e de que saiu vencedor Bartolomeu Pereira Sudré, em 15 de setembro de 1862.”

4.3.2 — A Configuração Urbana

Sob o ângulo do urbanismo, o plano Koeler teria exercido uma espécie de impulso original que permitiu a marcha urbana reportada continuamente a esse projeto do Império. Curso urbano continuado para além das duas vilas indicadas por Koeler. Embora esse agulhão inicial fosse substantivamente oriundo do poder territorial e de Estado da Casa Imperial.⁵³⁴

O que se passaria é que a anexação de outras fazendas além da de Córrego Seco, a forma tentacular e radial dos vales e da rede hidrográfica, o ordenamento rueiro paralelo à calha dos rios e à determinação fundiária de prazos perpendiculares a esses mesmos rios e estradas, propiciariam ou dariam condições técnicas de um avanço da mancha urbana, especialmente no atual primeiro distrito, orientado por esse planeamento imperial, cujo centro de convergência foi a Vila Imperial, atual centro da cidade.

Ademais, não se pode esquecer outro elemento dessa ativa orientação urbana: o próprio edifício palaciano do Imperador. Já no decreto imperial fundador de Petrópolis é possível notar a reserva dual das terras da antiga fazenda de Córrego Seco — terrenos suficientes para um palácio, com dependências e jardins, e terrenos direcionados à povoação aforados a particulares; secundariamente, como

⁵³⁴ PAUPÉRIO, A. M. Op. Cit. P. 84. “A cidade, porém, que na Europa implicava em território livre, no caso de Petrópolis passou a assentar-se sobre terra enfeudada à família imperial, o que não deixa de ser, na espécie e no Brasil, exceção rara e digna de nota.”

⁵³⁵ É Odette Seabra quem escreve: “Ao longo da História a cidade dependeu do uso que se fazia dela, tanto que a forma propriamente da cidade sempre refletiu a forma de sua ordem social.” SEABRA, O. *Da cidade à Metrópole*, aula inaugural ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UERJ, mimeo, 2007, p.2.

“outrosim”, o mesmo documento autorizava a demarcação de terras para uma igreja e cemitério.⁵³⁶ À vista disso, a cidade de Petrópolis nasceu sob a autoridade do palácio no interior da antiga Vila Imperial, valendo determinação política e não religiosa, diversamente de inúmeras cidades brasileiras que se constituíram ao redor de uma igreja e de sua praça.⁵³⁷ Salta aos olhos nas plantas de Koeler e de Reimaruss o palácio de campo de Pedro II. Não era a praça diante da igreja matriz o centro de interesse e de difusão da cidade em formação.⁵³⁸ Era a residência do

Os requerimentos de dois vereadores, Antonio da Rocha e Manuel Bordini, reproduzidos na subseção anterior, além disso, serviriam como bons exemplos desse impulso urbano vinculado ao ordenamento dessa Casa Imperial brasileira.

⁵³⁶ O decreto fundador de Petrópolis, 16 de março de 1843 está todo ele reproduzido na Parte II, Capítulo 3, segmento 3.1 — O Império Legal do Espaço.

⁵³⁷ Sob esse aspecto, gostaria de aditar, Petrópolis estaria próxima de uma linhagem portuguesa fundadora das chamadas cidades reais. No século XVI, utilizava-se Portugal do máximo recurso privado dos colonos e donatários. A Coroa lusitana, conforme vinha declarado nas cartas de doação, deixava aos donatários o papel criador de vilas sem a necessária licença real. Entre 1532 e 1650, informa Nestor Reis Filho, vilas e cidades — 30 povoações — foram fundadas sob esse regimento no Brasil. Cerca de 7 outras, todavia, couberam à Coroa. Eram as cidades reais, fundadas pelo Governo Geral, i.é, pela Coroa, e diretamente subordinadas a esta, funcionando como centros regionais. Salvador, em 1549, iniciara essa política urbana que originaria, por exemplo, o Rio de Janeiro, São Luís e Belém. A proximidade de Petrópolis com essa tradição diz respeito ao elemento determinante na fundação das cidades reais no Brasil: o Estado. Cf. REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil, 1500/1720*, Livraria Pioneira Editora/EDUSP, SP, 1968, p. 66-68.

⁵³⁸ A primeira igreja matriz de Petrópolis praça não tinha, situava-se diante do portão principal do palácio imperial, na atual rua da Imperatriz. Essa primeira igreja jamais passou de uma capela acanhada, na qual “[...] a todo o momento ameaçava a ruína [...]” [e onde] “[...] numerosos fiéis ficavam constantemente expostos ao tempo e ao atropelo dos viandantes.” (Júdice, p.65). Por mais de 24 anos foram realizados nessa velha igreja os atos católicos, transferindo-se os cultos para a nova igreja matriz tão logo foi possível realizá-los, isso porque as obras dessa nova matriz seguiram morosamente. Aliás, somente em 1876, quando Petrópolis já tinha 33 anos desde o decreto imperial, foi lançada a pedra fundamental da nova igreja matriz, no antigo morro de São Pedro, local fixado por Koeler em seu plano e cedido pelo proprietário, Pedro II. As obras se arrastaram por 93 anos, quando a torre desse projeto neogótico finalmente foi fixada, dando-se por concluída essa nova igreja somente em 1969! Como nota ilustrativa da dimensão territorial cortesã petropolitana, posso acrescentar que, em 1883, ampliou-se a área de construção dessa Igreja matriz, quando foram adquiridos do barão de Flamengo 4 prazos na antiga rua de Joinville, atual Av. Ipiranga, por uma comissão encarregada das obras. Além do envolvimento direto desse barão, a comissão, formada em 1883, tinha entre os seus membros, 3 outros barões do império — barão de Catete, barão de São Joaquim e barão de Ipanema, no meio deles, Domingos Rego Faria e Henrique Irineu de Souza. O valor do negócio foi de 30 contos de réis doados pela presidência da Província do Rio de Janeiro, desembargador Bernardo Gavião Peixoto. Cf. JÚDICE, R. *Igrejas Neogóticas*, editora

imperador. Um edifício determinando o mercado de terras e situando as relações sócio-espaciais na produção de Petrópolis, posto que

“Os edifícios reais, imperiais, presidenciais ‘são’ uma parte da cidade: a parte política (capital). Esses edifícios não coincidem com as instituições, com as relações sociais dominantes. E no entanto, essas relações atuam sobre eles, êsses edifícios representam a eficácia e a presença social dessas relações.”⁵³⁹

Se o sítio convidava ao traço longitudinal, ou mesmo tentacular, a determinação da elite imperial, refletida na planta de Koeler, reduzira a rua a eixo simples de ligação ou mesmo à linha de valorização da antiga Vila Imperial. Ruas que, desde sempre, portaram nomes que refletiram a territorialidade da elite imperial e, após, republicana. Ruas amesquinhas, especialmente nos quarteirões, sem largos, pátios e terreiros, dir-se-ia, desapossadas de privilegiadas praças que alimentassem a esfera pública da cidade em formação, pois das quinze praças projetadas por Koeler, cinco foram locadas no interior ou nas proximidades das Vilas Imperial e Thereza, áreas de precedência dos edifícios palacianos e do descanso dessa elite. As outras dez, embora praças — tal como às cinco anteriores — assinaladas nas plantas de Koeler e de Reimarus,⁵⁴⁰ desapareceram ou sequer foram construídas em seus respectivos quarteirões.⁵⁴¹

Crayon, Petrópolis, 2000. Cf. também SODRÉ, A. “A Matriz”. In: *Centenário de Petrópolis, Trabalhos da Comissão*, v. III, PMP, Petrópolis, 1940, pp. 89-91.

⁵³⁹ LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*, Documentos, SP, 1969, p.59.

⁵⁴⁰ Com exceção de 2 praças que não estão tituladas.

⁵⁴¹ As cinco praças que permaneceram, são: 1 — *praça de S. Pedro de Alcântara*: na área da atual praça Princesa Isabel e da catedral; 2 — antiga *praça D. Afonso*: atual praça Rui Barbosa ou da Liberdade ; 3 — *praça da Confluência*; 4 — *praça do Imperador*: no local das atuais praças D. Pedro II e dos Expedicionários; 5 — *praça de Nassau*: atual praça Oswaldo Cruz. As outras dez praças desaparecidas ou não construídas são: 1 — *praça de Kreuznach*: locada em área fronteira dos quarteirões Bingen e Darmstadt, local de

Não seria de outra forma. Vinculado à obra centralizadora do Império, o planeamento da elite imperial para Petrópolis permitiu o estival afastamento do Rio de Janeiro em benefício de exclusivo núcleo urbano e serrano. É o próprio Major de Engenheiros, a despeito de ter assinalado praças em sua planta de Petrópolis, quem repercute essa necessidade de Estado: no interior do referido relatório público misturado à propaganda, “Petrópolis”, publicado em jornal carioca, escrevia com todas as letras:

“Poderá parecer, á primeira vista, odiosa e demasiadamente exepcional a clausula do contracto que reserva para o arrendatário o monopólio de certos ramos de negocio, porém esta idéia se desvanecerá logo que se reflectir que é este o único meio de livrar Petrópolis do flagello de um sem numero de tabernas

encontro do afluente Ave-Lallemant e do rio Piabanha, na atual esquina, lado ímpar, das ruas Manoel Torres e Bingen, precisamente, no terreno onde hoje se encontra o prédio de número 2.185 da rua Bingen; 2 — *praça Bingen*: locada na margem esquerda do rio Piabanha, na atual convergência das ruas Bingen, Afrânio Peixoto e Dr. Henrique Cunha, no quarteirão Bingen; 3 — *praça de Ingelheim*, marcada na margem direita do rio Piabanha, no local de encontro deste com o afluente Delamare, quarteirão Ingelheim, esquina da rua Bingen com rua Duque de Caxias, onde se encontra hoje o prédio número 16 da rua Duque de Caxias; 4 — *praça de Wisbaden*: marcada no encontro do afluente Paulo Barbosa e do rio Piabanha, no quarteirão Nassau, início, lado par, da atual rua Mosela; 5 — *praça de Munster*: localizada à margem direita do rio Piabanha, no quarteirão Westfália, na altura do prédio de número 888, da atual rua Barão do Rio Branco; 6 — *praça de Mainz*: locada à margem direita do rio Palatino na, atual, rua Buarque de Macedo, imóvel número 128; 7 — *praça de Woerstadt*: marcada também na margem direita do rio Palatino, no encontro das atuais ruas Dr. Sá Earp com rua Gal. Marciano Magalhães, no quarteirão Palatinato; 8 — *praça de S. Goar*: locada na margem esquerda do rio Quitandinha, em área conhecida por Duas Pontes, fronteira dos quarteirões Renânia Central e Renania Inferior, no início da atual rua Gonçalves Dias, em área ocupada hoje por imóvel multifamiliar. Mais duas praças completariam este quadro, uma delas: 9 — sem nome, mas, eventualmente, praça Woerstadt devido ao ofício da Superintendência da Fazenda Imperial apensado na Ata da Câmara petropolitana de 27/05/1864, está somente apontada na planta de Reimarus, localizada na margem direita do rio Piabanha, no início da atual rua João Xavier, no quarteirão Woerstadt; a última, 10 — *praça Trier*, embora não estando clara na planta de Koeler e nem assinalada na de Reimarus, teria sido projetada para o quarteirão Mosela na margem esquerda do afluente Paulo Barbosa, no exato local onde recebe esse rio as águas do subafluente Portalegre. Cf. SÁ EARP, A. L. de. “As Oito Praças Desaparecidas”, *Tribuna de Petrópolis*, 29/06/2000. Existiriam, então, 2,5 praças para cada uma das duas Vilas e 1,1 praça para cada um dos 11 quarteirões fixados por Koeler.

e botequins, focos de vadiação e de immoralidade, e que, sem oferecer recursos satisfatórios aos habitantes e passageiros, impossibilitão o estabelecimento em ponto grande de uma empresa que faculte ao publico todos os objectos de precisão e de commodidade por preços razoáveis.”⁵⁴²

O artigo de Koeler, piscando o olho para a elite imperial, deixava mais patente o projeto de fundação de Petrópolis: de um lado, a possibilidade do já mencionado distanciamento sazonal da capital popular e malsã; de outro lado, o processo atraente de certa construção territorial que planeava a segregação sócio-espacial no interior das terras da Casa Imperial.

As áreas aforadas estavam definidas claramente. A cenografia projetada e construída para as Vilas Thereza e, sobretudo, Imperial — residências, praças, jardins, arruamento, comércio —, estabelecia uma coesão sócio-espacial que marcava a distância não apenas do Rio de Janeiro, mas segregava os bairros, que, no entanto, moviam-se à volta desse núcleo citadino, pois fornecedores de produtos para esse mesmo núcleo.

Diga-se a propósito, que — com exceção das duas vilas — antes dos diferentes nomes criados por Koeler para as onze zonas de aforamento da Fazenda Imperial, está posto o vocábulo /bairro/. Originado de /quarteiro/,⁵⁴³ bairro é a quarta parte de um cento e, ligado ao urbanismo, também à parte do solo com edificações ou sem, usualmente retangular ou quadrada, circundada por logradouros. Comparado ao vocábulo /bairro/, com este guardaria alguma

⁵⁴² KOELER, J. “Petrópolis”, *Jornal do Comércio*, 31/01/1845. A clausula contratual de que trata Júlio Koeler é o Artigo 6º, alínea 5, incluído no documento que regula o aforamento da fazenda de Pedro II. Ver Parte II, Capítulo 3, segmento 3.1 — O Império Legal do Espaço.

sinonímia, pois — com derivação controversa, dentre elas, do árabe */barri/* — bairro designa cada uma das partes em que habitualmente divide-se uma cidade, desse modo, melhorando a localização e a orientação dos cidadãos, a despeito de não ter função administrativa. Quarteirão e bairro, até aqui, guardariam certa proximidade.⁵⁴⁴ O que chama a atenção, porém, é a maneira como Buarque de Holanda⁵⁴⁵ descreve os dois vocábulos: ligado ao urbanismo, quarteirão parece viver separado de centralidade, exatamente, afastado da centralidade histórica, da centralidade espacial, da centralidade cultural, tal como se encontra implícito no vocábulo */bairro/* determinado pelo mesmo Buarque de Holanda e também por Antonio Houaiss.⁵⁴⁶ Em português, não existem variantes substantivos e adjetivos de quarteirão, da mesma forma que ocorre com a palavra bairro. Por exemplo: “bairrismo”, indicando qualidade ou ação de “bairrista”, cuja adjetivação nomeia o indivíduo que habita ou frequenta o bairro; defensor dos interesses do bairro ou de sua terra.

O caso é que, por esse viés, o projeto do Império — para Petrópolis — foi acabado exemplar dessa diferença entre os vocábulos quarteirão e bairro. O termo quarteirão expressava a ordem imperial, daí — inclusive — o referido descaso com as suas projetadas praças, existindo como terrenos baldios para, após — no processo urbano —, serem ocupados por imóveis privados ou mesmo públicos. O próprio sítio propiciaria essa dicção e a ausência das praças, pois encaixada a cidade em vales estreitos, quase naturalmente, construíam-se casas uma após a

⁵⁴³ Do baixo-latim */quartariu/*, substantivo masculino indicando a quarta parte de um moio, i.é, a quarta parte de 21,762 hectolitros ou 15 fangas.

⁵⁴⁴ Com efeito, quarteirão, em francês, é designado por *quartier*, sendo este vocábulo também sinônimo de bairro. Em Paris, por exemplo, entre o rio Sena e o Jardim de Luxemburgo existe o notório *Quartier Latin* — bairro ou quarteirão latino.

⁵⁴⁵ Cf. BUARQUE DE HOLANDA, A. F. *Novo Aurélio Dicionário*, Nova Fronteira, RJ, 1999.

⁵⁴⁶ Cf. HOUAISS A. *Dicionário de Língua Portuguesa*, ed. Objetiva, RJ, 2001.

outra, seguindo o curso dos rios. Nesse plano urbano e na sua execução, quarteirão foi lance de casas, i.é, seqüência de casas contíguas, pois a única centralidade era a da elite do Império: a Vila Thereza e, sobretudo, a Vila Imperial — local do palácio de verão de Pedro II.

A partir das ruas que delinearam originalmente a circunvizinhança do palácio de Pedro II,⁵⁴⁷ representações diplomáticas, palacetes, hotéis, comércio de luxo, foram ocupando os prazos. Nomes como os de José Pedro Motta Sayão — barão do Pilar —, do visconde de Silva, de Honório Hermeto Carneiro Leão — Marquês de Paraná —, de José Joaquim Rodrigues Tôrres — visconde de Itaboraí —, do barão de Mauá, do visconde de Ubá, da baronesa de Quartim, do visconde de Uruguai, de Joaquim Nabuco, construíram ou adquiriram residências para a vilegiatura.⁵⁴⁸ Partindo das cercanias do Palácio de Pedro II, o parcelamento segregador da Fazenda Imperial permitiu à elite do Império construir suas residências; diplomatas e o *monde* do Segundo Império despacharam o uso de hotéis em benefício de habitações que — na altura do decênio de 1860 — contabilizavam-se em grande número. Palácios, palacetes, *cottages* e *chalets* demonstravam a orientação aristocrática na construção da cidade, residências que afirmavam o *Ancien Régime* diante da ascensão da modernidade burguesa e exerciam a figuração de um território preeminente da elite imperial. Nos dois únicos palácios habitavam Pedro II e sua filha Isabel; nos palacetes residiam a elite política do império, fazendeiros nobilitados — os barões —, figurões eclesiásticos e burgueses, tal como Monsenhor Barcelar e Mauá, além de alguns altos funcionários;

⁵⁴⁷ Ruas do Imperador e Imperatriz, Rua D. Afonso (hoje Avenida Koeler), Praça D. Afonso (hoje Rui Barbosa ou Praça da Liberdade), Rua de Bourbon (hoje Rua Sá Earp), Rua de Bragança (hoje Rua Governador Roberto Silveira), D. Francisca (hoje General Osório), Rua do Honório (hoje Rua Paulo Barbosa).

nos *chalets* e *cottages* o conforto e a economia, muitas vezes, aliados à beleza doavam certo prestígio, pois a despeito de refletirem alguma inibição econômica, traziam à lembrança a vida livre do campo — sem aparato e espontânea — que a vilegiatura e o Romantismo prometeriam.⁵⁴⁹

O jornalista francês Charles Ribeyrolles, aliás, em 1859, alcançando Petrópolis pelo norte — atual distrito de Pedro do Rio —, entoou esse Romantismo ao descrever, sob a inflexão desse gênero, essa estação de recreio da elite imperial:

“Essa paisagem oferecia dois aspectos bem diversos. Nos cumes, a natureza agreste e selvagem derramava-se, verde e abrupta, pela extensão dos picos de granito. Nas encostas, as terras cultivadas, as herdades, as granjas, pequenos tetos e pequenos lares onde o trabalho honesto apresentava os seus efeitos. Nada de cercados com os seus moirões simétricos, de chalés suíços com vegetações penteadas como as lãs e as sedas do Tibé, nem pavilhões de fantasia. As Marias Antonietas da região, em vez de bater a manteiga nos seus

⁵⁴⁸ O verão, em Petrópolis, era dilatado: a temporada durava de novembro a maio — muitas vezes até junho.

⁵⁴⁹ Joaquim Nabuco, por exemplo, habitara sobrado patriarcal na atual rua Piabanha, porém, após sua morte, deslocou-se sua família para *chalet* decorado com lambrequins ao lado do palacete Rio Negro, na atual avenida Koeler. Também Philippe Arbos, publicando em 1943 seu “Esboço...”, dá seu testemunho: ao longo da retilínea “[...] Avenida que então se chamou ‘do Imperador’ e que hoje se denomina ‘15 de Novembro’ [...] alinham-se empórios, escritórios, edifícios públicos, restaurantes, hotéis, e nela abre-se uma praça formada pelo secamento e aterro dos brejos que se formavam na confluência [dos rios Quitandinha e Palatino] [...]; bem perto, esconde-se sob a mata, o [...] antigo palácio [de Pedro II]; perto também, esconde-se a Prefeitura, encostada numa colina coberta de matas. Este conjunto constitui ao mesmo tempo o centro da vida urbana e o da cidade de veraneio.” Este centro, especialmente o da cidade estival, completava-se com outras tantas avenidas residenciais, tais como as atuais Av. Koeler, Tiradentes, 7 de Setembro, Santos Dumont; nessas se alinhavam, ainda segundo Arbos, “[...] chalés, ‘cottages’, residências particulares, raramente de mais de um andar e nunca de mais de dois, ora simples, ora luxuosas, mas sempre elegantes. [...] A cidade é [...] toda encaixada na verdura, no meio da qual o esplendor de camélias, magnólias, rhododendrons, azaléias e hortênsias, quando fluorescentes, dá o brilho que lhe vale o nome bem merecido de ‘cidade das flores’ ou ‘das hortênsias’.” ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana” (pp. 221-222). In: *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 172-225.

potes, curvavam-se valentemente para o solo, como seus antepassados das margens do Reno.”⁵⁵⁰

Ribeyrolles distanciava a residência de Pedro II de um palácio, aproximando-a de frugal, alegre e desembaraçada casa de campo, envolvida por jardins e gramas e guardada por cercado florido.⁵⁵¹ Descrevendo cenografias campestres, Ribeyrolles, traído ou beneficiado pela forma, reafirmava para a elite imperial a certeza romântica e, com isso, a perspectiva européia na produção espacial de Petrópolis, pois — sendo possível compreender o projeto urbano de Koeler como expressão romântica⁵⁵² —, não se deve perder de vista que este urbano Romantismo se dava no interior de determinação europeizada e sem povo, dir-se-ia, no interior de ordenamento segregador da popular cidade do Rio de Janeiro.

Paisagem campestre com edifícios palacianos, *cottages* ou *chalets* que propiciavam certa aproximação da vida doméstica e algum afastamento da vida

⁵⁵⁰ RIBEYROLLES, C. *Brasil Pitoresco*, primeiro volume, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1980, p. 266. Informa o prefácio de Affonso de E. Taunay, que este primeiro volume foi impresso em 1859.

⁵⁵¹ Cf. RIBEYROLLES, C. *Ibid.*, p. 266.

⁵⁵² A Revolução técnica e industrial propiciara ao homem afastar o seu pavor da natureza. Koeler planeava Petrópolis distante da cidade de pedra barroca. Nascido em 1804 na Alemanha, possivelmente, recebera esse major de engenheiros influência ou, quiçá, absorvera o espírito da época do movimento romântico alemão. A despeito de desenhar edifícios neoclássicos, seu plano urbano faria parte da herança cultural que trouxera da Alemanha, pois se o urbanismo traduz determinação do Capital, é também expressão da tradição cultural articulada no espaço ou, de outro modo, realizar-se-ia essa determinação, muitas vezes, imersa nessa tradição. Sob esse aspecto, aliás, Koeler teria sido o instrumento perfeito da perspectiva européia do Segundo Império. Petrópolis, projeto do Segundo Império desenhado por Koeler, então, ecoaria o Romantismo ao se aproximar da natureza, lócus da imaginação intuitiva romântica, lugar de acolhimento solitário contemplativo, evocando religiosidade, euforia melancólica e desamparo prazeroso. A nostalgia romântica buscava o invisível onipresente na natureza que se transformara em terreal manifestação divina. Petrópolis — com o prestígio urbano dos rios e matas — fora umbilicalmente ligada à natureza; com efeito, pelo viés romântico, dir-se-ia que fora a

pública, porquanto tornavam visíveis ou confirmavam as preocupações íntimas e privadas na produção do espaço petropolitano. Edifícios que os anos fizeram transbordar para os quarteirões. Embora essa mesma vilegiatura guardasse seu viés político, pois anexada à obra centralizadora do Segundo Império.⁵⁵³

Neste passo seria interessante trazer novamente à memória a passagem relativa à ausência das praças, mencionando Ortega Y Gasset — para este a cidade primacial é a cidade clássica e mediterrânea, no interior das quais o fator essencial de seu caráter seria a praça:

“Em Atenas y em Roma las habitaciones son mero pretexto: el órgano esencial de la ciudad es la Plaza, el ágora o foro [...] La ciudad clásica nace de un instinto opuesto al doméstico. Se edifica la casa para estar en ella: se funda la ciudad para salir de la casa y reunirse con otros que también han salido de sus casas.”⁵⁵⁴

Escrevendo sobre a morte de Roma, outra vez Ortega Y Gasset chama a atenção para a praça como elemento fulcral da cidade clássica: “La urbe es, ante todo, esto: plazuela, foro, ágora. Lugar para la conversación, la disputa, la elocuencia, la política”.⁵⁵⁵ No século V grego a praça não era apenas o local do mercado, mas especialmente o núcleo de encontro da comuna,⁵⁵⁶ ou a morada da

revelação de uma teofania urbana: a figuração de Deus já não apenas na natureza, mas no interior mesmo da aglomeração dos homens.

⁵⁵³ Cf. Parte II, Capítulo 4, seção 4.2 deste trabalho.

⁵⁵⁴ ORTEGA Y GASSET, J. *Obras Completas*, tomo II, Revista de Occidente, 4ª ed., Madrid, 1957, p. 331.

⁵⁵⁵ ORTEGA Y GASSET, J. Op. Cit. P. 543.

⁵⁵⁶ Cf. MUMFORD, L. *A Cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas*, ed. Martins Fontes, SP, p.166.

conversa e dos contatos primários — praça que viveria na cidade pública, valendo a cidade política e não a cidade doméstica.⁵⁵⁷

Precisamente — sob esse ângulo —, Petrópolis fora planeada como cidade doméstica, dado que capital suburbana associada à história accidental e auxiliar do Rio de Janeiro.⁵⁵⁸ Prova eloqüente desse subúrbio, i.é, da cidade petropolitana arraigada a casa e não à praça, foi a ausência da execução destas nos quarteirões e a sua concentração no núcleo urbano, pois, se bem que podendo ser enxergada como cidade política, valendo expressão e arranjo territorial pró-ativo da obra central do Segundo Império, a produção espacial da vilegiatura ordenava em toda parte Petrópolis para a convivência de recreio ou familiar, portanto, distante da vida pública, i. é, longe das praças, especialmente daquelas vinculadas aos quarteirões, uma vez que a maioria dos migrantes pobres — e dos filhos de Petrópolis também nascidos pobres — nesse território de cura não passaria de criadagem urbana sem direito à vida pública.⁵⁵⁹

⁵⁵⁷ Sobre a cidade doméstica ver também GOITIA, F. C. *Breve História do Urbanismo*, principalmente, “Lição 1”, editorial Presença, Lisboa, 1982, p.7-21.

⁵⁵⁸ Sobre a categoria subúrbio ver SOUZA MARTINS, J. de. Sobretudo a introdução: “Por uma Compreensão do Esquecimento e do Silêncio” In: *Subúrbio, Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*, Hucitec, SP/S.Caetano, 1992. p. 7-23. Nessas páginas é possível ler que “A história do subúrbio é uma história residual. Nela a história irrompe de surpresa, como ruptura do que vem de fora, como intervalo na rotina e na seqüência ritmada dos gestos repetitivos de todos os dias [...]”. (p. 18).

⁵⁵⁹ A despeito de Petrópolis ter sido planeada em toda parte como território da intimidade doméstica, em uma visada intra-urbana, porém, poder-se-ia escrever que os quarteirões petropolitanos ecoariam longínqua herança do *asylum* da velha Roma, pois entre os primeiros romanos o asilo — situado nas vertentes do monte Capitolino — era lugar habitado por homens sem recursos ou grupo de cabanas construídas ao léu e sem regras, enquanto a urbe — a cidade, ocupando a planura do Palatino — significava entre esses mesmos antigos romanos o local de reunião, a residência e, principalmente, o lugar santo e religioso desses homens já organizados em sociedade. Em Roma, a urbe era o lugar determinado dos homens vindos de Alba, indivíduos já ordenados em sociedade, distribuídos por *gentes* e por *cúrias* e com cultos domésticos e leis. Em Petrópolis, a herdeira distante da urbe seria o local privilegiado das Vilas Imperiais e Thereza, área privilegiada para a convivência da elite do Segundo Império; daí, aliás, a construção das

Propiciado também pelo francês Charles Ribeyrolles, talvez fosse o caso de ampliar a compreensão dessa cidade doméstica petropolitana em função do plano urbano de Koeler adaptado ao relevo, visto que a cidade esparramou-se pelos vales, com ruas mudando de direção ou serpeando toda vez que encontravam um obstáculo:

“Não existe ali uma cidade, no verdadeiro sentido da palavra. Não se encontram essas vastas aglomerações que se unem, se bifurcam, se amontoam e formam os quarteirões. São ruas que se desdobram e acompanham os morros, ruas sobre as estradas onde se apinham casotas assentadas no chão como tendas. [...] o caráter geral da paisagem é a própria fisionomia da campanha. A natureza serrana não desapareceu ao jugo da arte e suas magnificências. Está apenas emoldurada.”⁵⁶⁰

praças nessas duas vilas. Cf. COULANGES, F. *A Cidade Antiga, Estudo sobre o Culto, o Direito e Instituições da Grécia e de Roma*, Livraria Clássica Editora, 2ª ed., volume 1º, Lisboa, 1919, pp. 229-231.

⁵⁶⁰ RIBEYROLLES, C. Op. Cit. p. 266. Esta transcrição de Charles Ribeyrolles, além disso, chama a atenção para um outro tópico anexo a todas essas passagens ligadas à ausência das praças. Exatamente, antes do parágrafo que segue após a citação de Ribeyrolles, poder-se-ia acrescentar que, no interior da produção espacial de Petrópolis, a natureza ordenada aproximava à cidade do jardim público, local — a partir dos séculos XVI e XVII — dedicado a certa espécie de socialidade diversa daquela encontrada nas praças, por consequência, valendo Petrópolis como imenso jardim afastado das praças, i.é, distante da cidade pública e próxima da cidade doméstica. É Hugo Segawa quem possibilita esta nota, posto que “O jardim público era o local de encontro das elites ou dos seus segmentos derivados, passarela da demonstração, das vaidades expostas, das vestimentas equilibrando ou escamoteando classes distintas — um espaço das trocas sociais legitimado pelos valores aceitos pelas sociedades que constituíram tais recantos. A percepção, a apropriação e o usufruto de jardins públicos tornam-se produtos de uma construção social.” SEGAWA, H. *Ao Amor do Público, jardins no Brasil*, FAPESP/ Studio Nobel, SP, 1996, p. 221. Estacionar em Petrópolis, quase ia dizendo, adentrar o jardim do Império, pressupunha — portanto — aquiescer com uma tecedura social regrada por uma postura, eventualmente, requintada e aparatosa como os edifícios palacianos, mas certamente, silenciosa e discreta como — ademais — seria a conduta em qualquer jardim.

O fato é que a forma geral de Petrópolis, originalmente, adaptou-se ao relevo. Divergente da tradicional configuração citadina portuguesa, que buscava ajuntar toda a população em aldeias nucleadas por uma praça, estabelecendo o edifício religioso no ponto mais elevado possível; diferentemente da vivência luso-brasileira de fazer nascer junto aos morros povoados agrupados a partir de um prédio religioso, reproduzindo aqui a morfologia das aldeias portuguesas ao lado dos castelos,⁵⁶¹ em Petrópolis foi patente uma ductílissima conformação urbana ante o relevo, comparável ao que ocorreu em Joinville e Blumenau, cidades do Estado de Santa Catarina oriundas de herança alemã. Cidades que se acomodaram ao relevo e não deram proeminência para a igreja e sua praça, mas ao comércio. Joinville teria encontrado no ribeirão Matias o guia de seu arruamento — ruas paralelas e perpendiculares a ele; o comércio teria sido o fator que norteou o plano dessa cidade, dando a direção mais geral de um arruamento que, afastando-se das eventuais barreiras, adequava-se elasticamente ao relevo. Blumenau, fundada na bacia do Itajaí-Açu, revelaria nos primeiros anos de existência de seu núcleo adensamento ao longo do rio Garcia, próximo de sua barra; o fator de constituição do povoado teria sido também o comércio, direcionando-se o plano urbano para os caminhos de trânsito dos colonos — ruas que evitavam aclives e modificavam o seu rumo diante de qualquer embaraço. Blumenau, Petrópolis, Joinville, parecem ter encontrado no fator físico os seus planos de progressão, distendendo-se pelos caminhos que os respectivos vales fluviais e planície costeira possibilitavam. Dir-se-ia que essas três cidades ecoaram certa ascendência formal das cidades alemãs, precisamente, naquilo que nada tinham de influência romana — por conseqüência,

⁵⁶¹ A igreja matriz sobre a colina, no Brasil, guardava equivalência em relação à fortificação portuguesa; a praça carregava consigo igualdade de valor com o velho Fórum romano.

naquilo que não carregavam de presença portuguesa — no surgimento dos seus centros urbanos. Núcleos originalmente mudos, retraídos, domésticos, visto que eram formas urbanas desafeiçoadas das praças, quase ia dizendo, formas urbanas desapegadas da esfera pública. A diferença, aliás petropolitana, foi o palácio de campo de Pedro II como o fator de conformação petropolitana. Embora existisse também a rua do Imperador comercial, esticando-se caminhos a partir dessa rua, i. é: a partir da antiga Vila Imperial para o interior da cidade — vias de circulação de eventuais mercadorias da planeada colônia agrícola para as necessidades desse núcleo da elite imperial.⁵⁶²

Orientado por urbano cariz doméstico, o caso é que Petrópolis crescera — principalmente — a partir de 1851, quando a Casa Imperial deixou de freqüentar os verões na velha Fazenda de Santa Cruz e transferiu-se para essa serra. É de se mencionar que, em 1851, uma epidemia de febre amarela — e, entre 1855-1856, outra de cólera — surgiu no Rio de Janeiro; epidemias que não apenas gerariam alguma inflexão na visita sazonal de Pedro II a Petrópolis, mas, segundo Henri Raffard, determinariam o aumento do fluxo de “Centenares de pessoas abastadas [que] fugiram dos logares empestados e procuraram abrigo no bello clima de Petrópolis.”⁵⁶³ Esse fluxo, ainda pela letra de Raffard, aumentara os valores econômicos praticados nessa serra:

⁵⁶² Sobre cidades germânicas e portuguesas ver: PELUZO JUNIOR, V. A. “Tradição e Plano Urbano, Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina”. In: *Boletim Geográfico*, IBGE, ano XIV, julho-agosto de 1956, n° 133, pp. 325-357. Ver também: PRADO JUNIOR, C. “O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”. In: *Boletim Geográfico*, IBGE, ano III, outubro de 1945, n° 31, pp. 920-931.

⁵⁶³ RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 103. Foi neste período, por exemplo, que Irineu Evangelista de Souza, depois barão de Mauá, adquiriu prazo diante da praça da Confluência.

“Os colonos vendiam por altos preços os productos das suas terras, outros alugaram ou venderam as suas casas. Pessoas que talvez nunca tivessem vindo a Petrópolis ficaram conhecendo o lugar e gostando d’elle.”⁵⁶⁴

Ernesto Verna Magalhães, funcionário do Império e amigo de Paulo Barbosa, escrevendo para este em 1851,⁵⁶⁵ referiu-se à Petrópolis:

“[...] Quem via charcos agora só vê belas ruas, com lojas, açougues, magníficos hotéis, o Palácio sobre a colina fazendo uma linda vista, principalmente com a vinda do Imperador, pois sempre vem a corte esperá-lo. [...] Ora a reunião de tudo isso forja uma impressão européia [...]. A corte está toda lá [...]”.⁵⁶⁶

Em 1853, Mariano José Pinto, outro funcionário da Casa Imperial e também amigo de Paulo Barbosa, escrevendo para este, estampava a rápida transformação da Fazenda Imperial em valores econômicos:

“[...] Petrópolis marcha vantajosamente [...] Não falarei de coisas pequenas, basta dizer que prédios de valor superior a 40.000\$000 há já construídos, e em construção os seguintes: os dois colégios Kopke e Calógeras, na rua do Imperador, a casa do Pinto Peixoto, uma do Mr. Chavalier, dois hotéis, uma do Lamas Ministro da América Espanhola.”⁵⁶⁷

⁵⁶⁴ RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. Ibid., p. 103.

⁵⁶⁵ Paulo Barbosa, por essa época, prestava serviço diplomático no continente europeu.

⁵⁶⁶ “Coleção Tobias Monteiro”, Fundação Biblioteca Nacional, Ms., 8/04/1851. In: SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*, 2ª ed., 4ª reimpressão, Cia. das Letras, SP, 2000, p. 239.

⁵⁶⁷ In: RABAÇO, H. J. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985, p. 92.

Em 1858, quinze anos após o decreto fundador de Petrópolis, a cidade já contava com quatro prados para corridas de cavalos, teatros, hotéis, abundância de edifícios palacianos, igreja matriz, várias capelas, confeitarias, bilhares, colégios, casa de saúde, sociedades musicais, casas de banho e duchas, fábrica de cerveja.⁵⁶⁸ A estrada União e Indústria, ligando Petrópolis-Juiz de Fora, nessa data tinha já sua primeira seção inaugurada. Também em 1858, a primeira estrada de ferro do Brasil, que tinha sido inaugurada em 30 de abril de 1854, por Irineu Evangelista de Souza, ligando um ponto na praia de Mauá até a localidade de Fragoso, já tinha conquistado todo o seu trecho de planície, posto que alcançara em 16 de dezembro de 1856 o sopé da escarpa de Petrópolis.⁵⁶⁹ Não foi ao léu, pois, que Petrópolis passara de freguesia para cidade, sem ter sido vila, em 1857.

⁵⁶⁸ Charles Ribeyrolles, através da “Tabela Estatística da Imperial Colônia de Petrópolis”, 01/01/1859, apontava alguns números: casa de negócio, 63; alfaiates, 6; sapateiros, 16; seleiros, 5; bilhares, 19; charuteiros, 6; botequins, 5; hotéis, 6; tipografias, sendo uma alemã, 3; escolas alemãs, 5. É de se lembrar que o ano de 1859 foi a data da instituição do município de Petrópolis. RIBEYROLLES, C., op. cit. p. 275.

⁵⁶⁹ O ponto na praia era o Porto de Mauá que, como Fragoso, pertencia à Câmara municipal de Estrela, atual município de Magé. Esse primeiro trecho tinha 14,5 km de linha férrea. O segundo trecho, de 1856, percorrendo 16,32 km, partia de Fragoso e alcançava a Estação de Vila Inhomirim na localidade de Raiz da Serra, também no atual município de Magé. Porto de Mauá está a 2,2 metros do nível do mar e a Estação de Vila Inhomirim a 31,1 metros desse nível. O terceiro trecho não foi completado pela empresa de Irineu Evangelista de Souza, a “Imperial Companhia de Navegação e Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis”, mas pela “Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará”, que — através do sistema de cremalheira — avançou os trilhos da Estação de Inhomirim até a Vila Imperial, em Petrópolis. Todo esse trecho foi somente inaugurado em 18 de fevereiro de 1883, extinguindo os serviços de diligência Raiz da Serra-Petrópolis, que transitavam pela antiga Estrada Normal da Estrela. Após essa última data a linha férrea foi sendo estendida para os atuais distritos de Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio, em direção ao Estado de Minas Gerais. Até 1910, embarcava-se na cidade do Rio de Janeiro — praça Mauá, antigo Cais dos Mineiros — nos barcos a vapor, navegando-se até o Porto Mauá, no fundo da baía da Guanabara, onde à beira do mar estava a estação ferroviária para o embarque no trem. Após essa data, até a inauguração da rodovia Washington Luiz na década de 1920, toda a viagem Rio de Janeiro-Petrópolis passou a ser feita de trem.

Como contraponto, através de Helio Suêvo Rodriguez, poderia informar que a primeira viagem em uma estrada de ferro ocorreu entre a cidade de Stockton e o vale mineiro de Darlington, no norte da Inglaterra. Esse caminho de ferro tinha 61 km de extensão e fora inaugurado em 27 de setembro de 1825. Na América Latina, a primeira ferrovia foi aberta em Cuba, em 19 de novembro de 1837, e ligava Havana a Guines. Na América do Sul, as ferrovias chegaram a partir de novembro de 1848, quando foi inaugurado o trecho de 8 km

Com respeito à população, noticiava o mesmo Raffard que, no fim de 1854, Petrópolis alcançara 5257 habitantes; destes, 2501 habitantes não pertenciam à colônia alemã;⁵⁷⁰ em 1855, ainda segundo Raffard, existiam em toda Petrópolis 940 casas prontas e 3 em construção,⁵⁷¹ evidentemente, casas nas vilas e nos quarteirões — belas moradias e outras nem tanto. Dois anos após essa última data referida por Raffard ou quatorze anos após o decreto de 1843, i.é, no ano de 1857, missionários metodistas norte-americanos, Daniel P. Kidder e J. C. Fletcher, informavam que a cidade “Contém atualmente dez mil habitantes, e por toda a parte se vêem lindas residências de opulentas famílias do Rio que vão para lá durante o verão.”⁵⁷² O engenheiro Carlos Augusto Taunay, em 1862, parecendo contradizer os reverendos, contabilizava população fixa acima de seis mil habitantes, dentre esses,

entre Georgetown e Plaisance, na Guiana Inglesa; em abril de 1851, o Peru inaugurava o seu trecho entre Lima e Callao; em 1 de janeiro de 1852, seguia o Chile, inaugurando trilhos entre Capiapó e Caldera. Cf. RODRIGUEZ, H. S. *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro, o resgate da sua memória*, Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, RJ, 2004.

⁵⁷⁰ RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 116. Raffard parece ter retirado esses números de habitantes do Relatório do Diretor da colônia ao Presidente da Província, em 1854, Tenente-Coronel Alexandre Manuel Albino de Carvalho, embora existam ligeiras diferenças entre os números apresentados por Raffard e o do Diretor, Albino de Carvalho. No Relatório desse Tenente-Coronel e Diretor, a população total era de 5.280 habitantes, incluídos aí 2.743 colonos alemães e 36 africanos livres. Cf. Relatório do Diretor da Colônia, Arquivo Casa Imperial, número 6065, Museu Imperial. Em outras páginas, 106-107, Raffard anotou para o mês de dezembro e o ano de 1851, 2750 colonos; para o ano de 1852, 2845 habitantes colonos; para o mês de dezembro e o ano de 1853, 2959 habitantes colonos. Para o mês de dezembro e o ano de 1857, possibilitado pelas informações do periódico alemão, “Brazília”, Raffard escrevia que “[...] existiam em Petrópolis 2974 colonos allemães, sendo 1880 catholicos e 1094 protestantes — 1572 do sexo masculino e 1402 do sexo feminino — 1205 nascidos no paiz. 1805 prussianos, 53 hannoverinos e 620 da Hessia, e grão ducado de Baden — achavam-se ausentes da colônia 180 dos quaes 68 com licença.” (p. 139).

⁵⁷¹ RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p.119. O Relatório, de 1854, do referido Diretor da colônia e Tenente-Coronel Albino de Carvalho, mencionado em nota anterior, indica 937 prédios, sendo 608 construções dos colonos.

⁵⁷² KIDDER, D. P. e FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros (esboço histórico e descritivo)*, Cia. Editora Nacional, RJ, 1941, p. 345. O total de dez mil habitantes escritos por esses reverendos parece demasiado. É de se notar que a cidade e a data de publicação da primeira edição deste livro é Filadélfia, 1857; logo, os dois missionários passaram por

dois mil alemães católicos e oitocentos protestantes, sessenta franceses e quarenta italianos, o restante seriam portugueses,

“[...] sendo os brasileiros natos pouco numerosos, salvo no segundo distrito, onde muitas famílias dos conhecidos, sob a denominação de moradores, estão estabelecidos. A população flutuante mal se pode avaliar, variando muito de ano para outro, tanto no número dos visitantes como dos trabalhadores para as obras [...]”⁵⁷³

O jornalista José Nicolau Tinoco de Almeida, em 1885, aparentemente confirmava o número total de Taunay, pois anotava população permanente de aproximadamente dez mil habitantes, alcançando na estação “calmosa” dezesseis mil habitantes com a população flutuante advinda do Rio de Janeiro.⁵⁷⁴

Todo esse notável crescimento que a cidade experimentou, indica a importância da vilegiatura petropolitana na obra central do Segundo Império.

Petrópolis em data anterior. Os dados de Raffard e, adiante, de Taunay colocam em cheque o número excessivo de habitantes apontados por esses norte-americanos.

⁵⁷³ TAUNAY, C. A. “Viagem Pitoresca a Petrópolis, para servir de roteiro aos viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro”, Editores Proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, RJ, 1862. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. 27-28. Taunay, aliás, parece ter sido um tanto modesto em seus números populacionais, pois na estatística do Relatório do Diretor da colônia, em 1857, Major Sérgio Marcondes de Andrade, lê-se: “Orço em mais de 3 mil almas a parte extra-colonial pela afluência de trabalhadores, a maior parte de estrangeiros, para as obras da Estrada União e Indústria, onde grande parte dos colonos estiveram empregados enquanto se fizeram as obras aqui próximo.” Os números desse Relatório apontavam 2.974 colonos, desses, 1.205 nascidos já no Brasil; homens: 1.572; mulheres: 1.402; menores de 5 anos: 614; entre 6 — 15 anos: 718; entre 16 — 25 anos: 527; entre 26 — 50 anos: 827; acima de 50 anos: 288 habitantes. O Major e Diretor Marcondes de Andrade ainda informa que existiam nesse período 70 africanos livres, inclusive 3 pretas que, com mais 4 africanos estariam servindo ao hospital. Cf. Relatório da colônia de 1857, destinado ao Presidente da Província. In: jornal *O Parayba*, Petrópolis, número 33 a 40, edições de 25 e 28 de março de 1858 e dias 1, 8, 11, 15, 18 e 22 de abril de 1858.

Importância que a República não menoscabou, posto que República proclamada sem luta e faltosa de quadros políticos, por consequência, acolhendo — além dos elementos humanos do Império⁵⁷⁵ — o próprio brinco territorial desse mesmo Império: Petrópolis, cidade que continuou a crescer,⁵⁷⁶ dado que — de resto — fora enterrado o Império, mas a sua obra urbana e serrana sobreviveu, conservando o seu prestígio estival até a década de 1950.

4.3.3 — A Colônia Industrial

29 de junho de 1845. Dia da chegada de 158 alemães nessa serra.

Data de fundação da colônia de migrantes de Petrópolis.

⁵⁷⁴ Cf. TINOCO de ALMEIDA, J. N. “Petrópolis, Guia de Viagem”, Typographia de L. Winter, RJ, 1885. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. 114.

⁵⁷⁵ É Nelson Werneck Sodré quem escreve: “A República [...] recebia em seu seio tudo o que a monarquia possuía em elemento humano. Nem podia escolher muito ou fazer restrições. Nem havia paixões a dividi-los. Os sacrificados eram poucos. Silveira Martins, porque era inimigo do proclamador do novo regime. Ouro Preto, porque fora figura central nos derradeiros acontecimentos. Uns poucos, os incompatibilizados. [como Eduardo Prado, diria]. Alguns, mais por compostura, como Nabuco. A quase totalidade misturou-se, confundiu-se. A república era de todos. Na rapidez do embarque houve quem não esquecesse o amigo. Rebouças acompanhou a família imperial. Devia sacrificar-se a essa fidelidade do momento decisivo. Representava o apreço das massas populares ao bom homem Pedro de Bragança — e a gratidão da sua raça a quem jamais pusera obstáculos à sua emancipação.” SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*, ed. Graphia, 2ª edição, primeira reimpressão, RJ, 1998, p. 332.

⁵⁷⁶ Exemplo pontual desse crescimento, em 1895, gestão de Hermogêneo Silva, foi Petrópolis criar o seu primeiro transporte coletivo com a implantação de linhas de bonde de tração animal. A primeira linha ligava a estação ferroviária do núcleo urbano até o atual distrito de Cascatinha. A segunda linha seguiu do mesmo núcleo urbano até o atual bairro Alto da Serra, depois outras linhas para os atuais bairros Mosela e Bingen foram inauguradas, sempre com tração animal. Em 1898 esse transporte foi interrompido, retornando em 1912 com a inauguração de bondes elétricos para 32 lugares, explorado pelo antigo sistema CBEE. A energia elétrica vinha da usina de Alberto Torres, no rio Piabanha, distrito do município de Três Rios. É de se notar que 45 cidades brasileiras tiveram esse

Todavia, antes de tudo, é necessário ceder o passo para deixar passar uma observação: o nascimento dessa colônia não procede em linha reta do decreto fundador de Petrópolis, de 16 de março de 1843. Além da ordem expressa e formal estabelecendo o arrendamento da fazenda de Córrego Seco a Júlio Koeler, fixando — ademais — a reserva de terrenos para a edificação de uma residência de campo e para a criação de um povoado através de emprazamento, com terras doadas para igreja e cemitério, nada indicava nesse documento de março de 1843⁵⁷⁷ o propósito de fundação dessa colônia de migrantes. Nem mesmo nos documentos subseqüentes que instituíam as regras de arrendamento e de aforamento dessa fazenda da Casa Imperial,⁵⁷⁸ uma palavra sequer acerca da constituição futura dessa colônia.

O caso é que a colônia de migrantes de Petrópolis, não sendo consequência de clara determinação do Estado Imperial, tal como foi a edificação do palácio e do povoado petropolitano, parece ter sido oriunda de ações circunstanciais e sinuosas. Embora ações vinculadas ao espírito e à determinação do Capital, que transformaram o século XIX em centúria de massivos deslocamentos populacionais — período ordenado pela marcha expansiva do Capitalismo industrial e de seus dois necessários corolários: o trabalho livre e o livre comércio, especialmente, para a penetração da produção industrial inglesa nas antigas colônias da idade moderna emancipadas como o Brasil.⁵⁷⁹ Não estava

sistema de bondes elétricos, 18 das quais, eram capitais de estado. Em 15 de julho de 1939 esse serviço de transporte foi extinto pelo então prefeito Yedo Fiúza.

⁵⁷⁷ O decreto fundador está reproduzido na Parte II, Capítulo 3, seção 3.1 — O Império Legal do Espaço.

⁵⁷⁸ Os documentos complementares ao decreto fundador receberam tratamento específico na Parte II, Capítulo 3, segmento “3.1 — O Império Legal do Espaço”.

⁵⁷⁹ Exemplo pontual dessa expansão do Capital foi a conhecida *Aberdeen Act*. Promulgada em 1845, pelo parlamento inglês, autorizava aos navios britânicos o aprisionamento de embarcações negreiras brasileiras sem licença prévia do Brasil, pois a lei brasileira de 7 de novembro de 1831, propondo extinguir o tráfico negreiro e assegurando aos ingleses o

escrito, pois, que Petrópolis seria o local para a implantação de uma colônia de migrantes. Tudo se passaria como se as ações para a constituição dessa colônia fizessem parte de certa espécie de quebra-cabeça acidental, porém, inoculada pela marcha triunfal do Capital e de suas indústrias.

É possível acompanhar alguma coisa dessas baralhadas ações que, avistadas no tempo, acomodaram-se no interior das terras serranas e fluminenses da Casa Imperial. Em 1837, por exemplo, Júlio Koeler era o responsável geral pelas obras de transformação do caminho tropeiro de Porto Estrela—Vila de Paraíba do Sul em uma via carroçável: a Estrada Normal da Serra da Estrela. Nesse exato ano um navio amotinado, seguindo para a Austrália, aportou no Rio de Janeiro; o governo provincial, obrigado a intervir, direcionou os 238 embarcados migrantes alemães — revoltados com a má alimentação e o trato desrespeitoso do comandante naval — para o Largo da Lapa, aos cuidados da “Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro”, fundada em 15 de janeiro de 1836.⁵⁸⁰ Parte da Província fluminense, por essa época, parecia pugnar pela existência de trabalho livre na área das obras públicas. Koeler, sabedor dessa defesa fluminense e de

direito — por quinze anos — de reprimir esse comércio transoceânico de negros, em obediência ao tratado anglo-brasileiro contra o tráfico de escravos de 23 de novembro de 1826, foi, na véspera do fim do prazo, considerada inepta pelo parlamento britânico. A Lei Euzébio de Queirós, aliás, muito deve ao fator externo. Ela tramitou desde 1837, ano no qual o projeto foi apresentado pela primeira vez. Foram 13 anos, com uma reapresentação em 1848, até a sua aprovação em 4 de setembro de 1850. Neste ano, quando mais uma vez foi reapresentada, em apenas 5 dias foi aprovada, entre os meses de julho e agosto. Ocorre que a marinha inglesa, no mês de junho de 1850, aprisionara em águas brasileiras duas embarcações, inclusive abatendo uma delas, o Maltese. Fora, sem dúvida, um ultimato inglês, valendo ameaça do Capital industrial ao governo de Pedro II. Sobre a Lei Euzébio de Queirós — Lei nº 581 —, sobre a convenção anglo-brasileira de 1826 e, igualmente, a respeito dos protestos do Império contra a *Aberdeen Act*, ver: FILHO, I. A. *Brasil, 500 Anos em Documentos*, ed. Mauad, 2ª ed., RJ, 1999, pp. 212-217. Ver também “O Império e a Política Exterior”, in: LIMA, O. *O Império Brasileiro, 1821-1889*, Itatiaia/Edusp, BH/SP, 1989, p.152-170, especialmente, as páginas iniciais.

⁵⁸⁰ O navio, de nome *Justine*, entrou na baía da Guanabara em 12 de novembro de 1837; os imigrantes alemães só puderam saltar para terra porque o Comandante do navio fora indenizado.

olho nesse acontecimento “marítimo-migratório”, convenceu parte desses migrantes a permanecerem no Brasil, para tanto, obtendo autorização da Província do Rio de Janeiro para que 147 alemães fossem empregados nas obras que então executava.⁵⁸¹ Posteriormente, no ano de 1840, em relatório para a Presidência da Província, Koeler elogiava o trabalho desses homens e sugeria a imigração de mais alemães:

“As obras permanentes da Estrada continuarão a ser desempenhadas de maneira satisfatória pelos operários colonos alemães. [...]. Era sumamente desejável que V. Excia. tomando em consideração os bons resultados obtidos com os colonos alemães atuais e a conveniência da introdução de braços livres nesta Província e no Império, se resolvesse a mandar vir da Alemanha por contrato uma porção maior de colonos operários.”⁵⁸²

Neste mesmo ano — 1840 — foi sancionada Lei provincial autorizando o governo a promover por meio de empresas o estabelecimento de colônias agrícolas na Província fluminense. Esses empreendimentos teriam o auxílio pecuniário do governo em todo o processo — das tratativas iniciais até o momento de contratação dos migrantes, já na Província do Rio de Janeiro, para o trabalho agrícola propriamente, para as obras públicas ou mesmo para o trabalho

⁵⁸¹ “[...] o sr. Presidente da província enviou para as obras da serra da Estrella 51 famílias allemãs ou 147 pessoas, sendo 56 homens, 42 mulheres e 49 filhos de menor idade, que chegaram no navio *Justine* do Havre. A província obrigou-se a pagar-lhes segundo o seu merecimento e capacidade, devendo todos prestar serviços para serem apontados como operários. O excesso do producto do jornal dos colonos sobre as despesas que faziam era applicado á amortização das dividas que tinham contrahido com a Sociedade Colonizadora e o governo pela somma paga ao capitão do *Justine* para os libertar.” RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 43. Ver também RIBEYROLLES, C. *Brasil Pitoresco*, 1º v. Itatiaia/Edusp, BH, SP, 1980, p. 270-271.

⁵⁸² KOELER, J. *Apud* RABAÇO, J. H. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985, p. 63.

manufatureiro. O governo da Província, ademais, ficava autorizado a adquirir terras e fazer o parcelamento.⁵⁸³ Além disso, o governo imperial, através do decreto de 21 de janeiro de 1842, concedeu terras devolutas localizadas na Província fluminense. Em Campos, por exemplo, foram locadas colônias.⁵⁸⁴ Em abril de 1843 desembarcaram 59 franceses, originalmente, destinados para Santa Catarina, mas que foram contratados, junto com 135 açorianos, para o trabalho nas obras públicas da Província do Rio de Janeiro; em 14 de janeiro de 1844, 95 colonos belgas chegaram para a terra aforada por certo belga, Ludgero Joseph Nelis, na Barra de São João, próximo de Campos, no norte da Província. Outros empreendimentos não caminharam além dos acertos iniciais, como a do francês Bergasse, que tratara com a Presidência do Rio de Janeiro a vinda de 600 colonos brancos, ou do coronel Bellard, que acordara junto à Presidência fundar uma colônia na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabú, no interior de Macaé. O fato é que, através de Raffard, é possível perceber o fracasso de todas essas migrações e acordos iniciais, seja porque a maior parte dos migrantes ia embora devido ao tratamento

⁵⁸³ “Ficou assim o governo autorizado a promover por meio de empresas o estabelecimento de colônias agrícolas na província, subvencionando-as para o agenciamento, transporte, agasalho, cuidados e até para ocupar os imigrantes enquanto o governo não os pudesse contractar para trabalhar na agricultura, industria e obras publicas, devendo ellas n’este caso serem reembolsadas de todas as despesas feitas para a vinda dos colonos ao Brazil: estando o governo também autorizado a fazer aquisição de terras na falta de devolutas, afim de dividil-as em lotes e distribuir aos colonos; nomeando uma commissão de três membros remunerados, ou um director para incumbir-se da criação das projectadas colônias e gastar até 300:000\$, sendo 60:000\$ annualmente.” RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 43.

⁵⁸⁴ “[...] colônias foram [locadas nos] sertões da Pedra Lisa, em Campos, por serem de admirável fertilidade ás margens do rio Itabapoana, confinado ao norte com as províncias do Espírito-Santo e Minas-Geraes, a 6 leguas da cidade de Campos dos Goytacazes.” (p. 44) RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 44. Raffard, através do Presidente provincial e Senador Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, mais tarde Visconde de Sepetiba, noticia, aliás, que teria ocorrido grande oposição, quase rebelião, de posseiros e fazendeiros que identificaram nessas delimitações de terras para as colônias uma violenta ação objetivando os seqüestros das terras e da situação dos posseiros nacionais em benefício dos estrangeiros. (p. 45).

recebido — como foi o caso do projeto do belga Nelis⁵⁸⁵ —, seja porque o contrato entre os empreendedores não alcançava bom termo ou sequer a chegada dos migrantes não acontecia.⁵⁸⁶

Em 1844, já na Presidência Provincial de Aureliano Coutinho, o governo fluminense assinava com a casa Delrue & C. a vinda de 600 colonos.⁵⁸⁷ Essa empresa, sediada em Dunquerque, tinha como proprietário Charles François Joseph Delrue, que nascendo filho de *cabaretier*, valendo bodegueiro, taverneiro e, especialmente no caso do pai de Charles Delrue, albergista, terminou sua vida como armador, comerciante e vice-cônsul do Brasil nessa cidade portuária francesa.

Delrue, através de seus agentes, percorreu então a antiga Prússia Renana, fazendo promessas de total gratuidade de transportes e perspectivas de ganhos acima das reais condições fluminenses e brasileiras. Ante esse fato, aliás, o visconde de Abrantes fez publicar em Berlim documento condenando as promessas anunciadas por Charles Delrue: ofertas falsas que propendiam aos não acautelados a pagarem gorjetas para serem os preferidos na migração para o Brasil. Mas o problema é que, como condicionante do contrato, Delrue colocara que se franquearia as passagens de mulheres e filhas dos migrantes, desde que não tivessem mais de trinta anos. Na transposição desse trato legal, no lugar de

⁵⁸⁵ “[...] já grande parte tinha desertado em abril de 1841, ou porque não encontraram casas promptas, achassem insuficiente alimentação ou entendessem que a realidade não correspondia ao que tinham imaginado.” RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Ibid.*, p. 46.

⁵⁸⁶ Sobre as tentativas de criação de colônias migrantes no solo fluminense, ver: RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Ibid.*, pp. 42-48.

⁵⁸⁷ “[...] entendeu-se o governo da provincia do Rio de Janeiro com Eugène Pisani, representante da casa Charles Delrue & C. [...] cujo chefe tinha mandado pôr á disposição do dito governo, para transporte dos emigrantes que agenciaria, os 18 navios de sua propriedade. [...]. A 17 de junho de 1844 foi lavrado um contracto entre o governo fluminense e a casa Delrue & C., para introducção de 600 colonos trabalhadores, dando-se preferênciã aos casados. [...] O colono tinha de reembolsar o adiantamento da passagem com o abatimento da quarta parte nos jornaes e vencimentos dos solteiros, a quinta parte nos casados e os que tivessem mais de um filho a sexta parte.” RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Ibid.*, p. 59.

“mulheres e filhas”, foi escrito “família” e, sob essa alteração, Aureliano Coutinho assinou o contrato com Delrue.⁵⁸⁸

Precisamente, no interior de todo esse processo — que buscava introduzir o trabalho livre na Província fluminense — ia tomando forma a colônia migrante de Petrópolis. Era pela mão ou intervenção da administração provincial do Rio de Janeiro que a colônia agrícola de alemães surgia no interior da produção do espaço de vilegiatura da elite imperial. Credita-se, por exemplo, a João Caldas Vianna, Presidente interino da Província do Rio de Janeiro em algumas oportunidades e um dos promotores da referida “Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro”, o registro oficial, em 1843, da idéia da fundação de uma colônia agrícola na vizinhança do palácio de campo de Pedro II.⁵⁸⁹ Embora, oficiosamente, tivesse sido o major Júlio Koeler quem chamara a atenção de Caldas Vianna para a criação dessa colônia, pois além de obter autorização

⁵⁸⁸ Através de Charles Ribeyrolles, Henri Raffard noticia o desarranjo contratual: “Delrue poz por condição que se pagaria a passagem ás mulheres e filhas dos trabalhadores, uma vez que elles não tivessem mais de trinta annos. Ora, copiando o contracto, a palavra família foi substituída ás de mulheres e filhas. Aureliano [...] occupado como andava, não reparou e assignou.” RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, Id, Ibid., p. 60.

⁵⁸⁹ “Possuindo o Imperador D. Pedro II, no Alto da Serra da Estrela, um Palácio onde repousava dos labores administrativos, resolveu o Dr. Caldas Viana, presidente da Província, fundar uma colônia de imigrantes europeus nas imediações da residência imperial.” VASCONCELOS, Clodomiro. “Estado do Rio de Janeiro, Álbum do Centenário”, 1922, p.224. In: CASTRO, Manoel Viana. “João Caldas Viana”, *Trabalhos da Comissão do Centenário*, v. VII, P.M.P., Petrópolis, 1943, pp. 213-253. “Tendo Sua Majestade o Imperador mandado construir um Palácio no Alto da Serra da Estrela, em terras de seu patrimônio, e tendo, anteriormente, a lei provincial n. 193, de 12 de maio de 1840, mandado abrir [oficialmente] uma estrada que da Estrela conduzisse ao Paraibuna [...], concebeu o Dr. João Caldas Viana, presidente da Província em 1843, a idéia de fundar, nas visinhanças do projetado Palácio, uma colônia”. LAXE, João Batista Cortines. “Regimento das Câmaras Municipais”, 2ª. ed. , p. 526. In: CASTRO, Manoel Viana. “João Caldas Viana”, *Trabalhos da Comissão do Centenário*, v. VII, P.M.P., Petrópolis, 1943, pp. 213-253. “Construída a Estrada Normal da Estrela [...], a qual ligava a Villa da Estrella ao Valle do Parahybuna, [...], resolveu o ex-Imperador D. Pedro de Alcântara, mandar edificar um Palácio na sua Fazenda de Córrego Seco [...]. Reconhecida a natureza do solo e a excellencia do clima [...], perfeitamente adaptáveis aos habitantes das terras frias da Europa, foi resolvida a criação de uma colonia pelo presidente dr. João Caldas Viana [...]”.

provincial para o trabalho assalariado dos referidos migrantes do navio *Justine*, em 1 de junho de 1841 adquirira a Fazenda Quitandinha, fronteira às terras de Córrego Seco da Casa Imperial, solicitando, por fim, à Presidência da Província a vinda de 300 casais para auxiliar a continuação dos trabalhos na Estrada Normal da Estrela e mesmo a sua manutenção nos trechos já construídos.⁵⁹⁰

O caso é que a assinatura do contrato entre o Presidente provincial, Aureliano Coutinho, e a casa de Charles Delrue, trazendo dificuldades para o governo provincial fluminense, acabaria por acelerar a decisão da fundação da colônia alemã em Petrópolis. Pois entre 13 de junho de 1845 e 8 de novembro de 1845 — saídos de Dunquerque — chegaram treze brigues⁵⁹¹ ao porto do Rio de Janeiro, desembarcando um total de 2.318 migrantes.

SILVA, Antônio José Caetano da. "Chorographia Fluminense (O Estado do Rio de Janeiro em 1896)", p.346-347. In: *Revista do IHGB*, tomo LXVII, parte II, Imprensa Nacional, RJ, 1906, pp. 264-396.

⁵⁹⁰ Raffard escreve que chegou a ler requisição de 600 casais e não o que Koeler parece ter solicitado. Em todo caso, "Também se disse que essa circunstancia suggerio ao Dr. João Caldas Vianna então presidente da Província (1943) a idéia de fundar uma colonia nas immediações do palacete que S. M. o Imperador mandara construir nas terras de seu patrimônio". RAFFARD, H. "Jubileu de Petrópolis", op. cit., p. 59.

⁵⁹¹ Antigo veleiro de pequena tonelagem, cujo nome resultava de dois mastros — mastros de brigue — que, junto com o de gurupés, constituíam o corpo de mastros desse navio. O mastro de brigue enverga quatro velas quadradas — além de vela própria para bom tempo, a vela ré. O mastro de gurupés se lança da extremidade da proa para adiante, em um ângulo de 35 graus em relação à superfície horizontal.

Quatro autores⁵⁹² são coincidentes em relação à ordem de entrada desses navios e ao número de desembarcados no Rio de Janeiro:

O navio francês *Virginie*, 166 toneladas, levantou âncora em 17 de abril de 1845, baixando as velas no Rio de Janeiro a 13 de junho de 1845, com 161 migrantes alemães. A embarcação francesa *Marie*, 165 toneladas, zarpou em 7 de maio de 1845, aportando no Rio de Janeiro a 20 de julho de 1845, com 169 migrantes. O navio prussiano *Léopold*, 280 toneladas, partiu a 2 de junho de 1845, alcançando o Rio de Janeiro em 21 de julho de 1845, com 225 alemães. O veleiro francês *Curieux*, 195 toneladas, largou Dunquerque em 25 de maio de 1845, baixando suas velas no Rio de Janeiro a 24 de julho de 1845, com 190 migrantes. A barca inglesa *Aggrippina*, 258 toneladas, partiu no dia 10 de julho de 1845 e chegou ao Rio de Janeiro a 25 de julho de 1845, com 210 imigrantes alemães. A embarcação francesa *Marie Louise*, 187 toneladas, deixou o seu porto de origem no dia 25 de maio de 1845, chegando ao Rio de Janeiro a 26 de julho de 1845, com 217 imigrantes. Do navio francês *Jeune Leon*, 156 toneladas, e da embarcação inglesa *George*, 283 toneladas, Francisco de Vasconcellos não dá notícia, refletindo, porém, que não tivessem saído de Dunquerque; em todo caso, tanto Raffard quanto Rabaço informam que o primeiro, *Jeune Leon*, chegou ao Rio de Janeiro a

⁵⁹² RAFFARD, H. "Jubileu de Petrópolis", op. cit. P. 63; RABAÇO, H. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985, p.83; AULER, G. "Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis", in: *1º Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Tribuna de Petrópolis, 15/09/1963. Esse Colóquio foi promovido pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS, Porto Alegre, entre os dias 24-30 de junho de 1963. A publicação de seu resultado foi planeada para dois volumes: o primeiro, de fato, foi publicado, porém, sem o texto de Auler que, possivelmente, sairia no segundo volume, do qual não obtive notícia. É provável que não tenha sido editado este segundo volume, pois Auler, poucos meses após o período dessa reunião, em setembro de 1963, imprimiu a sua contribuição para o 1º encontro de Porto Alegre; VASCONCELOS, F. de. "Dunquerque", in: *150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis*, diversos autores, IHP/UCP, Petrópolis, 1995, p.12-13. Em relação a esses autores, Vasconcelos traz alguma novidade, pois investigando diretamente no Arquivo Municipal de Dunquerque, à rua Benjamim Morel, nº 2, reproduziu notícias dos embarques encontrados no jornal *Le Dunquerquois*, coleção de 1845.

11 de agosto de 1845, com 170 migrantes, e o segundo, *George*, a 26 de agosto de 1845, com 208 alemães. A barca inglesa *Mary Queen of Scott*, 250 toneladas, zarpou de Dunquerque a 20 de julho de 1845, alcançando o Rio de Janeiro a 1 de setembro de 1845, com 210 imigrantes. A embarcação dinamarquesa *Daniel*, 206 toneladas, levantou âncora a 20 de julho de 1845, chegando ao Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1845, com 171 migrantes. O navio dinamarquês *Odin*, 187 toneladas, também partiu a 20 de julho de 1845, chegando ao Rio de Janeiro na mesma data do anterior, 7 de setembro de 1845, com 182 alemães. O veleiro dinamarquês *Pampas*, 120 toneladas, fez-se ao mar a 23 de agosto de 1845, aportando no Rio de Janeiro a 16 de outubro de 1845, segundo Henri Raffard, ou a 17 de outubro de 1845, segundo Guilherme Auler; os dois, contudo, concordando com o número de 137 imigrantes. A embarcação dinamarquesa *Fyen*, 220 toneladas, zarpou a 10 de setembro de 1845 e alcançou o Rio de Janeiro no dia 8 de novembro de 1845, com 68 imigrantes.⁵⁹³ Total de desembarcados: 2.318 imigrantes.

Se na chegada do primeiro navio, com 161 imigrantes, houve tranqüilidade para alojá-los provisoriamente na cidade de Niterói, inclusive recebendo esses alemães a visita de Pedro II, a perspectiva de números maiores de alemães assustou o governo provincial. Entre os dias 20 e 26 de julho de 1845, por exemplo, 1.011 imigrantes chegaram ao Rio de Janeiro. O governo da Província — inclusive — tentou cessar as futuras expedições, mas era tarde: outras sete embarcações tinham já partido de Dunquerque.

O armador Charles Delrue, sem dúvida, dera a sua contribuição para a implantação do trabalho livre na serra petropolitana, pois a força dessa

circunstância migratória determinou velocidade na remoída, lenta e difusa idéia de fundação de uma colônia migrante nas cercanias do planeado palácio de campo do Imperador: em 29 de junho de 1845 chegavam a Petrópolis os primeiros 158 alemães imigrantes. A solução estava dada.⁵⁹⁴ De fato, à proporção que desembarcavam, iam sendo encaminhados esses alemães para Petrópolis, onde se reuniram 2.111 indivíduos.⁵⁹⁵ Afinal, no mar de escravidão fluminense, para onde iria toda essa gente⁵⁹⁶ sem causar desconforto escravagista ou, tal como em Campos, sem motivar sentimento de ameaça sobre a propriedade da terra? Somente para a serra do Imperador, quase seria desnecessário escrever.

Poder-se-ia dizer, ademais, que o peso dessa circunstância fora determinante amálgama entre as iniciativas do governo provincial fluminense ligadas à incorporação do trabalho livre e o plano de produção de um espaço urbano e serrano vinculado à obra centralizadora do Segundo Império. Através de Júlio Koeler, meses antes da atabalhoada chegada dos migrantes, podia-se já observar

⁵⁹³ Esses dois últimos navios, *Pampa* e *Fyen*, foram submetidos a quarentena.

⁵⁹⁴ “[...] já observei que os colonos que vieram para Petrópolis não foram destinados para esse lugar e nem tão pouco engajados na Europa como taes, mas sim como trabalhadores de estradas e que só a força das circunstancias os atirou a estas montanhas.” DAMCK, F. “O Mercantil”, 1857. In: RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, op. cit., p. 145. Frederico Damck era filho de alemães e natural da cidade do Rio de Janeiro; com a chegada dos colonos à Petrópolis, foi contratado como escrivão da Fazenda Imperial até a autonomia da colônia, onde era também tradutor e intérprete nomeado pela Mordomia, em agosto de 1847. Além disso, trabalhava como estatístico, inspetor de Quarteirão, mestre-escola e ajudante da agência do correio, colaborando, igualmente, nos jornais “O Mercantil” e “Parahyba”, os dois de Petrópolis. “O Mercantil”, fundado em 3 de março de 1857, foi o primeiro jornal de Petrópolis. Seu fundador, Bartolomeu Pereira Sudré, mantinha também uma tipografia. Circulou sob esse nome até 1892, quando recebeu outro título: “Gazeta de Petrópolis”.

⁵⁹⁵ A força dessa circunstância, aliás, daria mais um exemplo de cupidez ou previdente preocupação da Casa Imperial com a expansão do mercado de terras serrano, porquanto, em favor da nova colônia, justificar-se-ia a dupla cessão de direito feito por Koeler à Casa Imperial: (1) a cessão de direitos do contrato de arrendamento da Fazenda de Córrego Seco e (2) a cessão da fazenda de Quitandinha. Sobre o mercado de terras ver Parte II, Capítulo 4, subseção 4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara do Município.

⁵⁹⁶ Do número total de desembarcados — 2.318 alemães — 106 desejaram seguir para o Rio Grande do Sul, outros 26 solicitaram permanência na cidade do Rio de Janeiro e 75 morreram. Cf. RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, op. cit. P. 64.

o anúncio desse cruzamento de esferas que, conquanto distintas — governo provincial e Casa Imperial —, concorreram para constituição de Petrópolis. Koeler recendia com este parágrafo certa espécie de comunhão entre as necessidades de mão de obra para a construção da serrana figuração urbana do Império e parte do poder provincial fluminense que aspirava — com parcimônia — incorporar o trabalho livre:

“S.M. o Imperador tem mostrado o desejo de ver collocada, em Petrópolis, e nos arredores, uma colônia agrícola e industriosa allemã; certamente que de semelhante estabelecimento mui grandes vantagens hão de resultar para a povoação, e também para os habitantes da corte e Capital do Rio de Janeiro, augmentando-lhes os gozos e pondo a seu alcance, por preços mui módicos, os melhores productos dos climas temperados do mundo.”⁵⁹⁷

Dir-se-ia que o trabalho livre, em Petrópolis, fechava um círculo virtuoso: segregava-se não apenas uma serra para a convivência exclusiva da elite do Império, mas — igualmente — implantava-se uma gente, de fato, européia. Estes dois elementos, figuração urbana de elite e colônia alemã, ampliaram o simulacro da Petrópolis europeizada bem mais do que inicialmente imaginara o Segundo Império.

Em 1848, três anos após a chegada dos alemães vindos de Dunquerque, a população colonial era de 3.826 habitantes, divididas em 569 famílias. Eram 1.357 homens e 2.469 mulheres distribuídos em 5 casas de alvenaria e 503 casas de madeira, sendo 234 com cobrimento de palha, 215 com tábuas e 54 cobertas com

folha de zinco. As obras de arruamento compreendiam então 10.056 braças de vias carroçáveis e 14.780 braças de caminhos para cavalos, cerca de 54 km de extensão, além de 14 pontes.⁵⁹⁸

Números sobre Petrópolis, contudo, que mais refletiam uma expansão do meio urbano que difusão da planeada colônia agrícola, pois, efetivamente, esta jamais medrara. Em 1857, ano da criação do município de Petrópolis, Frederico Damck indicaria com exatidão este passo, fazendo menção ao escasso tempo de eleição das terras petropolitanas aforadas aos migrantes saídos de Dunquerque; Petrópolis, comentava Damck, não era notória por suas terras e os que as conheciam de longa data, desde sempre, não acreditaram no projeto agrícola. Doze anos após a chegada dos primeiros migrantes, Damck constatava que estavam certos os que condenaram a colônia agrícola, posto que, “[...] além do capim e de algumas hortaliças que mal chegam para o consumo do lugar, pouco há

⁵⁹⁷ KOELER, J. “Petrópolis”, in: *Jornal do Comércio*, 31 de janeiro de 1845. Este documento está referido em várias passagens deste Capítulo.

⁵⁹⁸ Cf. ‘Tabela Estatística da Imperial Colônia de Petrópolis’, 01/01/1848, anexa ao “Relatório da Província do Rio de Janeiro”, 1848. In: VIANA, Hélio. “Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba)”, *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, Petrópolis, 1943, vol. VII, p. 175. É de se observar, ademais, que, com a chegada dos migrantes, a povoação de Petrópolis, atual primeiro distrito, de fato, tornou-se uma colônia alemã. Essa transformação causa alguma dificuldade na leitura dos números da população absoluta, pois é preciso separar o número da população absoluta colonial *stricto sensu* da população absoluta que, envolvendo também os colonos alemães e seus descendentes, dizia respeito à população total do curato e, após, freguesia de Petrópolis. Essa atenção é necessária até o ano de 1860, visto que o regime colonial foi extinto pelo governo provincial nessa data, um ano após a posse da primeira Câmara municipal de Petrópolis, em 1859. Por exemplo: os números estatísticos desta tabela da colônia imperial, apresentada acima — no corpo deste trabalho —, envolvem todo o povoado, atual primeiro distrito, e não apenas a colônia alemã *stricto sensu*. É por isso que este Relatório da Província informa 3.826 habitantes e, através de F. Damck, responsável pelo trabalho estatístico da colônia, Raffard noticia que, em 31/12/1847, a população absoluta da colônia alcançara 2.469 habitantes. Neste caso, refere-se Raffard ao número de habitantes da colônia migrante *stricto sensu*. Cf. RAFFARD, H. Op. Cit. P. 95. Na subseção anterior 4.3.2 — A Configuração Urbana, com exceção de Raffard, os números populacionais apresentados dizem respeito ao município todo. Em todo caso, todos os números encontrados da população absoluta nos diversos autores citados, apontam sempre para o crescimento do número de habitantes de Petrópolis.

sido plantado.”⁵⁹⁹ Frederico Damck, ademais, arriscando ser profeta, fizera avaliação percuciente acerca do destino petropolitano: “Julgo, pois, que Petrópolis não é nem será colônia agrícola, mas sim um núcleo de trabalhadores e talvez com o tempo industrial e commercial.”⁶⁰⁰ Com efeito, esse funcionário da colônia e jornalista reverberava um ponto recorrente em muitos testemunhos do tempo e mesmo em diversos autores aqui referidos, exatamente, o fracasso colonial agrícola devido às terras inférteis, aos vales estreitos e úmidos e às vertentes de declividades acentuadas e submetidas à erosão.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ DAMCK, F. “O Mercantil”, 1857. In: RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. In: *Revista do IHGB*, RJ, v. 58, n. 2, p. 5-213, 1896, p. 145.

⁶⁰⁰ DAMCK, F. “O Mercantil”, 1857. In: RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”. Op. Cit., p. 145.

⁶⁰¹ Hansen Gonçalves e Teixeira Guerra, transmitindo informações acerca do solo petropolitano, retirados do “Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas”, SNPA, Ministério da Agricultura, Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, RJ, n° 11, 1958, p. 34-35, escrevem que o levantamento pedológico para o Estado do Rio de Janeiro, escala 1:400.000, confirma a existência de três tipos de solo no município de Petrópolis: 1) o Latossolo Vermelho, situado no atual primeiro distrito e em suas cercanias, totalizando área de 28,8% a oeste do município; 2) o Latossolo Alaranjado, correspondendo a 34,6% da área total do município e predominante nas partes sul e leste de Petrópolis; 3) o Litossolo, que, ocupando 13,4% da área total de Petrópolis, está espalhado por todo o município. Hansen Gonçalves e Teixeira Guerra, ademais, utilizando-se de OLIVEIRA, J. B., JACOMINE, P. K. & CAMARGO, M. N. “Classes de solos do Brasil: guia auxiliar para o seu reconhecimento”, FUNEP — Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, Jaboticabal, 1992, chamam a atenção para a baixa fertilidade dos Latossolos Vermelho-Amarelos, pois escassos em “[...] teores de bases trocáveis, de micronutrientes e de fósforo e alta concentração de alumínio, nos álicos, a principal limitação ao aproveitamento. Nas áreas de relevo acidentado, há também limitações causadas pela declividade e riscos de erosão.” (p. 231). Além disso, acrescentam na página seguinte (p.232) os dois autores que os Litossolos, “[...] solos minerais não-hidromórficos, rasos, pouco evoluídos, que podem se assentar diretamente sobre a rocha [...]”, são solos cujo horizonte seguem a seqüência A-R ou mesmo A-C-R, sendo a camada C, quando existe, de espessura diminuta. Os dois autores escrevem ainda que esse conjunto de camadas poucas vezes supera 50 cm de espessura. Por fim, Hansen Gonçalves e Teixeira Guerra, confirmam com todas as letras as observações mencionadas no corpo deste trabalho acerca da má fama das terras de Petrópolis para o uso agrícola: “Seu aproveitamento é bastante restrito, devido à sua pequena espessura, como pela presença de matações, pedras e cascalhos, ocorrendo normalmente em relevo acidentado, inviabilizando a ocupação e a prática da agricultura.” (p. 232). GONÇALVES, L. F. H.; GUERRA, A. J. T. “Movimentos de Massa na Cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro)”. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.), *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*, Bertrand Brasil, RJ, 2000, p.189-252, especialmente, p. 229-232.

Frederico Damck não tinha sido o único a divisar o horizonte industrial de Petrópolis. Ave L' Allement, em 1858, escrevia que o plano agrícola para a colônia soçobrara:

“O solo é estéril, limitado, escarpado. Cuida-se mais da indústria. Desenvolveram-se varias pequenas artes, oficinas e empresas. Por uma razão muito simples, e muito vantajosa a proximidade com a capital do país.”⁶⁰²

No mesmo ano que Damck arriscara a sua profecia, 1857, o então Diretor da colônia,⁶⁰³ Major Sérgio Marcondes de Andrade, no já citado Relatório que incluía fatos demográficos da colônia — fatos expostos em nota de página da subseção anterior —, escrevia à Presidência da Província que, a despeito de

⁶⁰² AVE L'ALLEMENT. “Três Fases de Petrópolis: em 1844, 1851 e 1858”, Tribuna de Petrópolis. In: CEZAR de MAGALHÃES J., *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 26.

⁶⁰³ Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi presidente da Província do Rio de Janeiro entre 12/04/1844 e 3/04/1848 e, sob sua presidência, Atos Oficiais foram concebidos para institucionalizar a colônia nascida de afogadilho, viabilizando — simultaneamente à construção de um povoado — a implantação da colônia de migrantes em terras da Casa Imperial: a Deliberação de 21/1/1846, meses após a chegada da primeira leva de migrantes, em 29 de junho de 1845, dentre algumas reorganizações administrativas, homologava o Major Júlio Koeler como o primeiro Diretor da colônia, Ato Oficial que seria considerado como o Ato de criação oficial da colônia de Petrópolis. A Deliberação de 22/10/1846, aprovava o regulamento da colônia de Petrópolis, sendo então incluída no Orçamento da Província. Paralelo à criação da Diretoria da colônia de Petrópolis, foi oficializada a “Superintendência da Imperial Fazenda” através do Decreto Imperial de número 271, de 14/5/1846 — superintendência que, desde 1845, vinha funcionando informalmente. Desse modo, a Diretoria da colônia estava administrativamente subalterna à Província, enquanto a Superintendência era órgão sob as ordens da Casa Imperial. Os Diretores da colônia, pela ordem, até a sua extinção, em 1860, foram: 1) Júlio Koeler, que acumulara com o cargo de superintendente da Fazenda Imperial até a sua morte em uma linha de tiro, em 21/11/1847; 2) Tenente-Coronel Galdino Justiniano da Silva Pimentel; 3) Tenente-Coronel Alexandre Manuel Albino de Carvalho; 4) Capitão José Maria Jacinto Rebelo, que também fora Superintendente da Fazenda Imperial; 5) Major Sérgio Marcondes de Andrade, o último Diretor devido à extinção da colônia. Os quatros primeiros Superintendentes da Fazenda Imperial, todos nomeados por Decreto Imperial — de 1846 a 1862 —, dois anos após o fim da colônia, foram: 1) Júlio Koeler, de 14/5/1846 a 21/11/1847; 2) José Alexandre Alves Pereira Cirne, de 24/11/1847 a 15/3/1849, sendo reconduzido até 9/11/1853; 3) José Maria

procurar todos os meios para chamar a atenção da colônia para a conveniência e os benefícios do trabalho agrícola,

“[...] continua a pensar [...] que a colônia não tem as condições necessárias para ser somente agrícola, como por vezes tem ponderado ao Exmo. Governo; nem os colonos professam os conhecimentos exclusivos de agricultura; porém como colônia fabril acha muitos meios de engrandecer.”⁶⁰⁴

Nesse mesmo Relatório, Marcondes de Andrade — inclusive — sugeria a implantação de uma fábrica de vidro:

“[...] tendo nós aqui uma inesgotável fonte de matéria-prima no cristal do monte na Mosela assim como no combustível por longos anos nas matas que ainda existem naquelas regiões. Acrescendo ainda a todas estas vantagens a de possuímos na colônia um estrangeiro colono, hábil lapidário em vidros, que ao mesmo tempo entende perfeitamente, segundo ele diz, da fabricação do vidro. Continuo, pois a pedir [...] apoio do Exmo. Governo provincial para a Sociedade Alemã e Brasileira de Agricultura e Indústria, que se propõe a animar a indústria e a agricultura de Petrópolis, [...]”⁶⁰⁵

Jacinto Rebelo, de 9/5/1853 a 1/5/1858; 4) Vicente Marques Lisboa, de 1/5/1858 a 12/11/1862.

⁶⁰⁴ ANDRADE, S. M. de. Relatório da colônia, 1857, destinado ao Presidente da Província, jornal “O Parahyba”, Petrópolis, número 33 a 40, edições de 25 e 28 de março de 1858 e dias 1, 8, 11, 15, 18 e 22 de abril de 1858. In: MARTIM, R. *Tribuna de Petrópolis*, 29/06/1954.

⁶⁰⁵ ANDRADE, S. M. de. Relatório da colônia, 1857, destinado ao Presidente da Província. In: jornal “O Parahyba”, Petrópolis, número 33 a 40, edições de 25 e 28 de março de 1858 e dias 1, 8, 11, 15, 18 e 22 de abril de 1858. In: MARTIM, R. *Tribuna de Petrópolis*, 29/06/1954.

Anterior mesmo aos comentários de Damck, Ave L'Allement, e ao Relatório de Marcondes de Andrade, o segundo Diretor da colônia — Galdino Justiniano da Silva Pimentel, em 1849 —, já recomendava a instalação de uma oficina para fundir sucata para mobílias e ainda para extração de óleos.⁶⁰⁶

Creditava-se, inclusive, ao eventual perfil não agrícola — mas artesanal — dos migrantes o nascimento das oficinas, e mesmo da indústria, em detrimento do trabalho no campo. Em 1846, o quarto Diretor da colônia, José Maria Jacinto Rabelo, escrevia em seu Relatório anual que estava convencido “[...] de que a indústria fabril só pode, com proveito, ser utilizada pelos colonos aqui situados, por se compadecer e acomodar a índole e educação da maior parte deles, mecânicos [...]”.⁶⁰⁷ É fato que o contrato de 1844 — firmado entre o então Presidente da Província, Aureliano Coutinho, e a Casa Delrue — não especificava a nacionalidade dos migrantes, porém estabelecia a vinda de hábeis “oficiais de ofício”, tais como ferreiros, pedreiros, canteiros, carpinteiros. Mas seria também coisa feita a constatação de que a cidade, sendo construída febrilmente, atraía todos aqueles que conheciam um ofício, em prejuízo do trabalho agrícola.⁶⁰⁸

Se sucessivas Diretorias da colônia — subordinadas ao governo da Província — refletiam, com esses Relatórios, a possível existência de um debate no interior do poder provincial acerca do papel da indústria na efetiva consolidação da colônia, em contraponto, a Casa Imperial parecia demonstrar, no mínimo, indiferença em relação à instalação de fábricas nessa serrania. É o que

⁶⁰⁶ Cf. CEZAR de MAGALHÃES J., *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 27.

⁶⁰⁷ In: AULER, G. “Primeiros Proprietários de Petrópolis”, *Suplemento Arte e Literatura, Tribuna de Petrópolis*, abril de 1951.

⁶⁰⁸ Prova disso, aliás, foi a diminuição dos trabalhos provinciais e o fim da construção do palácio de Pedro II que, liberando o trabalhador livre, gerou uma crise de sobrevivência na colônia.

transpareceria no Relatório anual de 1856 da Superintendência da Fazenda Imperial. O caso é que, em 24 de agosto de 1854, o industrial Julião Carlos Magno de Usmar apresentara proposta de arrendamento por seis anos de um próprio dessa Fazenda — a casa de engenho de serrar madeira.⁶⁰⁹

“[...] dando-se-lhe todo terreno e mais objetos pertencentes ao mesmo edifício, para onde transportará a fábrica de fiar e tecer algodão, que possui em Andaraí Pequeno, empregando nela, mediante um salário, as crianças de famílias pobres, obrigando-se a fazer modificações que forem tendentes a dar mais claridade àquele edifício, bem como acréscimos, não recebendo por isso quantia alguma a título de indenização. Servir-se-á das águas do rio Quitandinha, o que se lhe facilitará, para o movimento da roda hidráulica. [...]”.⁶¹⁰

⁶⁰⁹ Em outubro de 1845, Paulo Barbosa, Mordomo da Casa Imperial, enviou carta a Pedro II mencionando o engenho de Serrar: “[...] edificio neste momento um engenho de serrar, capaz de dar 12 duzias de taboas em 12 horas.” Cf. Documento número 5324, Arquivo da Casa Imperial, *Museu Imperial*. O pesquisador Ricardo Martim, ademais, deu notícias sobre o Engenho: em 1846, o engenho estava concluído no prazo de número 1430, Quarteirão Renânia Inferior. No Relatório de 1/3/1846, do Presidente provincial — Aureliano Coutinho — à Assembléia Legislativa, figura uma menção ao Engenho: “Sua majestade o Imperador deu fortíssimo impulso ao desenvolvimento desta colônia e povoação de Petrópolis, [...] ordenando [...] a construção de um Engenho de Serrar em ponto grande, movido por água, obra mui proveitosa, que faculta a todos os moradores e empreendedores de prédios poderem serrar taboados e madeiras por preços muito baixos, facilitando assim as construções [...]”. Contudo, o Engenho só começou a funcionar regularmente em 1847, quando, na folha de pagamento da Superintendência, foi incluído Teodorico Guilherme Engelken, encarregado do Engenho de Serrar, com salário mensal de 40\$000. Até abril de 1848, lá estava o nome do Engelken, pois, autorizada pela Mordomia, em 6 de maio de 1848, a superintendência arrendou esse Engenho, lendo-se no contrato que o prédio era coberto de folha de zinco e assoalhado. Até o ano de 1851, nas receitas desse arrendamento apareceram nos balancetes da superintendência da fazenda Imperial; depois dessa data nada mais apareceu desse Engenho como fonte de renda. Tudo indica que findara suas atividades. Em 6 de abril de 1863, anos após a proposta de Magno de Usmar referida acima, no corpo deste trabalho, lavrou-se escritura de aforamento do terreno ocupado pelo Engenho, transformado em prazo da vila Imperial número 232. Cf. MARTIM R. “O Engenho de Serrar”, *Tribuna de Petrópolis*, 13/3/1955, 20/3/1955.

⁶¹⁰ “Correspondências da Superintendência da Fazenda Imperial à Mordomia”, Ofício nº 138, 4/9/1854. In MARTIM, R. *Tribuna de Petrópolis*, 10/08/1952.

José Maria Jacinto Rebelo, então Superintendente dessa fazenda de Pedro II, a propósito desse plano de Magno de Usmar, em correspondência posterior à Mordomia, ofício n° 138, de 4/9/1854, teceria comentários sobre o eventual arrendamento:

“Em solução do despacho de V. Excia., de 26 de agosto último [1854] contido na proposta de Julião Carlos Magno de Usmar [...] cumpre-me informar que esta mesma casa esteve outrora alugada pelo preço mensal de 100\$000 [...]; entretanto porém, se as intenções de V. Excia. se compadecerem com a idéia de animação de semelhante indústria em Petrópolis, chamando para preencher a grande lacuna que destes ramos sente a colônia e mais a circunstância de obrigar-se o proponente a fazer reparações e aumentos da casa por sua conta, suponho poder fazer-se alguma diferença no arrendamento anual, durante os primeiros dois anos, não descendo porém abaixo do preço de 800\$000 [...]”⁶¹¹

A despeito desse Superintendente, sugerindo algumas exigências, tecer favorável opinião à implantação da indústria, a Mordomia não aceitou a proposta de Magno de Usmar.⁶¹² Dir-se-ia que, sendo a vilegiatura o fator determinante no planeamento da produção espacial de Petrópolis, o campo agrícola, e não a indústria, era o seu desejado e necessário complemento. Embora, como foi dito em

⁶¹¹ “Correspondências da Superintendência da Fazenda Imperial à Mordomia”, ofício n° 138, 4/9/1854. In Martim, R. *Tribuna de Petrópolis*, 10/08/1952.

⁶¹² O pesquisador Ricardo Martim escreve que no Relatório anual da Superintendência à Mordomia, de 1856 (ofício n° 227, 8/1/1857), a casa de engenho de serrar apareceria habitada pelo contínuo da Superintendência e por africanos livres, que estariam trabalhando nas obras do palácio de Pedro II, servindo essa casa, além disso, como sede provisória da Sociedade de Agricultura Brasileira e Alemã. No Relatório anual seguinte, de 2/1/1858 (ofício n° 277), manter-se-ia casa de engenho com os mesmos ocupantes. Cf. Martim, R. *Tribuna de Petrópolis*, 10/08/1952.

passo anterior, a indústria trouxesse maior densidade ou espessura à representação européia e moderna produzida em Petrópolis.

Talvez a maior expressão desse fracasso agrícola da colônia de Petrópolis, tenha sido certa espécie de memorial apresentado a Pedro II e assinado por 92 chefes e esteios de grandes famílias de colonos, em 1857. É de se notar, antes da matéria propriamente, o sentimento ubíquo de terror encontrado no interior deste documento. Mais do que submissão de pobres brasileiros, ou mesmo luso-brasileiros, à autoridade máxima do Império, a imoderada subserviência ou demasiada condescendência — traduzida na tonalidade da escrita deste memorial — revelava o pavor ou apreensão de pobres metecos ante o poder territorial e de Estado de Pedro II.⁶¹³ Tão grande é a onipresença dessa voz submissa, que se torna difícil escolher a passagem representativa. Ligado à crise que se abateu sobre a colônia, que experimentou a redução das obras provinciais a partir dos anos finais e iniciais das décadas de 1840 e 1850, por conseguinte, diminuindo a oferta de trabalho jornalheiro e levando os colonos a desejarem vender ou abandonar suas terras aforadas em troca de outra localidade que possibilitasse meios de

⁶¹³ Esses poderes, em certo episódio ocorrido logo no segundo mês após a chegada dos primeiros colonos, teriam sido já vocalizados por Koeler, em carta deste à Presidência da Província, em 21/8/1845. O caso é que um tal senhor Haack, com sua mulher e o capitão do navio *Courrier*, apresentara-se na colônia como emissário da casa Delrue, buscando atrair colonos para abandonar Petrópolis em benefício de uma fazenda a 12 léguas da corte, onde os terrenos seriam melhores. É o próprio Júlio Koeler quem descreve a condição servil do colono: “Considerando o quanto tinha semelhante procedimento de perigoso e ilegal, mandei intimar imediatamente o tal Haack, para retirar-se e cessar qualquer conversa com os colonos, ameaçando, caso não obedecesse, de o mandar prender e o levar às justiças territoriais. [...]. Não pude proibir que o tal Haack leva-se consigo o de nome João Felipe Kallemback, ao qual aliás eu tinha expressamente proibido de segui-lo. [...]. Estes fatos provam que é preciso que esta nascente colônia [...] seja posta tal égide de uma polícia mais próxima e vigiadora, e por isso de novo rogo a V. Excia. digne nomear um 3º distrito de Polícia na freguesia de São José do Rio Preto, a qual pertence a Petrópolis. Rogareis, finalmente, a V. Excia., solicite do Exmo. Senhor Ministro da Justiça, para que pelo Chefe de Polícia da corte seja ao menos repreendido o tal Haack e preso e reconduzido a Petrópolis o colono João Felipe Kallemback, para exemplo dos demais.” In: MARTIM, R. *Tribuna de Petrópolis*, 11/1/1953.

existência,⁶¹⁴ a importância deste documento — além de fazer menção ao solo com inibições para o uso agrícola — é apontar o relevante fator fundiário como uma causa fundamental do fracassado projeto de um campo cultivado, complementar, gostaria de repetir, à paisagem de cura da elite imperial.⁶¹⁵ Quem acusava o problema não era o Diretor da colônia ou o Superintendente das terras serranas da Casa Imperial, porém, eram aqueles que dia após dia sofriam com a decisão de afogadilho do Governo da Província para os migrados de Dunquerque e, sobretudo, com as limitações impostas pelo aforamento levado a cabo pela Casa Imperial:

“Senhor — os abaixo assinados, colonos de Petrópolis, e foreiros das terras da fazenda de Vossa Majestade Imperial, vem submissamente aos pés de Vossa Majestade Imperial, fazer uma fiel e verdadeira exposição das aflitivas e penosas circunstâncias, a que os suplicantes se acham reduzidos, implorando clemência de Vossa Majestade Imperial como o único remédio com que esperam os suplicantes achar alívio a seus males.

“Os suplicantes, sendo-lhes designada a Fazenda de Vossa Majestade Imperial para a formação de uma colônia agrícola, receberam as terras da mesma Imperial Fazenda em aforamento; e reconhecem, e sempre reconhecerão os suplicantes a importância do benefício [...] pelo mais filantrópico espírito de

⁶¹⁴ É de se lembrar o que já foi escrito na subseção anterior: em 1851, uma epidemia de febre amarela — e, entre 1855-1856, outra de cólera — surgiu no Rio de Janeiro; epidemias que não apenas gerariam alguma inflexão na visita sazonal de Pedro II a Petrópolis, mas determinariam o aumento da vilegiatura e, com isso, o aumento dos valores econômicos praticados em Petrópolis. Dir-se-ia que enquanto a colônia agrícola fracassava o povoado crescia.

⁶¹⁵ A Mosela, contudo, parece ter sido, ainda no início do século XX, Quarteirão que fornecia com mais regularidade “[...] à cidade e, principalmente, aos veranistas, laticínios, hortaliças, lenha e carvão vegetal em grande escala. Era curioso observar como pela manhã desciam turmas de mocinhas e rapazes taludos a entregar leite, manteiga fresca e queijinhos saborosos, além de viçosos produtos hortícolas [...]”. DEISTER, J. C. ‘Mosela, lendas e fatos’, “Tribuna de Petrópolis”. In: CEZAR de MAGALHÃES J., *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, op. cit. p. 25.

proteção com que lhes foram concedidas as deferidas terras, e pela beneficente e hospitaleira equidade e tolerância com que lhes foram impostas e são exigidas as condições de aforamento. Mas, apesar de tão generosos e importantes favores, tais são agora as penosas e aflitivas circunstâncias, em que se acham os suplicantes colocados, que se vêem êles forçados a vir à Augusta presença de Vossa Majestade Imperial, e a seus pés expor com toda a submissão: que nem mesmo aquelas condições podem eles preencher.

“[...] Digne-se, pois, Vossa Majestade Imperial desculpar aos suplicantes a deliberação, que tomaram, de vir submissos aos pés de Vossa Majestade Imperial patenteá-los.

“Sendo os suplicantes os primeiros povoadores deste lugar de Petrópolis, e na esperança de que nela se viria a formar uma próspera e crescente colônia agrícola, saudaram com a alegria como muito vantajosa e mui lucrativa aquisição o aforamento das terras da Fazenda de Vossa Majestade Imperial, para a formação de uma tal colônia; mas bem depressa veio a experiência e o amanho das mesmas terras mostrar o nenhum fundamento que os suplicantes podiam ter para alimentar aquela esperança; pois que além da falta de um mercado, que desse consumo aos mesmos produtos, quando os houvesse, acresce a bem provada esterilidade das terras aforadas.

“Os suplicantes desde muito tempo, tem vivido como bandos de trabalhadores e jornaleiros agregados somente pela necessidade e pela falta de melhores recursos, e por terem já nas terras aforadas construído suas habitações, e gasto alguns recursos fornecidos pelas suas primeiras produções e madeiras; mas, pouco a pouco se vem escasseando para os suplicantes os serviços e trabalhos de jornal; e os outros ramos de indústria, de que os suplicantes tiravam também minguados recursos, foram gradualmente tendo por concorrentes muitas poderosas empresas, de forma que hoje se acham os suplicantes sem recursos

para o presente, e sem esperanças para o futuro nos únicos pontos em que as poderiam basear.

“Bem conhecem os suplicantes, que declarando-se insolventes a respeito dos ônus, com que receberam as terras aforadas, se extingue para com eles o senhorio útil adquirido com o aforamento; porém é na circunstância de ser Vossa Majestade Imperial o senhorio direto que os suplicantes alimentam a esperança do remédio a suas aflições, suplicando [...] que em atenção às circunstâncias a que se acham reduzidos os suplicantes, se digne mandar, que se lhes espace por mais tempo os favores com que lhes foram concedidos de aforamento as mesmas terras, ou que atenta à esterilidade delas, e à sua impropriedade para estabelecimentos agrícolas, lhes sejam reduzidas as condições de aforamento a termos mais favoráveis.

“[...] é tão verdadeiro o quadro, que os suplicantes vêm apresentar à Augusta consideração de Vossa Majestade Imperial, que prontos estão êles a aceitar, como colonos, outro qualquer destino, abandonando as terras aforadas, contanto que se lhes ministrem outros recursos com os quais melhor possam solver os encargos da passagem, e os outros ônus por eles contraídos; e se nos meios que o sábio governo de Vossa Majestade Imperial emprega para promover a colonização, trata ele de mandar vir colonos por engajamento para se lhes fazerem concessões de terras, ou para se lhes proporcionarem quaisquer outras vantagens, prontos estão os suplicantes a ser assim contemplados, e a mudar-se para qualquer outro lugar que se lhes for determinado, pois a sua atual posição não oferece, nem jamais oferecerá meio algum de satisfazerem os encargos a que nela se vem obrigados.

“Beijam submissos as Augustas mãos de Vossa Majestade Imperial e esperam de sua Augusta clemência o alcançar a graça implorada pelos suplicantes”

(Seguem 92 assinaturas).⁶¹⁶

O próprio Frederico Damck teve oportunidade de notar, em 1857, as áreas diminutas na qual o colono preparava o seu cultivo: não suficientes para o seu sustento e sem solução para as outras necessidades. Nesse mesmo ano, informava Raffard, a maioria dos colonos adquiria inúmeros produtos agrícolas que não podiam produzir — a batata, por exemplo, vinha de fora.⁶¹⁷ Lá pelo ano de 1856,

“Nos 22 quarteirões em que se dispersavam os colonos, havia somente cerca de 600 mil braças quadradas cultivadas, algo em torno de 1 milhão e 320 mil metros quadrados, valendo considerar que grande parte das culturas vinculava-se à economia de subsistência.”⁶¹⁸

Verdade é que todas essas observações tocavam pouco o principal. Nesse difuso processo de admissão de uma colônia agrícola nas terras da Casa

⁶¹⁶ Cf. AMORIM, R. “Memorial de março de 1857”, *Tribuna de Petrópolis*, 8/2/1953.

⁶¹⁷ Cf. RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, op. cit. p. 100.

⁶¹⁸ VASCONCELLOS, F. de. “Vicissitudes da Imperial Colônia de Petrópolis”. In: 150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis, diversos autores, IHP/ Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1995, p. 82. Neste passo, colônia de Petrópolis já extinta, seria interessante agregar a Ordem do Dia aprovada na 6ª sessão, 30/12/1861, da 2ª legislatura – 01.10.1861 a 30.12.1864 —, o seguinte parecer da Comissão de Agricultura e Indústria a quem a Câmara remeteu a portaria do Exmo. Presidente da Província, datada de 22 de outubro do corrente ano, exigindo notícias dos estabelecimentos agrícolas e industriais, além das eventuais medidas para o surgimento e desenvolvimento desses estabelecimentos: “O Município de Petrópolis não conta nenhum estabelecimento importante, quer agrícola, quer fabril, menciona, porém, algumas boas fazendas que cultivam milho, feijão, frutas e algum chá. Não se segue, por isso, que a população do município seja indolente, antes pode-se dizer que é ativa, porque tem dividido entre si as indústrias. O município conta em si muitos estabelecimentos fabris, como sejam: sapatarias, alfaiatarias, ferrarias, serralharias, marcenarias, carpintarias, olarias de telha e tijolo; conta imensos estabelecimentos agrícolas de pequena monta, onde se cultiva milho, feijão, hortaliça e com especialidade batatas. O comércio é chamado de retalho, porém, próspero. Há ainda outras indústrias de que a população se serve como a de conduções, dizemos de transportes, cortes de madeiras e fabrico de carvão. A Comissão não pode indicar medida alguma para desenvolvimento e prosperidade destas indústrias, que não tenha já sua

Imperial, a despeito de alguns defenderem a indústria como a atividade mais aclimatada ao solo petropolitano, fundamentalmente, o que se tratava é que o deslocamento de pobres europeus para Petrópolis, desde a origem, fazia parte do processo de introdução do trabalho livre⁶¹⁹ determinado pela expansão do Capitalismo Industrial, reproduzindo, nos trópicos, a necessidade de formação de um mercado interno e, sobretudo, de mão-de-obra para a Indústria nascente, posto que o principal mercado da indústria têxtil de Petrópolis estava na cidade do Rio de Janeiro. Ponto interessante. Dir-se-ia que, no âmago da claudicante criação da colônia agrícola, o canto da terra prometida aos pobres de Dunquerque, de feito, não passou de certa espécie de intermédio fundiário dentro do processo de constituição da mão-de-obra livre para encarceramento futuro nos galpões industriais da cidade.

Marx aponta e descreve a expropriação da terra como um dos fundamentos dessa acumulação primitiva:

“Suponha-se, por exemplo, que parte dos camponeses da Westfalia, que no tempo de Frederico II fiavam todos linho [...] fosse expropriada à força e expulsa da base fundiária, sendo a outra parte restante, porém transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, erguem-se grandes fiações e tecelagens de linho, nas quais os ‘liberados’ trabalham agora por salários. [...] A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam,

população lançado mão, isto é, procurar o desenvolvimento da sua própria atividade. Petrópolis, 16 de dezembro de 1861. João Batista da Silva. Ricardo Narciso da Fonseca”.

⁶¹⁹ É Marx quem escreve: “Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.” MARX, K. *O Capital*, volume I, Livro Primeiro — O Processo de Produção do Capital —, Tomo 2, seção VII — O Processo de Acumulação do Capital —, Capítulo XXIV — A Assim Chamada Acumulação Primitiva, p. 262.

com os trabalhadores, não apenas os seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno.”⁶²⁰

Marx, inclusive, reforça esse último passo. Diz ele no parágrafo seguinte a essa citação, que os fatos transformadores dos pequenos agricultores em assalariados, com seus meios de trabalho e de subsistência convertidos em fatores materiais do capital, igualmente, geraram para esse mesmo capital o seu pertinente mercado interno.⁶²¹

Todavia, não se pode afirmar que, em Petrópolis, ocorrera uma textual expropriação fundiária primitiva como fundamento do processo de acumulação industrial na cidade. Embora, também pela letra de Marx, a história dessa expropriação tome sobre si “[...] coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas.”⁶²²

Em linhas gerais, tão somente enxergando o movimento de transferência forçada da população do campo para a cidade, tendo por fim a formação do trabalhador industrial, a expropriação fundiária do operariado petropolitano é comparável à européia. A diferença é que, em Petrópolis, o desapossamento da terra não se deu através de uma usurpação da terra propriamente. Obstáculos, sim, foram criados no instante mesmo em que a Casa Imperial parcelava a terra, tendo por fim — no limite do desenho enfiteutico — a constituição do migrante como agricultor autônomo. A despeito da idéia e nascimento da colônia agrícola ter sido voz corrente em certo grupo que exercia direta e indiretamente o poder provincial e o controle sobre o parcelamento das terras da Fazenda Imperial, o fato é que —

⁶²⁰ MARX, K. Ibid., p. 282-283.

⁶²¹ Cf. MARX, K. Ibid., p. 283.

⁶²² MARX, K. Ibid., p. 263.

realizando-se em prazos pequenos⁶²³ e com solo de baixa produtividade agrícola, sem terras comunais e com pagamento de foro, em um sítio de vales estreitos e com áreas de elevada inclinação — tal fracionamento foi constituído em um período, o século XIX, no qual o nascimento industrial de Petrópolis, articulando-se com esses obstáculos, geraria núcleo de trabalhadores industriais e urbanos, desenhando, no nascedouro, o fracasso da colônia agrícola. O migrante que subiu a serra para viver como foreiro agrícola, com efeito, ascendeu para se constituir como trabalhador livre da futura indústria têxtil de Petrópolis. Esse trabalhador já vivia em estado de alerta quando se instalou, nos primeiros anos da década de 1870, a primeira fábrica têxtil 25 anos após a chegada dos alemães.⁶²⁴

As inibições fundiárias mencionadas — independentemente da existência dos “Oficiais de Ofício” exigidos no sobredito contrato da Província fluminense com a casa Delrue — levaram a busca pela sobrevivência para fora do trabalho agrícola; os colonos completavam o quase nada que retiravam da terra com o trabalho jornaleiro nas obras provinciais, na construção das residências de vilegiatura ou mesmo com o trabalho artesanal.

Aquele supracitado crédito dado ao casual perfil não agrícola e artesanal dos migrantes como fator de crescimento das oficinas e, quiçá, das indústrias em detrimento do trabalho no campo, parece não se manter, porquanto agricultura e artesanato se completavam na sobrevivência de cada camponês na Europa,

⁶²³ É de se lembrar que a zona colonial rural planeada para os migrantes alemães, foi parcelada como área urbana. Aliás, a testada de cinco braças, assinalada nas originais Condições de Aforamento das terras da futura Petrópolis e no “relatório-propaganda” do projeto de fundação de Petrópolis, ajustava-se à medida dos lotes urbanos determinada posteriormente pela regulamentação, 1854, da Lei de Terras de 1850. Sobre esse ponto ver Parte II, Capítulo 4, a subseção 4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara Municipal.

⁶²⁴ É de se notar que, aqui e ali, falava-se, então, em uma colônia industrial alemã, ou seja, antes da chegada da indústria já se tinha alguma consciência de uma região serrana separada do trabalho escravo e, portanto, desembaraçada para a pequena propriedade

possivelmente, sendo os saberes artesanais e de campo intrínsecos àqueles migrantes de Dunquerque.⁶²⁵ Ademais, o fato de carregar o processo industrial, no seu interior, uma extensa divisão de trabalho, tornava desnecessário aprendizado anterior: qualquer assalariado era adestrado com rapidez relativa.⁶²⁶

De fato, o artesanato não pode ser considerado proto-capitalista. Dir-se-ia que, na Petrópolis do século XIX e por todos os lugares, a prática artesanal devia já ser enxergada como sobra ou ruína do mundo pré-industrial, exatamente porque “Na manufatura o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em

individual, mas, sobretudo, com mais ou menos consciência, de prontidão para o trabalho assalariado e fabril.

⁶²⁵ Sob esse viés, seria interessante ler E. G. Wakefield através de Marx, quando, valendo-se de outros autores, observou Marx que nas colônias (terras intocadas que são colonizadas por migrantes livres), especialmente nas norte-americanas, não existiam o afastamento do trabalhador das condições de trabalho e de sua fundamental base fundiária, não existindo também a separação entre o trabalho agrícola e a indústria doméstica. Marx, então, reproduz — dentre algumas — esta parte do livro de E. G. Wakefield, *England and América*: “Nenhuma parte da população da América é exclusivamente agrícola, com exceção dos escravos e de seus empregadores que combinam o capital e o trabalho para grandes obras. Americanos livres, que cultivam eles próprios a terra, exercem ao mesmo tempo muitas outras ocupações. Parte dos móveis e ferramentas que utilizam é feita por eles mesmos. Frequentemente, constroem suas próprias casas e levam o produto de sua própria indústria ao mercado, por mais distante que seja. Eles são fiandeiros e tecelões, fabricam sabão e velas, sapatos e roupas para o seu próprio uso. Na América, a agricultura constitui frequentemente negócio subsidiário de um ferreiro, de um moleiro ou de um merceiro”. MARX, K. *O Capital*, volume I, Livro Primeiro — O Processo de Produção do Capital —, Tomo 2, seção VII — O Processo de Acumulação do Capital —, Capítulo XXV — A Teoria Moderna a Colonização, p. 298.

⁶²⁶ Através do livro de Ferguson, Marx acrescentaria que “A ignorância é a mãe da indústria, como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de movimentar o pé ou a mão não depende nem de uma nem da outra. As manufaturas prosperam portanto mais onde mais se dispensa o espírito, de modo que a oficina pode ser considerada como uma máquina cujas partes são seres humanos”. (FERGUSON, A. *History of Civil Society*, Edimburgo, 1767, p. 280). Na realidade, completaria Marx, “[...] algumas manufaturas na metade do século XVIII empregavam de preferência [...] indivíduos meio idiotas”. (Marx, p. 284). In: MARX, K. *O Capital*, volume I, Livro Primeiro — O Processo de Produção do Capital —, Tomo 1, Seção IV, Cap. XII — Divisão do Trabalho e Manufatura —, p. 284. Não é a esmo, ademais, que, no corpo desta subseção, o anteriormente citado Magno de Usmar, em sua proposta ao Superintendente da Fazenda Imperial, desejava assalariar crianças pobres de Petrópolis em sua futura fábrica.

força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais.”⁶²⁷

Portanto, listadas adiante em números absolutos, não seria oriunda das atividades de ofício as inversões de capitais que fizeram nascer o processo industrial têxtil de Petrópolis.

⁶²⁷ MARX, K. *O Capital*, volume I, Livro Primeiro — O Processo de Produção do Capital —, Tomo 1, Seção IV, Cap. XII — Divisão do Trabalho e Manufatura volume I, p. 284.

Ofícios	Colonos	Não-colonos
Marceneiros	61	5
Carpinteiros	39	74
Pedreiros	37	82
Canteiros	1	3
Ferreiros	24	3
Sapateiros	41	5
Alfaiates	61	9
Padeiros	10	14
Pintores	6	3
Vidraceiros	4	---
Penteiros	1	---
Funileiros	2	2
Torneiros	2	---
Serralheiros	1	---
Ferradores	4	4
Cobridores de Taboinhas	3	---
Seleiros	6	2
Carpinteiros de Carros	16	---
Carniceiros	6	3
Tintureiros	1	---
Carroceiros	12	1
Moleiros	3	1
Maquinistas	1	4
Relojoeiros	---	3
Ourives	---	1
Bengaleiros	---	1
Chapeleiros	---	3
Barbeiros	---	2
Colchoeiros	---	2
Cuteleiros	---	1

322 colonos oficiais de ofícios e 228 não-colonos

FONTE: Relatório da Presidência provincial do Rio de Janeiro, 1854.⁶²⁸

Os Investimentos fabris, análogos a vilegiatura, vieram — especialmente — de fora para dentro: do Rio de Janeiro para Petrópolis.⁶²⁹ Estabelecimentos

⁶²⁸ In: MARTINS, I. de L. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis, 1850/1930*, UCP, Petrópolis, 1983, p. III.

⁶²⁹ Cezar de Magalhães, publicando artigo no período em que todos estes estabelecimentos ainda existiam, 1966, enumerou muitas indústrias cujos capitais são oriundos do Rio de Janeiro: “Fábrica Aurora, São Pedro de Alcântara, Linco Industrial S.A., Fábrica de Gravatas Moreno, Castro & Cia. LTDA, tecelagem Safira S. A ., Fábrica de Artefatos Joana S. A ., Companhia Fábrica de Papel Petrópolis, Fábrica de Artefatos Famet, Fábrica Patrone, Fono-Gráfica Brasileira [...]” CEZAR de MAGALHÃES J. *A Função*

industriais que — uma vez mais — demonstravam os arraigados vínculos de Petrópolis com a cidade do Rio de Janeiro, pois, além dos proprietários industriais serem também donos de residências de cura,⁶³⁰ seria interessante lembrar que a Variante colonial de Bernardo Proença, buscando diminuir a distância entre o Rio de Janeiro e o interior mineiro, cruzara o futuro território de Petrópolis; a vilegiatura petropolitana — produção de um espaço de descanso aristocrático — era a constituição territorial complementar e necessária à capital do Império; a estrada de Mauá, tendo por fim a ligação entre a cidade do Rio de Janeiro, o vale do Paraíba, e a zona da Mata mineira — desse modo, facilitando a exportação do café pelo porto carioca —, estendeu seus trilhos pelo sítio de Petrópolis. O Rio de Janeiro era o local de entrada dos materiais utilizados pela indústria de Petrópolis e o principal mercado de consumo para os produtos produzidos por essa mesma indústria. Dominada a cidade de Petrópolis financeiramente pelo Rio de Janeiro, os investimentos de capitais para a constituição das fábricas em Petrópolis foram, especialmente, oriundos da acumulação de comerciantes da cidade carioca.⁶³¹

“E realmente não estando em área agrícola, e ao mesmo tempo muito próxima do Rio de Janeiro, Petrópolis não pôde ter investido em sua indústria capitais provenientes da agricultura, posto que estes ao deixarem a agricultura cafeeira

Industrial de Petrópolis, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 50.

⁶³⁰ Cf. CEZAR de MAGALHÃES J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 51. Cezar de Magalhães acrescenta que muitos dos gerentes dessas fábricas moravam em bairros cariocas, com formação técnica e cultural realizada no Rio de Janeiro. Naturalmente, essa informação de Cezar de Magalhães não diz respeito ao decênio de 1870, pois o deslocamento diário desses quadros gerenciais só teria sido possível com a melhoria dos transportes que diminuiriam o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Petrópolis.

⁶³¹ Cf. CEZAR de MAGALHÃES J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 49-51. Cf. também ARBOS, P.

do vale do Paraíba, dirigem-se diretamente ao Rio de Janeiro para serem aplicados no comércio carioca.”⁶³²

Em todo caso, as condições primitivas vinculadas à constituição de trabalhadores livres para emprego nas futuras fábricas têxteis petropolitanas estavam dadas. Quando circunstâncias mais abrangentes da economia brasileira — ao lado das potencialidades pré-existentes no mundo físico da serra petropolitana⁶³³ e dos fatores surgidos dentro do processo de criação da cidade de Petrópolis — propiciaram os meios para a implantação dos estabelecimentos fabris, tais como a política tarifária e cambial,⁶³⁴ sem esquecer a solução migratória,

“Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 216.

⁶³² CEZAR de MAGALHÃES J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 50.

⁶³³ Por exemplo: potencialidades facilitadoras encontradas na (1) topografia, com pontões graníticos separando pequenas bacias locais, propiciando recursos hidráulicos para abastecimento de água potável e geração de energia; potencialidades na (2) umidade atmosférica, devido ao clima petropolitano tropical de altitude, com relevo movimentado e marcante influência marítima de chuvas abundantes, especialmente na parte sul do município — primeiro distrito —, com precipitação média de 2.200mm anuais, temperaturas inferiores entre 18°C (inverno) e 21°C (verão), guardando ao longo do ano umidade atmosférica ao redor de 83% e deixando os fios de algodão menos quebradiços e evitando a formação dos nós, consequência do ressecamento do fio nas superfícies dos tecidos; potencialidades na (3) altitude e na distância do mar, esta preservando o maquinário contra a ferrugem. Cf. CEZAR de MAGALHÃES J. *A Função Industrial de Petrópolis*, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XXVIII, Janeiro-março, 1966, p. 22. Cf. também ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 216.

⁶³⁴ A partir de 9 de novembro de 1844, data na qual o Império deu por caduco o tratado de comércio com a Inglaterra, que dava o direito a esse país europeu de colocar suas mercadorias no Brasil por uma tarifa jamais superior a 15% *ad valorem*, mais precisamente, por volta de 1850, quando a obra centralizadora do Segundo Império tomava seu curso, a arrecadação central do Império, entre 1838 e 1858, cresceu de 20.000 a 40.000 contos de réis, o imposto de importação triplicou entre 1836 e 1856 e a exportação, no mesmo período, duplicou de “[...] £-ouro 12 milhões em 1841/42 para £-ouro 27 milhões em 1856/1857.” (p.17). O café passou a representar na década 1850-1860 48,8% do valor integral da exportação brasileira. A partir de 1844, as tarifas se constituíram nas primeiras iniciativas para melhor proteção da manufatura do país. Essa nova política, taxando mercadorias de importação em 30%, algumas delas alcançando taxas no direito de importação de 40% e 60%, estimulava as iniciativas industriais do Brasil e, igualmente,

rapidamente, implantou-se a indústria têxtil. Tudo isso, gostaria de insistir, a despeito dessa indústria não ter sido consequência de clara determinação do Governo provincial ou mesmo da Casa Imperial.

Exatamente, as condições mais gerais estariam vinculadas a crescente dimensão econômica e política que a cidade do Rio de Janeiro e o próprio mundo fluminense alcançava após o ano de 1850. De 1866 a 1885, por exemplo, a Província da Bahia, que, dentre as Províncias do Maranhão, Pernambuco e Alagoas, portava o maior número de indústrias de tecidos de algodão, teve a sua participação relativa diminuída não apenas em relação à Província do Rio de Janeiro, mas — igualmente — em comparação ao número total de fábricas brasileiras.⁶³⁵ O fato é que, nos quatro decênios seguintes ao de 1850, o centro-sul do Brasil assistiu ao crescimento do plantio de café; Stanley Stein anota que a cidade do Rio e, mais à frente, Santos se transformaram nos maiores exportadores do produto. O Rio de Janeiro, que se solidificava como centro do Segundo Império, passou também a ser o principal empório do país. Cidade com população em expansão, com número de escravos negros elevados no interior da Província cafeeira e recebendo migrantes europeus, os tecidos de algodão, então, encontraram um fluxo mais constante para o seu escoamento. Stein, ademais, informa que fazendeiros e comerciantes, nas décadas de 1870 e 1880, realizaram inversões em estabelecimentos têxteis de algodão no momento em que a

objetivava o aumento da receita pública. Cf. JOBIM, José. *História das Indústrias no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1941, p. 17.

⁶³⁵ A Província da Bahia, o primeiro núcleo têxtil algodoeiro, de 5 fábricas em 1866, passou para 11, em 1875, somando, em 1885, apenas mais 1 fábrica, portanto: 12 estabelecimentos fabris de tecidos de algodão. A Província do Rio de Janeiro, em 1866, saltou de 2 fábricas para 5, em 1875, alcançando 11 fábricas no ano de 1885. A Província de Minas Gerais, de 1 fábrica passou para 5 e depois 13, todas no mesmo período entre 1866 - 1885; São Paulo, de 6 fábricas em 1875, passou para 9, em 1885. Total de fábricas no país, em 1866: 9. Total de fábricas em 1875: 30. Total de fábricas em 1885: 48. Cf.

estabilidade do cultivo do café foi ameaçada pela erosão do solo, baixa dos preços do produto e pela escassez de mão-de-obra escrava. Afora isso, recebera a indústria de tecido de algodão novo impulso, quando, na altura da guerra civil norte-americana, ocorreu o colapso no *boom* algodoeiro que experimentara o Brasil. O novo início das exportações, adiante, permitiu excedentes mais baratos do produto, uma vez que a Província de São Paulo havia expandido a sua produção de algodão, favorecendo o nascimento de fábricas nessa Província e na Província do Rio de Janeiro, tudo isso sem esquecer o recurso hidráulico abundante nas zonas próximas da cidade do Rio de Janeiro e nas Províncias mineira e paulista.⁶³⁶

Em decorrência dessas circunstâncias mais gerais e de todas as outras “condições petropolitanas” anteriormente descritas nesta subseção, em 1873, fundava-se a primeira indústria têxtil de Petrópolis⁶³⁷ — a Imperial Fábrica São Pedro de Alcântara — no quarteirão Renânia Inferior, à margem esquerda do rio Quitandinha, afluente do rio Piabanha: fábrica de tecidos de algodão — sacos para café, lona para velas, fazendas brancas para roupa de trabalho — que buscava

STEIN, S. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*, ed. Campus, RJ, 1979, p. 36.

⁶³⁶ O nosso já conhecido Julião Carlos Magno de Usmar, que Stanley Stein nomeia de Carlos Magno Julião, pioneiro industrial e proprietário de fábrica em Andarahy Pequeno, respondendo a uma indagação sobre a natureza da fonte de energia de sua fábrica, demonstra a importância da água, quase ia dizendo, de Petrópolis, na localização inicial da indústria têxtil: “numa nação jovem, como o Brasil ... é mais sensato localizar as fábricas perto da água ou à margem dos rios [porque] nós não extraímos carvão...e o Brasil é rico em rios”. STEIN, S. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*, ed. Campus, RJ, 1979, p. 37. Devo a Stein a descrição dessas condições mais gerais da implantação da indústria têxtil expostas nesse parágrafo. Cf. STEIN, S. Op. Cit., p. 36-37. Veja também, como outro exemplo, o papel da água na economia espacial têxtil, precisamente, o problema da dependência do suprimento público e a água como fator de expansão territorial da fábrica Bangu: OLIVEIRA, M. *Bangu: De Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a mais uma Fábrica da Cidade*, Dissertação de Mestrado, PPGG, UFRJ, 1991, especialmente, p. 19-21 e 67-73.

⁶³⁷ Segundo Thalita Casadei, a fábrica seria mais antiga, pois teria encontrado referências sobre ela no ano de 1872, sob o nome de Fábrica Renânia, em documentos na Prefeitura de Petrópolis. Cf. CASADEI, T. de O. *Relatos Históricos*, ed. Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1991, p. 156.

substituir os importados da Europa; fábrica com máquinas de fiação e de preparação advindas de Manchester; estabelecimento fabril movido por água represada rio acima,⁶³⁸ contendo 3.500 fusos que consumiam cerca de 50 cavalos para, diariamente, produzir 3.500 metros de tecidos através do trabalho de 120 operários — crianças de ambos os sexos e homens e mulheres.⁶³⁹ É de se notar que essa mão-de-obra, em grande medida, era de colonos migrantes. Tinoco de Almeida é quem escreve:

“Alguns negociantes do Rio de Janeiro resolveram fundar uma fábrica de tecidos de algodão, em Petrópolis, indústria que mais convinha ao lugar para serem aproveitados tantos braços sem ocupação que ao tempo da fundação existiam.”⁶⁴⁰

Em 1874, o cubano Bernardo Caymari fundava a segunda grande fábrica têxtil: a Cia. Petropolitana de Tecidos — que se tornaria o maior complexo fabril do

⁶³⁸ “[...] o motor dêste importante estabelecimento não [fornece] em tôdas as estações do ano uma fôrça suficiente para mover todas as suas máquinas e se não fora à represa — onde os proprietários consumiram para mais de 40:000\$000 — certa seria a crise.” CAMERON, T. “Imperial Fábrica de S. Pedro de Alcântara”, in “Os Estabelecimentos Úteis de Petrópolis”, Typ. De B. P. Sudré, Petrópolis, 1879. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. 193.

⁶³⁹ “[As crianças] regulam ganhar 500 a 800 réis e os últimos até 4\$000 diários, podendo-se estabelecer uma média diária de 1\$700 por operário.” CAMERON, T. “Imperial Fábrica de S. Pedro de Alcântara”, *Ibid.*, p. 193.

⁶⁴⁰ ALMEIDA, J. N. T. de. “Petrópolis — Guia de Viagem”, Typographia de L. Winter, RJ, 1885, in: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p.132. Publicado seis anos após o livro do jornalista Tomás Cameron, ademais, o também jornalista Tinoco de Almeida grafou números maiores sobre a estrutura material desse estabelecimento industrial. Informa, por exemplo, que existiam 4.500 fusos e 108 teares, noticia que o original motor hidráulico teria sido auxiliado por outro motor a vapor, máquina de 50 cavalos força, consumindo 60.000 fardos de algodão, tendo “[...] mais de 200 operários entre homens, mulheres e crianças, que vencem salários de 500 réis a 5\$000 diários.” (p.133). Philippe Arbos, com todas as letras, também informa que: “Entre os descendentes dos colonos é que foram recrutados os operários para as primeiras indústrias.” ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 215.

município —, no atual segundo distrito de Cascatinha, àquela altura, desprovido arraial localizado no vale da Cascatinha, ao lado do rio Piabanha, entre as montanhas do Itamaraty, Retiro e Samambaia, utilizando-se essa fábrica da força hidráulica desse rio. Em 1885, Tinoco de Almeida informava que a fábrica possuía 6.000 fusos e 140 teares movidos por força hidráulica advinda de uma queda d'água de 87 metros, com volume de 700 litros por segundo; diariamente, 7.000 metros de tecidos eram produzidos através do trabalho de 400 operários de ambos os sexos.⁶⁴¹ Tinoco informava também que, em assembléia geral de 4 de setembro de 1885, houve subscrição de aumento do capital para 2.000:000\$000, significando aumento do número de teares para 850, com equivalente ampliação da fiação e tinturaria.⁶⁴²

Em 1889, uma terceira fábrica têxtil foi fundada, a D. Isabel, nas margens do antigo Córrego Seco, posteriormente, rio Palatino, no quarteirão Palatinato Inferior. Diferentemente dos estabelecimentos fabris anteriores, a D. Isabel foi constituída por capitais petropolitanos, tendo migrantes alemães de Petrópolis como acionistas até a década de 1930.⁶⁴³

⁶⁴¹ Philippe Arbos também noticia que: “Todavia [a despeito do recrutamento de colonos] a Fábrica de Tecidos de Cascatinha precisou chamar trabalhadores de fora, pois os que haviam não bastavam, uma vez que já em 1885 ela ocupava 400 pessoas; o recenseamento de 1892 arrolou em Cascatinha 1.659 estrangeiros em 4.103 habitantes, ou seja 44%. Esta proporção, muito mais elevada que no primeiro distrito (23,3%) explica-se por um afluxo de italianos que coincide com o período em que esta corrente imigratória começou a dirigir-se para o Brasil.” ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 215.

⁶⁴² Cf. ALMEIDA, J. N. T. de. “Petrópolis — Guia de Viagem”, Typographia de L. Winter, RJ, 1885, in: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. 132. Essa fábrica, além disso, compunha-se de uma primeira edificação e de outro edifício de 15.000 m², posteriormente construído em função da expansão da produção, contendo ainda prédios complementares para oficinas de forja, funilaria, carpintaria e escritório central de administração.

⁶⁴³ ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 216. Cf. também MARTINS, I. De L. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis, 1850/1930*, UCP, Petrópolis, 1983, p. 13-14.

Embora não tenham sido os colonos os únicos responsáveis pela atividade artesanal, visto que o movimento expansivo do povoado, e de seu comércio, originava um mercado de trabalho que recolhia fração representativa de não-colonos,⁶⁴⁴ o fato é que, a partir do decênio de 1870, as oficinas artesanais e mesmo algumas manufaturas de tamanhos diversos, procedentes da mobilização de forças de trabalho locais, passaram a coexistir com as fábricas que efetivamente separaram o trabalhador dos meios de produção.⁶⁴⁵ A energia hidráulica e a mão-de-obra, a despeito do transporte, atraíram esses estabelecimentos que, inicialmente em pequeno número, absorveram numerosos trabalhadores. Em 1907, por exemplo, nas quatro unidades fabris existentes no município, estavam empregados 1.880 trabalhadores, distribuídos deste modo: São Pedro de Alcântara, 270; Cia Petropolitana, 1.100; D. Isabel, 260; Cometa, fundada em 1903, 250.⁶⁴⁶ Treze anos após, em 1920, a indústria em Petrópolis ocupava 3.438 trabalhadores ou 23% de sua população ativa.⁶⁴⁷ Em maio de 1937, Arbos anotara 8.000 operários nas 102 empresas registradas como industriais.⁶⁴⁸ Em 1950, início da década de ouro do processo industrial de Petrópolis — predominando nessa atividade a indústria de transformação, que fora a base econômica do município e o

⁶⁴⁴ Cf. tabela anterior.

⁶⁴⁵ A oficina artesanal, além de menor número de empregados, estava diretamente vinculada à presença permanente do proprietário ligado à produção; a sobrevivência dele próprio e de sua oficina dependia do trabalho diuturno desse proprietário, diversamente da manufatura que, fazendo já parte da estrutura capitalista como transição determinada historicamente, não portava elevados capitais e carregava arranjo técnico do trabalho menor que a fábrica, cuja mecanização tornou efetiva a separação técnica entre os meios de produção e o trabalho.

⁶⁴⁶ Fonte: SÁ EARP. “Propaganda Industrial”. In: MARTINS, I. De L. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis, 1850/1930*, UCP, Petrópolis, 1983, p.35.

⁶⁴⁷ ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”, in: *Trabalhos da Comissão Centenária*, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 212. Philippe Arbos completa a compreensão desse percentual de ocupação de 23% ao compará-lo com o do município de São Paulo, que portava no mesmo período 35% em relação a sua população ativa, com o da cidade do Rio de Janeiro, 32%, com o antigo Estado do Rio, 11,6%, e com o do Brasil, 13%; todos

principal setor de ocupação da população local⁶⁴⁹ —, permanecia a atividade têxtil como a principal indústria de Petrópolis, alcançando, no ano de 1949, valor de produção de 59,02% sobre o montante de produção total das indústrias do município.⁶⁵⁰

Todo esse processo industrial, por fim, medrou especialmente nos quarteirões coloniais, originalmente, planejados para o trabalho agrícola. A partir da primeira instalação fabril, a São Pedro de Alcântara — no quarteirão Renânia Inferior, fronteiro à Vila Imperial —, espalharam-se fábricas na Vila Thereza, no quarteirão Bingen, no quarteirão Palatinato Inferior e Superior, em Cascatinha... Fábricas que, com suas atividades, trouxeram a vida operária, com os anos, transformadora dos tentaculares e antigos quarteirões em bairros populares ou núcleos de trabalhadores que, certamente rivalizando ou mesmo confrontando a projetada centralidade da Vila Imperial, igualmente, refletiriam uma espécie de fratura ou ausência de plasticidade sócio-espacial, especialmente no atual primeiro distrito, entre uma territorialidade de elite e, no seu interior, o lugar dos migrantes e dos filhos de Petrópolis nascidos pobres.

esses percentuais, gostaria de repetir, em relação à população ativa dos respectivos municípios e país.

⁶⁴⁸ Cf. ARBOS, P. Ibid., p. 213.

⁶⁴⁹ Com população total no município de 108.307 pessoas e com população total nos diversos ramos de atividades de 80.238 pessoas, as indústrias de transformação de Petrópolis ocupavam 16.019 pessoas, somente encontrando números absolutos maiores nas atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes: 32.739 pessoas. FONTE: Recenseamento Geral de 1950, in: *Coleção de Monografias – Petrópolis*, IBGE, RJ, 1955, p. 9.

⁶⁵⁰ 45 indústrias têxteis, com 6.746 operários (média mensal) e valor de produção, em cruzeiros, de 436 883 ou 59,02%. Interessante acrescentar que a totalidade das indústrias de transformação do município alcançava os seguintes números: 235 estabelecimentos, 9.128 operários (média mensal) e valor de produção, em cruzeiros, de 723.743 ou 97,78% sobre o total das atividades industriais que, além dessa indústria de transformação, incluía a Construção civil e os serviços industriais de utilidade pública. FONTE: “Censo Industrial de

1950" (Recenseamento Geral), in: *Coleção de Monografias – Petrópolis*, IBGE, RJ, 1955, p. 11.

PARTE III — O PROCESSO URBANO

CAPÍTULO ÚNICO — O Presente e o Passado

Talvez fosse profícuo, de imediato, constatar que as formas do passado petropolitano, especialmente as do primeiro distrito, são fatores de considerável importância urbana em Petrópolis — o passado pesa demasiadamente e exerce notável papel na realidade territorial da cidade.⁶⁵¹ A permanência da estreiteza dos principais eixos de viação, por exemplo, testemunha o tempo decorrido dos serranos caminhos contemporâneos e urbanos desse município, outrora percorridos a pé, a cavalo, de coche ou carroça. Muito do cotidiano congestionamento viário, em Petrópolis, está vinculado a essa sinuosa e delgada forma de viação oriunda do tempo pretérito. Embora, claro, o contemporâneo “rodoviarismo” dê abundante

⁶⁵¹ A despeito da escala diversa, a cidade de São Paulo daria algum contraponto, pois urbano permanentemente mais modificado pelas determinações do presente em sua relação com o passado. Dir-se-ia que, em S. Paulo, os objetos e ações do presente definem formas assaz desembaraçadas do passado. É de se notar, reflexo pontual e exemplar da presença dessas determinações, o pequeno número de processos de tombamento abertos no IPHAN para a preservação do patrimônio no município de São Paulo: de 1 de janeiro de 1970 até o ano de 2004, foram abertos apenas 21 processos, dentre esses, 7 dizendo respeito a conjuntos potencialmente móveis — o acervo do Museu de Arte Contemporânea (processo n. 829-T-70), as peças da Coleção Octales Marcondes (processo n. 908-T-74), o acervo do Palácio dos Bandeirantes (processo n. 1000-T-79), a Coleção Lasar Segall (processo n.1118-T-84), as pinturas do Pe. Jesuíno do Monte Carmelo (processo n. 1176-T-85), o conjunto histórico e documental do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (processo n. 1217-T-86), o conjunto histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, no Centro Cultural São Paulo (processo n. 1513-T-03). No município do Rio de Janeiro, no mesmo período de 1970 a 2004, foram abertos 108 processos de tombamento e, no município de Petrópolis, 6 processos. FONTE: “Anexo V, Processos de Tombamento Abertos de 1.1.1970 a 14.3.1990” (p.259-277); “Anexo VI, Processos de Tombamento Abertos de 1990 a 2004” (p.280-287). In: FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo, Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*, ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2ª ed., RJ, 2005.

motivo para o acúmulo de veículos inibidores da circulação viária urbana.⁶⁵²

Renovado o uso pelo presente espacial, a estreiteza dessas vias petropolitanas continua existindo como manifestação de formas espaciais do passado, por conseguinte, revelando-se como um dos pólos de oposição das dissonâncias de temporalidades encontradas no interior da realidade sócio-espacial de Petrópolis.

A — A Cota Enfitêutica e o Quinhão da Vilegiatura

Expressão eloqüente da consolidação desse passado seria a própria vilegiatura,⁶⁵³ além, evidentemente, da forma fundiária que ordenou a propriedade em Petrópolis. Precisamente, desejaria demonstrar que, de maneira pedestre ou miúda, a construção da estação petropolitana de vilegiatura e o arranjo fundiário unido à enfiteuse — o direito real de regulação de um território⁶⁵⁴ — contribuíram para a realidade urbana desfibrada das grandes plantas industriais no município. Desfibrada presença estampada nos velhos e decadentes galpões ou edifícios

⁶⁵² Já mencionado em nota de página na Parte I, Capítulo 1, seção 1.1, gostaria de lembrar que Petrópolis detém o sétimo lugar em número de automóveis emplacados no Estado do Rio de Janeiro. Os cinco primeiros lugares, na região metropolitana — o município do Rio de Janeiro, o primeiro, com 1.824.765 e o quinto, S. Gonçalo, com 109.398 veículos. Região metropolitana composta de 17 municípios. O sexto lugar é o município de Campos de Goytacazes no norte fluminense, com 96.572 veículos emplacados no interior de uma população municipal de 406.989 habitantes. Petrópolis, com população total estimada, em 2004, de 302.477 habitantes, porta o sétimo lugar com 90.690 veículos emplacados. O oitavo lugar, com 66.907 veículos emplacados, fica com o município de São João de Meriti, na região metropolitana. FONTE: Anuário Estatístico do RJ, CIDE, 2004.

⁶⁵³ Sobre a vilegiatura, ver Parte II, especialmente, Capítulo 2 em diante.

⁶⁵⁴ Sobre a enfiteuse, ver Parte II, “Capítulo 3 — A Determinação da Propriedade”. Ver também, na mesma Parte II, o Capítulo 4, subseção “4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara Municipal”.

industriais sem uso, com outros usos, pouco utilizados, ou ainda parcelados por diversas empresas.⁶⁵⁵

Trata-se de dizer que nessas formas do passado já se encontravam os germens do desfibramento industrial de Petrópolis e, por conseguinte, de sua realidade econômica e industrial pouco vigorosa. Complemento dos já mencionados fatores de extermínio dessa indústria, ligados ao tempo presente,⁶⁵⁶ neste passo quereria acrescentar duas outras contribuições originais e umbilicalmente vinculadas à Casa Imperial, exatamente, a forma fundiária emprazada que ordenou a propriedade em Petrópolis e a propriíssima vilegiatura.

Conexa à Fazenda Imperial de Petrópolis, atualmente administrada pela Cia. Imobiliária de Petrópolis,⁶⁵⁷ a enfiteuse ainda permanece administrada por essa propriedade fundiária na qual o atual primeiro distrito prosperou.

“[...] propriedade fundiária [que] pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras.”⁶⁵⁸

⁶⁵⁵ Por exemplo: a extinta Rocca Têxtil permanece com o seu prédio fechado até hoje; a antiga fábrica de tecidos São Pedro de Alcântara hoje é usada como estacionamento de automóveis; a antiga fábrica Santa Isabel está ocupada por uma pequena fábrica de chocolate; a velha fábrica de tecidos de Cascatinha, a Cia. Petropolitana, hoje está retalhada por pequenas empresas.

⁶⁵⁶ Esses fatores foram tratados na Parte I, Capítulo 3. De fato, esta seção “A” diz respeito ao terceiro fator, ligado ao passado, que completaria o quadro descritivo do desfibramento industrial de Petrópolis.

⁶⁵⁷ Entidade jurídica controladora da propriedade fundiária sobre a qual a cidade se organizou. Esta Cia. Imobiliária de Petrópolis, herdeira da velha Fazenda Imperial de Petrópolis — vinculada a então Casa Imperial brasileira —, administra os privados interesses rentistas da família Orléans e Bragança. Sua principal atividade, propiciada pela regulação enfiteutica, é o recolhimento dos foros e laudêmios de suas terras localizadas no primeiro distrito de Petrópolis. Foros e laudêmios com valores determinados pela própria Cia. Imobiliária, sem relação oficial ou mesmo legal com os eventuais valores do IPTU e das usuais taxas de compra/venda/transmissão de imóveis cobradas pelo Estado e pelos cartórios de Registros de imóveis.

Propriedade privada cujo parcelamento em prazos justificou renda de monopólio ao longo da expansão urbana da cidade: sobrelucro decorrente de um preço de monopólio,⁶⁵⁹ que transformado em renda⁶⁶⁰ devido à existência privada dos meios de produção, sob esta forma, é concretamente apropriada pela Cia. Imobiliária de Petrópolis através de foro e de laudêmio — imposto de transmissão de 2,5%, estribado na enfiteuse — cobrado a cada foreiro do primeiro distrito que alienar o seu domínio útil de solo, hoje, absolutamente urbano. É de se notar que a permanência deste *fateusim real*⁶⁶¹ é, juridicamente, o instrumento que a Cia. Imobiliária se utiliza para justificar sua renda de monopólio, desse modo, obscurecendo a raiz fundamental da continuidade desse direito feudal:

⁶⁵⁸ MARX. *O Capital*, vol. III, Livro Terceiro, O Processo Global da Produção Capitalista, tomo 2 (Parte Segunda), Seção VI – Metamorfose do Sobrelucro em Renda Fundiária, Capítulo XXXVII – Preliminares, ed. Abril, 1983, p. 124.

⁶⁵⁹ Refiro-me a um “[...] preço que é determinado pela ânsia de comprar e pela capacidade de pagar dos compradores, independentemente do preço determinado pelo preço de produção geral, bem como determinado pelo valor do produto.” MARX: *O Capital*, vol. III, Livro Terceiro, O Processo Global da Produção Capitalista, tomo 2 (Parte Segunda), Seção VI – Metamorfose do Sobrelucro em Renda Fundiária, Capítulo XLVI – Renda dos Terrenos Destinados à Construção. Renda de Mineração. Preço da Terra, ed. Abril, 1983, p. 239.

⁶⁶⁰ Se bem que surgindo de múltiplas condições, a renda é tão somente um pagamento ao possuidor da propriedade privada.

⁶⁶¹ O Artigo 2.038, da Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002, incluído no interior Das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil Brasileiro, mantém o instituto enfiteutico, pois “Fica proibido a constituição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do código civil anterior, Lei 3.071, de 1 de janeiro de 1916, e leis posteriores.” Direta decorrência do disposto, a rentista Companhia Imobiliária de Petrópolis — empresa da família imperial que sucedeu à antiga Superintendência da Fazenda Imperial — até hoje mantém, pelo uso das terras da Fazenda Imperial, a cobrança de até 15 reais anuais de cada foreiro, exercendo, ademais, a preferência de compra na eventual alienação de imóveis petropolitanos usufruídos em regime de enfiteuse, evidentemente, dando a opção do recolhimento, em benefício da Companhia Imobiliária, de 2,5% a título de laudêmio sobre o valor de alienação dos imóveis. Tudo isso, dir-se-ia, a despeito da Monarquia brasileira ser sistema de governo ultrapassado pela República. Cf. *Código Civil e Constituição Federal*, ed. Saraiva, 57º, SP, 2006. Cf. também *Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916, Título III, Capítulo II — Da Enfiteuse*.

“A produção capitalista não pode, na ótica de Marx, destruir a instituição da propriedade privada (do modo como esta destruiu muitas outras instituições feudais) porque sua própria existência está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção. O capitalismo está, por isso, preparado para pagar uma taxa na produção (renda) como o preço para a perpetuação da base legal de sua própria existência.”⁶⁶²

O fato de Petrópolis ser oriunda de um planejamento do Segundo Império que criou regras para o arrendamento e aforamento da antiga fazenda de Córrego Seco da Casa Imperial, geraria as primeiras condições técnicas de determinação do preço de monopólio,⁶⁶³ pois, sob o instituto enfiteutico, no interior desse corpo de regras é possível enxergar certa espécie de código de obras, além de normas de controle do uso do solo, que orientariam a ocupação urbana de Petrópolis.⁶⁶⁴ Dir-se-ia que esse planejamento, desde a origem, transformara o espaço petropolitano em raridade ampliada, pois território engenhado pelo Estado Imperial e prolongado pela República, senão até o suicídio de Getúlio Vargas — 24 de agosto de 1954 —, até a inauguração de Brasília, em 1960.

Evidentemente, a produção de qualquer solo urbano carece de abundância; todavia, o fato de Petrópolis não guardar proximidade com a pedestre rede de motivos que constituiu muitas cidades brasileiras, tais como as cidades de

⁶⁶² Cf. HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*, Hucitec, SP, 1980, p. 156-157.

⁶⁶³ Empiricamente, a ânsia de compra foi instigada pela construção, na antiga Vila Imperial, do edifício palaciano de Pedro II e pela doação à nobreza de alguns lotes circunvizinhos a ele; a capacidade de compra foi dada, quase naturalmente, por toda a elite brasileira, tal como a de José Pedro da Mota Saião, barão do Pilar, comprador de residência que, em 1876 grandemente ampliada, transformou-se em palácio da princesa Isabel e do conde D’Eu, sendo hoje a sede da Cia. Imobiliária de Petrópolis.

⁶⁶⁴ Sobre o aforamento e as condições técnicas, além da Parte II, Capítulo 3 e Capítulo 4, subseção “4.3.1. Ver também na mesma Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.2 — A Configuração Urbana”.

estradas, as cidades bocas do sertão, as cidades-estações ferroviárias, as cidades da navegação,⁶⁶⁵ mas ter sido consequência de uma ação de Estado empenhado na produção e manutenção de um privilegiado espaço de vilegiatura unida à enfiteuse, geraria um solo urbano mais raro — porque ainda mais caro.

Estaria aqui a remota origem dos valores econômicos elevados do metro quadrado construído petropolitano, tabelados pelos índices da cidade do Rio de Janeiro,⁶⁶⁶ e a origem de maiores valores de compra/venda/aluguel de residências em Petrópolis: a transformação de uma fazenda, saída de antiga sesmaria, em propriedade fundiária capitalista — a Fazenda Imperial —, em um processo de parcelamento de solo, leia-se emprazamento de certa natureza montanhosa com vales delgados, e de construção de uma estação de cura cuja consequência teria sido, desde 1843,⁶⁶⁷ a produção de solo urbano, repetindo, como raridade ampliada, ou mesmo como escassez; raro — devido a não abundância; escasso — já que inibidor de excedente ao tolher a expansão do ambiente construído.⁶⁶⁸

⁶⁶⁵ Cf. Deffontaines, P. “Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades”. In: *Boletim Geográfico*, ano II, n. 14 e 15, maio e junho, 1944. p. 141-148 e p. 299-308.

⁶⁶⁶ Informa o sindicato dos construtores de Petrópolis que vem da cidade do Rio de Janeiro a tabela mensal do metro quadrado construído praticado no município de Petrópolis.

⁶⁶⁷ 16 de março de 1843, data do decreto imperial relativo à fundação de Petrópolis.

⁶⁶⁸ A noção mais genérica de excedente diz respeito à parte da produção não incorporada aos gastos vitais dessa mesma produção. Porém, pelo viés de Marx, o excedente é aquilo que resta além do indispensável para que a reprodução se realize ou que, pelo menos, a produção se mantenha no patamar atingido. Na composição desse excedente econômico existe, ainda segundo Marx, uma fórmula: Produto social é igual ao Capital constante mais o Capital variável e mais a Mais-Valia ($P=c+v+mv$). Precisamente, a diferença entre P e a soma do capital constante com Capital variável gasto na produção ($P-(c+v)=mv$) gera o excedente econômico, que no capitalismo se dá sob a forma de mais-valia. O excedente é o resultado dessa diferença. Se lembrarmos que o ambiente construído é de fato parte dos meios de produção, estando incluído, pois, como parte dos meios de trabalho e, portanto, inserido no interior do Capital constante (a parte fixa desse capital), tal como Marx o define: “A parte do capital [...] que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho [é a] parte constante de capital, ou mais concisamente: capital constante.”, torna-se evidente o sentido de escassez produzido desde o projeto Koeler, pois inibidor de excedente, uma vez que parte importante dos meios de trabalho — neste passo, o ambiente construído diretamente ligado à indústria e que sofreu aquelas inibições advindas de um solo urbano ordenado pela enfiteuse e pela vilegiatura — comprometeria o Produto social e o montante do excedente econômico, vale

O caso é que, se compreendermos o Projeto do Império em um sentido menos restrito, esse desígnio seria a primeira expressão de um plano do Estado imperial — o projeto fundamental — cujo objetivo fora à transformação de uma serrania fluminense em cidade de campo e de convivência sazonal da elite imperial: a vilegiatura — conexa à enfiteuse e ligada à construção do segundo palacete, do chalé ou *cottage* que, desse modo, estabeleceu relações menos precárias e mais permanentes com o espaço,⁶⁶⁹ valendo aqui os vínculos “psicossociológicos-territoriais”⁶⁷⁰ que embaraçaram, mas não impediram, a expansão da paisagem industrial. Pois a indústria medrou ao longo de 97 anos — 1873-1970 —, instalando-se no interior de cenografia verdejante, tal como a fábrica D. Isabel, a fábrica Cometa, ou a fábrica São Pedro de Alcântara, esta construída cerca de 700 metros do palácio de campo do Imperador, na área sul, no que — então — era o início de um dos grotões coloniais da antiga Vila Imperial.

São esses estorvos “psicossociológicos-territoriais”, aliás, que desvelariam os reais motivos da observação de Philippe Arbos, editada na década de 1940, sobre a indústria não manchar a natureza, oferecendo ao olhar formas pitorescas.⁶⁷¹

dizer, comprometeria a própria acumulação, já que é uma parte do excedente que constitui novo capital. Cf. MARX, K. *O Capital*, Livro Primeiro, vol. I, tomo 1, O Processo de Produção do Capital, Seção III – A Produção da Mais-Valia Absoluta, Capítulo VI – Capital Constante e Capital Variável, ed Abril, SP, 1983, p. 171. Cf. também SINGER, P. *Curso de Introdução à Economia Política*, 2ª ed., Forense Universitária, RJ, 1975.

⁶⁶⁹ Embora, sob a ótica do petropolitano propriamente, vínculos cotidianos menos permanentes e mais precários ou sazonais.

⁶⁷⁰ Cf. SANCHEZ, J-E. *Espacio, Economía y Sociedad*, Siglo Veintiuno, Madrid, 1991, p. 217.

⁶⁷¹ Sobre esta observação de Arbos, ver também Parte I, Capítulo 2. Philippe Arbos, ecoando o poder territorial e ideológico da elite, descreveria uma paisagem pacificada entre a indústria e a vilegiatura. Contudo, ao fazer essa descrição, sem notar, chamaria a atenção para esse domínio psicossociológico-territorial, visto que revelaria também essa descrição que o espaço vivido do trabalhador não feria os olhos da elite imperial e republicana, pois espaço acanhado nos grotões dos velhos quarteirões transformados em

A capacidade de poder e prestígio dos edifícios palacianos e *cottages* sobre a produção e gestão desse espaço serrano parece ter sido enorme. Residências que, a partir de um valor de troca, transformaram em uso sedentário e de tempo parcial um solo que — já enfiteuticado —, desse jeito, criaria embaraços relativos, porém, permanentes ao ambiente industrial construído. Solo de usos sedentário e industrial, vis-à-vis, disputaram e produziram seus arranjos espaciais, pela ordem, ao longo do primeiro e segundo distritos. Dir-se-ia, a despeito de muitos chalés ou mesmo palacetes estarem relativamente próximos de algumas unidades fabris ou de casas operárias, que, em Petrópolis, a vilegiatura permitiu a expansão do solo industrial até àquele ponto no qual a cidade deixaria de ser avistada como uma espécie de jardim pontuado pela segunda residência.

Contudo, nucleada no decênio de 1970, essa velha trajetória de tensão espacial entre enfiteuse, vilegiatura e indústria encontrou sua queda, pois, além dessa década trazer os motivos da desindustrialização ligados ao tempo presente — a crise de congestionamento e os fatores comuns aos velhos centros industriais têxteis — o ano de 1970 marcava os 10 anos da fundação de Brasília, cidade que, afastando o Poder Federal da cidade do Rio de Janeiro, igualmente, exterminou com a privilegiada dimensão de subúrbio estival da cidade de Petrópolis, desse modo, apagando com a antiga linha de retesamento entre enfiteuse, vilegiatura e indústria.

bairros. Cf. ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana”. (pp. 222-224). In: *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 173-225.

B — Miúdo Complemento: Guardados Psíquicos e Sociais

Outra expressão significativa das formas consolidadas do passado na realidade de Petrópolis, seria uma espécie de face simultaneamente psíquica e social complementar ao arranjo fundiário unido à enfiteuse e à construção da estação petropolitana de vilegiatura. Os dois contribuindo — arranjo fundiário e vilegiatura, tal como disposto anteriormente — para a realidade urbana desfibrada das grandes plantas têxteis e, igualmente, para a fixação de uma parte visceral da realidade psicológica e social do petropolitano. Peculiaridade psicossocial, dir-se-ia, complementar à potência territorial e de Estado da Casa Imperial, pois o poder sobre a terra,⁶⁷² em Petrópolis, tornou possível ou propiciou a construção de uma territorialidade da elite imperial e, posteriormente, republicana, que desde cedo manifestou seu efeito deletério na psique do homem petropolitano: o sentimento de inferioridade diante do forâneo, especialmente, naquele psiquismo do homem cuja formação está vinculada ao primeiro distrito de Petrópolis. Sentimento nascido do trato diário manso e apartado entre os edifícios palacianos e as casas dos filhos da terra, valendo o trato cotidiano desinteressado e sobranceiro dessa elite, cujo resultado seria a falta de elevação do petropolitano, sobretudo da classe média, revelada em certa postura defensiva, fechada, antiacolhedora ou mesmo rude e de pouca sociabilidade. Sentimento de inferioridade, ademais, oriundo de um espaço alienado, i.é, um espaço sob o domínio material e de valores de elites alóctones que projetariam inibições ao processo coletivo e cotidiano do homem petropolitano

⁶⁷² Acerca da propriedade da terra, ver Parte II: “Capítulo 3 — A Determinação da Propriedade” —, e Capítulo 4, subseção “4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara do Município”.

na criação do seu lugar.⁶⁷³ A indiferença dessas elites alóctones em relação ao filho da terra, por fim, seria mesmo outro exemplo ou expressão da permanência do *Ancien Régime* nessa territorialidade serrana de elite⁶⁷⁴ — a maioria dos migrados e, com os anos, os filhos de Petrópolis, muitos deles, nascidos pobres, não passariam de domésticos urbanos,⁶⁷⁵ espécie de criadagem tratada com desinteresse análogo à indiferença que a sociedade de corte tinha com a gente comum do povo. Se a cidade popular do Rio de Janeiro não permitia a realização inteira desse sentimento, a cidade de recreio imperial dava vazão ao modo de ser aristocrático, tal como descreveu Norbert Elias:

“[...] não devemos esquecer que a elite da nobreza, o ‘monde’ do século XVIII, era totalmente alheia à idéia de que todos os homens são ‘iguais’ em qualquer sentido [...] Essa crença não precisava manifestar-se em maus-tratos aos criados. Podia ser expressa também por uma espécie de intimidade em relação a certos criados. Contudo, o que estava sempre presente nela era um distanciamento irremediável [...], tratava-se de uma outra raça humana, de gente ‘comum, do povo’.”⁶⁷⁶

⁶⁷³ Cf. FRÉMONT, A. *A Região, Espaço Vivido*, especialmente, capítulos primeiro e segundo — O Espaço Alienado e o Espaço Vivido, respectivamente —, Livraria Almedina, Coimbra, 1980. Milton Santos acrescentaria: “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” SANTOS, M. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, Hucitec, SP, 1996, 263. O fato é que estas elites alóctones — planeadoras da cidade de Petrópolis e freqüentadoras sazonais dessa serra — alcançaram cedo um sentimento de pertença não apenas por terem sido as planejadoras, mas por terem construído um lugar urbano à sua imagem. Sob esse viés, o homem petropolitano, dir-se-ia, a sociedade local, menos compreenderia a cidade do que as velhas elites; elites imperiais e republicanas, sob esse ângulo, já agora nem tão alóctones, pois antigas produtoras de uma territorialidade serrana.

⁶⁷⁴ Sobre este ponto, ver Capítulo 4, seção “4.2 — A Vila de Recreio na Obra do Segundo Império”.

⁶⁷⁵ Sobre a cidade doméstica, ver Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.2 — A Configuração Urbana”.

⁶⁷⁶ ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2001, p. 71.

Como exemplo, Elias anotou do livro de memórias de Voltaire um episódio narrado pelo seu secretário Longchamp, antigo camareiro de sua amante, a marquesa de Châtelet: “a marquesa ficava nua na frente do camareiro durante o banho [...]”.⁶⁷⁷ Ela inclusive — reproduziu Norbert Elias — repreendia-o pelo fato de não ter despejado água quente direito. Através de Elias, o esclarecimento dessa passagem vem de outro autor, Brandes: “Não a constrangia deixar-se ver despida por um laçao; ela não o considerava um homem em relação a si mesma, como mulher.”⁶⁷⁸

Por fim, a referida consequência danosa da territorialidade serrana dessa elite — em relação à auto-estima do petropolitano — estava já revelada na dicção de um vereador do século XIX, precisamente, no interior do primeiro relatório da Comissão de Finanças que foi aprovado pelos Vereadores para ser apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, cujo relator foi o Vereador José Antonio da Rocha. Lê-se na 5ª peça desse documento, que justificava os aumentos propostos para os funcionários da Câmara Municipal, o seguinte:

“Ilmos e Exmos Srs. Presidente e mais membros da Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro. A Câmara Municipal desta cidade vem perante V. Exas. apresentar o seu orçamento municipal de conformidade com as necessidades do seu município, com o aumento dos vencimentos do pessoal, que julga de justiça e ousa esperar que V. Exas. se dignarão atender à sua justa

⁶⁷⁷ Id. Ibid., nota 15 da página 294.

⁶⁷⁸ Id. Ibid., nota 15 da página 294. Testemunho acabado de todo este ponto é o livro de Carolina Nabuco, *Oito Décadas*, pois escrevendo a filha de Joaquim Nabuco as suas memórias sem povo, seu livro é, em alguns capítulos, espécie de testemunho dessa territorialidade de elite em Petrópolis. Cf. NABUCO, C. *Oito Décadas*, Nova Fronteira, RJ, 2000.

reclamação. A lei nº 1234, de 1861, nº 43 marcou os ordenados do pessoal das 32 municipalidades em que se acha dividida a província e nos vencimentos dos secretários dessas municipalidades, estabeleceu o seguinte: 24, com o ordenado superior a 600\$; 7, com ordenado de 600\$ e 1, com 500\$, entrando no número dos sete o secretário desta municipalidade, mas essa quantia (de 600\$ réis) não pode compensar o serviço exigido do secretário, mormente quando semelhante emprego requer um homem inteligente e probo e que se apresente decente na sociedade, *principalmente em uma cidade como esta, onde tudo é caro e que recebe em seu seio a augusta família imperial por alguns meses e as pessoas mais gradas do país, bem como muitos estrangeiros de elevada posição que estão sempre prontos para censurar os funcionários públicos,* portanto, parece à Câmara que a elevação do ordenado do secretário a 800\$000 réis é um ato de necessidade e justiça.”⁶⁷⁹

C — O Lugar dos Bairros

Outra manifestação reveladora das formas pretéritas na realidade territorial de Petrópolis, seria a própria transformação do núcleo urbano em centro histórico através do Pró-Centro,⁶⁸⁰ pois, no interior desse turístico processo de inflexão sócio-espacial, consequência do tempo recente das dores econômicas e

⁶⁷⁹ Ata da Câmara de Petrópolis, 10/05/1862. O itálico é meu.

⁶⁸⁰ Sobre a revitalização da zona central, ver Parte I, Capítulo 1, especialmente, segmento 1.1.

urbanas de uma Petrópolis industrialmente débil,⁶⁸¹ os atritos ou oposições não são apenas entre as revitalizações de cena e o necessário encarceramento viário das classes populares — valendo oposição entre o centro da cidade, transformado em centro histórico, e os bairros petropolitanos. Sob o viés da história da urbanização de Petrópolis, na qual a forte e planeada centralidade do núcleo urbano contrastara com os caminhos sinuosos e sem convergência do município, especialmente, no interior dos quarteirões colônias do atual primeiro distrito, essa intervenção enobrecedora da zona central guardaria arraigados vínculos com as formas de dominação territorial do passado petropolitano. As residências de vilegiatura, por exemplo, geram hoje — sob outro uso — eficientes representações para o turismo; contudo, esvaziadas de seu uso original, servem também como veículos arquitetônicos para a materialização de certa espécie de renovada apropriação do núcleo urbano, senão de todo o município,⁶⁸² por uma envolvente coalizão de elite⁶⁸³ gerenciada pelo poder executivo municipal. Certamente, essa elite não é a velha elite do Segundo Reinado — que planeara a antiga Vila Imperial como o lócus

⁶⁸¹ É de se acrescentar — sob esse viés nosológico — que o Pró-Centro é acabado exemplar da visceral importância contemporânea do Estado e do espaço, visto que, a partir de certo instante — neste caso, a partir do desfibramento econômico e industrial de Petrópolis —, “[...] o Capital não pode mais assegurar as condições de reprodução das relações de dominação. Então, o espaço é a estratégia de manutenção da reprodução social. A partir de um certo ponto crítico, este resultado se consegue no e com o espaço.” (p.15). SEABRA, O. “O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 74, SP, 2º semestre, 1996, pp. 7-21. Precisamente, em Petrópolis, o ponto crítico ou divisor de águas ocorreria quando a reprodução obstinada dessas relações sociais não mais existiria sobre o primado da reprodução do Capital industrial e de sua conexa reprodução de força de trabalho, neste instante, agindo decididamente o Estado no espaço — especialmente, através do Pró-Centro — para conter ou cessar o desfibramento de um cosmo que “[...] vai da mão-de-obra à casta política [...]”. Cf. SEABRA, *Ibid.*, p.14.

⁶⁸² Afinal, não se deve esquecer a turística urbanização do distrito de Itaipava. Ver Parte I, Capítulo I, seção 1.2.

⁶⁸³ Leia-se: Proprietários fundiários, sobretudo os herdeiros de Pedro II e controladores da Cia. Imobiliária de Petrópolis; proprietários de imóveis; incorporadores; corretores; além de seus sócios menores. Sobre este e outros tópicos vinculados ao enobrecimento do bairro central, ver: Parte I, Capítulo 1, especialmente, seção 1.1.

petropolitano e brasileiro de uma serrana territorialidade⁶⁸⁴ que envolvia os conexos e complementares quarteirões coloniais; porém, sendo outra — quiçá amesquinhada —, diferenciando-se no exato e único propósito de recuperação da taxa de lucro, guardaria contudo análogo desígnio da anterior elite nobilitada:⁶⁸⁵ a segregação das classes populares, já não apenas do núcleo urbano, mas de todo o município através do aprisionamento viário, consoante ao intento de fazer crescer, quem sabe inflar, a economia turística local para ampliar as rendas e os lucros desse coeso grupo.

Sob esse ângulo, tratar-se-ia de notável diligência turística dirigindo os olhos para uma espécie de reconquista territorial liderada por outros personagens

⁶⁸⁴ Diga-se a propósito que a territorialidade, além de sua dimensão ligada ao domínio e à ordem, porta também sentido simbólico-afetivo. Conseqüentemente, a territorialidade — corpo de exercícios materiais e simbólicos — é um espaço, quase ia dizendo, é um território permanente e cotidianamente apropriado. Território determinado por relações de poder e continuamente constituído como territorialidade, dado que a apropriação se refere a algo diverso da propriedade: “[...] se trata del proceso según el cual um individuo o grupo se apropria, transforma em su bien, algo exterior, de modo que puede hablarse de tiempo o espacio urbano apropiados por el grupo que há modelado la ciudad [...]”. (p. 186). LEFEBVRE, H. “Necesidades profundas, Necesidades Nuevas de la Civilización Urbana”. In: *De lo Rural a lo Urbano*, ediciones Península, 3ª ed., Barcelona, 1975, pp. 185-194.

⁶⁸⁵ A diferença entre uma elite e outra estaria no fato da velha elite do Segundo Império projetar Petrópolis como território necessário e complementar ao plano político de centralização do Brasil ao redor do Estado Imperial e, conseqüentemente, entorno do Rio de Janeiro. Embora objetivos econômicos existissem, por exemplo, no próprio parcelamento fundiário da Fazenda Imperial, na implantação da indústria têxtil, e na fixação da estrada de ferro de Mauá. De modo diverso, a referida nova elite de Petrópolis guardaria cariz apequenado não somente pelo seu tamanho e limite de poder territorial, mas sobretudo em função de seu único intuito econômico. Ou seja, se a elite do Segundo Império, com Petrópolis, construía a necessária distância das classes populares em benefício de um projeto político, a despeito de excludente, que afastasse a constante ameaça de fragmentação do Brasil que existiu no Primeiro Reinado, a coalizão petropolitana de elite, gerenciada pela prefeitura municipal, está aprisionada ao primado do econômico, por conseguinte, o seu empenho para a reconquista territorial, com a sua conexa segregação popular, é simples decorrência de sua aplicação na retomada dos lucros e não, análoga à obra central da velha elite do Segundo Império, diretamente ligada a um projeto de Poder que escapasse, ou guardasse alguma autonomia, da supremacia do fator econômico. A mesquinhez mencionada dessa coalizão da elite de Petrópolis, então, diria respeito à ausência de um consciente projeto para a cidade que permitisse, pelo menos, certa distância da primazia do lucro. Sobre a obra central do Segundo Império e o papel de Petrópolis, ver: Parte II, Capítulo 4, segmento “4.2 — A Vila de Recreio na Obra Central do Segundo Império”.

e interesses, mas conservando o atávico veto à cidade para os pobres e preservando as ruínas da vilegiatura como instrumento de dominação e apropriação simbólica.

O caso é que, com a crise das formas pretéritas da vilegiatura e da indústria — formas que produziram ao longo de décadas o referido processo de domínio e apropriação do espaço urbano —, o município de Petrópolis foi sendo paulatinamente ocupado pelas classes populares, i.é, pela cotidiana presença popular que foi ficando cada vez mais evidente devido ao simples aumento demográfico e — na precisa área central⁶⁸⁶ — em virtude da redução do comércio especializado e de maior luxo e da ampliação de atividades comerciais e de serviços relacionadas ou dependentes da demanda popular.⁶⁸⁷ Ademais, com respeito a esse mesmo núcleo urbano, não seria exagero tornar saliente o visceral e importante transbordamento da configuração dos bairros em direção a essa zona central ou à antiga Vila Imperial;⁶⁸⁸ derramamento que não ocorreu através de certa espécie de coalescência ou física união entre os bairros e o núcleo urbano,⁶⁸⁹ porquanto resultado do enfraquecimento simbólico e material dessa avoenga Vila Imperial; debilidade advinda dessa crise da urbanização de Petrópolis norteadas pela vilegiatura e Indústria, cujo reflexo foi o sistemático fechamento de atividades comerciais e de serviços, sem esquecer o desmonte de velhos imóveis, ligados ao

⁶⁸⁶ Sobretudo em seu eixo principal: a Rua do Imperador: duas ruas que margeiam os rios Quitandinha e Palatino.

⁶⁸⁷ Por exemplo: verdadeiras monomanias comerciais ou numerosas farmácias, padarias, mercados, sapatarias, botequins; acentuado aumento do comércio ambulante; aparecimento de pastelarias com o seu anexo caldo de cana; chegada de grandes redes comerciais pautadas pelo crédito de longo prazo, tais como a rede Bahia; financeiras parasitárias do endividamento popular, ou mesmo do próprio empobrecimento com o seu corolário endividamento.

⁶⁸⁸ Dir-se-ia que esse núcleo caminhava a passos largos para se transformar em bairro central do município.

⁶⁸⁹ Embora uma física e única união tenha se concretizado entre o bairro Alto da Serra e o centro da cidade, através da rua Thereza e seu comércio de malhas.

período inaugurado em 1843. Bambeza ou frouxidão que, ainda assim, não inibiu a pertinácia desse centro de Petrópolis como ponto de convergência comercial e de serviços, portanto, como nó fundamental da circulação municipal. O que motivaria, especialmente, entre os anos de 1970 e o referido processo de reabilitação urbana ou de reconquista territorial, o alargamento do número de unidades multifamiliares — dentre elas, algumas edificações de cariz popular, como as de quarto e sala ou conjugados.

Verdade que, bem antes da década de 1970, os bairros já tinham emparedado os quarteirões coloniais planeados pela vilegiatura do Segundo Império para o atual primeiro distrito; quarteirões primordialmente modelados pela urdidura de imposições espaciais da reprodução social — áreas parceladas e reguladas pelo domínio territorial da vilegiatura e, posteriormente, também pelo campo de ação da indústria.⁶⁹⁰ Oriundos dessa modelagem ou desse domínio, contudo, os quarteirões foram sendo suplantados pelo confronto ou pela constituição de um espaço diário e coletivo criado pelos seus moradores, algumas vezes, lugares retamente originados do domínio econômico, tais como o bairro do Alto da Serra, bairro Morin, a sede do atual 2º distrito de Cascatinha,⁶⁹¹ e que foram se constituindo como centralidades, i.é, como bairros, ao longo da existência comum e diária de um espaço vivido ao lado — ou mesmo ao largo — do trabalho fabril. Com efeito, a cidade petropolitana

⁶⁹⁰ Refiro-me — gostaria de repetir, visto que esta nota já foi tratada no corpo do segmento B deste Capítulo Único — a um espaço sob o domínio material e de valores da vilegiatura e da indústria que projetaria inibições ao processo coletivo e cotidiano de criação dos lugares, i.é, faço referência ao espaço alienado. FRÉMONT, A. *A Região, Espaço Vivido*, especialmente, capítulos primeiro e segundo — O Espaço Alienado e o Espaço Vivido, respectivamente —, Livraria Almedina, Coimbra, 1980. Milton Santos acrescentaria: “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” SANTOS, M. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, Hucitec, SP, 1996, p. 263.

planeada e abstrata encontraria nesses bairros um lugar de resistência, pois, ao contrário dos projetados quarteirões, os bairros resultaram do cotidiano de petropolitanos trabalhadores que, de maneira pedestre, foram criando centralidades alternativas, vale dizer, densidades históricas e culturais no interior dos quarteirões afastados do núcleo espacial de Poder.⁶⁹² Os anos, ou melhor, os bairros, deram chá de sumiço nessa administrativa partilha urbana engenhada pelo Império, porquanto os bairros foram retalhando os quarteirões, nomeando lugares a partir de um popular residente ou notório proprietário local, por vezes nomes saídos de uma qualidade ou singularidade do sítio — em razão de uma curva de rio ou de entroncamento de vias. O avanço dos bairros fez esquecer as antigas designações das áreas ditadas pela Casa Imperial e, em outros casos, substituíram o próprio vocábulo quarteirão pela palavra bairro, sobrando apenas dois, que, aliás, não se transformaram ou foram ocupados por um bairro: quarteirão Brasileiro e quarteirão Ingelheim.

É de se notar, ademais, que os nomes próprios dos lugares balizam simbolicamente a apropriação de um dado espaço, no caso, o lugar do trabalhador petropolitano. Por exemplo: no primeiro caso — relacionado à perda da referida memória das velhas designações ditadas pela Casa Imperial — as denominações quarteirão Palatinato Superior, quarteirão Nassau, Vila Thereza, foram substituídas por bairro Morin, bairro Duchas, bairro Alto da Serra, respectivamente. No segundo

⁶⁹¹ Bairros modelados ao redor da localização de estações férreas e/ou estabelecimentos industriais, sem esquecer — nesses bairros — o papel posterior da religiosidade católica nucleada e configurada na edificação de uma igreja.

⁶⁹² Acerca de um estudo de bairro ver SEABRA, O. C. de L. *Urbanização e Fragmentação, cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*, livre-docência, FFLCH, Departamento Geografia, USP, 2003. Sobre uma memória exemplar da vida desses lugares petropolitanos ver JORGE, E. *As Memórias da Rua Paulino Afonso*, Machado Horta Editora, RJ, 1985, livro no qual Edmundo Jorge, recuperando os seus guardados de infância, dá testemunho da existência da rua de bairro na cidade de Petrópolis da década de 1930.

caso — relacionado à mencionada substituição do próprio vocábulo *quarteirão* pela palavra *bairro* —, *quarteirão Bingen*, *quarteirão Mosela*, *quarteirão Siméria*, por *bairro Bingen*, *bairro Mosela*, *bairro Siméria*, respectivamente. O *bairro Morin* recebeu essa designação devido ao Major Morin, membro da Guarda nacional, que adquiriu os prazos de números 2626, 2627, 2628 e 2631, quatro prazos que transformaram Morin em grande proprietário e, por conseguinte, referência local, passando, então, os moradores a denominar o Palatinato Superior de “*quarteirão Morin*”, “*bairro Morin*” ou somente “*Morin*”. O *bairro Duchas* substituiu o nome *quarteirão Nassau* devido ao Imperial Estabelecimento Hidroterápico, notória e freqüentada casa de banhos fundada em 1876 por um francês, Antoine Court, e que através de sucessivos proprietários perdurou, salvo engano, até a década de 1920, pois neste mesmo ano o médico José Antônio Abreu Fialho passou a ser o proprietário dessa casa de duchas. O nome *Alto da Serra* estava já estabelecido desde o período colonial; ele, pouco a pouco, passou a ser o nome que designava o ponto final do trecho de subida da variante do Caminho Novo para Minas Gerais construída por Bernardo de Proença nessa banda da serra do Mar, desse modo, tudo indica que o nome *Vila Thereza* só existiu nos documentos oficiais, pois, do sopé da escarpa até o alto, permanecem denominados três lugares em função do ponto que ocupam nessa escarpa: *Raiz da Serra*, *Meio da Serra* e *Alto da Serra*. Ademais, o antigo nome do lócus do plano Koeler, a *Vila Imperial*, perdeu-se com a República; com o seu advento o núcleo central passou a ser conhecido apenas como “centro”, “*Petrópolis*”, “cidade”. O próprio nome do eixo viário par e ímpar dessa Vila, anotado desde a planta de Koeler como *Rua do Imperador*, foi substituído por *Av. Quinze de Novembro* e, com esta denominação seguiu até 1979, ano no qual foi retomado o velho nome desse eixo principal: *rua do Imperador*.

Idêntico processo ocorreu com o antigo nome Rua da Imperatriz: designação da via perpendicular ao eixo principal do núcleo urbano, substituído por Rua 7 de Setembro um mês após a proclamação da República, 15/12/1889, décadas após — em 1983 — foi recuperado: Rua da Imperatriz. Tudo isso sem falar nas inúmeras designações que foram surgindo com o processo de ocupação das encostas e cumeadas, a partir sobretudo da década de 1970, por uma população que se expandiu para fora das áreas com infra-estrutura urbana: Morro da Glória, De Frente para o Mar, morro Florido e tantos outros que demonstram o afastamento profundo do original ordenamento urbano determinado pela Casa Imperial.⁶⁹³ Embora as denominações dos afluentes dos rios Quitandinha, Palatino e Piabanha permaneçam em sua imensa maioria como testemunhos do poder territorial da velha Casa Imperial. (adiante ver listagem dos afluentes).

O fato é que, exatamente através da indústria, cuja atividade — sob certo aspecto — entrara pela porta dos fundos no interior do projeto concebido pelo Segundo Império e continuado pela República,⁶⁹⁴ foi possível o assentamento de lugares, i.é, de espaços familiares ligados à vizinhança, ao parentesco e ao

⁶⁹³ Sobre a diferença dos vocábulos *quarteirão* e *bairro*, ver também a Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.2 — A Configuração Urbana”. Sobre o bairro Morin e outras histórias, ver: ZANATTA, A. L. *Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis*, mimeo., Petrópolis, 2006.

Uma outra razão anexa ao desaparecimento desses quarteirões foi a rápida rarefação cultural do colono alemão em um território já ocupado pelo mundo luso-brasileiro, cuja consequência, dentre algumas, foi o esquecimento ou a rápida corrupção da língua alemã. É de se mencionar — a propósito — uma preceptora germânica de rebentos abastados, Ina Von Binzer, que, estacionando três anos no Brasil, escreveu sobre Petrópolis para a sua amiga Grete, em 1882: “Os outros moradores alemães são quase todos camponeses sem nenhuma instrução. Conservaram a língua e alguns maus hábitos alemães, mas em geral já adotaram os costumes do país. Há muito tempo que Petrópolis não é mais uma cidade tipicamente germânica como o foi em sua origem.” BINZER, I. V. *Os Meus Romanos*, Paz e Terra, RJ, 1980, p. 58.

⁶⁹⁴ O campo agrícola, e não a indústria, era o desejado e necessário complemento da vilegiatura. Embora, gostaria novamente de acentuar, a indústria tenha anexado maior densidade ou espessura à representação europeizada e moderna produzida em Petrópolis. Cf. Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.3 — A Colônia Industrial”.

compadrio⁶⁹⁵ — bairros ou extensões domésticas que guardavam também importante determinação vinculada a processos históricos e sociais mais extensos.⁶⁹⁶

Diferentemente do fato histórico que localizou nas paróquias a origem funcional e estrutural de agrupamentos sócio-espaciais configurados como bairros pré-modernos, ordenados não apenas ao redor de capelas e igrejas, mas também na circunvizinhança de certo cotidiano civil e mesmo político,⁶⁹⁷ em Petrópolis — especialmente no primeiro distrito — essa proto-história dos bairros não existiu, portanto, não sendo a atividade industrial o impulso para uma vida de bairro petropolitana mais rica, difusa ou ampla, porém o fator mesmo, ao lado da estação ferroviária, de extermínio dos quarteirões em benefício da constituição de bairros. Foi a industrialização têxtil, inaugurada na década de 1870, que transfigurou a solidão dos grotões coloniais em localidades de enraizada vida cotidiana. A vida paroquial pré-industrial não chegou a existir nessas paragens serranas, embora

⁶⁹⁵ Sobre o arraigado papel dessa trindade cotidiana na vida de bairro, exemplificado — no tempo — em bairros do além-Tietê da antiga cidade de São Paulo, ver: SEABRA, O. “Urbanização, bairro e vida de bairro”. In: *Travessia, revista do migrante*, CEM, Centro de Estudos Migratórios, ano XIII, n. 38, setembro/dezembro, SP, 2000, pp. 11-17.

⁶⁹⁶ “El barrio [...] sería la *mínima diferencia* entre espacios sociales múltiples y diversificados, ordenados por las instituicoines y los centros activos. Sería el punto de contacto más accesible entre el espacio geométrico y el espacio social, el punto de transición entre uno y otro; la puerta de entrada y salida entre espacios cualificados y el espacio cuantificado, el lugar donde se hace la traducción (para y por los usuarios) de los espacios sociales (económicos, políticos, culturales, etc.) en espacio común, es decir, geométrico.” (200-201). LEFEBVRE, H. “Barrio y Vida de Barrio”. In: *De lo Rural a lo Urbano*, ediciones Península, 3ª ed., Barcelona, 1975, pp. 195-203.

⁶⁹⁷ Cf. LEFEBVRE, H. “Barrio y Vida de Barrio”. Ibid. Cf. também SEABRA, O. “Urbanização, bairro e vida de bairro”. In: *Travessia, revista do migrante*, op. cit. Ver também SOUZA, M. J. L. de. “O Bairro Contemporâneo: Ensaio de Abordagem Política”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, RJ, v. 51, n.2, abril/junho 1989, pp. 139-172. Embora este último autor não tenha escrito com todas as letras o termo /paróquia/.

duas episódicas capelas tenham sido fundadas ao longo das antigas e sesmeiras terras que indicavam o caminho para as Minas Gerais.⁶⁹⁸

Com efeito, entre a igreja católica do bairro fronteiriço Itamarati, a igreja do bairro-sede do segundo distrito de Cascatinha, e outras 11 igrejas do primeiro distrito — dentre estas, uma igreja Luterana —, somente uma foi inaugurada em data anterior ao ano da implantação da primeira fábrica têxtil de Petrópolis.⁶⁹⁹ As

⁶⁹⁸ O senhor de terras Manoel Antunes Goulão fez construir uma primeira capela, dedicada a Nossa Senhora do Amor Divino e benzida em 1751, em terras que adiante seriam incluídas no município de Petrópolis. Era a capela da fazenda do futuro padre Correa, localizada no atual segundo distrito. Foi essa capela o núcleo religioso e batismal de todo esse território montês até outro senhor de terras, Manoel da Costa Guimarães, fazer levantar nas distantes terras de Secretário, no atual quinto distrito, uma segunda capela dedicada a Nossa Senhora da Lapa. Gostaria de lembrar que as terras do atual primeiro distrito, desde sempre, foram desprestigiadas para o trabalho agrícola. Possivelmente, a única proto-história de bairro estaria ligada a atual localidade de Correias. Não é ao léu, aliás, que o projeto do Império para a antiga Fazenda de Córrego Seco romperia com um processo natural de constituição de cidades que, possivelmente, iria transformar Correias no seu núcleo urbano. Sobre o primitivo território de Petrópolis e sobre as terras do Pe. Correias, ver Parte II, “Capítulo 1 — O Território Colonial como Herança Primitiva”. Administrativamente, gostaria de repetir, Petrópolis estava até 1846 sob a jurisdição da Paróquia de São José do Rio Preto (posterior distrito de Petrópolis) que era subordinada à vila de Paraíba do Sul. Até 1846, as terras do futuro município de Petrópolis foram administrativamente curato sob a jurisdição dessa Paróquia de São José do Rio Preto. Sobre esse ponto, ver: Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.1 — A Fazenda Imperial e a Câmara do Município”.

⁶⁹⁹ Refiro-me as doze igrejas católicas — a maioria hoje igrejas paroquiais, ou capelas transformadas em igrejas católicas — e uma igreja luterana: 13 igrejas. Seis delas são igrejas neogóticas: Igreja Luterana, inaugurada em 1863 e localizada no atual núcleo urbano; Igreja Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1874 e fronteiriça a área do centro urbano; Igreja de Sant’Ana e São Joaquim, concluída em 1900 e instalada no bairro de Cascatinha, segundo distrito; Igreja de Santo Antônio, pronta em 1905, no bairro Alto da Serra; Igreja São Vicente de Paula, atual Igreja de Santa Clara, inaugurada em 1932, na Avenida Rio Branco diante de antigo trecho da estrada União e Indústria, circunvizinha ao núcleo urbano; Catedral São Pedro de Alcântara, concluída em 1969, na área do centro da cidade, com a instalação de sua flecha central — embora em 1883 tenha sido colocada nessa catedral a primeira carreira de pedra no alicerce. Uma pequeníssima nota de página acerca da construção da catedral, ademais, encontra-se na Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.2 — A Configuração Urbana”. Diga-se de passagem que essas igrejas neogóticas seriam testemunhos arquitetônicos da influência do Romantismo no processo de construção do espaço urbano de Petrópolis. Amalgamado ao ecletismo, o neogótico do século XIX recuperou o estilo medieval gótico nascido com o século XII, procurando menos substituir o neoclássico e mais se aproximar de um estilo no qual a razão seria mitigada ante o sentimento e a intuição. O neogótico reagia à racionalidade produtiva inerente à Revolução Industrial. A restauração de inúmeros edifícios góticos, e a construção de prédios neogóticos varreram Inglaterra, França, Alemanha e, influenciada por esse estilo de uma Europa renovada industrial e comercialmente, Petrópolis, com suas igrejas neogóticas, seria

outras 12 igrejas nasceram próximas do período inicial da implantação da atividade têxtil de Petrópolis ou foram inauguradas nos anos posteriores à chegada das primeiras fábricas. Embora somente duas dessas doze igrejas tenham sido efetivamente terminadas no século XIX.⁷⁰⁰ Com exceção de uma igreja,⁷⁰¹ todas as outras nasceriam como reflexo da expansão urbana e industrial da cidade. Por exemplo: a Igreja de Santo Antônio, localizada em uma colina do atual bairro Alto da Serra, foi iniciativa do Visconde de Ouro Preto,⁷⁰² em 1896, que liderou a criação de uma comissão de moradores; no interior dessa comissão se encontrava o Conde Afonso Celso,⁷⁰³ cuja ação foi decisiva na escolha do local definitivo dessa igreja inaugurada em 29 de junho de 1905. Seis anos após, em 10 de junho de 1911, juntando-se à função diretamente religiosa desse edifício católico, nascia uma

a expressão urbana do programa reeuropeizador do segundo Império. Ecletismo e neogótico são provas de que Petrópolis foi cidade do século XIX ligada ao Segundo Império brasileiro, tal como Ouro Preto foi cidade colonial e barroca do século XVIII. Complementar a esta, ver também pequena nota de página acerca da influência do Romantismo na Parte II, Capítulo 4, subseção “4.3.2 — A Configuração Urbana”. Acerca das igrejas neogóticas de Petrópolis, ver o catálogo: JUDICE, R. *Igrejas Neogóticas*, ed. Crayon, Petrópolis, 2000.

As outras sete igrejas são: Igreja de São Sebastião, no bairro Indaiá ou São Sebastião; Igreja Nossa Senhora Aparecida, no bairro Quitandinha; Igreja de Sta. Rita de Cássia, no bairro Castrioto; Igreja de São Tomás de Aquino, no bairro Retiro; Igreja de São José, no bairro Itamarati; Igreja Nossa Senhora da Glória, no bairro Morin; Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no núcleo da cidade. De todas essas igrejas não neogóticas, esta é a igreja com a história mais antiga e singular: originalmente construída por negros como capela, em uma área baldia no ano de 1876 que se transformou em terreno vizinho a atual Estação Central de Transbordo, outrora Estação da Estrada de Ferro da Vila Imperial inaugurada em 18 de fevereiro de 1883, foi demolida, em 1926, para dar lugar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário cuja construção foi terminada na década de 1980, com a instalação de sua torre. Com exceção desta igreja do Rosário, todas essas outras não neogóticas foram construídas, ou passaram de capelas para igrejas, na segunda metade do século XX.

⁷⁰⁰ A igreja franciscana do Sagrado Coração de Jesus e a Igreja de Sant’Ana e São Joaquim.

⁷⁰¹ Trata-se da igreja Luterana, a única fundada antes da chegada da indústria, pois consequência da presença e da pressão religiosa de 711 protestantes no interior da colônia alemã.

⁷⁰² O mesmo Ouro Preto que, mencionado por Nelson Werneck Sodré, foi dos poucos sacrificados pela República devido ao papel que cumpriu nos últimos acontecimentos do fim da Monarquia brasileira, visto que presidia o Conselho de Ministros em 1889. Cf. SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*. op. cit.

⁷⁰³ Afonso Celso de Assis Figueiredo foi romancista, advogado e político. Morreu em 1936. Filho de Ouro Preto, nascido em Minas Gerais, morou por muitos anos em Petrópolis, exatamente na rua Thereza, via homônima da Vila Thereza atual bairro Alto da Serra.

escola destinada à educação dos filhos das famílias operárias e ferroviárias da localidade, e somente em 1933, desmembrada da paróquia da matriz São Pedro de Alcântara, foi criada a paróquia de Santo Antônio. Outro exemplo foi a Igreja de Sant'Ana e São Joaquim, na atual sede do 2º distrito de Cascatinha, igreja fronteira à Fábrica Petropolitana de Cascatinha: quando operários e demais habitantes da localidade resolveram construir a igreja, a Cia. Petropolitana concedeu um empréstimo e doou o terreno em 1891; iniciada a obra somente em 1895, parece que o peso do débito contraído gerou demasiada preocupação, pois, em 1898, promovida uma festa em homenagem aos padroeiros escolhidos para essa igreja, o seu resultado financeiro foi totalmente entregue à diretoria dessa Cia. têxtil. Somente em 1900, ano da constituição da Irmandade de Nossa Senhora de Sant'Ana e São Joaquim, as obras dessa igreja foram concluídas. Embora a doação do terreno tenha sido lavrada apenas em 28 de dezembro de 1912, vinte anos depois da autorização de transmissão gratuita dada pela Assembléia Geral de 26 de março de 1892 dessa indústria têxtil.

Não foi a igreja, pois, a raiz ou matriz geradora dos bairros que exterminaram com o isolamento diário instalado pela vilegiatura nos vales de Petrópolis. Foi a ferrovia e, especialmente, a indústria têxtil que propiciaram a cotidiana construção de centralidades outras que, no tempo, iriam confrontar os quarteirões e a incontrastável Vila Imperial. Sobretudo a indústria porque — inerente à sua maquinaria — concentrou e elevou ao máximo o uso do tempo e do espaço nos quarteirões coloniais e no atual segundo distrito de Cascatinha, precisamente, unindo energicamente aquilo que, através da Casa Imperial, fora direcionado ao

isolamento campino.⁷⁰⁴ Não teria sido ao léu, aliás, a concentração e a energização desses usos pela atividade fabril: a colônia migrante, a despeito do discurso campestre hegemônico da vilegiatura, desde sempre estava destinada ao trabalho fabril.⁷⁰⁵

Em 1882, a primeira estação ferroviária de Petrópolis foi inaugurada na Vila Thereza — a Estação e a oficina de manutenção ferroviária do Alto da Serra. Um ano após, em 1883, os trilhos alcançaram a antiga Vila Imperial, núcleo urbano de Petrópolis. Ligado ao transporte ferroviário desta Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, a Vila Thereza e seus vizinhos quarteirões Palatinato Superior e Inferior assistiram no final da década de 1880 o início do estabelecimento de algumas fábricas: em 1889, foi inaugurada a fábrica algodoeira D. Isabel, em local próximo ao bairro Alto da Serra;⁷⁰⁶ em 1890, foi instalada na atual localidade do Meio da Serra outra fábrica que, em 1903, formou mais um estabelecimento têxtil no Alto da Serra, constituindo a Sociedade Cometa. Até a instalação dessas fábricas, a Vila Thereza — e sua via principal, a rua Thereza — não passava de área residencial, pontuada de algum comércio e serviço devido a ser a única entrada para Petrópolis até a inauguração da estrada Washington Luiz, em 1928. Tanto essa vila quanto os vizinhos quarteirões Palatinato Superior e Inferior, além dos outros quarteirões, existiam como zonas de colonos e, aqui e ali, como residências de vilegiatura.⁷⁰⁷

⁷⁰⁴ “A industrialização é concentradora e maximizadora do uso do tempo e do espaço. Por sua lógica reúne aquilo que está disperso e potencializa enormemente o que reúne.” SEABRA, O. “Urbanização, bairro e vida de bairro”. (p. 13). In: *Travessia, revista do migrante*, CEM, Centro de Estudos Migratórios, ano XIII, n. 38, setembro/dezembro, SP, 2000, pp. 11-17. Não sendo a origem dos bairros de Petrópolis vinculada a uma proto-história paroquial, utilizo o verbo unir, e não reunir.

⁷⁰⁵ Sobre a colônia industrial, ver Parte II, Capítulo 4, subseção 4.3.3.

⁷⁰⁶ Instalada à margem do rio Palatino, antigo Córrego Seco, no quarteirão Palatinato Inferior, e diante da estrada de ferro.

⁷⁰⁷ É de se lembrar que, no parcelamento fundiário da Casa Imperial, a disposição viária do alto da escarpa, ou do alto da serra — porta de entrada e direta área de ligação com a Vila Imperial —, credenciaria essa extensão de terras como Vila Thereza anexa à Vila

Com os anos, muitas outras fábricas se estabeleceram nesses e em outros quarteirões,⁷⁰⁸ tais como os quarteirões Bingen e Mosela.

Toda essa atividade industrial iria transformar profundamente essas áreas. Já a construção da estação ferroviária fizera surgir ocupação de uma concha encosta pelos trabalhadores civis e ferroviários que, desse modo, fundaram o Morro da Oficina, talvez, a despeito do atual segundo distrito de Cascatinha, a primeira e adensada ocupação popular que firmaria o primeiro e efetivo confronto com o planejamento de Petrópolis pela elite imperial. A fixação de núcleos de trabalhadores fabris, tanto na Vila Thereza quanto nos demais quarteirões, facilitava-se devido ao fato de muitos operários, descendentes de antigos colonos, terem já suas casas; além disso, envolvendo neste passo o segundo distrito, as próprias fábricas construíram casas de aluguel para uma parte do operariado, formando as vilas operárias. A verdade é que o transporte urbano impróprio ou mesmo inexistente, aliado aos baixos salários, impunha a demasiados trabalhadores dessas indústrias a locação ou a instalação de suas casas próximas ao

Imperial e não como um dos quarteirões coloniais locados nos grotões da Fazenda Imperial. Em todo caso, 17 famílias de colonos alemães receberam prazos na Vila Thereza. Contudo, alguns exemplos, o Barão de Pedro Afonso fez construir sua residência nessa vila; o Barão de Icaray instalou residência na atual rua Lopes Trovão, rua imediatamente concha à rua Thereza, o Visconde de Ouro Preto e seu filho, Conde Afonso Celso, também mantinham residência; José da Silva Braga, administrador dos prazos da serra da Estrela residia e tinha o escritório também nessa vila. Sobre a cupidez fundiária da Casa Imperial em relação à Vila Thereza, ver: Parte II, Capítulo 3 — A Determinação da propriedade.

Cerca de 22 colonos receberam prazos no quarteirão Palatinato Superior. O Quarteirão Palatinato Inferior, especialmente no seu primeiro terço mais próximo à Vila Imperial, foi lugar escolhido por uma parte da elite para erguer suas residências de vilegiatura. Exemplo: Honório Hermeto Pacheco Leão, Marques de Paraná. Treze colonos alemães obtiveram seus prazos neste quarteirão que, distanciando-se de sua proximidade com a Vila Imperial, ganhava aspecto mais colonial, com o casario simples dos migrantes. Cf. ZANATTA, A. L. *Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis*, mimeo., Petrópolis, 2006.

⁷⁰⁸ Um exemplo: A fábrica Sta Helena, fundada em 1923, foi outra grande planta têxtil que se implantou no quarteirão Palatinato Superior, atual bairro Morin.

estabelecimento fabril. As habitações operárias dessas empresas, pois, eram assaz vantajosas.⁷⁰⁹

Através da habitação se constituía uma população relativamente estável e enraizada na imediata circunvizinhança e nas paragens próximas às fábricas, no interior das quais adultos e crianças, muitas vezes de um mesmo tronco familiar, trabalhavam.⁷¹⁰ Dir-se-ia que, através da moradia, a força de trabalho foi imobilizada. D. Isabel, Cometa, Sta Helena, Petropolitana, São Pedro de Alcântara, Werner e outras fábricas construíram vilas operárias e até hoje, muitas delas transformadas, permanecem como testemunhos do cotidiano petropolitano e operário diverso do *monde* da vilegiatura.

Possivelmente, o bairro Alto da Serra e o de Cascatinha foram os lugares de vida operária e popular mais desembaraçada do Município. A despeito de não considerar o importante bairro operário de Cascatinha, Philippe Arbos dá o seu testemunho sobre este ponto e sobre outros aspectos referidos nos dois parágrafos anteriores:

“Também não há aglomeração operária, a não ser alguma no Alto da Serra, com suas casas estreitamente agrupadas e com aspecto um tanto triste. Outrossim, as habitações construídas pelas próprias fábricas para os seus operários não formam conjuntos imponentes e compactos que lembrem as cidades operárias da Europa, e não deixam, entretanto, de se confundir com o verde da paisagem. Mais rústicos ainda são alguns bairros habitados por

⁷⁰⁹ Inclusive porque “[...] algumas fábricas pretendiam obter algum lucro do seu investimento em habitações, através da venda de terras aos que se unissem à comunidade fabril”. (p. 69). Comentário de Stanley Stein estribado em relatórios da diretoria da Cia. Petropolitana, 5 de fevereiro e 13 de maio de 1874, e da Cia. Brazil Industrial, 1º relatório. STEIN, S. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*, editora Campus, RJ, 1979, p. 69 e nota de número 41.

operários como por exemplo, Mosela e Bingen, em que a maioria da população descende dos colonos alemães. De vez em quando surge uma casinha ajardinada, à margem do rio, com pés de laranja, legumes, mandioca e um estábulo rudimentar, abrigando uma vaca que se nutre com capim melado [...] que cresce nas ribanceiras. Ao amanhecer, pais e filhos partem para a fábrica, levando o almoço numa sacola, enquanto que os garotos dirigem-se para a cidade, em carrinhos tirados por uma cabra, e carregados de queijo e garrafas de leite.”⁷¹¹

Em relação ao Alto da Serra, a estação ferroviária e a concentração de fábricas e casas de operários e ferroviários neste bairro e no vizinho bairro Morin teriam desenredado o espaço vivido ao largo das fábricas. Tanto o Alto da Serra quanto Cascatinha foram lugares de muitos clubes, campos de futebol, notáveis festas religiosas e desfiles carnavalescos, além de fortes núcleos de trabalhadores com suas rumorosas greves.⁷¹²

Todavia, merece atenção a sede do segundo distrito de Cascatinha. O próprio nome oriundo da queda d'água que alimentava a Companhia Petropolitana, cuja atividade têxtil determinou a criação de um bairro sem as peias inerentes ao projeto Koeler, visto que área despregada do planeamento urbano e serrano da Casa Imperial. Este bairro foi nucleado unicamente ao redor da fábrica, habitado por demasiados migrantes italianos e trabalhadores despregados do destino servil dos alemães vinculados ao projeto petropolitano da Casa Imperial. Diferentemente

⁷¹⁰ Sobre este ponto, ver: ARBOS, P. “Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana” (p. 215). In: *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 173-225.

⁷¹¹ ARBOS, P., op. Cit., pp. 223-224.

⁷¹² Acerca de algumas notícias do movimento operário na cidade, ver: FERREIRA, O. “Histórias do Movimento Operário”. In: *Tribuna de Petrópolis*, 27/04, 10/05, 13/05, 17/05 — jornais de 2006.

do atual primeiro distrito — exceção do bairro Alto da Serra — no qual essa vida operária e popular ocorreu durante longos anos acanhada ou envergonhada ante a vilegiatura, o espaço vivido ao largo da Cia. Petropolitana de Tecidos seria mais desafrontado e associativo, não sendo surpresa este bairro sede de distrito ter feito nascer, em 1927, um *hebdomadário*⁷¹³ e, além disso, ter fundado o único museu operário do município de Petrópolis, instalado no pequeno prédio que outrora fora a Estação Ferroviária de Cascatinha. Localizada no interior das antigas terras da sesmaria do Itamarati, Cascatinha é um vale profundo, outrora quase ermo e relativamente distante da antiga Vila Imperial. Marcado por duas grandes quedas d'águas, foi precisamente nesse vale que se estabeleceu no decênio de 1870 a Cia. Petropolitana de Tecidos. Foi em função dessa fábrica que o bairro Cascatinha recebeu e manteve seus contornos até o seu fechamento na década de 1960. Já em 1885 ela ocupava 400 trabalhadores, precisando atrair outros mais. Em 1892, um recenseamento contabilizava 1.659 estrangeiros no meio de 4.103 habitantes: 44% — justificados pela massiva presença de italianos atraídos para essa indústria; itálicos advindos da forte corrente imigratória dessa nacionalidade para o Brasil.⁷¹⁴ A vila operária, iniciada a sua construção em 1886, contava com 118 casas 5 anos após, todas alugadas aos trabalhadores.⁷¹⁵ Em 1887, um serviço médico foi instituído; em 1889, iniciou-se a construção da já mencionada igreja de Sant'Ana e São Joaquim. Em 1905, Cascatinha contava 6.000 habitantes direta ou

⁷¹³ O *Jornal de Cascatinha*, que permanece em atividade até hoje.

⁷¹⁴ Philippe Arbos, além disso, informava que no atual primeiro distrito a proporção de estrangeiros no mesmo período era de 23,3%. Cf. ARBOS, P. "Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana" (p. 215). In: *Trabalhos da Comissão Centenária*, PMP, Petrópolis, 1943, pp. 173-225. A migração italiana fez inclusive nascer duas Associações: a "Società Benefacente Príncipe di Piemonte di Cascatinha" e a "Società Operaia di Mútuo Soccorso di Cascatinha", associações de ajuda criadas, respectivamente, em 1905 e 1907 e mantidas pelos migrantes operários italianos e seus diretos descendentes.

⁷¹⁵ Em 1942, terminado o último conjunto de casas operárias, a fábrica dispunha de 347 casas destinadas à locação para seus trabalhadores.

indiretamente dependentes da atividade têxtil da Cia. Petropolitana. Essa atividade implicou inclusive na implantação de infraestrutura urbana: rede de água potável, em 1895, e rede elétrica adiante. Associações foram criadas ao longo dos anos: o Clube Bogari, fundado em 1903; o Clube Musical Primeiro de Setembro, criado em 1910; o Esporte Clube de Cascatinha, nascido em 1912. Todas essas associações beneficentes e recreativas constituídas a partir do esforço operário, e do interesse da própria Cia. Petropolitana.

Foi, então, todo esse curso diário de criação dos bairros, valendo a transformação de quarteirões em bairros, que — gostaria de repetir — saiu fora de suas bordas e invadiu o núcleo urbano, sobretudo, a partir dos anos de 1970. O transbordamento desses bairros para o centro do município⁷¹⁶ ocorreria como ocupação de um vazio do poder ou de hegemonia territorial e não exatamente como conquista, pois o suicídio de Getúlio Vargas, a construção de Brasília, o fortalecimento da industrialização paulista, os novos sítios da economia têxtil, foram fatores determinantes — contudo, exteriores à Petrópolis — que muito explicam a crise dos primitivos elementos de vilegiatura e indústria na marcha da urbanização

⁷¹⁶ Não seria ocioso lembrar que, em 1762, não existiam mais terras devolutas nas áreas que viriam a ser o futuro município de Petrópolis. Foi exatamente essa determinação fundiária que levou a Casa Imperial a adquirir a velha fazenda de Córrego Seco e, após, outras fazendas que mais adiante constituíram o primeiro distrito e a cidade de Petrópolis. Desse modo, quereria insistir, o plano urbano do Segundo Império para Petrópolis foi engenhado para os atuais limites do seu primeiro e adensado distrito ou cidade de Petrópolis. O projeto Koeler, então, não alcançou diretamente as terras que estavam fora desse reto controle fundiário da Casa Imperial. O processo de esquecimento e substituição das designações das áreas planeadas pelo Segundo Império não alcançou os demais distritos. Os fatores que fizeram — não necessariamente nesta ordem — surgir, designar, crescer os lugares ou bairros dos demais distritos são outros; estariam ligados, com exceção do bairro Cascatinha, aos processos menos planejados e mais próximos da tradição brasileira na formação de vilas e cidades. Embora, claro, os distritos petropolitanos não tenham se transformado em cidades. Por exemplo: o nome e o bairro de Correas guardam origem na sede da fazenda de Padre Correa; a sede ou a vila do distrito de Pedro do Rio foi entroncamento de vias, parada de animais e descanso de viajantes da estrada União e Indústria e, por fim, estação ferroviária da linha de Mauá. Tudo isso para escrever

de Petrópolis. Em todo caso, simbólica e materialmente efetivada através da ocupação do velho núcleo urbano, essa ocupação territorial se realizaria como uma espécie de reação contra a vigorosa alienação espacial imposta aos petropolitanos, principalmente, aos populares petropolitanos; reação contra uma alienação que guardava origem no poder⁷¹⁷ territorial de uma elite que, exatamente devido aos seus vínculos psicossociológicos-territoriais cotidianamente menos permanentes ou sazonais advindos da vilegiatura, permaneceu desentranhada ou forânea em

que, em todo caso, esse referido processo de transbordamento das margens para o centro — com menor ou maior grau — foi contribuição de todos os lugares petropolitanos.

⁷¹⁷ Seria interessante, através de Elias Canetti, neste passo incluir ou explicitar o conceito de Poder referido em sua relação com o conceito de força. O Poder, através destas linhas, é um conceito genuinamente espacial e ampliaria a compreensão dos fundamentos da alienação urbana do Petropolitano: primeiramente, Canetti observa que a força é mais próxima, direta e coercitiva que o Poder; de fato, a força está ligada a força física e, entre os animais, o mais apropriado seria falar em força e não em Poder, pois este dura mais tempo, é mais genérico e mais amplo que a força, i.é, “[...] quando a força dura mais tempo, transforma-se em Poder.” (p. 313). O Poder diz respeito a mais espaço e a mais tempo. Canetti ilustra a posição alargada do Poder descrevendo eventual relação entre o gato e o rato: “O rato, uma vez caçado, encontra-se sob o regime de força do gato; [...] sua intenção é matá-lo. Mas, assim que ele começa a *brincar* com o rato, acrescenta algo novo ao relacionamento. Solta-o e permite que ele corra um pouco. Assim que o rato se vira e corre, escapa do regime de força. Mas está em *poder* do gato fazer com que ele retorne. [...]. Até o ponto em que o rato pode ser alcançado com toda a certeza, ele permanece em poder do gato. O espaço que o gato controla, os momentos de esperança que ele concede ao rato vigiando-o atentamente sem perder o interesse por ele e por sua destruição, tudo isso reunido — espaço, esperança, vigilância e interesse destrutivo — poderia ser designado como o corpo propriamente dito do poder ou, simplesmente, como o próprio poder.” (p. 313). CANETTI, E. *Massa e Poder*, ed. Universidade de Brasília/Melhoramentos, DF, SP, 1983. Sob esse ângulo, dever-se-ia compreender que a referida marcha diária transformadora de quarteirões em bairros, teria sido permanentemente limitada pelos marcos postos por este Poder territorial. Gostaria de repetir que a antiga Vila Imperial não teria sido tomada, porém, devido aos fatores exteriores já mencionados, teria sido ocupada pelos petropolitanos. Somente quando os fatores que permitiam a reprodução da vilegiatura e da indústria ruíram, especialmente a partir da década de 1970, foi possível esse processo de transbordamento dos bairros para o núcleo urbano. Esse transbordamento, portanto, dar-se-ia como uma espécie de ruptura e não como desdobramento natural. Ademais, talvez fosse possível apontar o ano de 1957, Getúlio Vargas já morto, como a data de uma certa espécie de ante-sala ou cabeça-de-ponte desse rumo dos bairros em direção ao núcleo municipal, pois na confluência dos rios Quitandinha e Palatino — no exato miolo do bairro central — foi inaugurado nesse ano obelisco com os nomes das famílias alemãs que alcançaram Petrópolis em 1845.

relação à vida diária do petropolitano,⁷¹⁸ significando, então, essa reação uma nova construção sobre lugar alheio.⁷¹⁹

Se a década de 1970 foi o decênio demarcatório da circunvizinhança temporal aniquiladora das formas vivas da vilegiatura e da indústria que, desde 1843, ordenavam a urbanização petropolitana, essa década do século XX pode também ser enxergada como o marco no qual a vida dos bairros tomou o rumo do núcleo do município, a antiga Vila Imperial. Sob o ângulo do processo das determinações urbanas oriundas em 1843, dir-se-ia que o vocábulo revelador desse tempo de transbordamento dos bairros seria o termo “decadência” ou “degradação”, visto que — avistado através desse curso de determinações — seria o tempo da tibieza material e figurativa do núcleo citadino.

Verdade que — passo importante — este mesmo vocábulo “decadência” ou “degradação” também deve ser compreendido como expressão reveladora de certa espécie de transformação urbana experimentada pelo município de Petrópolis

⁷¹⁸ Exemplo dessa permanência estrangeira é o já citado livro, *Oito Décadas*, de Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco. Vivendo e estudando em Petrópolis durante longos períodos, Carolina, através de escrita *blasé* e materialmente despreocupada, dá seu testemunho sobre a vida desta elite alóctone em Petrópolis; Carolina não foca a vida das ruas petropolitanas, seu mundo é fechado ao redor das residências. Evidentemente, sendo mulher, não deveria ou poderia circular amiúde pelas ruas naquele tempo, contudo, quando em passeio ao atual distrito de Cascatinha, a rua surge fantasmática e vazia, parecendo existir ao longo do trajeto somente ela e seu irmão, Maurício Nabuco. Sugestivamente, uma das memórias mais vivas de sua infância em Petrópolis era, sob a janela de sua residência, o ruído dos trotes dos animais, bem ferrados ou não. Até o velho *Tennis Club*, não mais freqüentado por seus pares no instante em que escreveu as suas memórias, recebeu algum descaso ao anotar: “Hoje funciona ali o Clube Petropolitano, que não mais é de veranistas, mas centro social dos moradores fixos”. (p. 69). Cf. NABUCO, C. *Oito Décadas*, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1973. Sobre *Oito Décadas* e as *Memórias da Rua Paulino Afonso*, estas mencionadas em nota anterior deste Capítulo, ver: AMBROZIO, J. “Guardados de Infância”. In: *Ensaio Serranos*, ed. Ponte da Cadeia, Leilão de Livros, S. João Del Rei/ RJ, 2001.

⁷¹⁹ Aliás, construção com todas as letras, pois — a partir sobretudo da década de 1970 — o núcleo urbano começou a ser transformado pelas edificações multifamiliares. É de se notar que, diferentemente da grande planta têxtil cujos proprietários e investimentos tinham origem no Rio de Janeiro, a edificação multifamiliar da zona central, em sua quase totalidade, foi levada a cabo por empresas de construção civil fundadas em Petrópolis e por petropolitanos.

a partir deste exato decênio delimitador de 1970. Refiro-me a uma espécie de transe ou momento aflitivo, na qual entrou em crise aquela cidade suburbana de cura e industrial que fora outrora Petrópolis, pois “degradação” — ou “decadência” — é termo que também diria respeito às dificuldades de manutenção e ampliação das “[...] promessas do desenvolvimento econômico [e social] que o subúrbio já conheceu”.⁷²⁰ Além da crise da vilegiatura e do desfibramento industrial, é preciso lembrar a presença demográfica expansiva nesta delimitadora década de 1970.⁷²¹ Conseqüentemente, os bairros e, por conseguinte, o próprio centro de Petrópolis — sem deixar de serem absolutamente bairros e núcleo urbano — alcançaram em certos aspectos o estado de coisas periféricas que apontam para o extermínio da cidade: situação de coisas advindas do crescimento da mancha urbana para fora dos vales, onde historicamente se instalou a infra-estrutura, e disposição de coisas oriundas da própria ocupação do núcleo urbano por empobrecidas camadas sociais em busca das sobras desse processo que agravou a posição urbana dos pobres. O fato é que, existindo nesses vales testemunhos eloqüentes da Petrópolis suburbana, por exemplo, subsistindo confirmações significativas do quintal e da alargada e saneada casa operária⁷²² — muitas vezes, casa transformada em habitação de classe média —, nas encostas e cumeadas desses estreitos vales, com os anos de 1970, o fim da vilegiatura, a desindustrialização, o crescimento

⁷²⁰ MARTINS, J. de S. “Periferia Revisitada”. In: *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, n° 42, 2001, p.79. José de Souza Martins, neste importante depoimento, confronta periferia e subúrbio.

⁷²¹ Sobre a expansão populacional de Petrópolis, ver: Parte 1, “Capítulo 2 – Mancha Urbana e Marcha Demográfica”.

⁷²² “No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano.” MARTINS, J. S. “Periferia Revisitada”. In: *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, n° 42, 2001, p. 78.

demográfico, o recrudescimento especulativo, fizeram surgir, em contraponto, ruelas e escadarias sem fim, lotes diminutos e em aclives ocupados inteiramente por moradia de cômodos reduzidos e, demasiadas vezes, sem saneamento, enquanto na zona central as calçadas e ruas ficaram estreitas, *kitchenettes* foram construídas, o comércio ambulante surgiu vigoroso — a pobreza urbana agravada transbordou para o núcleo urbano.⁷²³

Em bairros como o Alto da Serra e Cascatinha, ademais, o próprio vale teria já sido corroído não apenas por essas alterações oriundas das encostas e cumeadas, mas igualmente pelo aumento do fluxo de circulação que retiraria desses lugares o sentimento de vizinhança e seu caráter particularizado ante a cidade, aproximando-se esses bairros a dois pontos incaracterísticos e urbanos de Petrópolis.⁷²⁴ O fim das notáveis festas religiosas, o porte de grande *Shopping Center* conexo a um Hiper-mercado no Alto da Serra, a presença de outro grande supermercado em Cascatinha, seriam exemplos ou mesmo dariam existência aos rudimentos de uma vida metropolitana na cidade de Petrópolis, pois não sendo

⁷²³ Acerca da expansão da moradia para as encostas e linhas de cumeadas de Petrópolis, ver Parte I, Capítulo 2. Ver também: MARTINS, J. de S. “Periferia Revisitada”. In: *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, nº 42, 2001, pp. 75-84. José de Souza Martins coloca os termos da periferia: “A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo o reduzido espaço disponível para a construção, falta de plantas, muita sujeira e fedor. [...]. O problema da periferia é o problema do tumulto da ocupação, o da urbanização patológica, da exclusão. Da falta de efetivas alternativas de inserção no mundo urbano. [...]. O problema da periferia é o do desenvolvimento econômico.” (p. 78-79). Sob esse aspecto, a periferia não diria respeito apenas à margem: o próprio centro de uma cidade poderia se transformar em periferia.

⁷²⁴ Redigindo sobre a transformação do bairro Água Branca da cidade de São Paulo em porção imersa da metrópole paulistana, Aluísio Wellichan Ramos, entre as páginas 96 e 97, escreve: “[...] o bairro é uma unidade relativa, porque faz parte de um todo maior que é a cidade, mas ainda assim pode ser particularizado, ao contrário do que chamamos de porção imersa, que não se comporta como uma unidade, misturando-se mais facilmente com o todo e, por conseguinte, fica menos reconhecido como parcela individualizada do todo que é a metrópole.” RAMOS, A. W. “Cotidiano, Espaço e Tempo de um Antigo Bairro Paulistano: Transformações da Cidade e a Dimensão do Vivido”. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*,

esta cidade uma metrópole, conseqüentemente, não tem os seus vales — transformados em bairros e núcleo urbano — integralmente atravessados pelos fluxos do capital, tais como os viadutos e as avenidas na metrópole.

Após esses dois parágrafos anteriores procurarem acentuar o processo de “periferização” de Petrópolis — que é real e leva ao aniquilamento da própria cidade, por esse ângulo não se tratando de bairros puros que invadiram o núcleo urbano a partir de 1970, mas, igualmente, do avanço de um processo urbano de desigualdades sócio-espaciais que arrastaria camadas populares empobrecidas em direção às eventuais migalhas econômicas e sociais encontradas no núcleo urbano —, o caso é que, sob o viés popular no interior deste Capítulo Único debruçado sobre uma disputa ou confronto territorial, esse mesmo período inaugurado com o decênio de 1970, pode ser apreendido como o tempo de coroamento de um longo processo de transformação de quarteirões em bairros: o tempo da transfiguração de um lugar central à imagem de seus novos ocupantes, simbólica e materialmente, significando certa espécie de nova ou outra construção territorial de uma cidade, desta vez, empreendida pelo petropolitano propriamente, muitos deles, nascidos e criados pobres. Os bairros que alcançam o núcleo urbano guardam uma lógica avoenga que se explica em uma trajetória histórica dos velhos quarteirões que, pela ordem, transformaram-se em bairros e adiante, especialmente no nuclear decênio de 1970, transbordaram para o centro urbano, simbolizando a assunção da cidade pelo — popular — petropolitano. A natureza eventualmente rude e destrutiva dessa transfiguração do núcleo central poderia — inclusive — ser creditada a um espaço cujo histórico ordenamento a maioria dos petropolitanos não ajudou a criar, conseqüentemente, um centro urbano vivido como estrangeiro e passível de radical

transfiguração. Embora, gostaria de insistir, esse movimento em direção ao centro a partir dos anos de 1970 seja empreendido por bairros já manchados pela agravante nódoa das desigualdades sócio-espaciais aprofundadas; bairros que alcançam o centro como necessidade ou conseqüência lógica revelada pela história territorial de Petrópolis, porém, bairros já contaminados por uma cidade que sofreu inflexão em sua pobreza urbana — uma cidade que fez surgir periferias nas áreas alcantiladas com resultados diretos para os seus vales citadinos, sob esse aspecto, demonstrando também essa ocupação certa espécie de morte anunciada da própria cidade, pois de fato essa referida nódoa diz respeito não apenas aos bairros, mas a cidade como um todo.

Neste ponto não seria ocioso fazer clara menção “A Revolução Urbana”,⁷²⁵ em cuja página 61, com todas as letras, Lefebvre escreve que existe hoje tão somente um “pseudo-conceito” de cidade, dado que esta não mais é um objeto social, ou melhor, um bem de civilização.⁷²⁶ Lefebvre, além disso, anota nesse mesmo passo que “Ainda há e por muito tempo haverá por bastante tempo cidades pequenas e médias”,⁷²⁷ e que tais existências colaborariam para uma representação do urbano como ideologia, neste caso, sendo “objeto” sociológico “real” a imagem da cidade, i.é: a própria ideologia. Para Lefebvre, aliás, o que poderia existir é o conceito de “sociedade urbana”.⁷²⁸

SP, 2004, pp. 77-103.

⁷²⁵ LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*, ed. UFMG, BH, 1999, p. 61.

⁷²⁶ Ou seja: um lugar no qual o homem, (relativamente) afastado da natureza, realizaria de forma inteira a sua diferença no mundo, valendo a cidade como fato cultural.

⁷²⁷ LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*, Op. cit., p. 61.

⁷²⁸ “Se existe conceito sociológico, esse conceito é o da “sociedade urbana”. E, no entanto, ele não depende somente da sociologia. A sociedade urbana, com sua ordem e desordem específicas, se forma. Tal realidade envolve um conjunto de problemas: a problemática urbana. Aonde vai esse fenômeno? Para onde o processo de urbanização arrasta a vida social? Qual a nova prática global, ou quais as práticas que ele implica? Como dominar o processo teoricamente e orientá-lo praticamente? Em direção a quê? Tais são as questões que se colocam ao urbanista e que ele faz aos especialistas, os quais não podem

Todavia, a despeito de ser bastante evidente o fato das grandes aglomerações urbanas não serem objetos sociais — no sentido de que as metrópoles historicamente parecem ter superado a cidade e o seu conceito —, as cidades pequenas e médias, em muitos aspectos, permanecem como bens de civilização. Permanecem como sobras, é certo. Mas permanecem. O próprio Lefebvre enfatizaria esse ponto ao escrever que existe e existirá por largo tempo pequenas e médias cidades.⁷²⁹ Se essas cidades hoje servem como representações ideológicas para mascarar o caos e a desordem da realidade urbana, esta mesma realidade é especialmente a da metrópole, por exemplo, o enobrecimento turístico dos velhos centros das grandes aglomerações guarda esse cariz. Trata-se portanto de dizer que a cidade pequena e média não está absolutamente aniquilada como cidade. Dois exemplos: o sentimento de pertença em relação a uma cidade pequena ou média é bastante palpável quando observamos a existência de nuclear centralidade propiciando esse estado de espírito; os fluxos do capital nas cidades pequenas e médias não seriam tão exasperantes e não transformariam absolutamente bairros em “porções imersas” na cidade — pelo menos, não como na metrópole. As cidades pequenas e médias, então, não estariam ainda imersas demasiadamente no caos e na desordem.

responder, ou respondem apenas por abuso de linguagem.” LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*, Op. cit., p. 61-62.

⁷²⁹ Tenho alguma dúvida se aponta esse fato de forma clara, pois preocupado Lefebvre em compreender uma revolução determinada pelas grandes aglomerações urbanas, parece deixar para trás, como sobejos, as cidades pequenas e médias, enxergando-as somente como instrumentos ideológicos. Verdade que Lefebvre já tinha se debruçado sobre a cidade em seu “O direito à Cidade”. Porém, o caso é que nesta “Revolução Urbana” preocupada em compreender a “sociedade urbana”, parece não mais terem importância cidades pequenas e médias, pois estariam nessa revolução como simples testemunhas do passado, valendo como instrumentos ideológicos para o uso mercantil nas grandes aglomerações urbanas. Desse modo, Lefebvre teria se despregado de uma realidade espacial ainda muito palpável: a existência específica de cidades pequenas e médias que, como ele bem diz, existem e existirão por longos anos. Dir-se-ia, existência específica, em muitas dessas cidades, como transe ou travessia.

Como cidade média, Petrópolis ainda permanece com seus bairros e centro. Claro, talvez fosse necessário insistir, bairros e centro já manchados pelo aprofundamento da pobreza, melhor dizendo, pela instalação do processo de periferização que extermina a própria cidade, sob esse viés, experimentando hoje Petrópolis o seu transe ou travessia, não sendo neste instante possível responder até onde essa transição se dará.

O Pró-Centro, então, poderia igualmente ser lido como reação urbanística a esse estado de coisas que gerou reflexos não apenas no núcleo urbano, mas gerou conseqüências na própria constituição da cidade como bem de civilização. Todavia, no miolo da história do domínio territorial de Petrópolis, os elementos que indiciam a chegada da periferia ao centro e o aniquilamento da cidade se transformaram em argumentos neutros, ou tipicamente urbanísticos, que auxiliariam o discurso justificador da tentativa de reconquista territorial da cidade por uma nova e apequenada elite.

Exatamente — parágrafo parcialmente conclusivo —, é a procura compreensiva das formas consolidadas do passado que permitiria descortinar esse estado das coisas urbanas sendo combatido por um esforço espacial e produtivo de uma elite que, sob outra chave, procura restaurar ou reconquistar o seu atávico domínio urbano em detrimento da presença popular cotidiana em Petrópolis, tudo se passando como se aos pobres urbanos fosse imputada a culpa pelas dores urbanas e econômicas de Petrópolis — reconquista territorial, ademais, com aspectos psicológicos e sociais esquizofrênicos, valendo alienação urbana que, verdadeiramente, não deseja ou não consegue saber das nuvens negras que pairam no horizonte da cidade de Petrópolis.

No interior desse esforço ou arranjo urbano — o Pró-Centro — o viário encarceramento é, portanto, fator importante. Se, com esse empenho, o município superficialmente perderia o seu núcleo central ao se transformar em substantivo centro histórico turístico, a conexa e cavilosa passagem única acoplada aos transbordos, chave mestra da segregação popular,⁷³⁰ propiciaria o recrudescimento desse mesmo núcleo territorial em benefício da mencionada coalizão de elite reabilitadora de uma potência territorial análoga às formas pretéritas da vilegiatura. Poder territorial, além disso, ampliado através da turística urbanização de Itaipava.⁷³¹ Trata-se aqui de uma execução prisional viária que inibe ou desestimula a cotidiana presença popular, procurando fixá-la nos bairros e/ou distritos, desse modo, não se limitando esse esforço de reconquista territorial ao núcleo municipal. É de se notar, por exemplo, o empenho dessa produção turística no seqüestro do vocábulo bairro: não seria ao acaso constatar um turístico combate à “desmemória” popular na Lei de número 5.699, de 15 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a retomada do uso das palavras vila e quarteirão. Adiante, segue o mapa produzido no interior desse esforço administrativo. Atualmente, o carnê de IPTU para o primeiro distrito de Petrópolis já espelha essa disposição legal.⁷³²

Certamente, todo esse produtivo esforço espacial não se constitui de maneira onipotente; reações já se observam por parte daqueles que, em linha reta, são afetados por esse arranjo urbano. Se o avanço da segregação urbana em Petrópolis tem na passagem única a relevante isca para o seu bom acolhimento

⁷³⁰ Sobre esse ponto, ver Parte I, Capítulo 1, seção 1.1.

⁷³¹ Sobre Itaipava, confrontar Parte I, Capítulo 1, seção 1.2.

⁷³² Esta Lei de número 5.699 fala em retomada, visto que os quarteirões, de fato, legalmente não desapareceram. O caso é que, existindo legalmente o quarteirão e legitimamente o bairro, a cidade chegou hoje em um ponto onde a grande maioria da população não conhece e não se orienta pela divisão de quarteirões. Desnecessário, além disso, lembrar que todo o antigo plano urbano do Segundo Império não alcançou os

pela maioria da população, a experiência nos transbordos por essa mesma maioria acirra animosidades: reclamações contra o aumento do tempo de viagem, contra os ônibus lotados e — na área restrita do transbordo — contra o acúmulo de passageiros nas horas de pico são comuns. Os próprios comerciantes e o setor de serviços — em sua totalidade quase absoluta pequenos mercadores e diminutos prestadores de serviços —, que realizam trocas econômicas, muitas vezes, ligadas aos populares, começam notar as dificuldades que o encarceramento traz para os seus interesses, pois, de fato, ocorreu sensível diminuição na circulação diante de seus estabelecimentos.⁷³³ Diariamente, circulam cerca de 15 mil pessoas pelo Terminal do centro — a Estação Rodoviária Imperatriz Leopoldina; contudo, os 300 estabelecimentos localizados em sua circunvizinhança já registram queda de aproximadamente 40% em suas trocas comerciais.⁷³⁴ Em outubro de 2007, começou a se discutir uma solução negociada: a possibilidade dos usuários desse sistema prisional viário de se ausentar por 30 minutos fora do transbordo para eventual período de compras nas imediações deste Terminal Centro e, igualmente, no entorno dos transbordos localizados em áreas mais adensadas, i.é, nos Terminais do bairro Quitandinha, Alto da Serra e Cascatinha, tudo dependendo da implantação do bilhete eletrônico.⁷³⁵

demais distritos de Petrópolis, exatamente, devido aos motivos fundiários. Sobre este último ponto, ver Parte II, Capítulo 1, seções 1.2 e 1.3.

⁷³³ Como exemplo, o título da matéria principal da *Tribuna de Petrópolis*, de 15 de fevereiro de 2008: “Comerciantes do Centro reclamam de prejuízos”. Na página 4 deste mesmo exemplar, lê-se: “Entre os comerciantes, a baixa nas vendas varia de 20% a 60%. Para alguns empresários, a queda no movimento foi definitiva a ponto de decidirem fechar as portas ou mudar de ramo.”

⁷³⁴ “De acordo com informações da CPTrans [Cia. Petropolitana de Transporte], cerca de 15 mil pessoas passam diariamente no Terminal e, segundo dados apurados na Secretaria Municipal de Fazenda e em outras instituições, como o Sindicato do Comércio, são cerca de 300 estabelecimentos.” *Tribuna de Petrópolis*, 27 de outubro de 2007.

⁷³⁵ *Tribuna de Petrópolis*, 27 de outubro de 2007. A temporária ausência do usuário do transbordo, no segundo distrito de Cascatinha, foi já alcançada devido à rebelião de seus utentes e, sem dúvida, devido à pressão de rede de supermercado que instalara planta

Verdade que tais atritos e soluções cotidianas seriam os momentos de esperança concedidos por esse arranjo urbano,⁷³⁶ pois, arranhando quase nada a substância dessa turística coalizão de elite, esses atritos e soluções não intimidariam a estratégica segregação urbana direcionada aos pobres petropolitanos, por conseguinte, não ameaçando o referido esforço de reconquista territorial.

No ponto em que termino, o domínio desse curso renovado de alienação é, diria, quase total. Neste instante, as respostas efetivas e criadas dia a dia contra esse processo são ainda possibilidades turvas, porém, adiante, acontecimentos certos e construtivos na linha do horizonte...

comercial exatamente diante do Terminal do segundo distrito. Neste transbordo, o usuário que se ausentar e, no interior desse supermercado, consumir hoje o mínimo de R\$5,00 (cinco reais), recebe “gratuitamente” uma segunda passagem.

⁷³⁶ Cf. Canetti, E. *Massa Poder*, op. cit.

CONCLUSÃO

No passo extremo deste trabalho não seria impertinente escrever que, como intelectual, a tarefa de um geógrafo — mais do que infundir direta esperança — é estabelecer a crise nas questões não solvidas do espaço que reputa estarem mal dispostas ou situadas; daí, sim, no interior dessa postura crítica, é que poderia nascer à confiança naquilo que se deseja.

Não seria descabido o parágrafo anterior, afinal — após tudo — é difícil deixar de enxergar um conjunto de coisas urbanas que desenham um quadro de dificuldades para Petrópolis.

O fator congestionamento dos vales, por exemplo, contribuiu para o desfibramento industrial. A grande planta industrial se desfibrou sobretudo com o adensamento populacional e com a infra-estrutura inteiramente impregnada dos vales — o espaço urbano no qual a cidade se formou originalmente. É de se acrescentar que a marcha urbana em direção às encostas e cumeadas, além de concorrer para esse abatimento da indústria, trouxe igualmente conseqüências para toda a cidade, não somente para as áreas alcantiladas. Esse movimento urbano rumo as áreas mais elevadas do município problematiza hoje a cidade petropolitana do comércio e do serviço. O aumento do deslizamento de materiais e do escoamento superficial, certamente advindo da intensidade de chuvas, mas com fundamentais motivos na ocupação periférica dessas áreas de acentuada declividade, usualmente alcança o funcionamento da cidade ao deixar depositado nos vales os materiais desses movimentos de massa e as águas desse escoamento — águas que amplificam o transbordamento da calha dos rios para as ruas ao

longo dos vales.⁷³⁷ Poder-se-ia inferir, então, que no mesmo instante em que a cidade agitar-se-ia em busca de uma saída para a sua debilidade industrial, estariam já instalados os problemas para o funcionamento e a sobrevivência da cidade comercial e de serviço, especialmente, de serviço turístico.⁷³⁸

O fato de Petrópolis não ser um centro médio de suporte para as atividades econômicas do seu interior — tal como Juiz de Fora (MG) permanece sendo o núcleo da Zona da Mata mineira —, e o fato, dir-se-ia, paradoxal de Petrópolis estar enquadrada como cidade média e carregar uma crise de congestionamento que a impede de absorver o extravasamento industrial metropolitano — tal como Resende (RJ) — ampliam o quadro de dificuldades.

Sob o ângulo desta história territorial, após esses parágrafos anteriores, pode bem ser que a urbanização turística de mão única que a cidade vivencia, surgindo como solução, seria de fato a tradução contemporânea do histórico e citadino veto da vilegiatura aos pobres. Tudo se passaria como se fossem culpados os populares pelo estado de coisas econômicas e urbanas de Petrópolis. A segregação turística dos populares imposta, através da circulação, pelo gerente ou administrador público de interesses privados urbanos e, coerente com essa primeira, a segregação determinada pela propriedade das numerosas guaritas e

⁷³⁷ Como já foi mencionado, localiza-se Petrópolis em um relevo predominantemente montanhoso, com grandes desníveis em sua altimetria, escarpas íngremes e vales estreitos e distendidos.

⁷³⁸ Poderia ser testemunho de inúmeras paralisias da cidade de Petrópolis em função das questões referidas. Relato apenas uma: no verão de 2001, mês de dezembro, presenciei o transbordamento do rio Piabanha no eixo comercial do distrito de Itaipava, local de numeroso comércio voltado para o turismo. A intensa pluviosidade que ocorrera especialmente no primeiro distrito de madrugada, resultou em uma enchente cujas águas ocuparam literalmente 3 *shoppings* instalados nesta calha comercial que, no trecho diante do “*Shopping Itaipava*”, teve — durante algumas horas — uma canoa como único meio de locomoção. Isto para ficarmos apenas com a calha de Itaipava, pois a reta consequência dessa enchente foi, além do enorme e direto prejuízo do comércio em seus estoques, o desembarque dos turistas que ocupavam as pousadas desse distrito, além do

cercas vivas dos condomínios distritais de segunda residência, constituir-se-iam como esforço de reconquista da cidade por uma elite que planifica a ausência popular cotidiana para Petrópolis.

Ao fim e ao cabo, contudo, pode bem ser que Petrópolis esteja em um processo de declínio implacável e que toda a transformação para a cidade comercial e de serviço turístico não cesse a seqüência continuada da queda.

cancelamento da imensa maioria das reservas de hospedagens feitas para a temporada de

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — Fontes Secundárias:

ALMEIDA, D. K. *A Crise da década de 70 e suas Conseqüências para o Processo de Trabalho*, Dissertação Mestrado, PPCE, UFRJ, 2005.

AMBROZIO, J. *Geografia Petropolitana*, ed. Ponte da Cadeia, 2ª edição, São João Del Rei, 2005.

ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*, Itatiaia/Edusp, BH/SP, 1982.

AQUINO, L et all. *A Era das Demolições/ Habitações Populares*, Biblioteca Carioca, Prefeitura Municipal do RJ, 1986.

ARANTES, O.B. F. “Uma Estratégia Fatal”. In: MARICATO, E. et al. *A Cidade do Pensamento Único, desmanchando consensos*, Vozes, Petrópolis, 2002, pp. 11-74.

ARBOS, P. “Esboço de Geografia Urbana”. In: *Trabalhos da Comissão do Centenário*, v. VI, P.M.P., 1943, 171-225.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*, Perspectiva, 2ª ed., SP, 1972.

_____. *A Condição Humana*, Forense-Universitária, 2ª edição, RJ, 1983.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, Martins Fontes, SP, 1998.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*, Papirus, SP, 1994.

AULER, G. “Primeiros Proprietários de Petrópolis”, *Suplemento Arte e Literatura*, Tribuna de Petrópolis, abril de 1951.

AULER, G. “Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis”, in: *1º Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Tribuna de Petrópolis, 15/09/1963.

férias de janeiro e fevereiro de 2001.

AZEVEDO AMARAL. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Câmara dos Deputados/ ed. Universidade de Brasília, DF, 1981.

AZEVEDO, G. H. W. *A Indústria Têxtil Brasileira: Desempenho, Ameaças e Oportunidades*, Dissertação Mestrado, CCJE, UFRJ, RJ, 1997.

AULER, G. *A Construção do Palácio do Imperador*, ed. do autor, impressão Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, 1956.

BAHIANA, L. C. da C. “Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano”, *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, XIX, SP, 1978, pp.53-62.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos, um Haussmann Tropical*, Dissertação de Mestrado, PUR-UFRJ, 1982.

BINZER, Ina Von. *Os Meus Romanos*, Paz e Terra, RJ, 1980.

BONNOURE, Pierre. “Estudos Sôbre os Elementos do Organismo Urbano”. In: *Boletim Geográfico*, n. 150, ano XVII, maio-junho, 1959, pp.189-197.

BORNHEIM, Gerd. *O Sentido e a Máscara*, Perspectiva, SP, 1975.

BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil, dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Nova Fronteira, 3 ed., RJ, 2000.

BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*, Fondo de Cultura Económica do México, México, 2ª ed. espanhola - 2ª reimpressão -, 1ºtomo,1987.

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e Tradição: Urbanização, Propriedade da Terra e Crédito Hipotecário em São Paulo na segunda Metade do Século XIX*. Doutorado, Departamento Geografia, FFLCH-USP, 2006.

BRUNHES, J. *Geografia Humana*, ed. Fundo de Cultura, RJ, 1962.

BURMEISTER, H. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos áureo-diamantíferos acompanhado de um mapa*, Livraria Martins editora, SP, 1952.

CALDECLEUGH, A. *Travels in South América, during the years 1819-20-21; containing Na Account of the present State of Brazil, Buenos Ayres, and Chile, v. II*, John Murray, Albemarle Street, London, 1825.

CAMERON, T. “Os Estabelecimentos Úteis de Petrópolis”, Typ. De B. P. Sudré, Petrópolis, 1879. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957.

CAMINHA, João Carlos. *História Marítima*, Biblioteca do Exército, RJ, 1980.

CANABRAVA, Alice P. “A Grande Lavoura”. In: HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 4º v., Bertrand Brasil, 3ª ed. RJ, 2004, pp. 85-137.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*, ed. Universidade de Brasília/Melhoramentos, DF, SP, 1983.

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Civilização Brasileira/MEC, 4ª ed., RJ/Brasília, 1975.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Itatiaia/ Edusp, BH/SP, 1980.

CARLOS, F. A . (org.). *Os Caminhos sobre a cidade e o Urbano*, Edusp, SP, 1994.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*, Escritta editorial/ Embajada de España, bilíngüe, SP, 1992.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*, Civilização Brasileira, RJ, 2º ed., 2006.

- CARVALHO, P.R.P. de. "Aspectos da Geografia Industrial de Petrópolis - Petrópolis e seu destino industrial". In: SANTOS, J. E. D. dos.; SANTOS, P. G. G. dos (orgs). *O Retorno da Princesa*, P.M.P./ Câmara Municipal, Petrópolis, 12-13/05/1971, pp.
- CASADEI, T. de O. *Relatos Históricos*, ed. Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1991.
- CASCUDO, L. da Câmara. *O Marquês de Olinda e seu Tempo (1793-1870)*, Cia. Editora Nacional, SP, 1938.
- _____. *Civilização e Cultura*, Itatiaia, BH, 1883.
- _____. *Rede de Dormir*, edições FUNARTE/INF, Achiamé, UFRN, RJ, 1983.
- CASTELNAU, F. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul, 1843-1846*, Cia Editora Nacional, tomo I, SP.
- CASTRO, Manoel Viana. "João Caldas Viana", *Trabalhos da Comissão do Centenário*, v. VII, P.M.P., Petrópolis, 1943.
- CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista, a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Jorge Zahar editor, RJ, 2004.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *A Campanha de 1812*, Martins Fontes, RJ, 1994.
- COARACY, V. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 3, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1965.
- CORBAIN, Alain. *O Território do Vazio*, Cia das Letras, SP, 1989.
- CORBISIER, Roland. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, ISEB, RJ, 1959.
- CORRÊA FILHO, V. "Cidades Serranas, Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis", *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1, ano IX, janeiro-março, 1947, pp.4-56.
- CORRÊA, R. L. Gomes, P. C. da C.; Castro, I. E. (Orgs.). *Explorações Geográficas*, Bertrand Brasil, RJ, 1997.

_____. *Geografia: Conceitos Temas*, Bertrand Brasil, 5ª ed., RJ, 2003.

_____. *Brasil, questões atuais da reorganização do território*, Bertrand Brasil, 3ª ed., RJ, 2005.

COULANGES, F. *A Cidade Antiga, estudo sobre o culto, o direito e Instituições da Grécia e de Roma*, Livraria Clássica Editora, 2ª ed., Lisboa, 1919.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da.; CARLOS, A. F. A.; YÁSIGI, E. (orgs.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*, Hucitec, SP, 1996.

DAMASCENO, A. N. *Os Miasmas, os Médicos e a relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX*, Dissertação de Mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, 1993. p.59-60.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*, 4ª ed., Contraponto, SP.

DEFFONTAINES, P. "Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades". In: *Boletim Geográfico*, ano II, n. 14 e 15, maio e junho, 1944. pp. 141-148 e p. 299-308.

DURANT, Will. *História da Civilização*, Cia Editora Nacional, SP, 1946.

ELIAS, N. *A sociedade de Corte*, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Diário de uma Viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*, Imprensa Oficial do Estado de SP, 1936.

ESTALL, R. C. e Ogilvie Buchanan, R. *A Atividade Industrial e Geografia Econômica*, Zahar, editores/MEC, 2º ed., RJ, 1976.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)*, Dissertação de Mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, RJ, 1966.

- FERREIRA, O. "Histórias do Movimento Operário". In: *Tribuna de Petrópolis*, 27/04, 10/05, 13/05, 17/05 — jornais de 2006.
- FERREZ, G. *Iconografia Petropolitana (1800-1890)*, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1955.
- FIGUEIREDO, G. "A Última Garfada do Império". In: *Comidas, meu Santo!*, ed. Civilização Brasileira, RJ, 1964.
- FILHA, D. C. M. e CORRÊA, A. O *Complexo Têxtil*. In: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial11.pdf, 2002.
- FILHO, I. A. *Brasil, 500 Anos em Documentos*, ed. Mauad, 2ª ed., RJ, 1999.
- FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo, trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2ª edição, Editora UFRJ / MINC / IPHAN, RJ, 2005.
- FREIREISS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1982.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos, decadência do patriarchado rural no Brasil*, Cia. Editora Nacional, SP, 1936. GARCIA, J.M., *História de Portugal*, 5ªed., editorial Presença, Lisboa, 1991
- FRÉMONT, A. *A Região, Espaço Vivido*, Livraria Almedina, Coimbra, 1980
- GARDNER, G. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 –1841*, Cia. Editora Nacional, RJ, 1942.
- GOETHE, J.W. *Viagem à Itália, 1786-1788*, Cia das Letras, SP, 1999.
- GOITIA, F. C. *Breve História do Urbanismo*, editorial Presença, Lisboa, p. 1982.
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*, Edusp, SP, 1993.
- GUERRA, J.T. e CUNHA, S. B. da. (orgs.), *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*, Bertrand Brasil, RJ, 2001. GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*, quinta edição, Paz e Terra, RJ, 1981.

GUIMARÃES, A. d'A. *A Côrte no Brasil, figuras e aspectos*, Edição Livraria Globo, Porto Alegre, 1936.

HALL, P. *Cidade do Amanhã*, Perspectiva, SP, 1988.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*, Hucitec, SP, 1980.

_____. *Condição Pós-Moderna, Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, ed Loyola, SP, 5ª ed., 1992.

_____. "Os Espaços da Utopia". In: *Espaços de Esperança*, Loyola, SP, 2004, 181-238.

HESSE, Reinhard. *Viajar como Fuga para a Afirmação: Aspectos do turismo em Massa nas Sociedades Altamente industrializadas*, mimeo, s/d.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991*, Cia. das Letras, SP, 1995.

KIDDER, D. P. e FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros (esboço histórico e descritivo)*, Cia. Editora Nacional, RJ, 1941.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*, editorial Labor, RJ, 1976.

KURZ, Robert. "Sinal Verde para o Caos da Crise, Ascensão e limites do capitalismo automobilístico". In: KURZ, R. *Os Últimos Combates*, Vozes, Petrópolis, 1997, pp. 345-375.

_____. *A Expropriação do Tempo*, <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz29.htm>, 27/11/2006, 13:26.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ed. Objetiva, RJ, 2001.

JAMESON, F. *A Cultura do Dinheiro, ensaios sobre a globalização*, Vozes, Petrópolis, 2001

JOBIM, José. *História das Indústrias no Brasil*, Livraria José Olympio editora, RJ, 1941.

JORGE, Edmundo. *As Memórias da Rua Paulino Afonso*, Machado Horta Editora, RJ, 1985.

JÚDICE, R. *Igrejas Neogóticas*, editora Crayon, Petrópolis, 2000.

KURZ, R. “Sinal Verde para o Caos da Crise, Ascensão e limites do capitalismo automobilístico”. In KURZ, R. *Os Últimos Combates*, Vozes, Petrópolis, 1997, pp.345-375.

LACOMBE, L. L. “As Principais Sesmarias do Município”, In: *Centenário de Petrópolis*, Trabalhos de Comissão, v. VI, PMP, Petrópolis, 1943, p. 240-277.

LAMEGO, A. R. *O Homem e a Guanabara*, IBGE, RJ, 1948.

_____. *O Homem e a Serra*, IBGE, RJ, 1950.

LEFEBVRE, H. “Problemas de Sociologia Rural” e “Perspectivas da Sociologia Rural”. In: MARTINS, J. de S.(org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 2ª ed., Hucitec, 1986. P. 144-162 e 163-177.

_____. *O Direito à Cidade*, ed. Documentos, SP, 1969.

_____. “Necesidades profundas, Necesidades Nuevas de la Civilización Urbana”. In: *De lo Rural a lo Urbano*, ediciones Península, 3ª ed., Barcelona, 1975

_____. *A Revolução Urbana*, ed. UFMG, BH, 1999, p. 144-145.

_____. “O Espaço e o Estado”, in *A Respeito do Estado*, tomo V, Labor-USP, mimeo, s/d.

LIMA BARRETO, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, Editora o Livro de Bolso, 3ªed., RJ, 1943.

LIMA, O. *O Império Brasileiro, 1821-1889*, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1989.

_____. *O Movimento da Independência (1821-1822)*, Itatiaia/ Edusp, BH/SP, 1989.

_____. *D. João VI no Brasil*, Topbooks, 3ª ed., RJ, 1996.

LORDEIRO, M. de S. *Petrópolis, Rios e Montanhas*, ed. do autor, Petrópolis, 2005.

LUCHIARI, M. T. D.P.; SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Olhares Contemporâneos Sobre o Turismo*, Papirus, SP, 3 ed., 2004.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista*, Civilização Brasileira, RJ, 1978.

MAGALHÃES, B. de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, EPASA, 3ª ed., RJ, 1944.

MAGALHÃES, C. de. "A Função Industrial de Petrópolis", *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, ano XXIII, Janeiro-março, 1966, n. 1, pp.19-55.

MAGALHÃES JUNIOR, R. *Ao Redor de Machado de Assis*, ed. Civilização Brasileira, RJ, 1958.

MAYER, A. J. *A Força da Tradição, persistência do antigo regime, 1848-1914*, Cia das Letras, SP, 1981.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*, Vozes, Petrópolis, 2000.

MARTIM, R. *Tribuna de Petrópolis*, 10/08/1952, 11/1/1953, 8/2/1953, 29/06/1954, 13/3/1955, 20/3/1955,

MARTINS, I. De L. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis, 1850/1930*, UCP, Petrópolis, 1983.

MARX, M. *Cidade Brasileira*, Melhoramento/Edusp, SP, 1980.

MARX, K. *O Capital*, Livro primeiro, vol. I, tomo 1, ed Abril, SP, 1983.

_____. *O Capital*, Livro Primeiro, vol. I, tomo 2, ed Abril, SP, 1983.

_____. *O Capital*, Livro terceiro, vol. III, tomo 2, ed. Abril, SP, 1983.

MAURO, F. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, Cia das Letras, SP, 2000.

- MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1978.
- MEGGIOLARO, A. M. et al. In: *Baixa Renda, um problema habitacional de Petrópolis*, Cátedra/FUNARTE, RJ, 1980.
- MICHAEL HALL, C. "Política e planejamento Turístico: o imperativo sustentável", in *Planejamento Turístico, políticas, processos e planejamentos*, Contexto, SP.
- MONBEIG, P. "O Estudo Geográfico das Cidades", *Boletim Geográfico*, ano 1 (7), outubro de 1943, p. 7-29.
- _____. "Indústria e Geografia", *Boletim Geográfico*, ano III, n. 28, julho de 1945, pp.
- MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*, 2ª edição, Annablume, SP, 2005.
- MONTE, P. *Chorographia do Município de Petrópolis*, Typografia Ypiranga, Petrópolis, 1925.
- MOTTA, L. "Apropriação do Patrimônio Urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global". In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papirus editora, Campinas, 2000, pp.257-287.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, 3º ed., SP, 1991.
- MUSSE, R. "Fenomenologia da Reificação: Adorno e o Lazer]. In: BRUHNS, H. T. (org.). *Lazer e Ciências Sociais, Diálogos Pertinentes*, ed. Chronos, SP, 2002, p. 175-193.
- NABUCO, C. *Oito Década*, Nova Fronteira, RJ, 2000.
- NOVAIS, F. A. *História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*, vol 2, SP, 1997.
- OLIVEIRA, F. "O surgimento do antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público", *Novos Estudos*, CEBRAP, nº22, SP, 1988.

- OLIVEIRA, L. de. "Quatro Caminhos Históricos que Cruzam a Região Petropolitana", *Revista do IHGB*, n. 346, janeiro-março, Brasília-RJ, 1985.
- OLIVEIRA, M. *Bangu: De Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a mais uma Fábrica da Cidade*, Dissertação de Mestrado, PPGG, UFRJ, 1991.
- ORTEGA Y GASSET, J. *Obras Completas*, tomo II, Revista de Occidente, 4ª ed., Madrid, 1957.
- OURIQUES, H. R. A. *A Produção do Turismo, fetichismo e dependência*, ed. Alínea, Campinas, 2005.
- PAULA BUARQUE, A. *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, O Livro vermelho dos Telefones, RJ, 1940..
- PAUPÉRIO, A. M. "O Governo Municipal na Monarquia". In: *Geopolítica dos Municípios, Petrópolis cem anos de cidade*, setembro 1957.
- PELUZO JUNIOR, V. A. "Tradição e Plano Urbano, Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina". In: *Boletim Geográfico*, IBGE, ano XIV, julho-agosto de 1956, nº 133, pp. 325-357.
- PFEIFFER, I. *Voyages Autour du Monde*, Librairie Hachette, 4ª ed., Paris, 1872.
- PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil*, ed. Manole, Barueri, 2001.
- PIZARRO e ARAUJO, J. de Souza. "Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extrahida dos Livros de sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796", *IHGB*, tomo LXIII, parte I, 1º e 2º trimestre, RJ, 1901.
- POHL, J. E. *Viagem no Interior do Brasil*, 1ª parte, INL, Ministério da Educação e Saúde, RJ, 1951.
- PORRO, Antônio. *As Crônicas do rio Amazonas, notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazonia*, Vozes, Petrópolis, 1993.

PRADO JUNIOR, C. “O Fator Geográfico na formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”. In: *Boletim Geográfico*, IBGE, ano III, outubro de 1945, nº 31, pp. 920-931.

RABAÇO, H. J. *História de Petrópolis*, IHP, Petrópolis, 1985.

RAFFARD, H. “Jubileu de Petrópolis”, *Revista do IHGB*, RJ. v. 58, n.2. 1896, pp. 5-213,

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*, ed. Ática, SP, 1993.

RAMOS, A. W. “Cotidiano, Espaço e Tempo de um Antigo Bairro Paulistano: Transformações da Cidade e a Dimensão do Vivido”. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, Revista da Pós-graduação em Geografia, n. 15, Departamento Geografia da FFLCH, USP, SP, 2004.

RANGEL, Alberto, “Paulo Barbosa”, *No Rolar do Tempo, opiniões e testemunhos respigados no arquivo do Orsay – Paris*, Livraria José Olympio Editora, RJ, 1937

RAEDERS, G. *Pedro II e os sábios Franceses*, Atlântica Editora, RJ, 1944.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil, 1500/1720*, Livraria Pioneira Editora/Edusp, SP, 1968.

RIBEIRO, D. *As Américas e a Civilização*, 3ª ed., Vozes, Petrópolis, 1979.

_____. *Os Brasileiros*, 12ª ed., Vozes, Petrópolis, 1993.

RIBEIRO, L. C. de Q. “Incorporação Imobiliária: características, dinâmica e impasses”. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. (orgs.). *A Crise na Moradia nas Grandes Cidades, da questão da habitação à reforma urbana*, UFRJ, RJ, 1996, pp. 105-118.

_____.; CARDOSO, A . L. “O Solo Criado como Instrumento de Política Habitacional: avaliação do seu impacto na dinâmica urbana”. In: RIBEIRO, L. C. de

Q.; AZEVEDO, S. (orgs.). *A Crise na Moradia nas Grandes Cidades, da questão da habitação à reforma urbana*, UFRJ, RJ, 1996, pp. 225-239.

RIBEYROLLES, C. *Brasil Pitoresco*, primeiro volume, EDUSP/ Itatiaia, SP/BH, 1980.

RIGOL, S. M. "A *Gentrification*: Conceito e Método". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). *Urbanização e Mundialização, estudos sobre a metrópole*, ed. Contexto, SP, 2005, pp. 98-121.

RODRIGUES, A. A. B. *Turismo e Geografia; reflexões teóricas e enfoques regionais*, ed. Hucitec, SP, 2001

RODRIGUEZ, H. S. *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro, o resgate da sua memória*, Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, RJ, 2004.

SÁ EARP, A. L. de. "As Oito Praças Desaparecidas", *Tribuna de Petrópolis*, 29/06/2000.

_____. *Rios da Cidade de Petrópolis — Origem dos Nomes*. <http://www.ihp.org.br/docs/alse19940827d.htm>, 13/09/1996.

_____. *Rios da Cidade de Petrópolis — Rio Quitandinha, Rio Piabanha, Rio Palatino*. <http://www.ihp.org.br/docs/alse19940827d.htm>, 13/09/1996.

SÁ EARP, F. (org.). *Pão e Circo, fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*, Palavra e Imagem, 2002, RJ.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*, Cia. Editora nacional, SP, tomo primeiro, 1937.

SALGADO, P. *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, edições Ática, 2ª edição, Lisboa, 1946.

SANCHEZ, J-E. *Espacio, Economia y Sociedad*, Siglo Veintiuno, Madrid, 1991.

SANTOS, J. E. D. dos. "Caráter Geográfico da Cidade Industrial", *Boletim Geográfico*, IBGE, ano XXV, nº 194, setembro/outubro, RJ, 1966,

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*, FGV, RJ, 2003. P. 24-25.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção*, Hucitec, SP, 1996.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*, Vozes, Petrópolis, 1979.

SANTOS, P. *Quatro Séculos de Arquitetura*, Fundação Educacional Rosemar Pimental, Barra do Piraí, 1977.

SCHAETTE, E. "Os Primeiros Habitantes do Córrego Seco", *Trabalhos de Comissão*, v. VI, PMP, 1943, pp 11-40.

SCHAETTE, E. "Os Primeiros Sesmeiros Estabelecidos no Território Petropolitano". *Trabalhos de Comissão*, v. VI, PMP, 1943, pp 181-222.

SCHWARCZ, Lilian. M. *As Barbas do Imperador*, 2ª ed., 4ª reimpressão, Cia. das Letras, SP, 2000.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Santos: Estação de Veraneio*, Revista Cadernos de Lazer 2, Brasiliense, SP, s.d.

_____. "O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 74, SP, 2º semestre, 1996

_____. "Conteúdos da Urbanização: dilemas do Método". In: SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). *A Cidade e o Urbano, temas para debates*, edições UFC, Fortaleza, 1997.

_____. "Urbanização, bairro e vida de bairro". In: *Travessia, revista do migrante*, CEM, Centro de Estudos Migratórios, anoXIII, n. 38, setembro/dezembro, SP, 2000.

_____; DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; (orgs.). *O Espaço no Fim de Século, a nova raridade*, Contexto, SP, 2001.

_____. *Urbanização e Fragmentação, cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*, livre-docência, FFLCH, Departamento Geografia, USP, 2003.

_____. *Da cidade à Metrópole*, aula inaugural ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UERJ, mimeo, 2007

SEGAWA, H. *Ao Amor do Público, jardins no Brasil*, FAPESP/ Studio Nobel, SP, 1996.

SERRÃO, J. V. *História de Portugal, 1080-1415*, Editorial Verbo, vol I, 2ª ed., Lisboa, 1978.

SILVA, Antônio José Caetano da. "Chorographia Fluminense (O Estado do Rio de Janeiro em 1896)". In: *Revista do IHGB*, tomo LXVII, parte II, Imprensa Nacional, RJ, 1906, p. 264-396.

SILVA, L. M. O. *A Lei da Terra (um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil)*, 1º v., Tese Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, SP, 1990.

SINGER, P. *Curso de Introdução à Economia Política*, 2ª ed., Forense Universitária, RJ, 1975.

_____. *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense, 8ª ed., SP, 1981.

SODRÉ, A. "A Matriz". In: *Centenário de Petrópolis, trabalhos da comissão*, v. III, PMP, Petrópolis, 1940, pp. 89-91.

SODRÉ, N. W. *As Razões da Independência*, Civilização Brasileira, RJ, 1965.

SOUZA, Marcelo José Leite de. "O Bairro Contemporâneo: Ensaio de Abordagem Política". In: *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, RJ, v. 51, n.2, abril/junho 1989.

_____. *Panorama do Segundo Império*, Graphia, 2ª ed., RJ, 1998.

SOUZA MARTINS, J. *Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao Fim da República Velha*, Hucitec, SP/S.Caetano, 1992.

_____. (org). *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, Hucitec, SP, 1996.

_____. *Periferia Revisitada*, Espaço & Debates, ano XVII, 2001, n°42.

SOUZA, L. de M. *Desclassificados do Ouro, pobreza mineira no século XVIII*, Grall, 2ª ed., RJ, 1986.

SPIX e MARTIUS. *Viagem ao Brasil nos anos de 1817-1820*, v. 1, ed. Itatiaia/Edusp, BH/SP, 1981.

STEIN, S. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*, ed. Campus, RJ, 1979.

STRATEN-PONTHEZ, G. A. V. der. *Le Budget du Brésil*, Lib. D'Amyet, 3º vol. Paris, 1854.

SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*, Cia das Letras, 2ª ed., 2000.

TAUNAY, C. A. "Viagem Pitoresca a Petrópolis, para servir de roteiro aos viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro", Editores Proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, RJ, 1862. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. VI-61.

TINOCO de ALMEIDA, J. N. "Petrópolis , Guia de Viagem", Typographia de L. Winter, RJ, 1885. In: *Cidade de Petrópolis*, reedição de quatro obras raras, MEC/Museu Imperial, Petrópolis, 1957, p. 89-156.

TOLSTOI, Leão. *Guerra e Paz*, vol. I, ed. Nova Aguilar, RJ, 1993.

TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*, ed. Francisco Alves, RJ, 1978.

VARGAS, G.: *Getúlio Vargas - Diário*, 2 vol., Siciliano/FGV, SP/RJ, 1995.

VASCONCELLOS, F. de. *Petrópolis, sua Administração na República Velha, 1890-1930*, 2 volumes, ed. do autor, Petrópolis, 1978.

_____. *Três Ensaios sobre Petrópolis*, ed. do autor, Petrópolis, 1984.

_____. “Dunquerque”. In: *150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis*, diversos autores, IHP/UCP, Petrópolis, 1995.

_____. “Vicissitudes da Imperial Colônia de Petrópolis”. In: *150 Anos da colonização Alemã em Petrópolis*, diversos autores, IHP/ Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1995.

_____. “Paulo Barbosa da Silva, que tanto fez pela Fundação de Petrópolis”, *Tribuna de Petrópolis*, 26/11/2000

VASCONCELLOS, S. de. *Crônica da Companhia de Jesus*, vol. II, 3ª ed. Vozes, Petrópolis.

VIANA, Hélio. “Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba)”, *Trabalhos da Comissão Centenária*, vol. VII, PMP, Petrópolis, 1943.

VIANA, O. *Populações Meridionais no Brasil*, Vol. I, ed. Paz e Terra, RJ, 1973.

ZANATTA, A. L. *Histórias e Lendas das Ruas de Petrópolis*, Petrópolis, mimeo, 2005.

ZURKIN, S. “Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 24, IPHAN, RJ, 1996, pp. 205-219.

WALSH, R. *Notícias do Brasil*, segundo volume, Edusp/Itatiaia, SP/BH, 1985.

2 — Fontes Primárias:

Código Civil e Constituição Federal, ed. Saraiva, 57°, SP, 2006.

Monografia do Município de Petrópolis, nº455, IBGE.

Almanak Laemmert, 1851.

Diários Oficiais do Município de Petrópolis, 21/02/90; 10/04/90; 26/06/1999; 16/12/1999; 22/01/2005.

Anuário Industrial de 2004, FIRJAN, RJ.

Anuário Estatístico do RJ, Fundação Cide, 2004.

Atas da Câmara Municipal de Petrópolis.

Censo IBGE, 2000.

Coleção de Leis da Província do Rio de Janeiro”, 1859, p. 236. In: *Legislação Fluminense Relativa a Petrópolis*, 1844-1865, mimeo., Petrópolis, s/d.

Manual de Comercialização para Organizadores de Viagens, eventos & Convenções, PMP, Petrópolis, 2005.

Petrópolis — O Sonho de um Imperador. Pró-Centro. Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Econômico, Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1999.

Release ASCOM, PMP,

O Outro Lado de Petrópolis, PMP, Petrópolis, 1986.

Código de Postura do Município de Petrópolis, D. O. de 22/01/2005.

Cadastro Industrial de Petrópolis, PMP, 1985.

Prospecto da Associação de Empresários da rua Tereza, 2005.

“Petrópolis, Informações para Investidores”, *Secretaria de Planejamento*, PMP, 2004.

3 — Periódicos

Jornal do Comércio

Tribuna de Petrópolis

Diário de Petrópolis